

Obra
Literária e Médico-Literária
de
RICARDO JORGE

BIBLIOTECA
8944/4

AMATO LUSITANO

COMENTOS À SUA VIDA, OBRA E ÉPOCA

Ciclo Peninsular



LISBOA

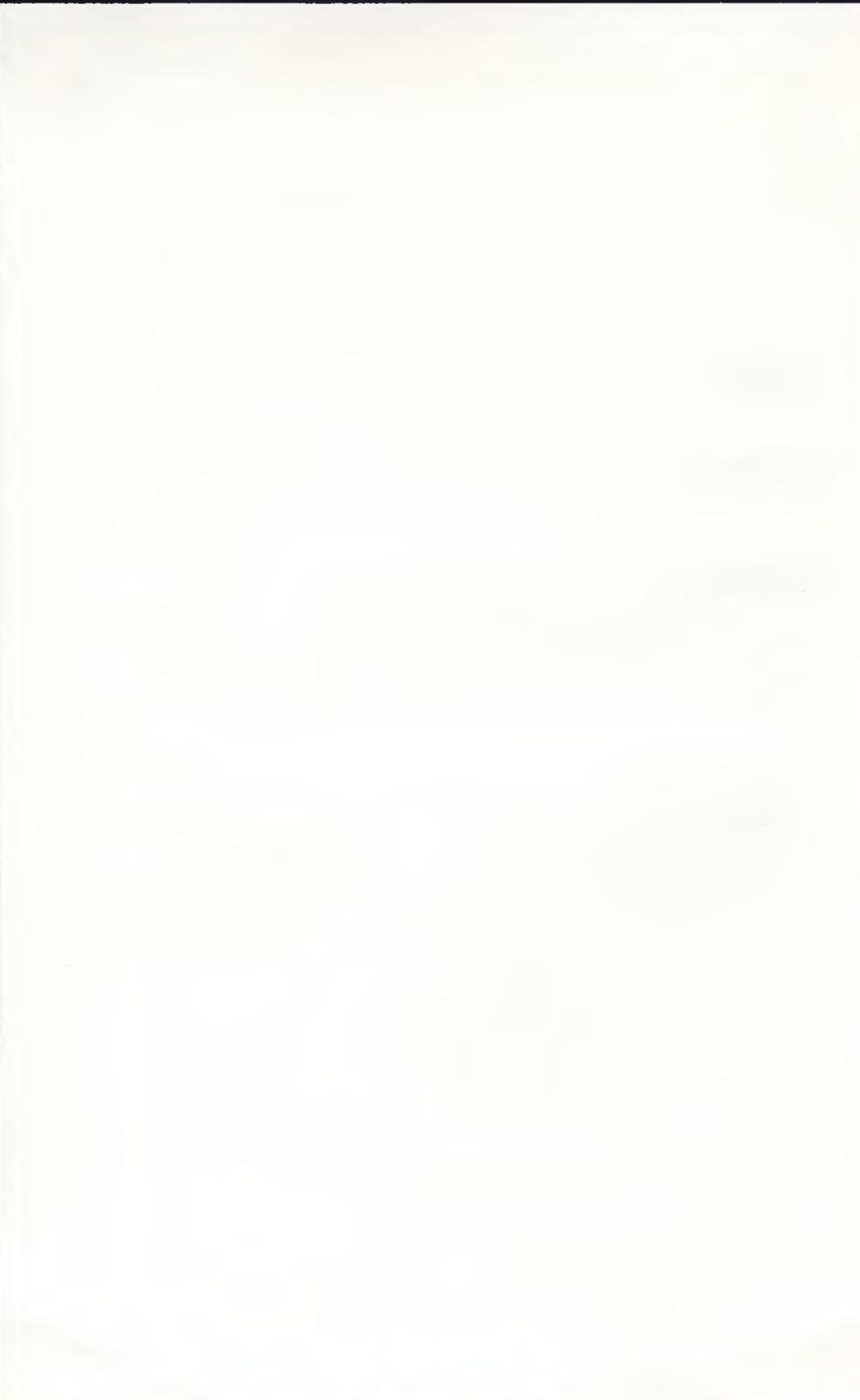
AMATO LUSITANO
COMENTOS À SUA VIDA, OBRA E ÉPOCA

EDIÇÃO DO CENTENARIO
SOB O PATROCÍNIO DO INSTITUTO DE ALTA CULTURA



AMATUS LUSITANUS

Ein Arzt von Castelblanco einer Stadt in Portugall gebrürtig, hies eigentlich Johanne Rodriguez de Castelblanco, lebte in der Mitte des 16 Jahrhunderts, und bekehrte sich zu Theſſalonich zur Jüdiſchen Religion.



Rj 9 AMA 62

Obra
Literária e Médico-Literária
de
RICARDO JORGE

INSTITUTO NACIONAL
DE SAÚDE
DR. RICARDO JORGE
BIBLIOTÉCA
N.º 8944/4

AMATO LUSITANO

COMENTOS À SUA VIDA, OBRA E ÉPOCA

Ciclo Peninsular



LISBOA

[1962]

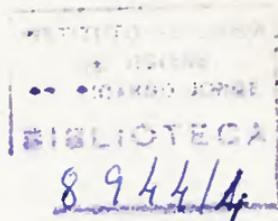
1.^a edição
completada com o capítulo inédito
de *As Conquistas e Drogas das Índias*

CORRIGENDA

(Erratas principais)

	<i>Onde se lê:</i>	<i>Leia-se:</i>
pág. linha		
VI	3 e 4 <i>delc... grandiosa e</i>	<i>deles... grandiosa, social, mental e</i>
VII	29 <i>comentativo</i>	<i>comentativa</i>
IX	9 <i>táxons</i>	<i>táxones</i>
XVIII	22 <i>August Hirsch</i>	<i>G. von Hirsch</i>
17	20 <i>Autor</i>	<i>Autor (ou antes uma mesma impressão com a indicação independente de dois editores)</i>
25	25 <i>Dioscorides</i>	<i>Dioscorides [v. ed. de Veneza (1553), in Bibl. Nac. de Lisboa]</i>
32	19 <i>Robin</i>	<i>Albert Robin</i>
38	1 <i>Rastrear</i>	<i>Rastrear</i>
70	9 <i>O Amato teve</i>	<i>O que Amato teve</i>
101	3 <i>por assim dizer</i>	<i>fôra por assim dizer</i>
»	29 <i>reddita</i>	<i>latine reddita</i>
112	18 <i>em ambas</i>	<i>em ambos</i>
120	11 <i>Biblioteca</i>	<i>Biblioteca</i>
141	26 <i>suis fertilissimis</i>	<i>suis cum fertilissimis</i>
155	16 <i>Schultz</i>	<i>Schultze</i>
159	17 <i>terrestris scorpioni</i>	<i>terrestri scorpioni</i>
168	4 <i>summum tempe-riens</i>	<i>summam temperiem</i>
»	15 <i>omnium verum</i>	<i>omnium rerum</i>
176	27 e 28 <i>na De... a De</i>	<i>no De... o De</i>
177	20 <i>nam</i>	<i>medicinam</i>
179	15 <i>(L. I, en. 138)</i>	<i>(L. I, en. 137)</i>
181	7 <i>Era a</i>	<i>Era gregamente a</i>
187	24 <i>também das areias</i>	<i>das lagoas</i>

		<i>Onde se lê:</i>	<i>Leia-se:</i>
pág.	linha		
190	9	(L. II, en. 95)	(L. II, en. 91 e 92)
»	29	onde	onde vai
196	27 e 29	<i>chondrilla</i> (L. II, en. 125)... en. 127)	<i>condrilla</i> (L. II, en. 127) ...en. 125)
198	13	Don.	Don. (<i>Empetrum album</i> L.)
199	8	(L. II, en. 157)	(L. II, en. 156)
205	13	Arosco	Oroseo
207	2	com o	com a adução do
»	6	<i>legução</i>	<i>legacão</i>
»	18	vulgar	vulvar
210	9	dadas	dados
219	2	Índia» do Albuquerque e do	Índia do Albuquerque» do
»	19	enumerativo	enumerador
220	23	<i>insucchari</i>	<i>in succhari</i>
221	2	<i>condita succarina</i>	<i>condita zuccarina</i>
»	13 e 14	<i>insulam Maderiam</i>	<i>insulam Maderia</i>
230	18	<i>ambarium</i>	<i>ambarum</i>
233	10 e 11	Caramandel	Coromandel
234	16	<i>Canaris insula</i>	<i>Cananoris insula</i>
236	35	<i>abxit</i>	<i>abest</i>
238	15	<i>fide</i>	<i>fides</i>
242	26	explícito	mais explícito
250	10	(L. III, en. 92)	(L. III, en. 91, 92)
262	15	<i>cornu subcubitale</i>	<i>cornu semicubitale</i>
267	14	Gil da Tristão	Gil de Tristão
277	30	da <i>Myrozylon</i>	do <i>Myrozylon</i>



Nota editorial

Este volume póstumo de Ricardo Jorge corresponde integralmente ao texto que, começado em 1907, o Autor dava por concluído em 1909 e que só anos mais tarde, aditado e corrigido, entregou — com o título de «Comentos à vida, obra e época de Amato Lusitano» — para publicação, numa revista médico-histórica, que se arrastou de 1914 a 1916 e se suspendeu sem chegar ao seu termo; — ao pequeno trecho saído num jornal médico em 1936; — e ao último capítulo até ao presente mantido inédito.

Maus fados de berço perseguiram o aparecimento deste trabalho, escreveu o Autor em 1936 ao anunciar a publicação de mais um pedaço, a juntar aos outros que anteriormente, havia tantos anos, se tinham publicado — descorçoado de os chegar a ver um dia a todos enfeixados em livro. E que realmente assim tenha sido, não há mais que segui-lo para crer.

Começado em Maio de 1907, durante um curto repouso em Belas, o Autor, arrastado pela leitura do livro recém-aparecido de Maximiano de Lemos, de tal modo se engolfou, de pena na mão, na lição da obra e do tempo de Amato, com tal azáfama, que ao cabo de dois meses estava traçado

todo o lanço correspondente ao ciclo biográfico e científico até à sua partida de Portugal.

Ao correr dos textos biográficos ejecta-se dele tinha a linha uma figura grandiosa e moral do Cinquecento. E como os intelectuais da Renascença foi caminheiro, a que por toda a parte se abrem as portas das Escolas e o trato dos Sábios.

Continuando no ano seguinte, ficava o texto integralmente prontificado em meados de 1909. No ano anterior saíam três curtos excertos na Medicina Contemporânea (de 21 de Junho, 23 de Agosto e 20 de Dezembro), e em 1910 um nos Archivos de História da Medicina Portuguesa (de 10 de Fevereiro).

Reconhecida pelo Autor a impossibilidade de lhes fazer ver a luz do preto, acama na sua secretária os quartos de papel; jazeriam no limbo se não fossem as instâncias de Maximiano de Lemos pela inserção nos seus Archivos, onde efectivamente, mas fragmentária e descontinuamente, de 1914 a 1916 (em Fevereiro, Abril, Agosto e Dezembro de 1914; Dezembro de 1915; Fevereiro, Abril e Junho de 1916) apareceram a Carta ao prof. Maximiano Lemos, a Introdução e os capítulos I — Na Terra, II — Em Salamanca (5 §§) e III — Por Portugal (3 §§).

Colige-se uma separata, de que se imprimiram 50 exemplares que só chegaram às mãos do Autor em 1924.

Em 1933 vistumbra-se pela primeira vez a possibilidade duma edição total, mas no mesmo momento se dissipa.

Faltava como complemento da parte publicada, a da eslada de Amato em Lisboa e principalmente o estudo largamente documentado das preciosas referências cothidas nos seus livros às conquistas dos portugueses e às drogas das Indias.

Amato foi dos primeiros a olhar com vista de botânico e de médico os simples e as drogas luso-indias; precedeu Garcia d'Orta. Pontua com amor geográfico e patriótico no mapa asiático os berços da produção das drogas e as vias do seu trato mercantil. Compendia a geografia das possessões, feitorias e tratos dos portugueses; e especifica os géneros nos seus caracteres diferenciais, de natureza e procedência. Na dianteira, na valia e na vastidão é preciosíssima a sua na maior parte desconhecida contribuição à Geografia Botânica e à História da Merciologia Portuguesa.

Em 1936, a instâncias do dr. Armando Narciso, redactor da revista Clínica, Higiene e Hidrologia, seria publicada (em Setembro) esta segunda parte, arrancada ao esquecimento depois de 26 anos de sono pesado nas gavetas. Mas ainda desta vez o vaticínio não se cumpriu, pelo menos completamente; o último capítulo sobre As Conquistas e as Drogas das Índias teria de aguardar para ver a luz do prelo outros 26 anos.

Trabalho saído quase de um jacto das mãos do Autor, e acrescido de notas e aditamentos, intercalados durante um largo período de anos, à medida que se publicava aos pedaços e incompletamente, esta primeira edição total exigiu uma atenta revisão geral no sentido de uma uniformização, o cotejo minucioso dos textos publicados com os manuscritos conservados, e, sob dois aspectos particulares, uma revisão especial que merece mais detida referência:

— *Destinado de começo a um círculo restrito de eruditos — como «simplex ensaio de apresentação crítica e brevemente comentativo» do livro de Maximiano de Lemos — não acompanhou o Autor o texto das correspondentes citações*

bibliográficas, antes foi em demasia parcimonioso, quer quanto ao seu número, quer na minúcia indicativa dos nomes dos autores, dos títulos ou das datas. Dir-se-ia que as considerou supérfluas, como se houvesse de ser tido apenas pelos últimos representantes e poucos continuadores daquela «verdadeira escola historiográfica da medicina portuguesa» que viçava no Porto ao tempo do seu aprendizado médico. Reservava-se, no entanto, como explicitamente o deixou indicado numa passagem de um dos manuscritos, para lhes dar o devido desenvolvimento na devida oportunidade.

A despeito das pesquisas feitas só muito incompletamente se pôde dar cumprimento a essa intenção; de numerosas espécies bibliográficas não foi possível a consulta directa e de algumas mesmo nem sequer qualquer outra indicação, — inexistentes nas Bibliotecas oficiais onde se procuraram, e para cuja consulta o Autor certamente as recebeu, por empréstimo, de Livrarias particulares há muito desaparecidas.

— No decurso dos poucos anos de estada em Portugal, além da prática clínica — a sua devoção professional — a que a miúdo atude, a Matéria Médica era decididamente para Amato desde Salamanca uma preocupação continua. Mostra-a a grande cópia de referências onomásticas e topográficas histórico-naturais, particularmente às plantas de Espanha e Portugal e aos símpticos exóticos de que teve a honra de ser o primeiro descritor.

A individuação das espécies dos velhos praxistas perante a Sistemática moderna, constitue um problema por vezes espinhosissimo e até insolúvel — bem o compreendeu o Autor, mas num esforço superior, como diz, à sua capacidade,

preencheu um terço do seu trabalho de notas arrancadas aqui e ali, com a possível identificação histórico-natural que submeteu, como indica, à apreciação de autoridades portuguesas das mais categorizadas da época.

Foi a Nomenclatura que mais sofreu com as vicissitudes da sua própria evolução e consequentemente forçou à adjunção duma sinonímia válida, que se fez acompanhar da indicação das Famílias Naturais, por generalização, a todos os táxons, da prática adoptada pelo Autor apenas em alguns raros casos.

Que não esqueça a informação de que qualquer alteração ou aditamento aos textos publicados ou ao manuscrito inédito estão indicados por colchetes, mesmo os correspondentes a indicações do Autor.

Não foi finalmente das menores dificuldades a da selecção das novas figuras ilustrativas (as do Amato não se prestavam a reprodução) que figuram nesta edição, colhidas na lista deixada pelo Autor em termos aliás demasiadamente sucintos.

Fizeram-se em suma todos os esforços por respeitar ao máximo, ou mesmo adivinhar o Autor, sem a pretensão de ter conseguido preencher mesmo de longe a falta da sua intervenção insubstituível.

Na carta prefacial a Maximiano de Lemos, ao endereçar-lhe «o borrão» do texto do Amato, dizia o Autor: — «E ele aí vai, atirado a uma publicação estéril; porque para mim já me deu a única fruição possível, a das horas distraídas do trabalho». Pura expressão de um cepticismo real?... Nas suas últimas disposições íntimas ainda se sente a

mágoa com que lembra o seu Amato ao recomendar a futura edição definitiva.

Ei-la. Ela aqui está a compensar os esforços dispendidos na convicção certa do júbilo que causaria ao Autor o seu aparecimento... mesmo como está, sem o afluxo de mais notas, referências e citações a enriquecê-la... sem o fecho que lhe falta e que desesperançado da sua oportunidade não chegou a escrever.

Relevem-se como dignas do maior reconhecimento as cedências: pelo Dr. D. Fernando de Lancastre, do *Dioscorides*, Lorenzo Perez e Juan Fragoso; e pelas Bibliotecas: da Faculdade de Medicina de Lisboa (as *Centurias*); da Academia das Ciências (Vidal y Diaz); das Secções de Botânica e de Zoologia do Museu Nacional de História Natural (Matthiolo, Clúcio, Bauhino, Flückiger e Hanbury ed. fr. de Lanessan, De Candolle, Engler-Gilg, Engler e Prantl, Index Kewensis, Exell, Mansfeld, Grassé, Chopard, Thiele, Günther, Fowler, Spillmann, Trouessart, Lydekker); e da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais (Simpson). Indique-se como da maior valia a contribuição bibliográfica dada pelas consultas na Biblioteca Nacional e, entre outras, nas Bibliotecas da Faculdade de Ciências de Lisboa (*Enciclopédias*) e da Sociedade de Geografia (Scherer).

Foi extremamente penhorante a intervenção do Prof. Dr. Miguel Junquera, Adido cultural da Embaixada de Espanha em Lisboa, na obtenção da data exacta do t. XV. da *Col. de doc. inéd. para la Hist. de España* (cit. na pág. 83), devida ao obséquio do Prof. Dr. Ricardo Spinosa da Universidade de Salamanca, e na aquisição das fotografias salmantinas correspondentes às gravuras de págs. 39, 59, 61 e 63.

Carta ao prof. Maximiano de Lemos

O seu livro (1), meu caro Maximiano, surgiu-me através dum envoltório perfumado de saudade.

Evocou-me a angosta quina onde se acantoava a Escola do Porto naqueles felizes tempos do nosso aprendizado médico. Alçou-me perante os olhos visionários a colunata da varanda, o ático académico e o mono do Hipócrates do tímpano — o deus vivo do ancestral Ferreira Braga, um quinhentista ressuscitado, que por pouco não tivemos a dita de ouvir na exegese dos textos hipocráticos, proferida com todo o orgasmo helenístico, tal o velho Aires Barbosa na Cátedra de Salamanca. Retratou-se-me na memória visual, figura por figura, a fila negra da lentaria na tribuna da sala grande, de barrete e garnacha de mangas sem fim — fantasmáticos avejões aos meus olhos tímidos de caloiro.

Trouxe-me a sombra da árvore do ponto, sob a qual deletrei o Beaunis do Lebre e o Jaccoud do Monteiro — a árvore daquele terraço peripatético, que ao findar

(1) Amato Lusitano. A sua vida e a sua obra, 1907.

do ano, quando a sineta da chamada emudecia e o Baltasar jarreta entesoirava as cadernetas na sórdida baiuca, nos presenteava a sua inflorescência, ensaiando e tingindo as corolas com a exuberância das nossas alegrias.

Sussurrou-me ao ouvido alucinado o eco dos risos de uma mocidade esfuziante — compasso inicial e único duma vida aflitiva de trabalhos, tempo tão alheio já de mim que mal me reconheço nesse arripiar de trinta anos.

Sunt lacrymæ rerum... Tudo miragens do passado!

Da mestrança do meu tempo, a maioria amputou-a a foice da morte, outros jubilaram-se à esquerda do Gramacho — o patriarca da casa, venerando decano dos práticos portugueses — e só um subsiste no ensino activo, Augusto Brandão, o velho companheiro e raro amigo. A Escola refugiou para o armazém onde hoje ostenta a fachada charra; a árvore drúidica, donde penduravam os alaúdes Camilo Castelo Branco, Júlio Dinis, Custódio Duarte e José A. Vieira, foi inolada a uma banal e geométrica palmeira de alegrete camarário. E este seu velho amigo, rombo e mazombo, desfibrados os nervos vibráteis e calcarizadas as cerebrais no pendor duma senilidade sorna, vegeta sumido, galeote de secretaria, chumbado o tornozelo aos bancos da galé do Terreiro do Paço...

No qual tempo, dentro desse obliterado torreão do Hospital de Santo António, viçava uma verdadeira escola historiográfica da medicina portuguesa.

José Frutuoso Aires de Gouveia, numa oração inau-

gural, avultava as figuras proeminentes dos nossos grandes médicos e cirurgiões do passado; e por sua morte a Escola entrava de posse, por legado expresso, da sua compendiosa colecção de livros médicos portugueses, a que havia de suceder a rica doação do dr. Carlos Lopes. Nas lições intercalava, de vez em quando, trechos encomiásticos dos velhos autores, em frase pomposa e alambicada; lembram-me os sorrisos irreverentes e os epigramas arrapazados com que nós acolhíamos os comentários à Arte com vida e vida com Arte e a anedota do mestre dele, o Simpson de Edimburgo, a elogiar o protoginecologista Rodrigo de Castro pela sua flagrante observação das hemorroides do útero.

Com que vivo e admirativo transporte me vem à ponta da pena o nome de José Carlos Lopes — espírito tríplice de cientista, de artista e de humanista. Alma de escol, refugava a fobia de sábio e de letrado no ciclo estreito da sua biblioteca e da sua Escola; nunca conheci ninguém que mais radicalmente professasse de instinto e de propósito o salubérrimo mandamento de Horácio — Odi profanum vulgus et arceo — único arnês contra os assaltos deste meio baixamente maléfico e agressivo.

Conhecia com erudição, crítica e gosto toda a nossa literatura médica e não médica; de livros e informações, tudo prestado com mão galharda e larga, era ele o principal ministrante aos lusitanistas da terra e até de fora dela. Lembro-me da perfeitíssima oração a engrandecer a contribuição dos portugueses à Medicina e à Ciência universais, proferida por ocasião do concurso de Urbino de Freitas — lição magistral e plena, naquela dicção ática e didáctica que era o seu modo habitual, requin-

tado naquele dia a um grau raro atingido por certo em Cátedra portuguesa.

Seu émulo e companheiro, emparelhado nos mesmos primores de erudição, repositório igual dos tesoiros do passado, escrupuloso e sagaz comentador dos velhos mestres, o dr. Pedro Dias, esse temo-lo, felizmente ainda, repoisando a sua fresca velhice de sábio antigo, honrada e considerada, no recesso da amada livraria e nas moitas floridas do seu eremitério de Paranhos.

V. entrou-se nesta paternidade espiritual, honrando a filiação. Logo a sua Tese Inaugural desenhava um excelente esboço da medicina portuguesa. Estava traçada a geratriz dum ciclo de trabalhos. Criava os Archivos de História da Medicina Portuguesa, onde se repositaram contribuições de valor, avultando os artigos modelares de Carlos Lopes e Pedro Dias que decerto, sem as suas instâncias, nunca viriam a lume; o Rodrigo de Castro e Os primeiros mestres da faculdade medica de Pedro Dias sobressaem pelo cunho magistral que serve de toque a trabalhos tais — apuro de dados e juízo crítico.

Vinha, enfim, a História da Medicina em Portugal, ensaio sobre a evolução médica do País pelos tempos fora, representada nos seus homens, livros e fases. A esta sistematização geral succedem agora os quadros parciais, as monografias, inauguradas por uma figura eminente do século dos Quinhentos, das maiores que luziram nesta terra estreita para a sua glória — AMATO LUSITANO. Que melhor testa de fila havia V. de escolher para a sua procissão de resurrectos?

Ao atentar nesta tarefa, surpreendem a canseira e a

paixão que a alimentam — móbil intrínseco que só em si próprio encontra recompensa. O seu esforço de excavação na gleba do nosso passado médico é mais capaz de comover as cinzas brutas dos defuntos seculares ou a polilha viva que lhes roe as obras, do que a mente pseudo-ilustrada dos nossos contemporâneos. Quem é alheio aos chamarizes da turba e a vanglórias de pacotilha, não tem que importar-se com o sudário que estes getas colam ao corpo dos escritores de gabinete.

A Historiografia anda a tocar ao viático nestas terras de Fernão Lopes. A Europa douta, e na vanguarda a Alemanha, fez do século XIX ao mesmo par o século da Ciência e da História. Foi-o também para Portugal; no seu meiado deu-nos um historiador austero e grande, Alexandre Herculano, e no seu último quartel outro, brilhante e degenerado, Oliveira Martins. O século XX português, derreado sobre a actualidade momentânea, na amnésia do passado e na inconsciência do futuro, esse, como painel histórico, amostra literária, e esforço mental, sincretiza-se num género único — o dos papéis; é, salvo seja, o século das gazetas.

Anda totalmente desprezada pelos profissionais a História da Medicina, mesmo a lusitana, e sobretudo essa — manifesto geral da lusofobia que caracteriza todo o bom português dos nossos dias. Livros e autores vivem apenas na memória e na distracção de bibliógrafos e bibliófilos — espécie aliás cada vez mais rara, compassivamente olhados como inocentes maníacos.

Entrou por aí de moda um figurino de prosápia ilustrativa, que tem por marca o made in Germany. Pois olhem para o que dá de si a douta Alemanha —

esses tudescos de quem já Amato adivinhava a preeminência cultural, quando escrevia — Germani hodie litterati.

Depois daquelas beneditinas Bibliotecas Médicas do Haller, funda-se ao romper do século XIX com o famoso Sprengel a moderna História da Medicina, erudita e bibliográfica, evolucionar e crítica.

No último quartel surge a soberba História do Haeser; e, logo entrado o XX, Puschmann, o professor de Viena, traça o plano do monumental Handbuch der Geschichte der Medizin, levado a cabo em 1905, graças ao sistema cooperativo adoptado pelos alemães, com o concurso dum enorme estado maior de colaboradores especiais; parca nos dados descritivos de bibliografia e biografia autoral, a obra de Puschmann constitui um repositório imenso do desenvolvimento de todas as ciências médicas, ramo a ramo, espécie por espécie, estadio por estadio. Essa faina continuam os seus dois principais autores, Pagel, professor de História Médica na Universidade e no Instituto de Medicina Social de Berlim, e Neuburger, o sucessor de Puschmann na Cátedra de Viena, que está editando agora mais um complexo Tratado da sua ciência professoral.

Existem revistas da especialidade, como o Janus de Leide e o Archiv für Geschichte der Medizin de Leipzig, e Sociedades de cultores da História da Medicina e da Medicina aplicada à História. A própria França, arredia e atrasada, acaba de ensaiar uma fundação análoga, graças a Cabanès, que com tanto êxito e brilho excava a grande e a pequena história do seu

país, resolvendo tantos dos problemas dela com a chave da sua clínica retrospectiva.

Florescem nas principais Escolas os Cursos e até Cadeiras médico-históricas, consideradas como integrantes duma plena ilustração profissional na própria América, onde a Universidade de John Hopkins é hoje um centro importante de investigações sobre o passado médico.

Diga-se em verdade que esta Escola de Lisboa — que me acolheu num passo tormentoso da vida, de quem posso dizer com a gratidão respeitosa de Horácio o «et præsidium et dulce decus meum» — ao formular há pouco um plano integral e adaptado de reforma de estudos, nele entendeu que devia inserir-se um Curso Complementar de História Medicinal (1).

Abrem-se Exposições da velha medicina e dos velhos médicos, como as de Leide e Berlim, onde se colecta e se exhibe tudo quanto do passado remanesce em matéria de profissão e profissionais — quadros, retratos, gravuras, edições, material, instrumental, etc. (2).

(1)* A reforma vigente, promulgada em 1911, consagrou uma Cadeira à História da Medicina.

(2)* Acaba de abrir-se agora em Londres, perante o Congresso Internacional de Medicina de 1913, o grande *Museu Médico-Histórico*, fundado e coleccionado com paixão e saber pelo milionário Henry Wellcome, chefe da célebre casa mundial de farmácia. A inauguração a que presidiu o dr. Norman Moore, presidente da Secção de História de Medicina do Congresso, serviu para mostrar que, além do gozo intelectual e da curiosidade histórica, semelhante exposição tem um alcance educativo para a moderna geração e constitui um elemento inapreciável de cultura médica e não médica.

São enfim as próprias gazetas clínicas, destinadas ao prático, que amiúde inserem artigos, cada vez mais interessantes e apreciados, sobre a vida e figura de antigos médicos, e sobre as mil revelações da nossa ciência quando aplicada à crítica histórica, literária e artística.

Ainda há pouco (Maio de 1907) o Bristish Medical Journal estampava os perfis de alguns médicos da Corte Londrina dos séculos XVI e XVII, judeus portugueses: — o Rui Lopes, médico da Rainha Isabel, ganhuceiro desafortado, avarento sórdido, que passa por ter servido de modelo ao Shylock de Shakespeare — e o ilustre Fernão Mendes, ceça de famílias aristocráticas de hoje, médico da nossa Catarina de Bragança e de Carlos II, um dos vulgarizadores da quina com a famosa Água de Fernão Mendes, da qual o nosso D. Pedro II comprou o segredo (Curvo Semedo).

Foi nesta corrente que em 1901 nada menos que na Zeitschrift für klinische Medizin, de Berlin, appareceu um estudo analítico e crítico, magistralmente executado — Amatus Lusitanus und seine Zeit: Ein Beitrag zur Geschichte der Medizin im 16. Jahrhundert — assinado por Max Salomon e dedicado ao ilustre August Hirsch, o mestre da História-Geografia Médica. Que surpresa a sua ao descobrir-se antecedido, sem o saber, pelo germano, mas também que regozijo ao ver um estranho entretido com amor no ressurgimento duma glória nacional. Max Salomon é por sinal um Sanitätsrat, como tantos outros que colaboram no grande Manual de Puschmann. Eles, na terra onde luz a Ciência Sanitária, não desdenham estas frioleiras, e exibem-nas nos livros e revistas. A sua sombra defensiva me recolho, nesta

terra onde a Higiene é tão vã como grega, onde corpos e almas andam rebeldes ao sifão.

Quantos exemplos não viriam adrede, de estrangeiros que do passado deste Reino fizeram objectivo de trabalhos. São tantos e tão repetidos que decididamente vão fazendo de nós uma anexão mental. Quem quiser inteirar-se a valer do que quer que seja respeitante a Portugal — salvas honrosas contribuições indígenas — há-de forrageá-lo por força na imprensa estranha — História militar, marítima e colonial, História científica, Crítica literária e filológica, Arqueologia, Architectura e Pintura, etc., etc. E tudo isto se produz e se edita, perante tamanha indiferença e boçalidade nossa, que só é comparável à de qualquer póvoa polinésica, etnografada por um viajante civilizado. Que quererá dizer a ideia de pátria num País que, acometido da mais profunda amnésia, amputou a consciência do seu passado e o abandonou aos forasteiros?!

Agora reparo que esta pena parece estar molhada em tinta de biliverdina; expurgo-a já desse nocivo pigmento. Pilotemos a escrita pelo norte marcado pelo Mestre Amato quando preceitua que o médico seja gravis e que as suas falas grata sint decet; verdade seja que ele próprio, tomado de razão, às vezes acidula o latim até à causticidade.

Ao tempo (Maio de 1907) que lia o seu saudoso e saudável livro, estava em Belas a tonizar a arca numa pausa rara de paz relativa de corpo e espírito. Ali escrevi a maior parte desta carta, docemente emocionado, a ouvir cantar o galo de Esculápio à sombra dos

carvalhos, no mesmo recolhimento plegas com que Castilho escutava debaixo da olaia a cigarra de Anacreonte. Trazia precisamente entre as mãos as Centurias do Amato, por causa dum trabalho encomendado pelo illustre malarista Celli, no qual estava sumariando a contribuição dos epidemiologistas portuguezes ao estudo do sezonismo; e à frente vinha o Amato, exactamente pelos dados referentes à endemia italiana.

Arrastado e guiado pelo seu livro a que queria prestar homenagem, engolfei-me de pena na mão na lição atenta e rebuscada da obra e do tempo do Amato. O que era a princípio um simples ensaio de apresentação crítica e levemente comentativa, foi-se adensando e dilatando. Leituras acumuladas, documentações explicativas, investigações frutuozas, acenderam-me uma febre grata de trabalho; ao cabo de dois meses, furtando horas à ímproba faina quotidiana, estava escrito todo o lanço correspondente ao período peninsular do ciclo biográfico e científico do Amato.

Depois vieram meses e meses de trevas e dores num horror de morte; mal clareada essa noite de angústias, aos poucos fui emendando e remendando o borrão. E ele aí vai, a instâncias suas e de alguns amigos, atirado a uma publicação estéril; porque para mim já me deu a única fruição possível, a das horas distraídas do trabalho. Fallitur hora scribendo.

Ah, meu Maximiano, mas como toda esta epístola está infestada do moi haïssable. Pegou-se-me a manha do Amato, «nimius de se ipso scriptor» como resmungo o azedo Haller. Que afinal o egotismo está no escrever

sobre o que quer que seja; é a maior das presunções do eu. Dessa me não absolvo, mas conto, e tanto me basta, que lá no outro mundo Amato, o varão justo, me propicie o Arcanjo Rafael, ministro de Iaweh, e que cá sinta o sorriso aberto do seu biógrafo, do devotado amigo que V. é.

Vale, vir amicissime!

Belas, Maio de 1907.

Santa Apolónia, Maio de 1908.

RICARDO JORGE

Introdução

Talha o porvir à memória dos grandes homens, fado vário através dos tempos; é uma espécie de vida pós-tuma, tanto ou mais faseada às vezes do que a vida efectiva no curso da existência que lograram no mundo. Assim aconteceu àquele que em medicina e letras se chamou *AMATO LUSITANO*. Desde que, vai para quatro séculos, se inscreveu nas laudas da Medicina Universal, não mais se desgravou dali o traço reluzente do seu nome; mas o quilate dos seus predicados científicos e literários, esse tem sido cotado ao sabor dos juízos descontraídos da censura, tantas vezes desviada, pela ignorância e pela paixão, da via recta da verdade.

Essas vicissitudes *post mortem* são a prolação das que passou *in vitam* o grande médico; como os coetâneos, a posteridade foi-lhe ora hostile, ora fagueira.

A poucos terá salteado tanto a roda da ventura. Honras, gozou das maiores a que pode mirar a ambição profissional, este estrangeiro que se vê chamado ao trato e à cabeceira dos grandes intellectuais da Eu-

ropa, e que em plena Itália, então a matriz do saber, ocupa o posto de médico-conduto de senado urbano, de físico de embaixadores, de cardeais e do próprio papa, convidado até para médico cubiculário de testas coroadas. Glória, a conquistada no aturar do estudo e da pesquisa, a crescida no apreço crítico dos profissionais e no lume da imprensa, ganhou-a o Autor das *Enarrationes* e *Centuriae*, tantas vezes editadas na Itália, na França e na Alemanha, o amigo intelectual e cordial dum Brasavola e dum Cannani, o docente da Universidade de Ferrara, que se perfila entre os instauradores da Clínica, da Anatomia, da Botânica e da Farmacologia, resumindo num só cérebro todo o esforço possante do grande século da Renascença Médica.

Mas que de desfeitas nesta rota de triunfos. Verga-lhe os ombros o ferrete judaico, fatalidade de raça que o obriga a calçar as sandálias do Ashaverus, foragido da Península, peregrino europeu de poente ao norte, de norte ao sul, do meio-dia ao levante, calcando no mapa o trilho da dispersão israelita da sua terra, acossado aqui e além pela atroz perseguição religiosa.

Dos seus pares na ciência e na arte não lhe escasseiam as ferroadas, ervadas de inveja e até de ódio. Desbalizam-se os seus trabalhos de inovação, desdenham-se as suas melhores contribuições ao avanço da Medicina, põe-se em dúvida ou contesta-se a própria boa fé e a verdade do observador e do escritor. Anatómicos como Eustáquio mofam do descobrimento da válvula da ázigos. Clínicos como Crato de Krafftheim

dão por fingidos os casos mais notáveis das *Centurias*. Cirurgiões como Francisco Diaz recusam-lhe o papel de iniciador da terapêutica das estrituras uretrais. Botânicos como Matiolo arremetem contra a sua diagnose dos sîmplices.

Este iracundo simplicista, epileptizado pelas aliás moderadas críticas de Amato, desata numa convulsão de invectivas qual delas mais soez e grosseira. O seu *factum* contra Amato é uma das produções mais miseráveis da polémica sem carácter, da baixa agressão facinorosa. Late-lhe a cada passo a vaia de judeu relapso, inficionado de apostasia; ele não passava dum marrano imundo, da sua Pátria e de toda a parte afugentado.

Era o *odium scientificum* de gorra com o *odium theologicum*. Era a intolerância de crenças a sufocar a imparcialidade crítica e a acirrar os despiques da inveja ruim. Era um sinal dos tempos, e desgraçadamente de todos os tempos, até dos de hoje em que os homens e as ideias amiúde se contrastam por esse mesmo toque passional, tão falseador e tão mesquinho.

Ora em nome da religião, ora em nome da irreligião, o critério muda apenas de sinal; o seitarismo, atijando as mesmas violências morais e até materiais, domina como outrora, pregado quer em nome da humanação do Verbo, quer em nome da deificação da turba. Até quando serás tu, ó decantado livre-pensamento, uma locução mentirosa e vã?!

Nenhum talento escapa à moeda do desapareço, mas há homens a quem ela persegue fora das marcas, e

Amato foi uma dessas vítimas de eleição. Nenhum judeu, por próspera que o bafejasse a fortuna, deixou de sofrer da repugnância mais ou menos declarada que a todo o fiel provocava o fedor do sangue hebraico; se ainda agora subsiste o anti-semitismo, que faria então! Mas não sei de nenhum outro médico judeu, foragido da Península, que mais se visse tratado na polé da intolerância — ele, tão varrido de superstições hebraicas e de obsecações anticristãs, tão sem mancha de prejuízos dogmáticos e filosóficos, tão limpo de carácter e de acções. É bem certo que das calúnias não se apaga o rasto; as contra o Amato tiveram bocas que as repetissem, e até, quem o diria, na pena do grande Haller se reflectiram. Custa a ler esta frase, indigna do célebre pensador de Berne: «*Male audit iste judæus...*» Sempre a nota ominosa do roaz Matiolo!

A corrente dos louvores coexistia e por vezes sobrelevava o desconcerto dos zoilos; nem alcançavam desqualificá-lo nem desmarcá-lo. Não havia meio de negar-lhe menção. Perdurava e medrava a sua memória, até que pouco a pouco vêm vindo ao longo do século XIX os testemunhos da sua consagração definitiva. Afirmava-se enfim a justiça histórica.

É primeiro o Sprengel que lhe apropria lugar de direito na evolução médico-científica e se pronuncia contra as injustiças que tinham empanado as suas contribuições anatómicas e cirúrgicas. É depois Malgaigne que na sua sempre notável História crítica da Cirurgia (1840) exalta a adaptação sobre-excelente com que Amato levou de par a medicina e a cirurgia. É o erudito Chéreau que na galeria do Dechambre (1865) julga que

as suas obras o graduam entre os homens que mais honraram a nossa profissão. É Laboullène que, ao findar um estudo magistral sobre os anatómicos da Renascença (1886) em que realça o poderoso movimento disseccionista dos anfiteatros italianos onde iam leccionar-se todos aqueles a quem pruíra o estudo da organização humana, ilustra esta fila de sábios estrangeiros atraídos pelo progresso científico da Itália, com os nomes de Vesálio, Amato e Harvey. Amato entre Vesálio e Harvey!

Este movimento crítico acentua-se nos poucos anos decorridos deste século. No grande *Manual* de Th. Puschmann, M. Neuburger, o eminente professor de Viena, na monumental *Einleitung* da *Nova Idade* da Medicina (1903), distingue as obras casuísticas de Amato, com as de Luís Mercado e Zacuto, como merecedoras de caloroso reconhecimento — *warme Anerkennung* — e, na série dos experimentadores que desentranharam a anátomo-fisiologia arterial e venosa, estampa o nome de Amato, antecedido de Silvío, Vesálio e Cannani, seguido de Sarpi e Fabrício d'Acquapendente; H. Chiari, de Praga, realça o muito que ele se ocupou da Anatomia Patológica; E. Schaer, de Estrasburgo, destaca, como principais comentadores do *Dioscorides*, Amato Lusitano, Valério Cordo e Matiolo, e como introdutores da disciplina científica da Farmacognózia põe mano a mano Amato com Matiolo, não esquecendo ainda a sua contribuição à Toxicologia ao lado de Baccius e de Brasavola.

Enfim duas monografias inteiras e integradas se consagram ao Amato — uma alemã de Max Salomon

(1901), outra portuguesa de Maximiano de Lemos (1907), ambas monumentos condignos de tamanha memória, e independentemente um do outro erigidos.

O grosso do livro de Maximiano de Lemos é a vida do Amato referida aos lugares variegados onde poisou e dos homens graves que tratou. Desfolha as páginas dessa vida acidentada, passagem por passagem, das páginas dos seus livros. Arranca-lhes uma verdadeira autobiografia, catando-as e rebuscando-as, como esmerilhador de raça, e ao mesmo passo geografa as terras onde se deteve o seu pé peregrino, esclarece e noticia até onde pôde, os nomes da mó de varões preclaros, clientes e amigos, topados nos estadios do cosmopolita. Esta tarefa de registro e notícia tem por epílogo a apresentação sucinta da obra científica do Amato.

Toda esta documentação e comentação é arrumada com método e traduzia em linguagem correntia e translúcida, sincera e franca como a obra do trabalhador.

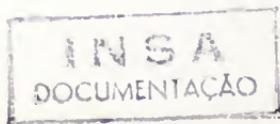
Riscou programa análogo Max Salomon, executado numa harmonia de exposição histórica, metodizada pelas praxes germânicas; traz o carimbo da terra onde a História assentou o seu mestrado. Mais parco em citações de minudências e mais reduzido no volume, menos compendioso nas coisas judiográficas assim como nas peninsulares, do que o livro de Maximiano de Lemos, o trabalho do erudito alemão assinala-se pelo ajuste médico-histórico da obra do Amato nas suas múltiplas feições, acareada com a dos seus temporâneos e imediatos sucessores.

Os dois reforçam-se pela sobreposição coincidente

e completam-se por adição recíproca. Conjuntos, sublevam o bloco magistral do Amato, inscrevendo, um no socalco do monumento a sagração reconhecida da medicina mundial de hoje, outro a dívida tardia da pátria-madrasta que o enfeitado doutrora tanto honrou e amou.

Exauriu por ventura este volume geminado a vida, a época, a obra do grande médico quinhentista? Não o pretenderam por certo os seus devotados Autores, forçados a limitar-se. Na mina jaz ainda que cavar e extrair, e que defecar e contrastar no minério arrancado. À análise sobeja tarefa para minuciar, e quanto mais aos comentos de elucidação, às vistas explicativas, e às sínteses parciais ou totais da figura científica e social do Amato.

Ao correr dos textos biográficos, ejecta-se deles linha a linha uma figura grandiosa e uma visão forte. Rompe os moldes expositivos esta personagem omnímota que palmilhou a Europa aos ziguezagues da peregrinação, numa quadra, famosa entre todas, em que a linha evolucionar do espírito científico da sociedade europeia se inflecte bruscamente; — que poisou no Portugal de D. João III e na Espanha de Carlos V, nações fastigiadas de glória, na Flandres mercantil, artística e reformadora, na Itália em pleno alumiar da Renascença, no Levante enfim fresco ainda do helenismo bizantino; — que se acoitou nos ninhos esparsos da sua raça activa e civilizante, desde os restos da humilde judiaria da Beira aos *ghettos* do Adriático; — que conheceu os empórios por excelência do comércio mundial, Veneza a trespassar a sua grandeza a Lisboa e Lisboa a Antuér-



pia; — que perpassou em corpo e espírito pelas matrículas ubérrimas onde se gereceram e pojaram as magnificências do século dos Quinhentos; — que ouviu de viva voz e versou, no trato inefável dos doutos, os homens supremos do tempo, os letrados, os humanistas, os filósofos, que ajudaram a despegar titânicamente o cérebro humano das raízes tenazes da Antiguidade e da escuridão estioladora da Meia-Idade, dando-lhe tanta vida e tanta luz que jamais houvesse parança no seu desenvolvimento monstruoso através dos séculos. A vida dum homem assim é uma odisseia radiante. Encorpora-se na história do seu tempo, encarna e representa as suas energias e feições.

Do que escreveu e deu a lume, ressalta este valor representativo do Amato Lusitano. Nos *Comentarios e Centurias* divisam-se a cada passo pègadas de personagens, narram-se incidentes discretos e indiscretos, desenham-se grandezas e misérias individuais e colectivas. O registro clínico dos achados científicos e do encontro dos casos mescla-se duma crónica mundana, descritiva e social. Não sei de livro assim, nem de nenhum outro português, nem de nenhum outro médico de qualquer tempo. Um *kodak* aberto, com as lentes da intimidade médica, sobre a paisagem humana move-diga e variegada, tal a obra deste *globe-trotter*, deste vagamundo de génio.

Tem esse preço a leitura atenta do Amato; às afirmações da sua ciência e às revelações da sua vida própria, sobreleva por vezes a nota documental e impressiva, hominal e temporal. Numa palavra, a obra do Amato assume o carácter duma crónica de subsídio

para a Historiografia do século XVI, para a qual contribui com tantas espécies disseminadas e escondidas nos recessos das *Narrações do Dioscorides* e dos *Centões das curas medicinais*. O grande judeu lusitano é da casta dos *representative men*, como os apelidava Emerson — representativo do meio científico e social do *Cinquecento*.

*

Calharia aqui de intróito um relanço sobre a personalidade genérica, social, mental e moral do hebreu da nossa terra, ao fechar da Idade Média. Não se veja nisto apego às fórmulas historiais exageradas por Taine; mesmo no requinte dogmático a que as puxou o grande pensador, elas se ajustariam à génese deste Amato que, desabrochado num povoado da Beira, sintetiza em si os elementos superiores duma raça, tal qual era nestes Reinos — um super-homem, consubstanciando a intelectualidade suprema do Israel Português, no génio, no carácter, e até na desventura (1). Só assim se torna bem inteligível o pensador e o escritor, o médico e o peregrino. Sem o repormos na placenta embrionária, neste torrão germinal de judeus honrados e ilustrados, núcleo por excelência da população culta e activa do

(1)* O casticismo, como chave de etiologia social, esbarra na mescla indestrinçável da população europeia onde se acamaram todas as raças autóctonas e heteróctonas. O judeu pelo seu particularismo religioso e pela animadversão ambiente que o sequestravam no seio das nacionalidades, conservou o mais possível a autonomia étnica com o seu fundo psico-moral.

País, sem esta ambiência racial e habitacional, a personalidade do Amato dificilmente se compreende; o seu modo de ser, de pensar e de existir não surge mais como uma aberração, desde que o consideremos na sua reactividade racial e mesológica.

O que tinha então de especial e de seu a judiaria portuguesa? Dizia Metternich que «cada povo tem os judeus que merece». Portugal faz excepção à regra do agudo diplomata; deve em consciência dizer-se que teve os judeus de que por nenhum modo era digno nem merecedor.

Entre os israelitas de todo o mundo, os de Portugal consideraram-se sempre, segundo a tradição ainda hoje permanente, duma estirpe superior. Esta espécie de nobreza, apergaminhada no brioso conceito em que se tinham pela elevação de espírito e de actos, é um dado de subido interesse histórico, digno de relevar-se na judiografia, que hoje ostenta por toda a parte, e até já entre nós, estremados cultores. Quando o povo hebreu se defrontou pela boca dos seus letrados com as objurgatórias amesquinhadoras e facetas de Voltaire, Guasco e Costa, judeus portugueses de Londres, e Isaac Pinto, judeu português de Amsterdão, pleitearam vivamente esta preeminência (1).

(1) *Lettres de quelques juifs à M. De Voltaire*, 5^{ème} édit. Paris, 1781. As *Reflexões Críticas a Voltaire*, pela primeira vez impressas em Amsterdão (1762) são oferecidas em carta pelo seu autor Isaac Pinto a «Mr Per..., agent de la Nation Portugaise de Bordeaux», o famoso Jacob Rodrigues Pereira, agora tão exaltado lá fora e tão esquecido na sua Pátria.

Acima do judeu alemão e polaco, alçava-se o judeu peninsular, supremacia atribuível presumidamente a meu ver à influência da civilização muçulmana dentro da qual evolucionara o génio hebraico sem peias estúpidas e desumanas. Judeu português e espanhol consideravam-se justamente irmãos, mas o nome comum sobrelevante era o de portugueses.

Por toda a parte enxamearam no seu êxodo, de Bordeus a Amsterdão, e lembrados que na Pátria lhe chamavam *gentes de nação*, agruparam-se sempre, quer fossem de Portugal, quer de Espanha, sob o título orgulhoso de *nação portuguesa*. Nas suas sinagogas, nas suas alianças, não se mesclavam nem se encorparavam judeus doutra procedência ⁽¹⁾, e ainda hoje mantêm na Holanda o rito das antigas esnogas portuguesas e até há bem pouco o uso da língua dos avós ⁽²⁾. Os por toda a parte sem-pátria, aqui tiveram e fizeram pátria; encarnaram, e requintaram até, o intemerato espírito patriótico do português antigo. E essa fé transpunha

(1)* Da sinagoga de Amsterdão não fazem parte senão os judeus de legítima cepa portuguesa; todos os mais, qualquer que seja a sua situação social, são sistematicamente excluídos. Este exclusivismo não reina na sinagoga portuguesa de Londres, onde, mediante finança, todo o judeu rico se pode inscrever, afidalgando-se em judeu lusitano — a aristocracia consagrada da raça hebraica.

(2)* Sobre as vicissitudes da sinagoga de Amsterdão e da remanência dos hábitos e da língua nacional, ver o interessante livro do prof. Mendes dos Remédios — *Os judeus portugueses em Amsterdão*, 1911.

intacta todas as provas, o exílio, o martírio e a fogueira. Desterrados e perseguidos, roubados de bens e de família, saudavam ainda a terra do seu berço, e de pais a filhos trespassavam a piedosa herança.

E porquê? Só uma resposta há: porque pela grandeza e glória desta Pátria fizeram eles tanto ou mais do que aqueles que se julgavam seus exclusivos naturais. Como não haviam de chamar-lhe sua?! (1) «Quem contribuíra immenso — tive já ocasião de dizê-lo — para as nossas expedições descobridoras, ninguem o reconhecia. Fôra o judeu intelligente, illustrado e activo, ao mesmo par homem d'estudo e de saber, negociante

(1)* É tão tenaz a ideia de que o israelita se considera um elemento estranho ao país onde apenas se hospeda, refractário à partilha dos sentimentos e ideias que formam o espirito nacional, que ao exarar este juizo sobre o judeu português, vacilei; mas susteve-me a mão a impressão viva dos factos, perante os quais não há prejuizos possiveis. Leituras posteriores revigoraram-me essa convicção, mostrando-me que o israelita é capaz de professar, e até notavelmente, a fé patriótica dos naturais. A emancipação do judeu no meio das nacionalidades modernas vem demonstrá-lo com o exemplo de homens superiores de casta hebreia, que na França, na Inglaterra e na Alemanha souberam encarnar os altos interesses políticos. Veja-se o conhecido livro de A. Leroy-Beaulieu — *Israel chez les nations*; e a obra recente, *Les Grecs et les Sémites dans l'histoire de l'humanité*, do meu illustre e erudito amigo o dr. Ph. Hauser, incansável octogenário que com um vigor juvenil traça *ex abundantia* o panegirico mental e social da sua raça privilegiada.

e astrónomo, financeiro e mathematico» (1). Despido de espírito militar, pacifista como hoje soi dizer-se, o seu objectivo era o desenvolvimento do espírito e da riqueza, a conquista económica e científica; assim se tornou ele o factor intrínseco do nosso desenvolvimento como império e potência mundial. E quando o fanatismo religioso, associado à inveja boçal contra os que tinham riqueza e inteligência, esmagou este retalho selecto da sociedade portuguesa, quando a padraria obsecada, o *turpe pecus* das Cortes dos três braços e a política imbecil eliminaram o elemento nobre, pensante e activo da população nacional, o nosso judeu expulso, fertilizando e enriquecendo as terras do exílio, a Inglaterra e a Holanda, deslocava consigo o eixo do comércio e da navegação, da civilização e do progresso; Por-

(1) Ricardo Jorge — *Origens e desenvolvimento da população do Porto*, 1897.

Recentemente Launoy e Vanderlinden, os historiadores belgas da *Expansion Coloniale des peuples européens — Portugal et Espagne*, 1907, escrevem: «Les juifs dont l'activité contrastait vivement avec l'indolence des Portugais, étaient l'objet d'une réprobation général... Grâce à la situation, assez supportable qui leur était faite surtout à partir du règne de Jean d'Aviz, les juifs purent mettre au service de leur patrie d'adoption, leurs aptitudes commerciales et leur activité. La plus grande partie, sinon tout le commerce extérieur du Portugal, était entre leurs mains. Ils jouissaient sur toutes les places où ils trafiquaient, d'une haute réputation pour leur connaissance du commerce et



tugal esse pouco e pouco se empobrecia, sumia e bestificava.

Gerado neste meio específico do luso-hebreu, Amato saiu um intelectual e um patriota; pulsa-lhe no peito e no cérebro o coração e a inteligência da sua raça, maturada e civilizada ao sol da Lusitânia. Ao nome acolcheta com orgulho o qualificativo pátrio de lusitano e a cada passo escreve *patria mea, lusitani nostri, nostri portugalenses*, numa insistência donde se revê a saudade da terra e a vaidade do português acendrada no exílio, a evocar com ternura e honra a madраста fera que se cá apanhasse este filho amante e glorioso o abafava no *in-pace* ou o torrava na fogueira. As navega-

leur intégrité. Dans aucun pays, leur présence n'était plus utile qu'en Portugal, car ils possédaient précisément l'application et le sens des affaires qui manquaient aux autres classes de la population... Si l'on excepte les communautés juives, le Portugal était habité au début du XV^e siècle par une race sobre et robuste, mais indolente et vaniteuse, presque dépourvue de toute culture scientifique ou littéraire» (pg. 25 e 26).

Trarei para corroborar este juízo a apreciação contemporânea dum ilustre viajante italiano Filipe Sassetti que na sua carta datada de Lisboa em 1578 diz que os cristãos velhos são «gente vana, molto superba, che sa poco»; contra o cristão novo tem todos os prejuízos do seu e doutros tempos, mas confessa que possuem «intendimento sottilissimo» (*Lettere di Filippo Sassetti*, ed. Marcucci, 1855).

As Crônicas e Arquivos registram os nomes e feitos de astrónomos e médicos judeus que intervieram nos planos náuticos das nossas navegações.

ções e o tráfico dos portugueses, os produtos trazidos pelas suas naus das Índias e da América, são rememorados com a minúcia de quem se ufana no feito e o registra como contribuição preciosa ao bem da humanidade. «Muito deve a nossa idade em meu parecer — afirma ele — à obra e indústria dos portugueses, não só por nos abrirem novos reinos, mas também pelas coisas atinentes à medicina que, esquecidas ou ignoradas, vieram trazendo a lume». (*Diosc. L. I, en. 15*) (1).

O patriota rejubilava-se com o médico — médico na profissão, no pensar e no sentir, médico desde as pontas dos pés às dos cabelos. Os judeus entre nós praticavam a mercancia, a banca, a fazenda pública, os ofícios mecânicos, as artes liberais; mas uma profissão havia que quase monopolizavam — a medicina. O contacto directo com a medicina arábica explica certamente esta competência tradicional. Eram judeus os físicos do Paço, eram judeus os médicos de maior nomeada. Apesar das

(1) Das edições do *Dioscorides*, duas foram particularmente compulsadas pelo Autor: — *In Dioscoridis Anazarbei De Medica Materia Libros Quinque, Amati Lusitani... enarrationes eruditissimæ...* Lugduni, Apud Viduam Balthazaris Arnoleti. 1558; — *Idem*. Lugduni, Apud Mathiam Bonhomme, sub Clava Aurea. 1558.

Da primeira, foi agora amavelmente cedido pelo dr. D. Fernando de Lancastre, para a revisão tanto do texto já publicado como mais especialmente do manuscrito inédito, o mesmo exemplar de que o Autor se serviu para as suas referências e transcrições, e que discretamente deixou anotado. Da segunda, existe na Biblioteca Nacional de Lisboa o exemplar que o Autor também largamente manuseou e anotou. [Nota desta edição].

malfeitorias profissionais que a estupidez crassa e maligna odiosamente lhes imputou, mantiveram essa preeminência tempos fora. O médico judeu era um tipo popular e literário. Já no cabo do século XVI nos magníficos *Dialogos* do Amador Arrais, o enfermo Antíoco, tipo de nevrasténico cerebral, tem por assistente o dr. Apolónio, judeu com quem discute passos de Galeno e de Avicena. Ainda em pleno século XVIII sustentavam a primazia, e esta predilecção comunicavam-na lá por fora pela Holanda, pela Inglaterra e pela França, onde tanto judeu honrou e honra ainda os fastos da Ciência Médica (1). A nós deu-nos a mais bela série das sumidades científicas do País, desde este Amato Lusitano até Ribeiro Sanches, que dois séculos depois como que lhe reproduz a figura grandiosa em génio e em trabalho, em temperamento e vicissitudes.

(1)* Este primado médico continua a repartir-se por mãos de judeus. A Renascença médica do século XIX esmalta-se nas suas figuras mais gradas com nomes da cepa hebraica. Citá-los seria uma longa enumeração, desde Henle e Traube a Schiff e Lombroso. Dos que actualmente estão na brecha e num ramo apenas, tão característico da medicina actual, qual é o da Patologia Inficiosa, bastará citar Weichselbaum, Widal, e o eminente Ehrlich.

A raça judaica tem sido uma matriz fecunda para a geração intelectual e artística em todas as suas modalidades. (v. Hauser). «Ha tres ou quatro vezes mais probabilidades de topar um homem distinto, um sábio, um artista, entre mil judeus do ocidente do que entre mil ingleses, mil franceses, ou mil alemães» (Leroy-Beaulieu, loc. cit., pg. 268).

Essas vicissitudes são também um apanágio da raça e da época. Tão vagamundo e tão sem lar o hebreu, que gerou a lenda do Ashaverus — o judeu errante, caminheiro sem parança por condenação perpétua do atroz deicídio. Esta impulsividade à deslocação é como que um estigma judaico; lembro-me que o meu mestre Charcot dava o judeu como presa frequente duma espécie de nevrose ambulatória. Esta *restlessness*, como dizem os ingleses, não tem pois como único móbil a perseguição. Nas divagações do nosso Amato nota-se também a inquietação errabunda, muito embora na determinação dessa deslocação entrassem algumas vezes o reccio e a violência. O mesmo desejo de renovar e ampliar o saber o arrasta a digressionar; é com estesia íntima de consciência mental que enumera os homens insignes que versou — *Salmanticensibus, Complutensibus, Parisiensibus, Conimbricensibus, Lovaniensibus, Ferrariensibus, Patavinis, et Bononiensibus (Cent. VI, cur. 100)* ⁽¹⁾ — e os centros de ensino onde discorreu.

Era um sinal dos tempos; aqueles intelectuais da Renascença andavam numa roda viva, aprendendo e

(1) Das edições das *Centurias*, foi especialmente utilizada pelo Autor a edição lioneza de 1580 em 4 volumes: — *Amati Lusitani... Curationum medicinarum, Centuriæ II. Priores...* Lugduni, Apud Guliermum Rovillium. M.D.LXXX.; — *Idem, Centuriæ Duæ Tertia et Quarta...* idem; — *Idem, Centuriæ Quinta et Sexta...* idem; — *Idem, Centuria Settima...* Lugduni, Apud Guil. Rovil. Sub Scuto Veneto. 1580.

Os mesmos 4 volumes, da Escola Médica de Lisboa, hoje Faculdade de Medicina, com anotações e indicações do Autor, serviram à actual revisão. [Nota desta edição].

ensinando pelos quatro cantos da Europa num cosmopolitismo festejado que mostra acima de tudo o culto imponente e universal da inteligência. Tal a vida do primeiro entre os primeiros, do hegemomista mental da sua época, o famoso Erasmo de Roterdão, cliente do Amato; tal ainda, dentro da profissão, o grande restaurador da Anatomia, o Vesálio de Bruxelas, doutorado em França, professor em Lovaina, lente em Pádua, arquiatra em Madrid. Amato foi como eles um caminhar dominado pela paixão da Ciência, a que por toda a parte se abriam as portas das Escolas e o trato dos Sábios.

Assim se me antolha a etologia radical do Amato como judeu e médico, como sábio e peregrino.

Esta introdução está escrita desde 1907, assim como o texto que se segue, que teve o seu acabamento em meados de 1909. Jazeriam no limbo, se não fossem as gratas instâncias de Maximiano de Lemos pela publicação deste trabalho nos seus meritórios *Arquivos*. As adições e correções ao texto primitivo agora feitas (1914) são mencionadas em nota e assinaladas com um asterisco.

I

Procedência e Infância



Pouco, mas certo, se apura sobre os seus primeiros elementos biográficos — *nascimento, naturalidade e nome*. Que nasceu em 1511, não há dúvida, pois que a data do fecho da *Centuria IV* é de 1553 — *ætatis auctoris anno quadragesimo secundo* — data fundamental na cronografia do Amato. Também é igualmente certo que viu a luz em Castelo Branco — *Castellum album mihi propria patria* — a que por sinal dá honras de ter sido mencionado por Ptolomeu (*Cent. III, cur. 13*); a cada passo vem à baila o seu Castelo Branco e muitas vezes assinala a naturalidade como *Lusitanus Castelli albi*.

Quem tão sòmente leia as *Centurias*, há-de tomar *Amato* pelo seu nome de família; sob essa rúbrica as editou, e até num relatório médico-legal, presente em juízo, se subscreveu *Amatus Doctor medicus Castelli albi Lusitanus* (*Cent. II, cur. 20*); um caso clínico (*Cent. IV, cur. 49*) versa precisamente sobre o seu irmão José Amato — *Josephus Amatus, frater meus*.

Não; o nome originário era *João Rodrigues*, esse o que assumiu em 1536 em Antuérpia no *Index Dioscoridis, Joanne Roderico Castelli albi Lusitano auctore*.

Quinze anos depois, nas *In Dioscoridis enarrationes* de 1551, assinadas já Amato Lusitano, fala dos *comentários* que publicou com o nome de João Rodrigues (*L. I, en. 2*) e dá conta da crisma no diálogo com João Agrícola Ammonius, de Ingolstadt, que lhe pergunta se o livro de Antuérpia era dele, pois que lhe entrara a dúvida ao vê-lo agora apelidar-se Amato; ao que este redargue: *novum non est, viros rei litterariæ, deditos, sua plerumque immutasse nomina* (*L. I, en. 166*). Quer dizer, de João Rodrigues que fora ao publicar a sua primeira obra, aforara-se em profissão e letras com o pseudónimo de Amato Lusitano, à moda de tantos publicistas antigos e modernos ⁽¹⁾.

Justifica-se com o exemplo, mas nem por isso explica porque escolheu o nome de Amato. M. Salomon oferece a conjectura de H. Meyer (*Geschichte der Botanik*, 1857), segundo o qual João Rodrigues não fez mais que traduzir o seu nome judeu de origem — *Jedidja, Dei amatus* ou *David*. Não pode ser contrastada a veracidade de tal hipótese; observarei, porém, que outros judeus se conhecem que se desbaptizaram

(1) Suspeito que Zacuto, apenas meio século volvido, não conhecia esta identificação. Por inverosímil que pareça, tratando-se dum compatriota, dum correligionário e dum Mestre de tal tomo, certo é que por duas vezes nas suas cuidadas listas de autores aparecem em partida dobrada Amatus e Joannes Rodericus Albicastrensis.

depois da saída de Portugal. Diogo Pires, poeta, transmudou-se em Pyrrho Lusitano; o médico e filósofo Isaac Cardoso levou de Celorico o nome de Fernando que largou em Veneza; outro médico e filósofo também, Oróbio de Castro, desfez-se do nome de Baltasar na Holanda; o famoso livre-pensador Gabriel da Costa, do Porto, passou a Uriel em Amsterdão; Manuel Bocarro, médico, poeta e matemático, trocou-se lá fora em Jacob Rosales; já no século XVIII, o conhecido médico Castro Sarmiento trouxe de Bragança o Henrique e tornou-se em Londres Jacob.

Salomon inclina-se a crer que o nosso homem se deixasse influir pelo nome de Amati usado pelos italianos, ou então simples questão de gosto, *ut se amabat dici*.

Seja como for, o título era acertado e condizente à pessoa. Assim o anotou em carta apologética ao nobre Barberino o ilustre Ambrósio Nicandro que, afeiçoado já ao Autor pela leitura dos seus escritos, mais se cativou do médico ao ver quanto era douto e virtuoso, e tão amável que de nome e de facto bem se chamava Amado — *eratque ipse amabilis re et nomine vocatur enim Amatus (Epistola, Cent. IV)*. O poeta Nicolau Stopio joga também de vocábulo nos hexâmetros encomiais do *Dioscorides*:

Hic tibi dat quod ames præclarus Amatus, et ipse
 Nomine Amatus ut est, semper amatus erit,
 Solus amandus enim, qui quæ peramanda propinat
 Solus Amatus adest, qui peramanda tulit...

O editor da edição de Lião das *Centurias III e IV* (1580) diz no postfácio: *auctor noster Amatus amari dignissimus*.

Dos pais, apenas, se lhes sabe a raça; eram judeus e suas crenças arraigaram no coração do filho que mais tarde se tornou abertamente religioso. Ao proferir no fim da vida o seu *jusjurandum*, um salmo de exultação médica e o mais nobre mandamento da lei profissional, invoca e jura piamente o Deus do Patriarca Moisés e do Decálogo do Sinai — *Deum immortalem et sanctissima ejus decem oracula, quæ, liberato ab Ægyptiaca servitute populo, Mose interprete, in monte Sinare data sunt* (*Cent. VII*).

Castelo Branco possuía organizada uma judiaria, ao abrigo das leis protectivas da primeira monarquia. A intolerância manuelina acabara com os *ghettos*, exterminando o culto rabínico e cristianizando à força os seus adeptos; mas a mancha hebraica da Beira Baixa, das mais lentas e renitentes a delir, ainda em nossos dias mantinha vestígios. Esta persistência do marrano beirão, tal qual a do transmontano, deveu-se talvez à situação corográfica no interior que a tornou menos acessível, tanto à emigração como à repressão. É notável que estes núcleos judaicos da Beira foram um alfofre de médicos de renome: no século XVI, em Castelo Branco, o nosso João Rodrigues, Filipe Montalto (?), o médico da Maria de Médicis, Pedro Vaz, da Covilhã, não falando de Jorge Henriques, da Guarda, que não sei se participava de costela judaica; no século XVII, Isaac Cardoso, de Celorico, o grande médico de Verona; daí para o XVIII, em Penamacor, o emi-

nente Ribeiro Sanches e o Nunes de Paiva; e no XIX, em Castelo Branco, os quatro Henriques de Paiva (R. J. — *Cartas de Ribeiro Sanches, in Medicina Contemporanea*, 1907).

Semeia Amato escassas alusões a vária parentela. Apuram-se dois irmãos, José Amato e Pedro Brandão; um sobrinho, Brandão *tout court*, natural de Santarém e médico na Inglaterra, e, com a simples designação de parente, José Oef — *vir ex mea propagine stirpeve* (*Cent. VII, cur. 82*). Vêm à colação, à medida que vão surdindo no caminho do Amato, como ele peregrinos.

Consigna-lhe ainda Maximiano de Lemos uma prima Ana, mulher de Estevão Pyrrho, parentesco aliás menos certificável (1).

Outro parentesco indicado é com um letrado e poeta de fama, Diogo Pyrrho, Pyrrho Lusitano. Cruzou vezes este Pyrrho o itinerário do Amato; apenas num passo o chama *noster Pyrrhus*, o que não chegaria para vínculo de parentesco, se na rúbrica marginal da primeira edição do *Dioscorides* — rúbrica já apagada na terceira — não se dissesse: *Pyrrhus doctissimus et Amatus consanguineus* (*L. I, en 148*). Maximiano de Lemos pre-

(1) O texto de referência diz: *Anna consaguinea Stephani Pyrrhi uxor* (*Cent. I, cur. 27*). Tudo ficaria claro, se se lesse *mea consanguinea*; mas mais escuro fica, desde que noto nas diversas edições variantes de pontuação a transtornar o sentido, sinal de que os editores o entenderam de diversa maneira. Eis as versões que apurei: — *Anna consaguinea, Stephani Pyrrhi uxor* (Basilea 1556, Veneza 1557); — *Anna consanguinea Stephani, Pyrrhi uxor* (Lião 1567, *ibid.* 1580, Barcelona 1628); na edição de Bordeus 1620, não traz vírgula nenhuma.

sume-o médico; não deixa essa impressão a passagem em que ele próprio diz em diálogo com Amato que lera o Galeno no original grego, apesar de não ser ou de não fazer de médico — *etsi medicum non agam*. Ou não era médico ou não exercia a clínica.

Mais um parente se lhe tem apontado no famoso Montalto, o médico estimado até à adoração na Corte de França. Avisadamente o repudia, como tal, Maximiano de Lemos por falta de indicação.

Buscando o introdutor deste parente, encontrei o Barbosa Machado [*Bibl. Lusit.*] que o agracia com o título de irmão do Amato. Francisque Michel (*Les Portugais en France*, etc., 1882) já tinha notado que esta irmandade fora dada pelo Barbosa — *nous ne savons pas pourquoi*. O porquê seria a naturalidade atribuída a Filipe Montalto — Castelo Branco (1).

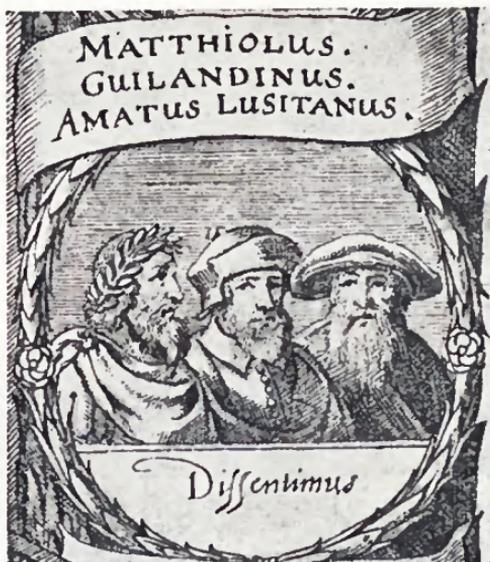
Amato tinha a cor trigueira; assim o denuncia, quando diz que o sobrinho Brandão era — *nigelli coloris, natura biliosus, exustus, ut omnes fere Hispani sumus* (2) (*Cent. V, cur. 16*). Do irmão José Amato diz também — *vir bene biliosus* (*Cent. IV, cur. 49*).

Da sua fisionomia diz o retrato reproduzido da gra-

(1) M. de Lemos não encontra indicio desta procedência na obra de Montalto; é ponto pois que precisa de mais prova que o simples dizer dos biógrafos.

(2) Não será por demais observar que *espanhol* era o título genérico de todo o peninsular; tão espanhois os castelhanos como os aragoneses e portugueses. O Papa João XXI, natural de Lisboa, celebrou-se nas Escolas como Pedro *Hispano*. A respeito do trigueiro habitual das gentes hispânicas, dizia S. Boaventura que o nosso S.^{to} António de Pádua era de *cor espanhola*.

vura coleccionada pelo ilustre bibliófilo Aníbal Fernandes Tomás. É trabalho alemão muito posterior ao retratado, atribuível aos fins do século XVII ou princípios do XVIII; contorna-lhe um perfil de acentuado cunho



Medalhão da portada da «Historia Plantarum» de João Bauhin

israelita. Outro retrato se estampa no rosto da nomeada *Historia Plantarum Universalis*, de João Bauhin (1650); num pequeno medalhão da esplêndida portada, figura em grupo com Matiolo e Guilandino — cabeça minúscula, de feição pouco precisa, barbaçuda e patriarcal. Uma iconografia escaça, e de incerta veracidade ⁽¹⁾.

(1) Sabeedor que na Universidade de Pádua existe uma rica colecção de retratos de botânicos, dirigi-me em 1908

Devia possuir uma constituição saudável, pois que durante a sua longa estada na Itália, apenas registra, em matéria de doença, um desprezível leicença (*Cent. I, cur. 29*) e uma grande dor de cólica (*Cent. V, cur. 83*). Todavia, ao declinar o convite para médico régio na Roménia, invoca a frialdade do clima, inadequado à sua compleição que o obrigava a habitar regiões quentes. Este temor parece indicar uma saúde precocemente delicada, pois que ao tempo contava 38 anos feitos — idade que já lhe pesava. (*L. V, en. 44*).

De infância, nada absolutamente se reza. Quebrarei este silêncio com uma nota não despicienda, à falta de outras, que se me depara logo à leitura da *primeira cura* das *Centurias*, a que trata dum caso de mordedura de víbora, observado numa rapariga do campo em Portugal ⁽¹⁾.

Adverte que o animal, embora pequeno, é feroz e truculento, atirando-se a quem lhe chegue, como a ele

ao ilustre professor de Botânica P. Saccardo a saber se do Amato possuía porventura algum; respondeu do melhor grado que não lhe conhecia outro retrato senão o da testada do Bauhin. Com esta pista o vim descortinar no exemplar da Biblioteca Nacional, mas o valor da peça é mais decorativo e ilustrativo, como testemunho da graduação entre os grandes mestres, do que iconográfico.

* A preciosa gravura de Fernandes Tomás onde parará ela? Sumiu-se na dispersão das suas riquezas de bibliista, feita em hasta pública, onde o Estado se não dignou concorrer com um centavo para enriquecer o património nacional.

(1) A Salomon também não passou despercebida a curiosa passagem.

próprio acontecera quando em pequeno andava à caça delas, para a preparação de pastilhas em Portugal, onde se encontram em grande abundância — *ut mihi puero eas venanti pro pastillorum preparatione in Lusitania, ubi maxima illarum copia reperitur, contigit*. As víboras



A caça das víboras (Laguna, «Dioscorides»)

que o morderam e empeçonharam não eram as que em rapaz lhe surdiam assanhadas nos matagais da Beira; foram sim as víboras humanas que se lhe açularam aos calcanhares até o prostrarem e ferirem no coração. Mais tarde, em Ancona, também ele tinha um fornecedor de víboras para a confeição das pastilhas de triaga ⁽¹⁾ (*Cent. V, cur. 87*).

(1) Reprima o sorriso o médico de hoje ao ler este testemunho de solicitude medicinal por um réptil peçonhento. Da carne das víboras com o excipiente de *mica*

Como se vê da passagem, não era por mero recreio infantil que ele se entregava à apanha do réptil, mas sim para fornecimento de remédio. Quer dizer que andava por conta de algum físico ou, mais certo, de algum

panis boticavam-se tónicos miríficos e cozinhavam-se caldos substanciais que faziam porejar saúde a M^{me} de Sévigné, preconizadora entusiasta dos seus benefícios, e com que Madeira Arrais temperava as entranhas do nosso D. João IV (Camilo — *Coisas teves e pesadas*). Gozou a carne viperina de tais requintes de favor que atravessou os séculos até às *Farmacopeias* de nossos dias. O *Codex medicamentarius* de 1866, vigente ao tempo do nosso curso médico, inscrevia ainda as víboras, um dos múltiplos ingredientes da famosíssima triaga — símbolo por excelência da panaceia, a obra magna das oficinas clássicas. Quem quisesse reabilitar a velha fórmula perante os princípios da neoterapêutica e justificar a praxe dos inventores e admiradores da triaga, não precisava de puxar muito. Ainda agora, nada menos que o professor Robin entoava o panegírico da célebre mistela. Afinal, sob a sua aparência disparatada e extravagante, obedecia à ideia fundamental de ministrar substâncias antisépticas incorporadas em albuminóides; dominavam na sua confeição a opoterapia e os anticorpos (Cabanès — *Les remèdes d'autrefois*, 1905).

Bem afirma o ditado que de Março a Abril não há que rir, então apregoava-se o extracto das víboras, hoje o ácido das formigas; e quantas triagas não andam por aí na berra das capas das gazetas médicas?!

A coartada de Robin era o panegírico solene dum remédio que durou 1800 anos. O *Códex* de 84 ousou expulsar a carne das víboras e reduzir os ingredientes a... 57! E assim perdurou até ao ano da graça de 1908. A *Farmacopeia* deste ano aboliu-a; levou tempo a morrer e a enterrar (Lamy, *in Medicina*, 1909).

Como se caçavam as víboras, explica-o o boticário de Toledo Lourenço Perez no seu *Libro De Theriaca* (1575): «Muy seguramente las caçan aora con um leño de longitud de seys palmos hédido hasta la mitad, teniendo al prin-

boticário. O rapazote estreitou-se profissionalmente, ao que parece, como moço ou praticante de qualquer botica sertaneja; mas do caçador de víboras ia sair um doutor de Salamanca.

cipio de la hendidura un agujero que passe de un lado á otro, y por el un cordel cõ un ñudo al cabo del: el qual aflojãdo se abre el leño, y abierto asen en medio la Bivora, y despues tirando del cordel queda pressa». Por processo análogo as vi caçar no Gerês: um pau fendido em Y, com um taco entalado entre os dois ramos; colhida a cabeça da víbora na abertura e solto o taco, o animal fica preso como numa pinça de pressão contínua. O livro do Perez, que devo ao ilustre médico e meu amigo dr. Antonio de Lencastre, constitue uma bem trabalhada monografia em que o experto boticário com muito critério, saber e proficiência, sopesa toda a fórmula da triaga, esmerilhando um a um os seus ingredientes.

II

A Formatura em Salamanca

A Escolaridade.

Salamanca, que mágica palavra para as evocações do passado!

Salamanca, pátria espiritual do grande Mestre lusitano, centro de ensino, a cada passo por ele rememorado pelas mais admirativas palavras: — *Florentissimum Hispaniarum imo totius orbis omnium doctrinarum gymnasium* (Diosc. L. I, en. 143) — *Salmantica totius Europæ celeberrima Academia* (Cent. III, cur. 13); e em tal grau celeberrima que, desde o século XIII, a bula papal (1254) de Alexandre IV dá aos seus graduados direito de exercício em toda a cristandade e apelida a sua Universidade, com a de Oxford, Bolonha e Paris, uma das quatro grandes lumieiras do mundo (1).

(1) De quanto este conceito se arreigou, di-lo uma passagem dum viajante ilustre, o boémio Barão Rosmihal, excursionista e romeiro da Península em 1466. «Ha tambem em Salamanca uma escola superior, sobre a qual reina a crença que em toda a cristandade não ha homens tão

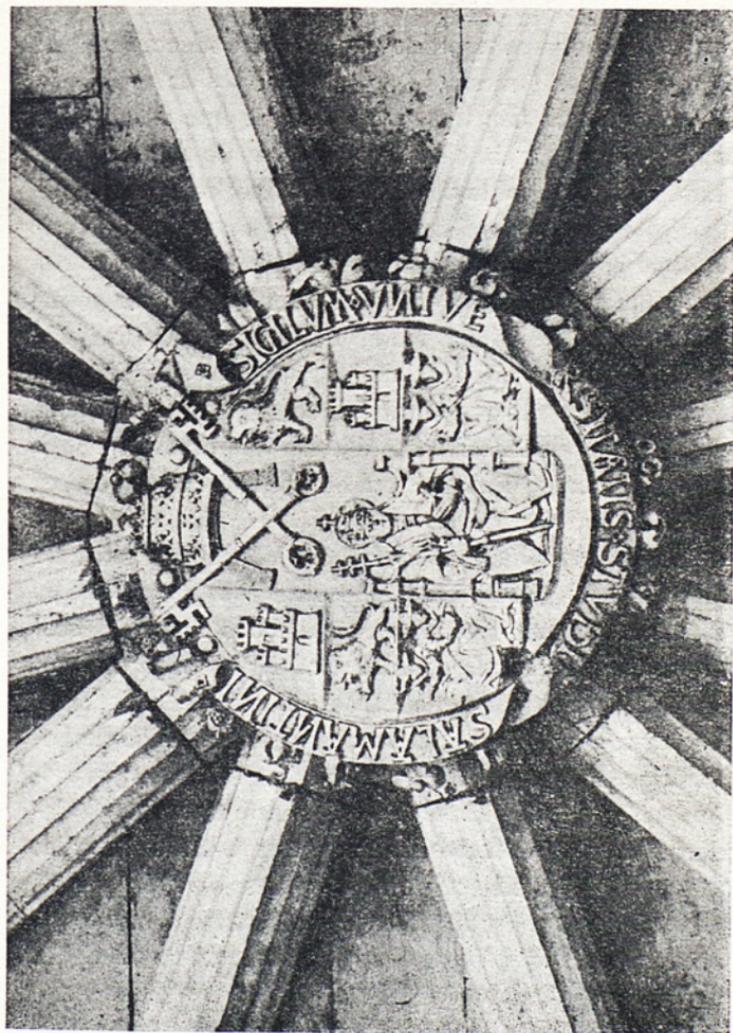
Rastrear tanto quanto possa ser a vida de Amato naquele meio científico, literário e escolar, por inferência histórica jogada com as referências escritas nas suas obras, não é só perfazê-lo biogràficamente, mas também mentalmente no sentido de fixar-lhe individualidade e aquilatar até que ponto a sua cerebração agiu e reagiu dentro da capacidade docente da velha Universidade, tal qual era à volta do primeiro quarto do século XVI.

Amato correu a Salamanca, como tantos outros portugueses que lá iam iniciar ou aperfeiçoar estudo. Tinham ali, convizinha da raia, uma Academia de primeira plana; para o Amato a viagem de Salamanca era igual à de Lisboa, pois que Castelo Branco, como ele nota, está a igual distância das duas cidades. (*Cent. III, cur. 13*). A própria vida em Salamanca não tinha paridade de barateza com a de Lisboa, onde a aventura ultramarina encarecera espantosamente o passadio ⁽¹⁾.

A Academia espanhola subjugava de alto Portugal na sua hegemonia escolar, dominante ainda andado já

sabios...» Acodem a Salamanca grande número de estudantes de ciências e letras, e talvez não floresçam tanto como aqui os estudos em nenhuma outra província da cristandade. (*Viajes por España*, trad. de A. Fabié, prestada pelo bizarro bibliófilo e meu amigo Aníbal Fernandes Tomás, de cuja livraria me utilizei bastas vezes).

(1) Nicolau Clenardo, o humanista belga Claenerts, ao passar de Salamanca, em 1532, onde vivera farta e baratamente à moda do seu Brabante, para Portugal, arrepe-la-se com o custo exorbitante de todas as coisas, dizendo-se transportado a uma cidade do inferno. (*Epist., ap. Oliveira Martins — Historia de Portugal*).



Escudo da Universidade de Salamanca no tecto do átrio da entrada principal

o século XVIII. A Universidade portuguesa esteve sempre no plano subalterno de universidade menor, reflexo apenas dos seus mestres e do seu ensino; as musas do Tormes tinham bem mais alto coturno que as do Tejo e Mondego. Os intelectuais, ávidos de saber, procuram-na como fonte de ciência e letras; os práticos utilitários esses queriam captar um diploma cotado e convertível em lugares e misteres rendosos.

Tanto se remontara em fama que a superstição popular a envolveu numa lenda mística e feiticira. Ali aprendia-se por artes do diabo; entre o pessoal catedrático figurava o próprio demónio que dava aula debaixo da terra no recesso danado das famosas *Covas de Salamanca*. Quem não terá ouvido falar nestes antros satânicos da bruxaria?!

A meu avô, nado e criado em Vouzela, a terra do S. Frei Gil, quantas vezes não ouvi o *conto das covas* e da partida que lá pregara ao diabo o santo médico, feiticheiro e taumaturgo, cuja lenda piedosa era então viva ainda nos povos de Lafões. Cada ano o demónio dizimava os discípulos, levando, como cobrança de honorários, um estudante em corpo e alma para as profundas do inferno. Caiu um dia a sorte no Gil de Valadares; ia satanáas a deitar-lhe a garra à saída da aula, mas o astuto estudante grita-lhe «não sou eu, é aquele», apontando para a própria sombra. Quando o diabo deu pelo engodo, já o futuro santo lhe estava a salvo das unhas.

Tal é a lenda portuguesa que, não sei, tenha sido produzida pelos nossos folcloristas.

A espanhola é quase idêntica, salvo a pessoa do

logrador do diabo, que ficava, por salário de lição, com um estudante de cada sete que entravam na cova. Só teve artes de enganá-lo o Marquês de Villena, sábio e bruxo, deixando-lhe a sombra em vez do corpo (1).

Neste foco de estudo, famigerado e lendário, em que roda de gente iria acoitar-se o Amato? À que, segundo os costumes da terra, quadrava a um portu-

(1) Assim se lê, entre outros, na obra dum português hispanizado, Francisco Botelho de Moraes e Vasconcelos — *Historia de las Cuevas de Salamanca*, 1734. Tenho presente uma tradução abreviada em português de Joaquim Manuel de Araujo Correia de Moraes, Coimbra 1838, que devo à amabilidade do meu velho amigo e ilustre etnógrafo prof. J. Leite de Vasconcelos. Engana o título do livro que não passa duma série de invencionices de encantamentos e de anedotas equívocas, hoje de tedienta leitura. Por este falso título de marquês é conhecida uma personalidade célebre nas letras espanholas do século XV, Enrique de Villena, tão cotado em vida por seu saber e arte, que passou sempre por bruxo e a ponto tal que, por ordem régia, à sua morte se incumbiu estupidamente Frei Lope de Barrientos de queimar os livros da preciosa biblioteca do nigromante.

Esta *Lenda das Covas* é a reminiscência do ensino secreto, na Idade Média, das ciências ocultas, que hoje vemos renascidas e reeditadas. Serviu de tema à poesia dramática espanhola, desde os tempos clássicos, em Cervantes, Lope da Vega, Alarcon e Hartzzenbusch. A tradição localiza a *Cova* no subterrâneo da Igreja de S. Cipriano, em tempo existente próximo da Catedral, hoje suprimida (M. Villar y Macias — *Historia de Salamanca*, 1887, t. 1).

Os nossos agiôgrafos (Inácio Vasconcelos — *Santarem edificado*, 1740, t. II) dão o médico Gil, vendido ao diabo, a estudar nigromância, não em Salamanca, mas em Toledo, foco por excelência do aprendizado de artes mágicas e diabólicas, a ponto tal que ao ocultismo se chamava «ciencia toledana» (Rafael Altamira — *Historia de España*, 1902, t. II).

guês humilde, judeu da província e, como tal, de mau sangue e fracos recursos.

A Salamanca universitária era literalmente uma república — *la república llamada Universidad* — uma república discipular autónoma onde os estudantes, na posse de uma espécie de regime libertário, garantido por sucessivos privilégios, exerciam poder, dentro dos Colégios, como dentro da própria Escola, na nomeação professoral, na gestão escolar e na norma docente. Não era todavia uma república democrática, uma república de iguais. Muito embora irmanados indumentariamente na libré universitária — o hábito talar de loba ou sotaína, capa e barrete de quatro pontas — dividiam-nos profundamente as condições de ascendência e de fortuna. A própria *alma mater* os diferenciava, matriculando em registro de honra — *matricula generosorum* — os filhos das famílias nobres, o escol dos *generosos* em quem caía quase sempre a eleição dos reitores. No alto da escala estudantil ostentava-se este escolar de linhagem, fidalgo e rico, vivendo à lei da nobreza, no luxo e aparato *de los grandes d'España y de los titulos*. Uma outra aristocracia verdadeiramente escolar, em parte confundida com a de sangue, se gerava à sombra dos Colégios, espécie de conventos ou seminários leigos, verdadeiras bolsas ou pensionatos, criados pela dotação de beneméritos do ensino, usufruídos e geridos libèrrimamente pelos próprios albergados. Formigavam em torno da Universidade estas instituições associativas e

filantrópicas, ao mesmo par causa e efeito da afluência escolar e da supremacia discente de Salamanca (1).

No século XVI contava nada menos de 31 o rol colegial. Cada Colégio formava um agrupamento à parte, arregimentado e uniformizado, tendo por divisa a *beca* — faixa de pano, de cor especial para cada colégio, posta em pregado sobre o peito, de pontas compridas, atiradas para as costas por cima das espáduas. Mas no matiz das becas (2) que de desigualdades de honras, benesses e valimentos!

A casta colegial suprema era a dos *Colegios Mayores*, ricamente dotados e instalados, becas pingues e de distinção, fundadas para abrir carreira aos rapazes de talento mas desprovidos de fortuna e nascimento, que vieram a ser mais ou menos açambarcadas, a pouco e pouco, pelos bem nascidos e pelos bem apadrinhados. Constituíam a classe nobre escolar por excelência que,

(1) Os Colégios eram uma instituição inerente à Universidade medieval. Oxford que mantém através dos séculos a sua feição primitiva, ainda hoje os conserva. Paris possuía uma chusma de Colégios, entre os quais se celebrizaram o de Montaigu e o da Sorbona, de onomástica ainda rediviva (Alfred Franklin — *Écoles et Collèges*, 1892; Arthur Christian — *Paris d'autrefois*, 1904); no Colégio de Santa Bárbara, de tão perdurável reputação, ilustrou-se a tribo magisterial dos nossos Gouveias. Em Coimbra também surdiram os Colégios, instituídos pelas ordens religiosas.

(2) Um espécime reduzido destas becas vê-se ainda hoje nos estudantes e padres do *Colégio dos Inglezinhos* de Lisboa, congregação de irlandeses católicos. Em Salamanca existe uma idêntica, o Colégio dos Irlandeses, fundado em 1592 e instalado em magnífico edifício; é a última relíquia viva dos velhos Colégios salamanquinos.

sustentada pelas grandes Casas e pelos Monarcas, veio a pôr e dispor, sem regra e sem freio, numa tirania desmedida, de toda a Universidade e seus Mestres, com o Reitor, *maestrescuelas* e tudo (1).

O mais notável, antigo e respeitado era o de S. Bartolomeu, de tamanha ascendência, fundado em 1401 por Anaya Maldonado, fornecedor a tal ponto dos lugares e prebendas públicas que já no tempo de Isabel a Católica se dizia que o governo de Espanha estava nas mãos dos *Bartolomeus*: *Todo el mundo*, dizia um provérbio, *está lleno de Bartolómicos*.

Antes e próximo da chegada do Amato, tinham-se erigido mais três Colégios Maiores, chamados de Cuenca (1500), de Oviedo (1517) e do Arcebispo (1521) (2).

Não era em nenhum destes que sonharia em poisar o escolar de Castelo Branco; não o consentia a sua modéstia e sobretudo a falta de *limpieza de sangre*, a mancha inapagável do marrano. Não era, porém, só a impureza de raça ou confissão que o excluía; a pró-

(1) Sobre colégios e vida universitária: Du Dezert — *Los colegios mayores*, 1900; G. Reynier — *La vie universitaire en Espagne*, 1902; Macias *op. cit.*; V. La Fuente — *Historia de las universidades en España*, etc., 1884.

(2) O ádito nobre dos Colégios Maiores houve portugueses que o conquistaram. Tal o Pedro Margalho que, antigo colegial de Santa Cruz em Valhadolid, chegou a *bartolómico* e a Reitor do Colégio de Cuenca. Quando D. Catarina, a filha de D. João IV, Rainha viúva de Inglaterra, passava por Salamanca, de regresso a Portugal, «honró con particulares muestras de estimacion á los de San Bartolomé y Cuenca por haber sido individuos de ellos dos primos hermanos suyos». (Macias *op. cit.*, t. II). Talvez fossem dos Gusmões maternos.

pria carreira lhe vedava a entrada. A Universidade ensinava todas as Ciências, mas não as estimava por igual. A Teologia e os dois Direitos possuíam uma primazia indisputada; os seus professores excediam os outros em consideração e honorários. Nos Colégios Maiores, por verba até de doação, as becas não tinham outra consignação que não fosse a teólogos, canonistas e juristas. Villaescusa, o fundador do Colégio de Cuenca, destinava duas becas à Medicina; pois nenhum cursante da Faculdade se regalou com elas, até que em 1611 o Papa as transferiu para os de Direito, por «não convir à dignidade e estimação» do Colégio, de onde saíram e saem tantos e tão eruditos varões, que nele «se recebiam professores médicos» (Macias *op. cit.*, t. II) ⁽¹⁾. No Colégio da Conceição apesar de fundado por Francisco Solís de Quiñones, médico do Papa e discípulo de Laguna, não se admitiam expressamente aspirantes a Galeno (La Fuente *op. cit.*, t. II). Singular degradação essa a que se infligia por todos os modos à Medicina e ao médico, por um prejuízo simples, sem sombra de razão ⁽²⁾. O ministrante da arte de curar tantas vezes em estipêndio e conceito pouco ia a cima de qualquer mesteiral. O sangue azul circulava bem sob o cunho

(1) *Professor*, na antiga acepção consagrada em Espanha e Portugal, era sinónimo de profissional, de facultativo, como veio a dizer-se mais tarde, vocábulo também já em começo de desuso.

(2)* No tempo de Ribeiro Sanches, formado em 1724, só se admitia nos Colégios Maiores quem provasse fidalguia; e como nenhum médico pudesse provar nobreza, «il n'y avoit pas de médecins dans les collèges de Salamanca». (*apud* M. de Lemos — *Ribeiro Sanches*, 1911).

de um S. Tomás ou um Acúrsio; o selo de Galeno inquinava-o. Um nobre dificilmente se graduaria em Medicina; era uma profissão baixa.

Repare-se bem e reconhecer-se-á que esta inferiorização tradicional da Medicina na escala científica e do médico na escala social, se manteve até nós. Há meio século, se tanto, que as Ciências Médicas conquistaram, enfim, o alto domínio da intelectualidade, desforrando-se, por vezes com violência, de tiranias incompontáveis, e é de nossos dias o ascendente ganho pelo médico na consideração e na dirigência social.

Após as comunidades excelsas dos Colégios Maiores, vinha a fila interminável da colegiaria menor, escalada em bens e honras, desde os Colégios das Ordens Militares e Religiosas até aos mais humildes, ínfimos albergues de desvalidos. A grande massa essa, ou pousava em *câmaras*, quartos alugados aos burgueses de Salamanca, ou se pensionava com os *pupileros* ou *bachilleres de pupilos*, privilegiados e regimentados pela Universidade, que davam casa, cama e mesa, tantas vezes duma sordidez e mesquinhez lendárias. *Camaristas* e *pupilos* apelidavam-se *manteistas* por usarem dum grande mantéu.

Vinha, por fim, a arraia miúda da Academia, os *capigorrões*, assim chamados por trazerem sobre a sotaina a capa ou bérnia de burel e a gorra. Calçados de socos ferrados, mais propínquos da enxada que das letras, empregavam-se muitos em *servientes*, criados ou eguações dos estudantes *caballeros y generosos*, acumulando a famulagem com a frequência das aulas, como o licenciado Vidriera do Cervantes (*Novelas ejemplares*).

res). Estes pobretainas curtiam vida dura, coitados; aninhavam-se nas palhas da lóbrega pousada e sustinham-se da escudela de caldo dos conventos, mendigos da sopa dos frades, donde lhes vinha o nome de *sopistas*.

Foi proverbial o tipo tragicómico do salamanquino famélico, sarnento e piolhoso, que passa e repassa no Cervantes e em todo o ciclo da novela picaresca e da comédia espanhola num ar misto de comiseração e ridículo. Que sólida *conformidad* moral e física era necessária para afrontar as torturas da fome e até a ruim manutenção a que se sujeitavam os *sopistas*!

No tempo de Laguna — precisamente o de Amato, pois foram condiscípulos — conta ele (*L. IV, cap. 190*) ⁽¹⁾ que havia em Salamanca uma tal Clara, famosa cristeleira que costumava ter sempre em casa três ou quatro baldes de cozimento de acelgas e mercuriais, temperado de sal e urina, do qual cada dia applicava «diestramente cient mil ayudas con que enxaguava los infelices vientres de aquellos pupilos infortunados que jamás se vierõ llenos sino de viandas pestilenciales». Tanto os intestinos ressequidos e intoxicados precisavam a miúde do desembargo antiséptico da seringa. Pois não era por fraqueza de bucho. Narra o mesmo Laguna que um pupilo lhe engulipou uma vez por aposta seis libras de figos, os mais sujos que se encontravam no mercado de Salamanca. A fome crónica aguçava o ven-

(1) [André Laguna — *Pedacio Dioscorides Anazarbeo acerca de la materia medicinal...* Salamanca, 1556 e 1570 (in Biblioteca Nacional).]

trículo; «estudiantes principalmente pupilos digerirã el hierro como los abestruzes, pues sin duda tienẽ lobos en los estomagos». (*L. I, cap. 145*). Ele conhecia a espécie, pois a ela pertencera, como pupilo salmantino.

Quevedo no *Gran Tacaño* alça a figura picarescamente épica do Cabra, o espectral licenciado que siderava de fome os míseros pupilos que lhe caíam debaixo da unha esfaimada.

A penúria do estudante de Salamanca, pedinte e mendicante, um *pardiosero*, manteve-se como instituição tradicional.

Ainda no meiado do século passado de lá vinham em peregrinação a Portugal a ver se enchiam as escarcelas. Contava minha mãe que os vira muita vez no Porto a tocar a bandurra e a aparar na pandeireta os cobres atirados da janela. Hoje mesmo será difícil encontrar meio escolar de maior sobriedade; há casas em Salamanca, onde o pupilo dispõe de cama e mesa à razão de peseta por dia. Um digressionista inglês, E. Hutton (*The Cities of Spain*, 1906) comove-se e exalta-se perante a coragem e a constância destes discípulos sofredores que lhe fazem lembrar a raça heróica e crente da velha Espanha épica.

Aguentava-se espartanamente o flagelo da fome e da penúria, tal era o amor do estudo e a cobiça do diploma. E estudava-se a valer, ao menos na quadra áurea da Universidade. Pedro Mártir d'Angléria, o conhecido humanista italiano escolhido pelos Reis Católicos para preceptor da Corte, ao ver a chusma acudir de roldão à sua conferência sobre Juvenal e trepidar

de entusiasmo ao escutá-lo, julgava-se transportado a uma nova Atenas.

Nem todos se inflamavam na estudiosidade. Uns levavam a vida rude de trabalho do estudante doutroira que alta madrugada já queimava as pestanas à candeia (1); outros dissipavam a noite na orgia, de gorra com as mancebas, tal qual no Bairro Latino de hoje em dia. Uns honrada e conscienciosamente se esforçavam por aprender e *gañar el curso*; outros folgavam à *tuna* na vida airada.

Escusado é dizer que o Amato, como tantos dos portugueses que honraram as aulas e as cátedras salamanquinas, pertence à turma dos escolhidos que não desperdiçam tempo nem forças, sempre em trabalho intensivo. Era da têmpera daqueles rudes espíritos de então, cérebros a toda a prova de labuta e fadiga, que deram exemplos prodigiosos de precocidade. Amato aos 18 anos tinha a investidura profissional com uma educação clássica plena, uma ilustração rara de antigos e modernos, maneando línguas mortas e vivas.

Os anais de Salamanca, como os de outras Escolas, registram bastos exemplos desta precocidade em adolescentes, sabedores dos seus clássicos na ponta dos dedos, peritos nas línguas mortas como na pátria (2). Não

(1) O Laguna traz uma anedota picaresca dum criado seu que lhe ia acender a candeia três horas antes de amanhecer.

(2) Alf. Franklin (*loc. cit.*) compraz-se em enumerar casos de tenacidade e precocidade entre os estudantes de Paris, série análoga à que pode colher-se em outros meios escolares, e pergunta como é que os mestres de então obtinham tão maravilhosos resultados. Ora o método geral,

existia ainda o fantasma do esalfamento; treinavam-se a fundo, incessantemente, exemplos vivos e irrefragáveis duma disciplina moral e corporal que nunca mais em tal grau foi atingida.

A acumulação de tamanha e tão variegada estudantina devia dar de si perversões e degenerações (1) — uma espécie de morbidade colectiva que de século para século se exacerbou, concorrendo para dar em terra com o sólido arcaboço da velha Universidade.

Borbulha no seio da massa académica que no meiado do século XVI contava ainda sete mil almas, a fermentação pútrida do vício, donde escorre a mais vil ralé que dar-se pode. Estudantes apenas no título, garantido quando muito por uma matrícula mentirosa, davam em *pícaros*, vadios da *tuna*, quadrilha infecta de toda a casta de malandros, burlões, larápios, salteadores, espadachins, jogadores e rufiães, que deixaram o seu *curriculum vitae* na crónica, na farça, na novela castelhana, imprimindo-lhes o agudo realismo da sua personalidade canalha.

As distinções naturais de raça, procedência e nacio-

aplicado inalteravelmente por todos os pedagogos, e a todos os aprendizes nem que fossem príncipes, era: a *pancada*. Seria brutal e desumano, mas o êxito abonava o processo. Laguna já estigmatiza a sinistra costumeira dos espanhóis que não sabiam «enseñar virtud ni letras a un niño sino a poder de açotes y moxicones» (*L. VI, cap. 32*).

(1) Há um cronicón ms. dum collegial de S. Bartolomeu, do princípio do século XVI, existente na Academia Real de História, que reza de torpezas e escândalos, revelador duma immoralidade profunda e grosseira (*La Fuente op. cit., t. II*).

nalidade, o antagonismo de classes acendiam fàcilmente rivalidades provocadores de motins e rixas.

Salamanca em si, como inçada de fidalgos malavindos, atiçava as refertas. Os seus solarengos, fortificados e em pé de guerra, formavam dois bandos — o de S. Benito e o de S. Tomé — que se degladiavam em fúria crua. Ainda hoje revive a memória de Maria la Brava que a escusas veio a Portugal arrancar do acoito os fugitivos assassinos dos seus dois filhos e levar-lhes as cabeças como trofeu de vingança.

Um santo — hoje padroeiro de Salamanca, S. João de Sahagun — pôs ponto no fim do século XV à epidemia guerreira dos bandos, contra a qual a Universidade se pronuncia, obrigando os estudantes a jurar que não se envolveriam nas discórdias intestinas da cidade. Mas logo após são eles que as refazem por sua conta, ou contra os burgueses da terra, ou uns contra os outros. Volteiros e brigões, formavam maltas que vinham às mãos. As ruas de Salamanca eram, de longe a longe, campo de escaramuças sangrentas, combates encarniçados dias inteiros, em que tantos dos pelejantes caíram feridos de morte.

Estas pugnas soprava-as a rivalidade dos escolares estremados em nações, conforme o país de procedência. Era avultada a chusma portuguesa; formavam também nação, à laia da aragonesa, a biscainha, a andaluza e outras. As *nações*, agregadas em quatro *turnos*, elegiam os oito consiliários, dois por turno, de cuja escolha saía o Reitor da Universidade, nomeado assim por eleição escolar indirecta; um dos turnos abrangia Portugal, Galiza e Astúrias. (La Fuente *op. cit.*, t. I). Em

pleno século XVII, se fala certo Veloso de Lira, cada nação tinha um *consiliário* por cabeça, e contavam-se oito nações — Portugal, Campos, Estremadura, Galiza, Andaluzia, Mancha, Biscaia e Aragão.

Apelidavam-se os portugueses, com arranque de clássica bravura — *Viriatos* (1). Viviam mano a mano com os andaluzes, mas era terrível o seu ódio contra os biscainhos. As refertas sangrentas contra estes inimigos jurados mostram a pujança da colónia portuguesa. Já no século XVII, tanto tempo andado sobre a reforma da Universidade de Coimbra, eram tantos os nossos patrícios que, por ocasião da Revolta de 1640,

(1)* *A Tia fingida* do Cervantes (*Nov. ejempl.*) preleciona, como boa proxeneta, a sobrinha sobre as boas e más manhas dos estudantes de Salamanca, «llamada en todo el mundo madre de las sciencias» — «gente moza, antojadiza, arrojada, libre, aficionada, gastadora, discreta, diabólica, y de humor. Esto es en lo general; pero en lo particular, como todos por la mayor parte son forasteros, y de diferentes partes y provincias, no todos tienen unas mismas condiciones». E depois de retratar os biscainhos, manchegos, aragoneses, valencianos, catalães, castelhanos, estremenhos, andaluzes, galegos e asturianos, chega no coice de procissão aos portugueses de que traça este perfil psico-moral: «Pues ya los portugueses, es cosa larga de contarse sus condiciones y propiedades; porque como son gente enjuta de cerebro, cada loco con su tema; mas la de casi todos es que se puede hacer cuenta que el mismo amor vive en ellos envuelto en laceria».

Sempre o mesmo apodo tão comum outrora entre os nossos vizinhos a respeito de portugueses — desatremados de cabeça, derretidos de amor, e roídos de mesquinhez — aquela *laceria* com que tão a miúdo nos ferem o carácter.

nada menos de quatrocentos regressavam a penates, onde os chamava a defesa da Pátria restaurada (1).

A tal ponto pimponciam nas refregas que em 1676 os estudantes espanhóis se coalizam contra os portugueses, terminando a briga por várias mortes (Macias, *op. cit.*, t. II). O sucesso chegou à consequência de D. Pedro II proibir aos nacionais que frequentassem as Escolas de Salamanca, sob pena de serem írritos e nulos os seus cursos — cominação, é claro, que não passou do indignado despacho (2).

Esta turba distribuía-se pela cidade ao sabor das condições de alojamento a que se subordinava a popu-

(1) O narrador épico das façanhas dos Viriatos, como testemunha e comparte deles, é o teólogo A. Veloso de Lira, um ilhéu da Madeira, num estrambótico *Espelho de Lusitanos*, etc., 1643 (in Bibl. Nac.), de que Camilo fez um extracto nas *Coisas leves e pesadas*. As proezas heróicas contra os biscainhos são ali contadas com o entono dos romances de cavalaria; onde chegassem portugueses, levavam tudo de rota batida, e com quê? «com quatro farruscas velhas, um mangoal, et similia».

(2) Esta combatividade, ou dos escolares contra os burgueses, ou dos estudantes entre si, foi o cancro das grandes Universidades, fomentado pela rudeza dos costumes, à sombra de abusivos privilégios. Em Paris, por exemplo, essa horda desabusada e desenfreada no vício levava vida de inferno (Franklin, Christian, *loc. cit.*). As lutas à mão armada assinalaram-se em Coimbra até perto dos nossos dias. Ribeiro Sanches, no seu *Metodo para estudar a medicina*, 1763, propunha que em Coimbra houvesse um batalhão de 600 homens para a guarda académica. «Quem souber de que modo os estudantes vão a estudar a Coimbra, armados como se fossem para a campanha ou para a montaria, com armas ofensivas e defensivas, com pólvora e bala e cães de fila, quem se lembrar ainda das atrozes *investidas* de

lação escolar; haveria de tudo, desde o raro *generoso*, o privilegiado rico, e o *beca* dos *colégios maiores*, até ao *pupilo* hóspede da burguesia e aos pobres *capigorrões*. Teriam porém os nossos patrícios algum paradeiro de eleição, alguma sede própria? Indica-a Amato quando se refere à Igreja de *Santa Maria de la Vega*, sob cuja égide estão os escolares portugueses — *ædem divæ Mariæ à Veiga, in cujus tutela Portugaleses scholastici sunt*. (L. I, en. 110). Templo e Mosteiro remontam a sua fundação a 1166, data em que os cónegos regulares de Santo Agostinho filharam de Leão para Salamanca; passou por importante reforma no tempo de Carlos V e por muitas transformações e adições subsequentes. Era sede dum *colégio menor*, talvez o mais antigo da Universidade; trajavam os colegiais de manto negro cerrado e murceta preta. Situado num rincão risonho da Ribeira do Tormes, o nosso médico recorda-se das sebes de espinhos que circumvalavam as hortas da cerca e das salgadeiras que brotavam junto da igreja (*ibidem*).

Depreendeu da passagem Maximiano de Lemos que os nossos compatriotas eram colegiais da Veiga e que Amato, uma vez que não se exceptua, também o fora. Julguei, por minha parte, presumível este colegiato do Amato, e aceitei como fundado que ali pairasse e enxameasse a colmeia da estudantaria nacional, mas com

Coimbra, dos barbaros excessos que cometeu o rancho da Carqueja nos anos de 1719 e 1720, achará necessarias as precauções referidas e que só um batalhão de infantaria armado de espingardas com baionetas e cartucheiras carregadas poderá domar aquele fogo da mocidade portuguesa».

uma restrição expressa: nem a nação era privativa do colégio, nem o colégio exclusivo da nação. Este exclusivo desmentia-o a história da instituição, os hábitos conhecidos da vida universitária, e o exemplo dos outros colégios, nenhum dos quais era consignado a nação alguma, salvo o de S. Patrício dos irlandeses católicos, pelas condições especiais e únicas da sua fundação; mas não me repugnou crer que o estado-maior das gentes lusitanas se albergasse em alguma das alas ou pátios do vasto colégio (1).

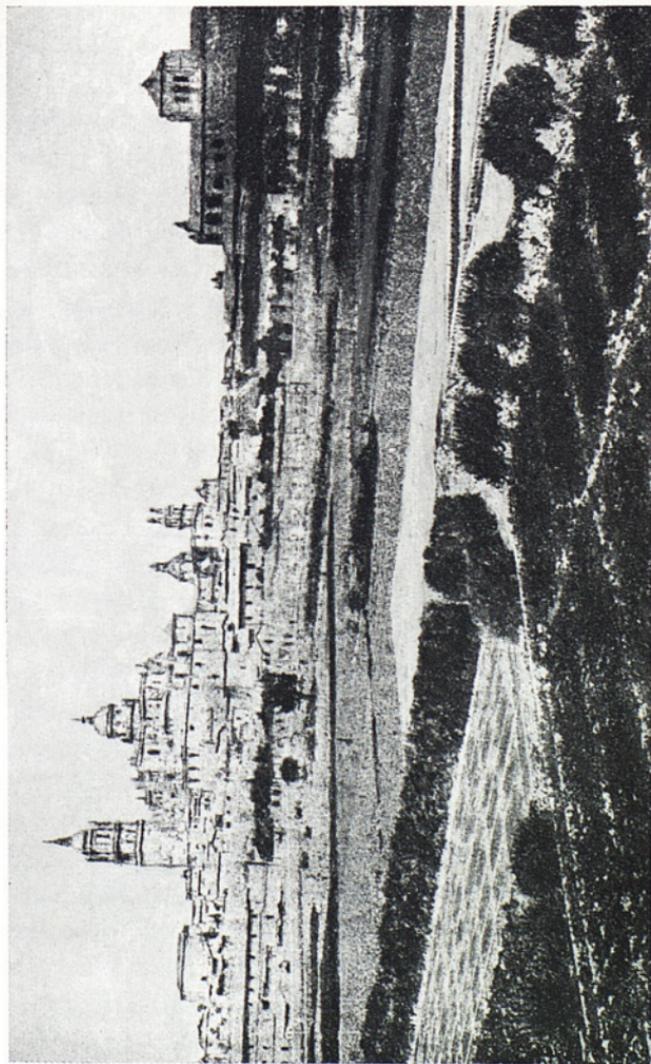
Recolho agora essa opinião, ao reparar que o texto do Amato não suporta semelhante extensão interpretativa; ali o que se diz, é simplesmente que os estudantes portugueses estão sob a tutela de Santa Maria da Veiga, isto é, que a Santa era a padroeira da tribo nacional.

Não topi até agora nenhum passo doutro escritor que venha contraprovar o passo do Amato — silêncio menos de presumir, se lá fora o colégio principal dos portugueses — salvante as referências elucidativas do Veloso de Lira, que, ao contar o movimento patriótico dos Viriatos perante a Revolução de Dezembro, escreve: «fez-se uma junta portuguesa em a Igreja de Nossa Senhora da Veiga, confraria que ali sustentava nossa nação, desde tempo de el-rei dom Manoel» (*Vista* 12.^a,

(1)* No excerto publicado na *Medicina Contemporanea* de 1908. Logo nessa ocasião dei como inaceitável a atribuição feita por T. Braga (*Historia da Universidade de Coimbra, t. II*) ao Colégio da Veiga como «exclusivo dos estudantes portugueses». Só agora ao rever das provas, atentei melhor no valor das expressões do Amato e daí a rectificação que deixo no texto acima.

Consid. 5.^a); e no mais, na epopeia anedotária das refregas e proezas dos Viriatos, nenhum vislumbre do collegiato português. Está pois entendido o tópico do Amato: o corpo escolar foi por D. Manuel agregado numa confraria de sede patronal na Igreja de Santa Maria da Veiga, padroeira dos portugueses, como em 1618 o veio a ser também da Cidade de Salamanca. Era ali a sede oficial e religiosa da *nação* de Portugal na Universidade, e nela se celebravam as suas juntas.

Mal retumbou em Salamanca a nova da Restauração Portuguesa, a estudantada, em frémios de patriotismo, celebrou a junta na Veiga; e os valentes Viriatos deliberaram passar, fosse como fosse, o mais presto que pudessem, à sua terra. A Restauração do seu Reino veio colhê-los quando eles andavam em assanhada disputa sobre uma Cadeira em que era opositor um compatriota doutor Simão Rebelo, «sujeito de mui grandes merecimentos». Pois largaram a Cadeira e todas as jerarquias escolares que logravam no ensino; possessos de animadversão contra os castelhanos, seus aliados da véspera, entregaram tudo de mão beijada, a quem? — aos seus inimigos jurados, os biscainhos. As duas nações, agora de mãos dadas, andaram pela cidade em estrepitosos *victores*, estrugindo vivas aos Viriatos, desafiando a raiva soffreada dos castelhanos. Depois de venderem livros ao desbarato para comprarem armas, vadeiam o Tormes em pouco mais de dois dias nada menos de quatrocentos rapazes sem que se lhes pusesse o menor estorvo — êxodo que fez merecer uma repreensão do Governo de Madrid ao Mestre-escola da Universidade. O Padre Lira, que, se a embófia não mente,



Hortas do Colégio de Santa Maria de la Vega

não devia ser peço, diz que por não se poder escapar com brevidade o deixaram entregue da confraria, e nesse posto arriscado encarece os seus serviços à redenção do País.

A última vez que parei em Salamanca (9-907), descí pelo arrabalde de S. Tomás, onde se ergue hoje o Hospital de Dementes, à Ribeira do Tormes, para fazer a romagem ao Colégio de Santa Maria. Lá está a mesma veiga, as hortas viridentes e amenas, de talhões enxadrezados e debruados de sebes vivas, como no tempo do Amato. Desmantelado pela depradação vandálica dos bens e monumentos religiosos com que o novo regime torpemente se inaugurou na Península, a mole do velho Mosteiro jazia em ruínas quando passou às mãos de um proprietário culto, Vicente Fabrés, que restaurou e conservou quanto era digno de amor de arte, chegando a desentulhar um precioso claustro românico, contemporâneo dos primeiros regrantos. Refrigério das misérias artísticas como das humanas, o bizarro Fabrés, ao falecer em 1904, testava a propriedade para a instituição de um hospício de crianças e velhos.

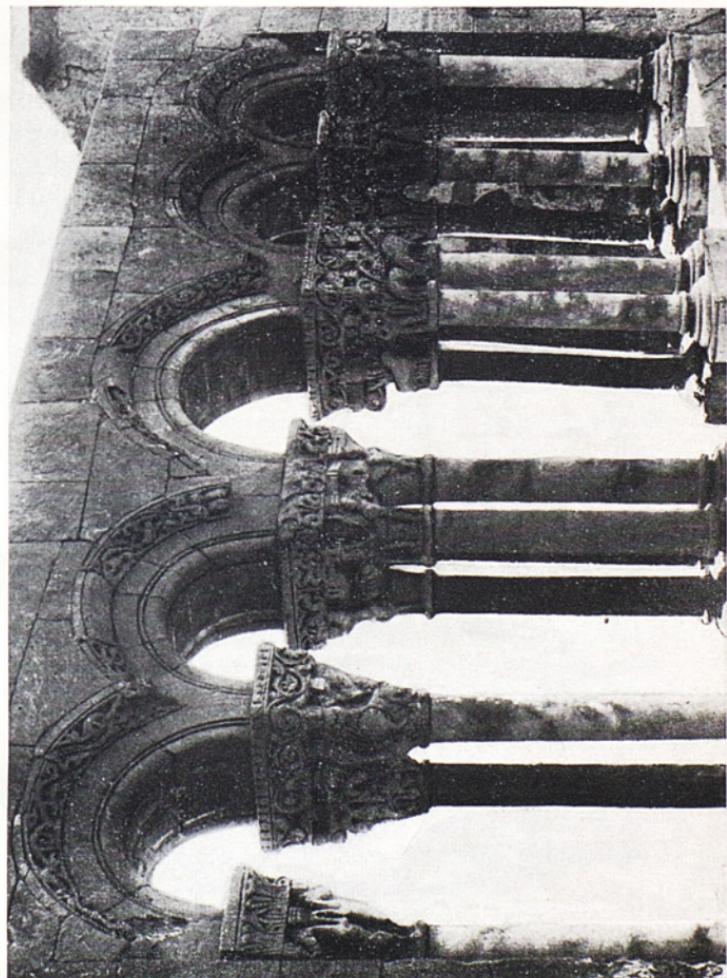
Encontrei em plena e excelente execução este nobre legado. O novo edifício levou a cabo a tábua raza que o *tempus edax* perpetrara, poupando só as reliquias de respeito. A espaçosa capela sustenta ainda o artesoadado gótico das abóbadas, apoiadas em colunas e pilastras cilíndricas que rematam em belos capitéis da Renascença; quantas vezes naquele mesmo recinto representaria o Amato a comédia secreta de tantos judeus do tempo, refractários à cristianização, mas forçados pela intolerância ao mimetismo católico! Arrancados dos seus

alicerces multiseculares, jaziam arrumados, na intenção de com esses despojos artísticos ornarem a tumba do piedoso testador, os restos da crasta românica com os cinco arquitos de volta redonda, poisando sobre colunelas geminadas, que se encabeçam de ricos capitéis icónicos, recamados de estranha e fantástica zoografia.

A Virgem *de la Vega*, jóia bizantina de que a cidade fez talismã de padroado, continua em funções activas de divindade, mas refugiu das ruínas para o Templo de San Esteban, e dali para a Catedral onde se lhe preparava guarida condigna de tamanha preciosidade; ali ostentará, de trono, menino e coroa, a sua armação de bronze laminado, com esmaltes policromos, asser-toado de pedras variegadas, medusando os crentes com as grossas contas de azeviche que servem de pupilas aos olhos esbugalhados.

Todos estes resíduos de grandeza da arte e de grandeza dos tempos, escapos à selvajaria, engastados ainda na primitiva paisagem que a natureza perpetuou, são para o romeiro português um campo de soledade, onde outrora ecoou o ruído alegre dos seus patrícios, quando a Minerva Salmantina era a mãe por excelência dos nossos intelectuais.

Por toda a Espanha, as pedras, as tradições, os lugares e as crónicas nos falam de Portugal. Em Salamanca então, que de memórias gratas para o digressionista português, por pouco que ele tenha o culto do passado glorioso da sua Pátria. Ali pulsa ainda o sangue ancestral da leva dos portugueses, acaudilhados pelo coim-brão D. Godinho, a quando do povoamento promovido pelo Conde Raimundo, em fins do século XI; três das



Claustrijo románico do Mosteiro de Santa Maria de la Vega (desaparecido)

prístinas freguesias dos repovoadores representam a enxertia portuguesa de Salamanca (1).

As suas muralhas foram entradas e apoderadas por D. Afonso Henriques e D. Dinis, e dentro de elas fizeram senhorio D. Pedro, filho de Sancho I e a *formosíssima Maria* do Camões, filha de Afonso IV e mãe de Pedro o Cru, de Castela.

Onde na histórica cidade mais alto ressurgem as grandezas idas da nossa terra é na crasta da *Catedral vieja*, na *capilla de Santa Barbara*, que, desde a sua fundação pelo bispo Lucero, guerreiro e cortesão, por meados do século XIV, até ao século passado, serviu de sagrado paraninfo a todos os recipiendários dos graus académicos, conferidos pela *alma mater*. Nela jaz ainda o cenário simples e solene da magistral colação. Ao meio a mesa, armada por sobre a estátua jacente da tumba do fundador e ladeada das grosseiras bancadas do júri;

(1) São as Freguesias de S. Paulo, S. Tomás e S. Estevão de los Godinez, assim chamado do D. Godinho, cepa originária da estirpe dos Godinez, Duques de Tamames e dos Condes de Santibanez. Outros portugueses de raça deram costado fidalgo e brasonaram o Tormes. Num poema escrito nos primeiros anos do século XVI, *Triunfo Raimundino*, que celebra toda a armaria salamanquina, distribuída nos róis dos dois famosos bandos de S. Bento e S. Tomé, vejo mencionadas duas linhagens portuguesas:

Os *Perciras*, ramo do grande Nunalvares,

Pereira de Portugal
De un condestable...

E os *Arauzos* *Sosas*, certamente Araujos Sousas,

Juan Arauzo de Sosa
De reyes de Portugal...

Em ambos os escudos fulgiam as quinás.

à cabeceira o *sillon de cuero*, o cadeiral de sola, do graduando, ali encerrado desde a véspera do acto, no trânsito de uma noite de vela de armas, alumuada fúnebremente pela candeia do velador, de horas cortadas pelo tanger da câmpana.

E o recinto severo e escuro, outrora capitólio, hoje necrópole das glórias universitárias, anima-se espectralmente pelos fantasmas togados de tanto português ilustre, honrador do seu nome e do seu Reino, que, ou da bancada dos mestres ou da cadeira do neófito, fez reboar a voz inteligente pelos gomos da cúpula oitavada da capela, tão exalçada como sede de investidura doutoral que estavam as inquirições feitas quando se dizia de alguém: *Ha pasado por Santa Barbara*. Pois por ali passaram, quantos, só na medicina, Garcia d'Orta, Amato Lusitano, Tomás Rodrigues da Veiga, Pedro Nunes, Luís de Lemos, Pedro de Peramato, Pedro Vaz, António Luís, Garcia Lopes, Jorge Henriques, Rodrigo de Castro, Ambrósio Nunes, Isaac Cardoso, Gabriel da Fonseca (?), Oróbio de Castro, Rodrigues Pedrosa, etc.; e como cerra-fila dessa fiada secularmente memorável, o grande Ribeiro Sanches.

De que grau se investiu o Amato em Salamanca? Passaria do simples bacharelato à licenciatura e daí ao doutoramento? Tornou-se trivial dar a Amato como doutorado de Salamanca; não se curou todavia de adução de prova. Max Salomon certifica o grau com o título de *Doctor medicus* extraído das obras e com o testemunho de A. Vidal y Diaz (*Mem. histor. de la Univ. de Salamanca*, 1869). O atestado não chega, muito embora satisfizesse o espírito meticoloso do biógrafo alemão.



Imagem bizantina de Santa Maria de la Vega



Se Vidal y Diaz tivesse visto registrado o nome do Amato na *doctor promotion*, não havia mais que inclinar a opinião; mas não, a doutoria do Amato vem consignada num indículo de notabilidades salamanquinas, traçado mais que à ligeira. Vê-se bem que Vidal y Diaz, aliás monografista de somenos mérito (1), não fez mais do que ir atrás da toadilha. Por outro lado o prenome de doutor nada inculca de certo. Na cabeça dos livros vem muitas vezes Amato simplesmente como *medicus e physicus*, outras como *doctor*. Notarei, como documento de mais peso, que em duas peças apresentadas em tribunal como perito, verdadeiros relatórios médico-legais, assina-se *Doctor Amatus Castelli Albi Lusitanus*. Mas o título de *doutor* era já então, como hoje, uma graciosidade dispensada a todo o formado por uma Escola regular e muito mais quando o exornavam méritos sobrelevantes. Aqui temos, para não citar outros, um contemporâneo famoso, o nosso Garcia d'Orta, que se nomeia na testada do seu livro — *doutor Garcia d'orta*; e, entretanto, provou-o documentalmente o Conde de Ficalho (*Garcia da Orta e o seu tempo*, 1886), era um licenciado.

Por minha parte, inclino-me, até prova do contrário,

(1) É sinceramente para lastimar que uma Universidade, em tempo mundial, como a de Salamanca, não possua anais publicados, nem sequer contribuições próprias para a sua gloriosa história. Os registros escolares estão quase virgens de indagações eruditas.

a que Amato obteve, se tanto, a licença (1) — o título aspirado pelos salamanquinos talentosos e aplicados, muitos dos quais se contentavam aliás com o bacharelato. A borla doutoral exigia uma cerimónia faustosa, uma verdadeira pompa pública, excessivamente dispendiosa, acessível só às bolsas recheiadas; a simples licença já não era barata.

Havemos de ver que a sua saída de Salamanca com a formatura feita se deu em 1529, quando ele contava 18 anos. Ora o seu tirocínio escolar exigiria sete anos, pois que os prazos costumados dos cursos eram três anos para o bacharelato em Artes, quatro para o bacharelato em Medicina. O mais provável é que não passasse do grau de bacharel. A licença demandava três anos, a menos que se não concedesse abreviação, dispensada por favor (2) ou por mérito; e poucos a podiam lograr com mais merecimento do que Amato, a quem em idade tão tenra dois dos seus mestres confiaram a direcção de enfermarias hospitalares.

(1) É para aduzir que o colega Luís Nunes, seu camarada na volta de Salamanca, foi cá que se doutorou, na Universidade de Lisboa, já depois de nomeado professor na Faculdade das Artes.

(2) Mais tarde, pelo menos, praticaram-se verdadeiros escândalos. Com um semestre, diz Henrique Jorge Henriques (*Retracto del perfecto medico*, 1592), que se consentia o acesso da medicina, onde às vezes com dois anos se desembaraçavam.



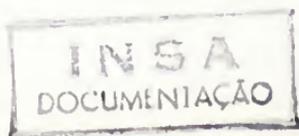
Capela de Santa Bárbara

2

O Magistério

Bem menos importa o grau conferido no pergaminho académico, que o grau adquirido da competência e saber. Que instrução propinava ao tempo a Escola Magna? Qual o espírito literário, científico e filosófico do seu ensino? Por que impregnação de noções e ideias passou Amato no seu discipulado e até que ponto foi ou deixou de ser um filho espiritual de Salamanca?

A habilitação para a matrícula na Universidade era uniforme e única—a Arte Latina; as portas só se abriam para quem provasse o conhecimento gramatical da língua universal dos eruditos, a língua académica escrita e falada nas aulas e exames por mestres e alunos, embora por vezes maltratada com escândalo dos ouvidos puristas do Lúcio Maríneo e do nosso Aires Barbosa (Reynier, *loc. cit.*). Iria Amato para Salamanca já com o sacramento da Arte Latina? Então não faltavam por essas províncias fora padres-mestres que em troca de basta pancadaria alatinavam rapazes. Max Salomon parece mesmo supor que o Amato só fosse frequentar a Salamanca o curso médico propriamente dito. Teria nesse caso passado previamente pelas Escolas Gerais de Lisboa. Dadas as distâncias proximamente iguais de Castelo Branco a Lisboa e a Salamanca, circunstância que ele próprio registra (*Cent. III, cur. 13*) nada lucraria em frequentar os estudos da Capital; mais natural que



fosse *ab initio* um escolar de Salamanca, um aluno das *Escuelas Menores*, instaladas já no edifício de portadaneogótica e cornija plateresca, concluído em 1533 depois da saída do Amato.

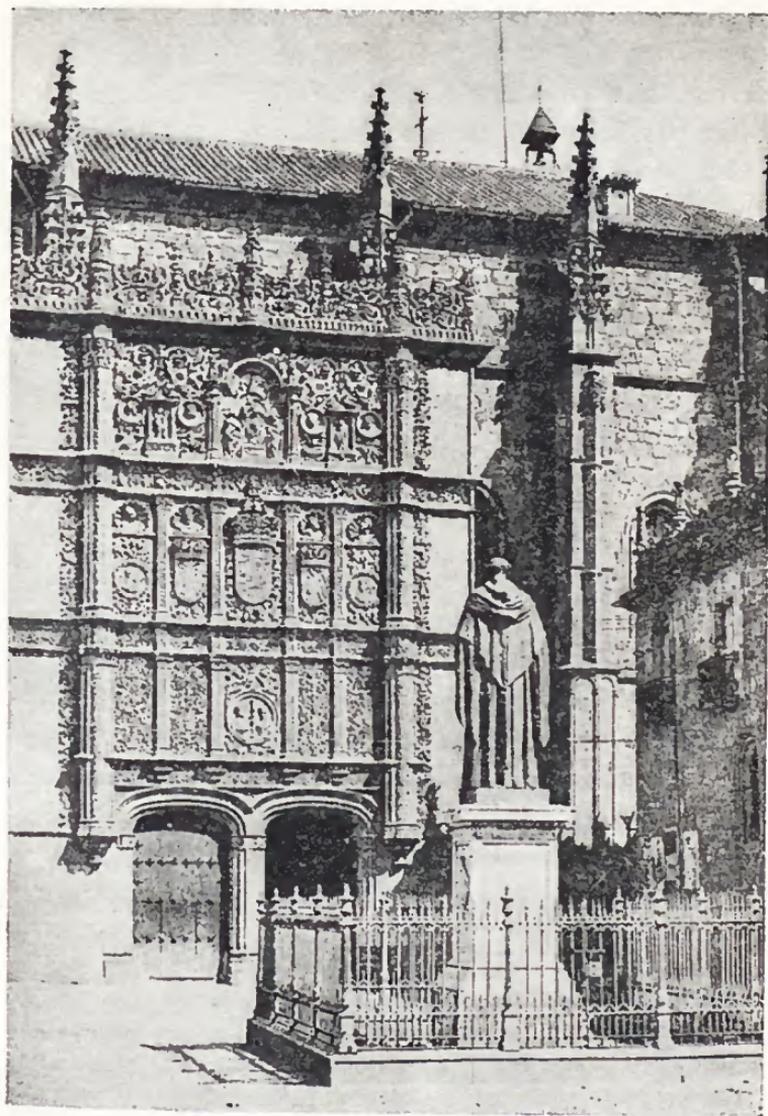
Transitava agora para as *Escuelas Mayores*, o magnífico Paço Universitário, rematado já nas suas belezas arquitecturais em que sobressaem a pitoresca biblioteca e a esplêndida fachada — a mais pura jóia do plateresco. Lá estão ainda a mesma crasta e as mesmas aulas onde passou a mocidade escolar do século XVI.

O candidato a médico estreava-se pela Faculdade das Artes, preparatório forçado para a de Medicina. Aperfeiçoava-se na Latinidade — no conhecimento da língua e obras dos Mestres da Antiguidade. «O médico, dizia H. Jorge Henriques (*loc. cit.*), há-de ser grande latino». Amato deve ter-se por um latinista selecto, conhecedor da melhor literatura que sem preciosidade ou impertinência tantas vezes traz à colação, e por escritor dum latim correcto e cuidado com trechos aqui e além onde perpassa algo da ciceroniana elegância.

A erudição abrangia as duas línguas clássicas — o latim e o grego; *peritus in utraque lingua* se dizia de quem as possuía a par (1). Tal o Amato. O amargo

(1) Jorge Henriques já inculcava apenas ao bom médico o mediano conhecimento do grego que passou a ser menos comum. Certo é, porém, que o grego continuou em favor junto dos médicos ilustrados. A tradição ainda veio até nossos dias; os últimos helenistas da Cátedra Médica foram o Ferreira Braga no Porto e o Magalhães Coutinho em Lisboa. Sumiu-se o grego e foi-se o latim.

A pedagogia alemã continua a embeber os seus médicos



Fachada da Universidade de Salamanca

Haller dá-o por menos doutamente helenizado — «græcarum etiam minus peritus» (*Bibliotheca Botanica, t. I*), e mais modernamente o historiador da Botânica Meyer (cit. por Salomon) ainda mais inferioriza o seu conhecimento do grego. Salomon, honra lhe seja, rebate esta crítica deprimente e justamente considera Amato como pleno sabedor do idioma grego.

Línguas de mais luxo glótico ainda se professavam em Salamanca: o hebraico, a língua santa e o arábigo, a língua dos introdutores das letras antigas na Europa e nomeadamente das médicas — a língua do Avicena, o Mestre das Escolas. Amato possuiu-as plenamente; dizem-no, como veremos, as passagens em que as emprega, esmerilhando até interpretações e significados.

De línguas vivas, uma ao tempo tinha foro de maior interesse para o homem culto — o italiano, a língua da Renascença literária e erudita. Esta, da mesma forma que o francês e o alemão, veio a aprendê-las no estrangeiro (1).

Amato era pois um poliglota de nove línguas, incluindo as nativas, o português da sua terra e o espanhol da sua criação, «lengua en que quasi nos criamos», dizia Jorge Henriques do castelhano, idioma que tantos dos nossos preferiram para as suas obras literárias e cientí-

nas Humanidades; entende que essa alta cultura é necessária à Medicina para mantê-la na cabeceira da aristocracia intelectual. Mas isso é lá para os tudescos que desconhecem a positividade lusitana. Cá nem línguas mortas, nem vivas até, porque do próprio português demos cabo.

(1) A Amato, amigo de John Falconer, não era também desconhecido o inglês (v. pág. 164).

ficas. Não é mesmo de estranhar que chegasse até a suplantar a materna; no Amato como em muitos outros se nota. *Tantas línguas souberes, quantos homens serás* — ele impregnara-se do ditado, e pela sua obra fora muitas vezes reverencia os varões sábios em muitas línguas.

A Filologia Clássica não foi por certo na Itália que precisou aprimorá-la; a primor se ensinava ela já de Península a dentro. Latinizava-se e helenizava-se a valer nas grandes Universidades, e as boas letras latinas e gregas foram de tom na própria Corte dos Reis Católicos em Espanha e de D. Manuel em Portugal, chegando nelas a realçar damas e princesas.

Em Salamanca florescem mestres de polpa e brado nas altas Humanidades. Tal o *Pinciano*, a quem o Amato apelida varão doutíssimo, grande comentador de Plínio, outrora seu preceptor de boas letras — *viro doctissimo, et maximo Plinii instauratori, olim in bonis litteris apud Salmanticenses præceptori nostro* (1) (*Diosc. L. III, en. 94*).

Por este cognome de Pinciano, como quem diz «valisoletano» (de Valhadolid), e ainda pela alcunha

(1) A citação vem a propósito de correcções a introduzir no texto pliniano, o que ele deixa ao discernimento do Pinciano e de João Fernandes — *Johanni Ferdinando, unico litterarum ornamento, et apud Conimbricenses publico bonarum litterarum professori*. Deste João Fernandes, assim gabado e emparelhado com o Pinciano, não tenho à mão outra notícia que não seja a da sua categoria de mestre de Artes e Humanidades na Universidade Joanina.

do «comendador grego», foi e é conhecidíssimo Hernan Nunez, eminente Catedrático da Arte Retórica e da História Natural de Plínio, insigne sobretudo como hele-nista.

Professor infatigável, consagrava as lições antemeridianas aos textos gregos e as pósmeridianas aos latinos (Nicolau António). Justo Lípsio exaltou-lhe a fama lá fora, respeitada ainda pela Filologia Moderna. Vivo rasto deixou no espírito dos seus alunos; o Cristóvão OroSCO, condiscípulo do Amato, repete o mesmo elogio — «in omne genere litterarum eruditione proditus».

Formara-se na lição dos humanistas de Bolonha e na do nosso Aires Barbosa, o introdutor do grego nas Espanhas; professara primeiro em Alcalá, onde colaborou na famosa *Bíblia poliglota* do Cardeal Cisneros. Teve, porém, os seus dares e tomares na Universidade Complutense ⁽¹⁾ que trocou pela Salmanticense onde o seu ensino e saber deram eco.

No *Diálogo da perfeição do bom médico* ⁽²⁾ de 1562

(1) Enviscou-se pelos modos nas refertas dos *comu-neros*, de que parece ter-se saído pouco limpamente (v. *La Fuente op. cit.*, t. II).

(2) A este raro opúsculo, *Dialogo da perfeçam e partes que são necessarias ao bom medico*, Lisboa, 1562, de que existe um exemplar nos reservados da Biblioteca Nacional, aponta-se como autor Afonso de Miranda (Barbosa, Morejon, etc.). O prof. J. Carlos Lopes (*Bibl. Med. Port., Seculo XVI, in Archivos de Hist. da Med. Port., 1886*) desbaratou sem esforço esta autoria, mas julga-a desconhecida, confirmando o «nescio cujus» do Nicolau António. Ora o autor aparece-nos patente, e surgiu-nos logo à primeira vez que manuseámos a obra.

Na dedicatória diz-se que Afonso de Miranda, contador

em que são interlocutores o filiatria e o comendador grego, diz-lhe aquele: «... por fama sois conhecido en España y Europa;... en España vos fuisteis el primero

do Reino e da Casa Real (D. Sebastião), achou o «Diálogo» entre os papéis de seus filhos, estudantes de Artes e Medicina, em Coimbra e Salamanca, fazendo-lho traduzir do latim em vulgar. Foi por este período que se fez a infundada atribuição ao Afonso de Miranda. «Não o quiz imprimir em sua vida por não tomar tão grave carga sobre seus ombros em publicar diálogo contra a medicina deste tempo»; mas «em sua vida o deu a Jerónimo de Miranda, fisico de V. A., pera o mandar imprimir quando lhe parecesse tempo». É o que este faz, acolhendo-se ao alto patrocínio do Rei para ser defendido dos que o quizessem repreender.

Destas palavras se revê um truque ingénuo. O vero autor é o próprio editor dr. Jerónimo de Miranda. Como se tratava dum libelo azedo contra médicos, em que, como tal, se escolhe para os ferir a boca maligna do Pinciano, e de uma monitória médica de rude censura, o fisico do Paço rebuça a autoria; inventa a historieta inverosimil do achado feito pelo contador nos papéis dos filhos, da versão do latim, e da doação em vida para uma publicação póstuma; escondido assim para não afrontar de cara as susceptibilidades da «medicina deste tempo», põe-se ainda por cautela à sombra do escudo real para que o proteja de repreensores.

Num dos sonetos de entrada a D. Sebastião e no soneto do fecho, encomia-se o «doutor Miranda». Ora quem há de ser ele senão o fisico régio, o dr. Jerónimo de Miranda?!

No próprio recheio da obra se encontra prova de que a sua elaboração fora recente. Alude-se à anatomia de Salamanca, Coimbra e Valhadolid em justificados, ao que por sinal o mordente Pinciano replica que em boa justiça também se devia fazer no corpo dos médicos. A Cátedra Coimbrã datava de 1556, ano em que D. João III contratara o hespanhol Guevara.

Jerónimo de Miranda era alguéni, pois que o *Compendio Historico* o cita entre os nomes dos discípulos luzidos na Universidade Joanina.

que sembrasteis el idioma grego, y de todo lo que ha multiplicado, se vos deben las primicias en reconocimiento, pues tienen de vos solo la dependencia y origen». Ainda ao tempo de Rodrigo de Castro reinava a tradição gloriosa do mestre de quem ele diz: «humanarum litterarum in academia Salmanticensi olim publicus magna cum laude professor» [*Medicus Politicus sive de officiis medico-politicis*, 1614].

O Amato teve por certo reserva de contar é que ele, ao esmiuçar com superior filologia o seu Plínio, à conta do naturalista ia ferrando gebada mestra na medicina, de quem era inimigo acérrimo.

O egrégio Comendador de Santiago ensinava e tratava com médicos, mas a eles e à medicina consagrava o mais assanhado teiró, e tamanho que chegou a desfechar-lhes um virulento *factum* em que põe a profissão e os profissionais pelas ruas da amargura (1).

Era proverbial em Salamanca este incansável ódio do *græcus commentator*, que deve incluir-se no rol selecto dos detractores da medicina — iatrofobia incurável que em todos os tempos tem atacado mesquinha-mente grandes espíritos (2).

(1) Apesar do empenho posto, não pude pôr os olhos nesse panfleto. Do Pinciano conheço apenas *Las Trezientas de Joan de Mena* anotadas com comentários que lhe são atribuídos, numa edição rara pertencente ao meu amigo Alvaro Possolo.

(2) Da mania de Pinciano contra a medicina aí vão as provas interessantes que com curiosidade colhi nos nossos quinhentistas médicos.

No *Diálogo da perfeição* logo no intróito, como o filiatra dissesse ao Pinciano, queixoso da gota, se valesse da

Mais alto do que o Nunez paira ainda o nome de oiro de *António Nebrixa*, humanista e enciclopédico, o criador da Lexicologia nas Espanhas, ainda hoje citado e honrado. Passei, como Maximiano de Lemos, pela

medicina, ele agastado retoma: «nuevo debeis ser en esta Universidad, pues estando yo sano me alteraveis con ese monstruo, quanto más me habeis turbado en la disposicion que agora estoy», e depois de aludir à fúria de Catão, chama às Cadeiras da Faculdade «catedras de pestilencia».

O Jorge Henriques (*loc. cit.*) despica-se desta iracúndia, contando como afinal se submeteu miseravelmente à inimiga medicina: «El commendador griego en el tratadillo que hizo contra los medicos, o en su favor, dice ser traydo Esculapio de Epidauró en figura de serpiente para significar la venenosa qualidad de la Medicina... En todo el tiempo que vivió sano aborreció la medicina, mas despues que se vió enfermo com enfermedad peligrosa, vemos a todos que se soccorrió a ella muy humilde, y como á falso traidor al tiempo que la buscava esta le faltó».

Esta reconciliação final deu-se em 1552 «in articulo mortis»; mas não me parece que a medicina deva exultar com ela, como o fez pela boca do Henrique, pois que o Pinciano — segundo se lê no Prefácio do Miranda — que «nunca se curou com médico e usou de mui poucas medicinas», viveu noventa anos. Ora esta longevidade abona o nihilismo médico do comendador, muito embora ele o renegasse nos transe finais.

O eminente Rodrigo de Castro, no seu Tratado de Deontologia (*Medicus Politicus*), refere-se à mania do Pinciano, «alter Cato dictus, quia medicis omnibus infensissimus, adversus quos publice et privatim multa saepe ex Plinianis commentis inculcabat» (*L. IV, cap. 8*). Não queria saber nem de medicina nem de médicos; dieta, conselhos de amigos e nada mais.

Referindo também o escrito público em que buscava denegrir a medicina e os médicos, e condená-los a desterro para o cabo do mundo, traz a pêlo esta pitoresca anedota: Como um filho lhe adoecesse, a mãe às escondidas do marido,

impressão de que, da página curiosa e patética que lhe consagra Amato, se vislumbra que aprendera com o Nebrixa ou pelo menos o conhecera. Tem porém de arredar-se em absoluto semelhante ideia; quando Amato não passava de uma criança de 11 anos, morria o grande latinista, e desde 1513 que não punha os pés em terras de Salamanca, *et pour cause*. Amato fala apenas de tradição — e viva devia ela ser de tal homem e de tal facto — neste trecho belo e comovente que merece ser traduzido como lance pintural de vida académica, como exemplo edificativo, e até como clarão do recto espírito de quem o escreve.

Ao apontar como espécie clínica que um nobre conde italiano tinha o pulso dícroto — *id est, bis ferientem* — lembra-se que também se assinalara por essa anomalia — *si recte recolo* — *Antonius Nebrissensis*, «aquele que nas letras cultas, para em pouco dizer muito, é o Varrão da Espanha. Quando isto escrevo, acode-me lamentar a má fortuna do doutíssimo e santíssimo velho. Foi ele vencido no Ginásio Salmanticense em sufrágio público por Castilho, um adolescente e seu discípulo, perdendo como prémio o estipêndio anual de trezentas moedas de ouro, afora as honras que os

enquanto ele estava na aula, chamou um médico. Não se fez a visita tão depressa que o comendador à volta não cruzasse com o facultativo no limiar da porta. Admirado de ver o *Galeno* a sair-lhe de casa, sauda-o mordazmente: «salutem ex inimicis nostris»; mas o médico, abrindo a palma em que reluzia a coroa recebida da mulher, desfecha-lhe: «et manu eorum qui oderunt nos». Grande médico, se era tão certo nas curas, como na ironia com que se vingou a si e á Faculdade.

grandes homens em muito mais estimam — o que é tanto mais para admirar quanto um e outro interpretavam perante a Academia os mesmos rudimentos de gramática, compostos pelo próprio António! E o douto, vencido pelo indouto, saiu repetindo aquilo do grande Africano: ingrata pátria, nem sequer me terás os ossos». E remata por dizer que escreveu o caso para os leitores ficarem na inteligência que isto de letras e erudição pouco valem, se não assiste propícia a deusa da justiça — *nisi propitia adsit Rhamnusia* (*Cent. V, cur. 100*) (1).

Remota e eloquente prova é esta de até onde pode ir o abuso do sistema dos concursos; verifica-se mais uma vez até onde chega a inconsciência da turba académica, desnorteada pelo brilho ou pela ousadia, ou pela captação maldosa das simpatias juvenis. Porque em Salamanca, como é sabido, eram os próprios estudantes da Faculdade, ouvintes das lições comparadas dos concorrentes, que escolhiam por votação os seus mestres — sistema imitado também pela nossa Universidade. As *oposiciones* deram azo a cenas eleitorais idênticas às do sufrágio popular de hoje em dia. Arrebanhavam-se facções e disputavam-se os votos por todos os meios de captação: até os estudantes famélicos tiravam a barriga de misérias.

(1) Esta parenese moral está borrada nos exemplares portugueses e espanhóis pelas bestas censórias da Inquisição, incomodadas pela rudeza cáustica do judeu. O tempo desbotou a negrura do borrão, e a frase do Amato ressalta de novo, inobliterável como a verdade que encerra, parece que propositalmente escrita para os seus patrícios.

Mal o resultado do escrutínio saía no pergaminho reitoral da nomeação, a turba ululava em estos de delírio; ao vencedor, de boné coroado de louros, levavam-no aos ombros até ao claustro da Escola e daí à Cátedra num coro entusiasta de aclamação; nas fachadas de cantaria pintavam com almagre e sangue de boi os famosos *victores*, espécie de cartazes de saudação e glória ao recipiendário, ainda hoje visíveis em todos os velhos edifícios de Salamanca; estralejava o foguetório, galopava pela rua a cavahada e à noite desfilava o cortejo de tochas e lanternas. Quão desbragado seria o estampatório naquele dia escandaloso da derrota de Nebrixa, e como se não confrangeria o coração do velho ao ouvir o arruído ignaro!

Fui revistar a biografia hispânica à cata desta cena, mais miseranda para Salamanca que para o Nebrixa. Conta-a o seu panegirista e discípulo Martim Ibarra, e igualmente Álvaro Gomes na *Vida do Cardeal Ximenes de Cisneros*. Nicolau António (*Bibl. Hisp. Nov.*), ao resumir essa narrativa, cita também a passagem do Amato com a invectiva repetida de Cipião. O Nebrixa fora já, durante vinte anos, professor em Salamanca, donde, desgostado pelos modos com reitor e colegas, se passou para a nova Universidade de Alcalá, atraído pelo seu fundador e mecenas, o poderoso Cisneros. Vagando Cátedra em Salamanca pela morte de Tício, outrora seu émulo, dá-lhe a veleidade de concorrer à herança e voltar aos seus penates professorais. Foi então que se deu o desastre: a mocidade cega, quem sabe se influída por qualquer trama de rivais invejosos, derriba o velho sábio no torneio, aclamando um competidor

insipiente. Fulminado o desdém sobre a horda ignara com o dito do Africano, retira-se outra vez à sombra generosa do Cardeal, que o nomeia cronista de Fernando Católico e lhe restitui a Cátedra Complutense.

Esta infeliz sortida deu-se em 1513 quando Nebrixa tinha 69 anos; o sábio, a quem António Moncada chama como Amato o Varrão da Hespanha, recolheu-se a Alcalá onde morreu de apoplexia em 1522.

Doutros humanistas salmantinos daqueles tempos, e da nossa terra por sinal, não reza o Amato, ou porque não veio a talho de foice, ou porque os não frequentou. Como havia ele de desconhecer o português Aires Barbosa, de Aveiro, o célebre Árias Lusitano ou Árias Barbosa, mestre do Pinciano, primeiro helenista do seu tempo na Espanha, fundador dos estudos gregos como Nebrixa o fora dos latinos?! Não é porém de crer que já o encontrasse em Salamanca. Barbosa, então jubilado, viera para Portugal em 1523, chamado por D. João III para mestre dos seus irmãos D. Afonso e D. Henrique, e aqui morreu em 1530.

A Barbosa, discípulo da escola italiana, como o Nebrixa de quem foi amigo e companheiro, sucedeu cena análoga, embora menos retumbante; também o preteriram em concurso por Pedro Espinosa; ele porém não virou as costas nem negou os ossos à Cipião.

Morejon registra como mestre em Artes do Laguna, condiscípulo do Amato, um tal Henrique, português; era o Henrique Hernandez, Catedrático de Prima (Vidal y Diaz). Também ao tempo por lá deviam pairar Pedro Margalho, o colegial de S. Bartolomeu, e o médico

António Luís, que depois vieram fazer ímpar de grego e perípato as Cátedras Coimbrãs.

O aspirante a médico, o filiatra, no tirocínio de mestre em Artes, afora as línguas sábias, bebia à farta na escolástica, a fonte por excelência da filosofia e da ciência medievais. O Aristóteles, ou na deturpação arábigo-latina, ou em toda a sua pureza helenística, era moído e remoído até ao enjoo. Propinavam-no primeiro compendialmente nas *Súmulas* de Pedro Hispano, um escolástico que passa por português, ao depois Papa João XXI; mas em seguida vinha toda a fiada enciclopédica do grande filósofo do perípato, o oráculo das Escolas. Lógica e Retórica eram substância essencial; depois, no discurso já da Faculdade Médica, entrava-se na *Filosofia Natural*.

O ensino cifrava-se capitalmente na explicação dialéctica ou literal dos textos; daí o predomínio nele dos culturalistas eruditos. Eram ainda os humanistas que abarcavam a Filosofia e as próprias Ciências Naturais. Nebrixa professava a Botânica em Alcalá; e o Pinciano explicava o Plínio em Salamanca. É até como interpretador do clássico naturalista que Amato como discípulo o ouviu e o gaba como mestre.

A este escolasticismo — à terrível infecção docente e discente do tempo, que na Península havia de lavrar em todo o requinte endémico até ao século XVIII — escaparia o Amato indemne? Não há dúvida; espírito forte, se não tem o seu nome entre os pioneiros do anti-aristotelismo, enjoou-se do perípato. Não há laivo dele nas suas obras; e quando fizermos a crítica científica

e doutrinária do escritor, mostraremos quanto ele considerava deprimente a filosofia estéril que grassava nas Escolas.

As lições de Medicina pròpriamente dita versavam sobre o texto do Avicena, o ilustre médico árabe que codifica e comenta a Medicina antiga. Avicena calcava-se sobre Galeno, como este sobre Hipócrates; o seu *Canon*, os seus *Fens* eram os livros sagrados da Arte Médica. Regentar uma Cadeira de Medicina não passava de moer e remoer um Avicena deturpado de arábigo em latim.

Ao tempo esta hegemonia fora profundamente abalada. Os humanistas da Renascença operam a reversão aos textos lídimos. Do Avicena apelam para o Galeno estreme, e deste para a fonte por excelência, o patriarca Hipócrates. Esta suplantação de textos deu a chamada reacção hipocrática, cujos arautos mais exaltados foram até à exautoração dos Mestres de Bucara e de Pérgamo, como de todos os sequazes arábigo-galénicos. Vãs testilhas! A regressão ao Mestre grego não fez mais do que um curto *intermezzo*, que teve apenas o mérito de derruir o dogmatismo escolar, abrir a porta à crítica naturista, fecundar e substituir os textos pelo livre exame e pela observação.

Em Salamanca não se acenderam estas refertas de arabistas, galenistas e hipocratistas. Não houve iconoclastas; os deuses do Olimpo médico não vieram às mãos. Amato fica-se neste eclectismo avisado e justo. Dera-se em Salamanca à lição assídua do comentador italiano do Avicêna, Gentil de Foligno — *vir mea sententia doctus* (*Cent. II, cur. 37 e III, cur. 1*). O que

ele quer são os *Fens* desinfectados das torpezas dos ruins tradutores. Daí o seu fervor mais tarde pela versão de Jacob Mantino que ele pretendia publicar, depois de a reverter a bom latim. Ao Hipócrates exalta-o como a mestre divino e ao Galeno como seu imediato assessor. Nunca desfaz no Galeno, mesmo quando as observações próprias lhe invalidam a lição recebida dos seus textos. E com tanto primor o reputava que censura aqueles que, à conta de erros reais ou presumidos, arremetiam sacrilégamente contra o oráculo.

A Universidade Salamanquina, diga-se em boa crítica histórica, vergava já à decadência. Infiro-o das próprias passagens do Amato, no tocante à Medicina; inferioridade em que vêm ajustar-se outros dados harmónicos e induções demonstrativas. Em todo o século XVI estadeia as famas e celebridades herdadas da Meia-Idade; sobre o Monte Parnaso, como lhe chama o nosso Jorge Henriques, ergue-se com a arrogância de sempre a famosa divisa «*Omnium Scientiarum Princeps Salmantica Docet*»; as enchentes da turba escolar vão a cinco, seis e sete mil, mas a supremacia tradicional abalara-se.

Enquanto o tesouro do saber se cifrava no legado do árabe e do judeu, a Escola hispana refulge. Agora a luz vem da Itália, onde raia o sol da Renascença. Salamanca de foco passa a reflexo e nem isso sabe ser a preceito. Tem de importar os mestres e o ensino das Escolas italianas. Ainda em tempo dos *Reyes* recebe o siciliano Lúcio Maríneo Sículo e o lombardo Pedro Mártir d'Angléria, simples precursores todavia. Os verdadeiros mestres de Humanidades, formados nas Escolas de Itália, surgem



Brasão da Universidade de Salamanca

(Reynier «La Vie Universitaire
dans l'Antienne Espagne»)

logo: o Nebrixa, discípulo de Lorenzo Valla, o nosso Aires Barbosa, discípulo de Ângelo Policiano. Que Salamanca se não mostrou muito afeiçoada à eclosão do humanismo italiano, denuncia-o a fundação da Universidade de Alcalá em 1508 pelo Cardeal Cisneros, inspirado principalmente pelo desejo de criar um Centro de estudos das línguas sábias e da crítica filológica, inovações que em Salamanca encontravam oposição, como o atestam escritores contemporâneos (Altamira *op. cit.*). Em Alcalá é que pojou a cultura clássica de que Salamanca se vê forçada a aquinhoar, tornando-se até sucursal do seu magistério; é lá também que se pronunciou o helenismo hipocrático na respectiva Faculdade que tinha aliás mais Cadeiras que em Salamanca.

O próprio espírito escolar degenerara; as virtudes medievais do estudante, a aplicação e o porte, vão a pique. O escolar e o bacharel de Salamanca são no comum um tipo avariado de personagem de novela picaresca. Despacham-se a esmo os graduados com a sem-cerimónia de uma absolvição de passa-culpas. O nosso Jorge Henriques ousou em pleno claustro dos médicos proferir uma oração, incitando os professores a que não medissem pela mesma vara o bom e o ruim estudante; mas lastima ter perdido o seu latim, pois o «triste interesse» se metia em permeio da justiça ⁽¹⁾ (*op. cit.*).

(1) Também nisto Hipócrates diz que sim e Galeno que não. Ao passo que o Henriques fala nestes termos da venalidade dos diplomas, outro salamanquino mais ou menos do mesmo tempo, o Rodrigo de Castro fala do escrípulo com que se apurava a formatura «servata lege magna

O ascendente da Universidade, fora de fronteiras, era batido.

Quando D. João III executa a sua lograda tentativa de elevar a plana da Universidade de Coimbra, dotando-a com os melhores professores nacionais e estrangeiros que pôde angariar, ordenou que os bacharéis de Salamanca se submetessem às exigências estatutárias e passassem pela rasoira comum.

Os estudos médicos esses nem sequer aproveitaram do influxo italiano, a não ser na exegese filológica.

Mestres nem abundavam nem avultavam em Salamanca. Amato não desfaz neles nomeadamente, mas só a um realça a valer os dotes clínicos, a Alderete; merecem que nos detenhamos um pouco, estes mestres e o seu ensino.

Cita secamente os *preceptores Pontanus et Olivarius* com os quais se exercitou na arte cirúrgica; em tanto apreço o tinham e à sua diligência que lhe confiaram a clínica de dois hospitais cheios de enfermos de várias moléstias — *variis ægrotantibus promiscuis refertorum*: o Hospital de Santa Cruz e o da Senhora a Branca. Foi esse até o seu único tirocínio efectivo como ele confessa, dizendo que de volta à Pátria pouco

cum integritate», de quantos se viam adiados por um ano ou dois, e de como enfim se exaravam na carta as favas pretas, «quotquot habuerit nigros calculos» (*L. III, cap. 23*). Castro escreveu o seu livro já na velhice, mostrando-se um pouco desmemoriado das praxes escolares de Salamanca (Pedro Dias — *Rodrigo de Castro, in Archivos de Historia da Med. Port.*, 1886).

se dedicou à arte — *postea vero in patriam revocatus parum de arte chirurgica exercenda curiosus fuit* (Cent. VI, cur. 100).

Este passo fornece a prova, aditável a tantas outras, de que Salamanca propinava o ensino cirúrgico como parte integrante do ensino médico. Chegou até à dicotomia especializante; o insigne André Valcacer, o mestre de Rodrigo de Castro (*Medicus Politicus, t. II, cap. 3.º*), ao cabo de dois anos de tirocínio estremava os discípulos pelas suas aptidões, uns para a medicina, outros para a cirurgia, prosseguindo no resto do curso a sua educação prática separada de médicos e cirurgiões.

Quem seja este *Pontanus*, o mestre cirúrgico do Amato, foi um enigma insolúvel para os seus biógrafos; cuidou tê-lo decifrado. O conhecido cirurgião Daza Chacon, que tempos depois cursou Salamanca, escreve no seu Tratado de Cirurgia: «Estando yo en Salamanca estudiando la medicina y practicando la cirujia con Ponte el chico, vi que curó de un aneurisma en la plicatura del brazo a Don Diego de Azevedo con solos medicamentos locales» [*Pract. y teorica de cirujia etc.*, 1584]. Este *Ponte el chico* deve ser alatinado o «Pontanus» do Amato ⁽¹⁾ [v. R. J., in *Arq. hist. med. port.*, 1910].

De *Olivares* — cuja identificação escapou a Maximiano de Lemos — depararam-se-nos bastas referên-

(1) * Não passe este alatinamento sem abono; e nenhum mais a ponto que o nome do grande quatrocentista de Nápoles, o humanista e diplomata Giovanni de Ponte, trocado para a celebridade literária e histórica em *Giovanus Pontanus*.

cias, graças às suas altas afinidades e postos. Max Salomon já o tinha adivinhado, tomando-o pelo dr. Olivares, médico do Príncipe D. Carlos, o mesmo que, com outros médicos e cirurgiões em junta magna de que fez parte Vesálio, tratou do Príncipe, quando em 19 de Abril de 1562 rolou por uma escada abaixo, ferindo-se gravemente no occiput (1).

(1) O lance clinico da queda do Príncipe, suas lesões e sequelas entre as quais avultou a erisipela, com as intervenções cirúrgicas e consultas magistras entremeiadas de curandices e de reliquias milagreiras, forma um episódio curioso e pitoresco da medicina do tempo. Aos textos conhecidos de todo o tempo, insertos nas obras de Daza Chacon e Fragoso, veio adicionar-se mais um diário clinico — o do próprio dr. Olivares. Cabanès, na 5.^a série das *Indiscrétions de l'Histoire*, saída neste momento (Maio de 1908), diz ter tido a boa fortuna de ver o relatório manuscrito de Olivares, proveniente dos papéis do conhecido historiador de Filipe II, Forneron. Ora, esse manuscrito não é já novidade; sob o titulo de *Relacion de ta enfermedad del principe D. Carlos en Alcalá* está publicado desde 1849 na *Coleccion de documentos inéditos para la História de España*, t. xv (v. Garcia Peres).

Na conferência presidida pelo próprio Rei mencionam os cronistas que tomou parte «el doctor português» (Daza Chacon). Cristóvão da Veiga, também assistente da consulta, fala dum «doctor português», médico de Filipe II, colega que ele se gaba de ter tirado dum mau passo de doença (*ap.* Chinchilla). Que doutor português era este?

Registrara-se um médico português na Casa Real de Filipe II — António Perez (*ap.* Morejon). Cirurgião de Câmara e autor de uma *Suma de Cirurgia* (1575) destinada aos cirurgiões romancistas, pareceu-me bem que nele assentava a antonomásia do *doctor português*; vi ao depois que o meu mestre Pedro Dias tivera a mesma ideia. Sabia, é certo, que se tinha indigitado como tal o João Fragoso, o que me não parecia verosímil. Além dos espanhóis o

De que houvesse um Olivares em Madrid em 1562, não se segue que fosse este o que em 1529 ensinava clínica ao Amato. Provas mais positivas encontráramos já de que o Olivares da Corte era o da Universidade.

Quando em 1543 se realizaram em Salamanca as

darem por natural de Toledo, julgava pouco plausível que no pessoal médico do Filipe figurassem nada menos que dois portugueses, e ambos cirurgiões por sinal; e também me repugnava crer que um homem por todos os modos insigne, como João Fragoso, que marca na Cirurgia peninsular, fosse tratado assim sem mais como doutor português e passasse a ser uma entidade enigmática para os comentadores. Postas estas legítimas dúvidas, inclinei-me todavia a supor que o ignoto português teria sido o João Fragoso; à falta de outra consignação validável, levaram-me os dizeres da sua referência ao feito clínico «rebolviendo mis papeles, topé uno en que estava escrito el suceso de la cura que se hizo al Principe D. Carlos» (*Cirurgia*), muito embora se não subjectivasse na narrativa. Para este lance arriscado de adjudicação, concorreram também a opinião de Domingo Garcia Peres (*Catal. razonado biogr. y bibl.*, 1890) e a sugestão de Maximiano de Lemos.

[Dionísio Daza Chacon *op. cit.* — João Fragoso — *Cirurgia univer.*, ed. de 1586. — Anastácio Chinchilla — *Anales hist. med. en gener. y español. en partic.* 1841. — António Morejon — *Hist. bibl. med. español.* 1843. — Maximiano de Lemos — *João Fragoso, in Arq. hist. med. port.* 1913].

* Tinham todavia de ser as minhas prevenções contra a identificação do João Fragoso. As investigações posteriores de Maximiano de Lemos confirmaram a sua procedência toledana (*Gaz. dos Hosp. do Porto*, 1912), e uma carta que lhe topou Pedro d'Azevedo na Torre do Tombo mostra que ao serviço do Filipe estava um médico português de nome Fernão Lopes; foi pelo menos mandado por ele a assistir com o Vesálio à doença final de Henrique II. Tem pois todas as presunções que fosse este o doutor português (*Dionísio Daza Chacon, in Rev. da Univ. de Coimbra*, 1913).

faustosas bodas da nossa gentilíssima Princesa D. Maria, filha de D. João III, com o então Príncipe Filipe II, este assistiu à entrada da noiva na cidade, disfarçado à janela da casa do dr. Olivares (Modesto Lafuente — *Hist. Gen. de España*). Esta honra de ter em sua casa o futuro Rei, a jogar as escondidas com a desposada, mostra bem a polpa do médico *Santiago Diego Olivares* (ap. Morejon, t. III), facultativo da Real Câmara e Catedrático de Prima da Universidade (ap. Macias, t. II). Médico da Família Real, tratou do desgraçado D. Carlos, que, escapo do traumatismo craniano e da erisipela, veio a denunciar avaria cerebral de tal força que o pai teve de sequestrá-lo. E quando em 1568 ao mísero alienado se avizinhava a redenção da morte, foi ainda o dr. Olivares (Lafuente) quem, finda a esperança de todo o remédio humano, se incumbiu da missão de preparar-lhe o ânimo para o remédio da hora derradeira.

A exacção e a documentação da crítica histórica moderna justicaram a calúnia assacada contra Filipe II: o pai desnaturado mandara prender e assassinar o filho com zelos da madrasta de quem também se desfez logo. Deste tema criminal se apoderaram sem escrúpulo a história, o drama e o romance (1). Ora o carrasco de

(1) Esta lenda aleivosa foi principalmente destruída pelo belga Gachard e pelo alemão Maurenbrecher. Agora mesmo (Maio de 1908) dois médicos acabam de versar este caso histórico-clínico de D. Carlos: L. Nass (*Les névrosés de l'histoire*) e Cabanès (*loc. cit.*). Nem um nem outro aproveitam integralmente os tópicos apurados. Cabanès nega até a alienação do Príncipe e a influência do

D. Carlos, por ordem régia transmitida pelo Príncipe de Eboli, teria sido o dr. Olivares que o envenou numa purga ministrada quatro dias antes da morte (*ap.* Morejon). Não foi o primeiro nem o último médico acusado de matar Príncipes; o mesmo aconteceu entre nós com o mestre João da Paz, assistente de D. João II (Camilo — *Narcoticos*), e com o conselheiro Tavares, o clínico e amigo de D. Pedro IV.

Afora esta crónica médico-palaciana que tanto deu que falar ao mundo, à história e às letras, o dr. Olivares, na sua qualidade de protomédico geral, presidia aos exames de exercício profissional a que médicos e cirurgiões se submetiam (1).

Ao professor *Alderete*, seu saudoso mestre — *doctor Alteretus, preceptor meus — mihi nunquam pœnitendus magister* — abundam as referências encomiásticas, tanto nas *Centurias*, como no *Dioscorides*. Ao defender a indicação purgativa nas quartãs, escuda-se com a prática seguida pelos médicos preclaros do tempo, entre

traumatismo, sem nenhuma verosimilhança. Ambos apreciam erradamente o sequestro do enfermo e o procedimento havido com ele, levados pelo critério e costumes de hoje.

(1) Um feixe de achados sobre o Olivares. Depara-se-me citado pelo grande cirurgião João Fragoso a propósito de uma anedota clínica, ouvida num exame do protomedicato; a citação vem no Jorge Henriques, mas não tive a fortuna de encontrar o trecho no Fragoso. Luis de Toro dedica a Santiago Olivares o seu livro impresso em Burgos em 1574 sobre a epidemia de tabardilho que grassou de 1557-70 (*ap.* Morejon, t. III). Na obra de Daza Chacon vejo a censura de Diego Olivares datada de 1580. Christobal de Herrera diz ter servido com ele de examinador até 1584 (*ap.* Morejon *ibid.*). Devia ser já de avançada idade.

os quais lhe basta citar o dr. Alderete, professor público de Medicina entre os salmantenses, homem que na opinião da Espanha inteira é admirável na cura do corpo humano — *virum omnium Hispaniarum consensu in curandis corporibus humanis admirandum* — de quem se orgulha de adoptar os preceitos que contrastara no exercício profissional já de vinte anos (*Cent. I, cur. 8*). Repete em outro passo o mesmo conceito — *est enim vir iste hodie apud Hispanos medicorum omnium celeberrimus et in curandis corporibus humanis dexterrimus* (*Cent. I, cur. 11*). Dá-o adiante como lente de Prima — *primarij medicinæ professoris* (*Cent. I, cur. 21*).

Quem consultar as memórias impressas, só esgaravando muito, encontrará o nome escuso do homem que tanto resplandecera aos olhos de Amato. A razão foi esta única; Alderete não imprimiu obras, não perdurou na letra redonda. O seu saber não se revelou senão pela profissão e pelo ensino oral; só lhe podiam perpetuar a memória os ouvidos dos discípulos que não deixassem apagar a ressonância da voz do mestre. A esse ensino experiente e útil para a prática diária é que Amato se referia com o louvor de discípulo grato a quem os conselhos e segredos seus da arte aproveitaram. São indicações e indicados que a boca do mestre lhe descobria — *viva voce detexit* (*L. II, en. 101*); são as injunções aos principiantes a desviá-los de erros funestos — *continuo medicis objiciebat* (*Cent. I, cur. 11*). Uma clínica e um mestre de clínica às direitas.

Max Salomon não encontrou rasto de Alderete nem admira; Maximiano de Lemos respigou poucas indica-

ções; por nossa parte conseguimos forragear novos e esclarecedores subsídios.

Aqui temos nada menos de quatro discípulos conhecidos a cantar o mestre na oitava do Amato. O nosso Garcia Lopes, de Portalegre, era tal admirador dos seus talentos clínicos que, em Paris, onde esteve no ano anterior à publicação do seu livro em 1558, sempre que se falava de médicos espanhóis, muitas vezes o citara com o louvor merecido; estimava-lhe tanto a pureza da medicina e a cultura literária, que, entre os médicos espanhóis mais recentes, não acreditava houvesse quem se lhe avantajasse, tirante os professores de Salamanca que, ouvia dizer, excediam os antigos catedráticos (1); chama-lhe «Laurentius Alderitius», completando-nos assim o nome. Outro, o aragonês João Tomás Porcell, que na sua apreciada Monografia da peste saragoçana (1564) — notável pelas autópsias que primeiro se atreveu a praticar e a descrever (2) — gaba o seu lente de Prima Alderete «preceptor mio meritissimo, hombre de gran doctrina e experiencia», e menciona a fórmula das chamadas «pilulas infalibles del doctor Alderete». Outro, Miguel Martinez de Leyva, que se honra como discípulo que fora em 1556 do insigne professor. Outro ainda, Francisco Sanches de Oropesa, tratadista do *mal de urina* (1594), noticiando que o seu mestre dr.

(1) *Commentaria de varia rei medicæ lectione*. Antuerpia, 1558, fl. 57 v.º (Bibl. Nac.).

(2) *Informacion y curacion de la peste de Zaragoza...* Sargoça, 1565. É tão notável o trabalho deste primeiro anátomo-patologista da peste, que estamos na intenção de republicá-lo e comentá-lo.

Lourenço de Alderete aconselhava aos calculosos que na comida usassem tudo com azcite. Mais dois discípulos insignes do mesmo professor: Luís de Toro, o monografista do tabardilho que se licenciou cerca de 1550; e Francisco Micon, advogado da neve e herborizador (1).

O cotejo de algumas datas servirá para marcar mais ou menos a extinção de Alderete, enquanto Salamanca não procede à recensão dos seus velhos mestres. À data de 1551 — estampa do *Dioscorides* e da *Centuria I* — Amato dava-o em pleno exercício docente; ainda em 1556 ocupava a Cátedra; em 1558 já devia estar morto.

A feição científica relevante do Alderete vislumbra-se do próprio Amato e dos outros citadores; era acima de tudo um terapeuta. A ele diz dever o tratamento manual dos apertos de uretra — ponto capital da história cirúrgica do Amato — assim como receitas e aplicações medicinais. Condiz com estas impressões de hábil medicante o tópico referente de Francisco Franco — médico ilustre pelos seus trabalhos epidemiológicos (2), importado pela nossa Universidade, onde professou distintamente a Matéria Médica. Fala dum conhecido electuário anti-

(1) Não tivemos à mão as obras dos quatro últimos [*Remed. preservat. y cural. para en tiempo de la peste... 1597. — Discursos para averiguar que mal de orina sea... 1594. — De febris epidem. et nov., quæ latine punctularis vulgo tabardilho et pinlas dicitur... 1574. — Alivio de sedientos, en el qual se trata la necess. que tenemos de beber frio y refrescado con nieve. 1576. (ap. A. Vidal y Diaz op. cit.)*]; as citações vão na fé de Morejon e de Chinchilla, onde as respigamos.

(2) *Libro de las enfermedades contagiosas 1569.*

pestilencial «el famoso bocado del doctor Alderete, catedrático de la Universidad de Salamanca, varon muy diestro en la pratica y el qual con razon tuvo tan preheminentc lugar en España de grande practico por tener remedios rezios e peregrinos y no conformes á los que commumente suelen usar los medicos». Aqui temos mais um testemunho concorde do «medendi peritus» e proferido por quem não era aliás aluno de Salamanca, mas sim de Alcalá.

O nosso Rodrigo de Castro no seu grande Tratado de Ginecologia [*De univ. mulier. medicina*, 1603-6; c 1617] menciona a prestância de uns «bolos de Alderete» — «vir in praxi exercitatissimus» — assim vulgarmente denominados em Espanha, remédio do qual «primarius ille ac suo tempore celeberrimus salmanticensis medicinæ professor mira operatus discitur». Porcell insere também a fórmula de uma purga aloética conhecida pelo nome de «pilulas infalibles del doctor Alderete». A fama do médico perdurava no formulário corrente da prática. Pena é que os discípulos ao menos não imprimissem os escritos que ele, aferrado ao ensino, ditava nas aulas como apostilas. O mesmo Rodrigo de Castro menciona uma espécie terapêutica de seu agrado, tirada desses manuscritos que haviam pertencido a seu estudioso pai André Fernandes — «ut reperio in ab eo dictatis scriptis observantissimi ac piæ memoriæ patris mei Andreae Fernandes qui sit pax» (1). O Garcia Lopes fala também

(1)* Numa consulta do Claustro, nos princípios do séc. XVII, sobre a decadência da Faculdade de Medicina, fala-se do Alderete e doutros que, durante meia hora, ditavam escrita aos alunos (*La Fuente op. cit., t. III*).

de «quibusdam suis ad Avic. scriptis». As receitas é que foram de uso tão tenaz que ainda as inseriam as nossas *Farmacopeias* do século XVIII; Alderete fizera época em *Matéria Médica* (1).

Tudo isto prova as tradições clínicas e o ensino imanente da prática em Salamanca. Deste tirocínio de mestres e discípulos à cabeceira do doente outros vestígios subsistem no Amato. Recorda-se da discussão havida sobre o prognóstico fatal de um hidrópico a quem o ventre espontâneamente se perforara—*vigente doctore Gondisalvo ac doctore Aparra medicis clarissimis* (2) (*Cent. I, cur. 30*). Desconhecido, este mestre *Gonçalves*. O outro, não; sempre consegui matar-lhe o incógnito. O *Doctor de la Parra* gozou de fama nos tempos dos Reis Católicos e de Carlos V. Já em 1497

(1) Sem rebuscas de mais, fui encontrar no *Castello Forte* de João Lopes Correa (1723) o «unguento de Alderete» e na *Farmacopeia Tubalense* (1751) a «água de vida de Alderete».

(2) Não eram com efeito clínicos ordinários os dois salmanticenses que, perante a rutura exterior do derrame peritoneal, discutiram se esta perfuração espontânea seria proveitosa, concluindo, muito pelo contrário, que o enfermo pouco duraria, como de facto. A' perfuração artificial,— a paracentese dos gregos—vira Amato, como muitos outros, suceder cura. Aqui porém «o ventre estava tão corroído pela matéria inclusa que as visceras se putrefizeram». E' claro que se não tratava da ascite ordinária por transudação hidrópica que Amato frisa muito bem ter por sede o espaço intermédio ao peritoneu parietal e intestinal. A abertura espontânea, aliás possível em diversos processos causais de derrame peritoneal, faria pensar de preferência, ou na *peritonite perforante de Fériol*, ou numa *apendicite supurada*.

assistiu em Salamanca à morte do malogrado Príncipe D. João, único filho varão da grande Isabel (1), como assistiu também em 1506 com os médicos flamengos, em Burgos, aos últimos momentos de Filipe Formoso, o galante marido de Joana a Doida. Foi amigo e companheiro do célebre médico-poeta Lopes de Villalobos, o espirituoso autor de um *Sumario de Medicina* em verso. Luís de Toro (*ap.* Morejon) ainda menciona o João de la Parra entre os seus professores salamanquinos; era já de alta idade (2).

(1) Não se encontra nos cronistas esta menção do médico, quando noticiam o passamento do Príncipe das Astúrias que aos 20 anos levava para a cova a Coroa de Castela e as esperanças dos Reis Católicos, moço débil a quem os médicos quizeram separar da noiva, ao que se opôs a mãe, na fé da indissolubilidade divina do conjúgio: — um tuberculoso certamente. Onde surge o doutor de La Parra, é num dolente *romance* popular, consagrado ao triste successo:

Villanueva, Villanueva — que se cuenta por España?
 La muerte delrey Don Juan — que está muy malo em la cama;
 Siete doctores le curan — de los mejores de España;
 Unos lo curan con vino — otros lo curan con agua,
 Otros por no darle pena — dicen que su mal no es nada.
 Ahora falta por venir — ese *doctor de la Parra*,
 Ese tomará el pulso — y dirá como se halla...

Encontrei casualmente esta curiosa menção nos *Romances viejos* de M. Menendez y Pelayo (*t. II*, 1906). A canção só há pouco foi colhida no folclore do Norte de Espanha; mas era já conhecida a versão imitativa portuguesa, registrada por Teófilo Braga e Estácio da Veiga nos seus *Romanceiros* populares.

(2)* Em 1561 entrou como catedrático de Véspera o dr. António de la Parra que morreu no mesmo ano (*La Fuente, t. II*). Talvez fosse filho ou parente do João de la Parra.

Não padece dessa relativa escuridão outro clínico professoral, perifrásticamente denominado *Doctor reginæ Isabelæ (ita enim vir hic vocabatur)* (*Cent. IV, cur. 23*). Essa alcunha de *Doctor de la Reina* designava em Castela inteira, por ter sido médico de Isabel a Católica e ao depois da filha, a pobre Joana a Doida, o dr. Fernan Alvares Abarca, vizinho e regedor de Salamanca — onde ainda hoje está de pé a residência de *los Abarcas*, na *Plaza de San Agostin* — e catedrático de Medicina (*ap. Macias, t. II*). Sogro de Francisco Maldonado, um dos valorosos e desventurados *comuneros* degolado pelas justiças de Carlos V contra a absorção cesarista da qual se tinham heróicamente revoltado, obteve, graças aos seus serviços, que lhe fossem restituídos o corpo e os bens da vítima; nos documentos oficiais do pleito não lhe chamam senão o doutor da Rainha (1). Era morto em Maio de 1526

(1) Diz o Morejon (*t. II*) que Abarca entrou como professor em 1510, juntamente com o dr. Alfaro, protomédico de Carlos V, na Faculdade de Medicina de Barcelona. Não devia ter-se lá demorado, pois que em 1517 já o encontro regedor de Salamanca (*Macias, t. II*).

Quando a Princesa D. Joana, filha de Carlos V, veio casar em 1552 com o Príncipe D. João — casal de que saiu D. Sebastião — trouxe como seu físico um dr. Fernão Abarca Maldonado; aponta-o Bastos (*Nobil. med.*) e falam dele Sousa Viterbo (*Not. de med. port.*) e o prof. Pedro Dias (*Archiv. de Hist. da Med. Port.*, 1886). Posso abonar a identidade do físico, documentalmente. Era neto do «*Doctor de la Reina*», e filho do Maldonado, o infeliz *comunero*; o que depreendo do testamento do avô em 1526 que se refere ao seu neto Hernan Alvares Abarca (*ap. Macias, ibid.*). Sousa Viterbo encontrou o padrão da tença dado por D. João III ao médico da nora em 1554, padrão riscado em

(*ibid.*); pouco antes, à beira de 1525, se deu o facto narrado pelo Amato (*Cent. IV, cur. 23*) (1).

O honrado mestre já idoso — *prout ille ferebat atas, doctus et in universa Hispania in maximo pretio et honore habitus* — tendo na visita de um doente, acompanhado dos seus discípulos, emitido bom prognóstico, ficou maravilhado quando à tarde, ao apeiar da mula, lhe disseram das escadas que o homem falecera.

Admirado de que a predição feita aos alunos falhasse, generoso e magnânimo, não teve mão em si que não fosse à câmara mortuária onde o corpo jazia já no caixão, revestido do burel e cercado de frades.

Como ao tactear as artérias no metacarpo sentisse a pulsação, com grande serenidade de ânimo o fez transportar para a cama onde depois de várias applicações o morto-vivo ressuscitou para durar ainda muitos anos.

A fradaria com a gana dos bens que ele tinha testado em seu favor, sórdida e estupidamente o despachava para a cova sem mais forma de processo. O lance que honra a perspicácia e o carácter do doutor

1574 pela morte do beneficiário; como da pensão em dívida foram pagos seus filhos e entre eles um que era capelão de El-Rei, presume Sousa Viterbo que Abarca ficara em Portugal. Não é exacto; Abarca acompanhou D. Joana para Castela, onde figura em 1557, como médico da Serenissima, no júri do concurso de Daza Chacon para cirurgião do Hospital de Valhadolid.

(1) Como a *Centuria IV* data de 1553 e Amato diz «*ab hinc annis viginti octo*», a ocorrência devia dar-se aí por 1525.

da Rainha, mostra ainda que a clínica de então em Salamanca se fazia, não só nos hospitais, mas no próprio domicílio da clientela mesmo rica.

Como todo o principiante tinha por obrigação universitária de se exercitar junto dum facultativo o que se chamava *pasar* com um médico, era natural que para este efeito a clínica civil fosse também aproveitada.

Maximiano de Lemos conjectura que Amato assistisse em pessoa como aluno do Abarca ao feito que devia ter ressoado na cidade; se assim é, ele aos 14 anos já andaria no aprendizado clínico, o que talvez seja demasiada precocidade de tirocinante.

Se se aquilatar a matriz pela excelência dos pimpolhos, pode honrar-se a *alma mater* de ter procriado ao tempo filhos generosos e ilustres.

Amato que se glorifica do ventre académico, teve por irmão colação em letras médicas nada menos que o eminente André Laguna *doctissimus condiscipulus noster* (*Cent. I, cur. 3*), seu émulo ao tempo em celebridade. Três camaradas ainda de renome, o patricio Luís Nunes de Santarém, João d'Aguilera e Cristóvão OroSCO.

Em que disciplinas se deu este condiscipulado? Com Luís Nunes houve coincidência completa do curso médico; ambos se referem aos mesmos professores de Medicina, ambos regressaram juntos de Salamanca com a formatura feita. O mesmo se pode dizer com o médico-astrónomo João d'Aguilera — *apud Salmanticensem Academiam tempore æqualem nostrum* (*Cent. I,*

cur. 3) (1). Pode também ter-se o Orosco como irmão da mesma ninhada médica (2).

André Laguna, nascido em 1499, era mais velho doze anos do que o seu precoce camarada. Bacharelou-se em Artes em Salamanca, estudando Dialéctica com o português Henriques de quem Amato não fala, depois do que parece ter ido logo para Paris cursar Medicina. Se na verdade em Salamanca não frequentou a Faculdade (3), o condiscipulado de Amato somente se daria nas Artes e Humanidades.

Laguna, Nunes e Aguilera, todos três saltaram as barreiras peninsulares, e lá por fora granjearam honras e distinções das mais altas. E nestas vicissitudes voltaram a encontrar-se com o companheiro de Salamanca; no discurso da sua vida se irão topando ao par do Amato.

Dos seus condiscípulos salamanquinos, citados nas obras, um só se queudou por Castela, subindo enfim à

(1) A Chinchilla (*t. I*). não consta onde Aguilera fez os seus estudos. Pois fica constando pelo Amato que foi em Salamanca, onde veio a ocupar a Cadeira de Astro-nomia.

(2) Maximiano de Lemos, dando Orosco como nascido em 1517, equivocou-se com o texto do Chinchilla: «nació em Valladolid, por los años de 1517 estudió en esta universidad humanidades, filosofia y medicina»; no que erra o Chinchilla, pois que o discípulo do Pinciano e condiscípulo do Amato foi escolar salamanquino.

(3) * Não dispúnhamos neste momento sobre o Laguna senão das indicações de caldeirada do Nicolau António, Morejon e Chinchilla. Veio depois o excelente estudo de Maximiano de Lemos [*André Laguna, in Arq. Hist. Med. Port.*, 1913].

Cátedra, onde *non infelici successu agit*: foi o Cristóvão Orosco. Ao doutíssimo Orosco — *olim apud Salamanticensis condiscipulus noster* — se revertia ele para valer ao seu esquecimento dos nomes indígenas do *schisto* (L. V, en. 104) ⁽¹⁾, do *gallio* (L. IV, en. 97), do *sphondylío* (L. III, en. 87). Cita-o de par com o António Luís, *utriusque linguæ doctissimus* ⁽²⁾. Hele-nizara-se o Orosco até ao âmago com o mestre Pinciano, seu patrício, que lhe forneceu um riquíssimo exemplar grego do Egineta, e humanista das letras médicas, dera-se à ímproba tarefa de castigar edições latinas acuradíssimas do Paulo Egineta e do Aécio, livrando-as das deturpações em que tinham delinquido os intérpretes italianos ⁽³⁾.

Salamanca dava desta progénie, abeberada no mais

(1) Diz ele que Orosco pudera suprir a sua ignorância, porque *ut audio, de hac re non nihil molitur*. Tinha ouvido que Orosco estava preparando obra sobre rochas ou minerais; «De lapidibus», diz-se no índice. Tal obra não parece ter chegado a publicar-se.

(2)* Deveríamos ter feito esta referência já no § anterior.

(3) Por aqueles tempos passaram por Salamanca nomes ilustres de médicos portugueses; Luís Nunes é o único que tem inscrição na obra do Amato. Garcia d'Orta, por exemplo, supõe Ficalho que se tivesse encontrado lá com o Autor das *Centurias*. Não parece plausível que em Salamanca tivessem travado conhecimento; Orta regressou a Portugal em 1525, isto é, quatro anos antes do Amato; um licenceava-se quando o outro não passava de um principiante. Isto na hipótese de que Orta se graduasse em Salamanca; que lá estudou não há dúvida, mas, como diz também ter estudado em Alcalá, é possível que lá se formasse, e então é que certamente os dois nem sequer se

pingue extracto dos mestres antigos, e adestrada na técnica conhecida da arte médica. Mas a Ciência Médica forcejava por descolar-se das páginas dos textos, e o seu campo de acção já não se cifrava apenas na cabeceira do enfermo, às voltas com a observação hipocrática e a arte galénica.

3

A Renascença Médica

A restauração científica da Medicina entrara de operar-se pela Anatomia e pela Matéria Médica. O Galeno era contrastado pela dissecação anatómica, o Dioscórides pela herborização botânica. Salamanca cerra-se rotineira à invasão das duas ciências do dia.

viram. Também Orta não conheceu o Laguna e tanto que lhe estropia o nome pelos *Coloquios* fora. A coexistência dos dois deu-se em Lisboa, mas não há vestígios de que se relacionassem; Orta, ignorante da obra do Amato, cita-o apenas uma vez nos *Coloquios* e de segunda mão.

Tomás Rodrigues da Veiga, quase da idade do Amato e como ele de sangue judeu, cedo se formou em Salamanca onde conquistou precocemente Cadeira; não é crível que se desconhecêssem. Não aparece todavia menção deste decantado mestre, que os seus contemporâneos e discípulos exaltaram em coro até às nuvens, gastando todos os encómios possíveis; foi o Sousa Martins do tempo. Em Coimbra, onde era o oráculo da Faculdade, diz o Padre António Vieira (*Sermão de S. Lucas*), que lhe chamavam o *Magnus Thomas* (*ap. Bastos — Nob. Med.*).

Luis de Lemos, Pedro de Peramato, Pedro Vaz, Garcia Lopes, pertencem já a mais recente camada. Não sei

Da Botânica Salmantina faz-se ideia por uma passagem do *Dioscorides*, em que Amato, segundo o costume do tempo, figura uma conversa com o amigo Luís Nunes. Falando de drogas vegetais, diz: *de iis præceptores nostri Salmanticensis parum nos instruxere, imo eos qui de simplicibus curam habebant, simplices appellabant* (*Diosc. L. I, en. 135*); quer dizer, não só não ensinavam coisa nenhuma, como ainda aos que se ocupavam de simplices, chamavam-lhes simples, pouco menos de tolos.

Ao tempo, segundo ouvira, um desses antigos mestres — de quem não cita o nome — convertido enfim a melhor doutrina, entrava de mostrar aos alunos a Botânica Médica — o que dava esperanças de que *herbaria medicina, apud Hispanos jam in pretio haberi incipiat* (*ibid.*). Em Coimbra introduzem-na Francisco e o Reisoso — douto varão de quem ele não duvidava que fizesse conhecer as ervas aos escolares conimbricenses (*L. IV, en. 157*). Amato desde logo reage contra esta proposital ignorância; lá mesmo em Salamanca se dedica

como se equivocou Ficalho, fazendo coetâneo de Garcia d'Orta e de Amato o Henrique Jorge Henriques, que ao tempo nem nascido era.

Uma série magnífica de notabilidades médicas portuguesas a desfilar por Salamanca durante aquele estremado século que finda com os nomes de Rodrigo de Castro e Ambrósio Nunes. A nossa Pátria pagava largamente à egrégia Universidade a liberalidade do seu ensino, fornecendo-lhe ilustrações de primeira plana, daquelas com que a sua história mais se orgulha. É verdade que pouca vontade manifestavam de regressar à boçalidade indígena. Amesendravam-se por lá, como catedráticos ou como cubiculários dos Reis e dos Grandes.

às plantas medicinais — germe de estudos incessantes que o levaram anos depois à elaboração do seu primeiro *Dioscorides*. Mas o botânico erudito e prático que ele veio a ser, deve-o principalmente ao contacto com a escola do Manardo de Ferrara, onde tanto confessa ter aprendido, assim *in re herbaria*, como *in re anatomica*.

De Anatomia explicava-se em Salamanca quando muito o *De usu partium* de Galeno, ininteligível aliás sem o socorro demonstrativo da dissecação ⁽¹⁾. Pôr mão em cadáver para tal efeito passava em Espanha por profanação sacrílega. No fecho duns comentos a um caso obstétrico, remete Amato o leitor, que queira saber da disposição intra-uterina dos fetos gémeos e das suas membranas, *ad anatomicos libros, hodiernos, miris depictos figuris, si modo vobis præsertim Hispanis quibus piaculum est cadaver concidere non contingat aliter experiri* (*Cent. VI, cur. 51*). Para os espanhóis era pecado nefando cortar cadáver; e nesse caso que vissem os livros anatómicos modernos, ornados de figuras que

(1)* O Mestre de Pérgamo também não pôs dedo em cadáver humano, mas dissecou animais, especialmente macacos.

Dos animais domésticos havia um que passava por parelho anatómico do homem, o porco; esta categoria zootómica fá-lo figurar na iconografia do ramo; no frontispício do Valverde lá se destaca um cevado, irmanado decorativamente com um mono.

Esta similaridade orgânica remanesce na ciência popular. Quantas vezes não ouvi dizer pelas matanças este prolóquio: — *se queres saber o teu corpo, abre um porco*. Desta parelhença anatómica quem sabe se deriva a parelhença higiênica de tantos com o animal dos cortelhos?

o Amato chama admiráveis, e com razão, pois que eram da mão de artistas de primeira plana.

A iconografia anatómica, a princípio vaga e rudimentar, por assim dizer criada com Vesálio que em 1538 e 43 edita as magníficas estampas, calcadas sobre a banca da dissecação, e gravadas pelo pintor Estêvão Calcar, o discípulo de Ticiano — obra então como hoje admirada pela exacção e pela execução, um regalo de olhos para anatómicos e para artistas. Romperam de todos os lados as reproduções e imitações; entre as primeiras e melhores conta-se precisamente a do espanhol Juan Valverde de Hamusco, discípulo de Realdo Colombo, que de Roma publica em 1556 para a sua Pátria a *Historia de la composicion del cuerpo humano*, enriquecida com cópias modificadas do Vesálio e estampas originais em que colabora um artista ilustre, o compatriótico Gaspar Becerra — uma produção encantadora de estética médica (1). Valverde diz, como Amato, na dedicatória, que entre os espanhóis é «cosa fea el cortar los cuerpos».

(1) O livro e as chapas de Valverde tiveram uma edição italiana em 1560 — *Anatomia del corpo humano composta per M. Giovan Valverde di Hamusco*, Roma. Os frontispícios de uma e de outra edição são delicadezas de arte, sobretudo o da italiana, decorada de fantasiadas estilizações anatómicas; a espanhola traz o retrato de Valverde. Estas preciosidades possuem-as a Biblioteca Nacional, onde se me deparou uma edição latina — Veneza 1589, «nunc primum a Michaelo Columbo reddita et additis novis aliquot tabulis exornata» — de que Maximiano de Lemos também tem um exemplar; sempre o mesmo primor de tábuas. O frontispício é igual ao da edição italiana, menos

No mesmo diálogo do *Dioscorides*, em que a mes-trança de Salamanca é acusada de desdenhar a botâ-nica, diz-se, ao falar da introdução do estudo dos sím-plices, que oxalá o mesmo suceda à anatomia; do que Amato duvida, *quum piaculum sit corpus humanum mortuum apud Hispanos dissecare*. E com isto põem logo ponto na conversa, aborrecidos com a santidade escrupulosa (*sanctimonia*) da Espanha. As palavras do Amato são a sentença condenatória do ultracatolicismo peninsular, e dos seus prejuízos supersticiosos sempre em conflito com o progresso da Ciência (1).

Ao tempo irradiava já a Renascença Anatómica da

na parte inferior do escudete que traz uma vista de Veneza. Mathias Duval e Edouard Cuyer não mencionam esta ver-são latina (*Hist. de l'Anat. plast.*, 1898).

Na Biblioteca da Escola Médica do Porto existe uma bela colecção de Atlas Anatómicos, ainda no meu tempo triunfalmente expostos sobre as mesas de leitura no dia solene da abertura das aulas; entre eles as soberbas *Tabulae* de Albinus.

Ao lado da iconografia anatómica para uso de médicos apareceu a de uso de artistas. São clássicos os cânones anatómicos do grande Alberto Dureiro, importados pelo pintor português Luís da Costa (*ap. Raczynski*) e pelo célebre ourives Juan de Arphe, compositor duma obra bizarra, ilustrada com gravuras em madeira — *Varia com-mensuracion*, 1585 — em que o esqueleto e as regiões são descritas em... oitavas. O êxito foi tal que se reimprimiu; possuiu a 4.ª edição de 1736.

A' anatomia artística em Espanha e Portugal, virei a dedicar um pequeno estudo.

(1) A ânsia de perscrutar os segredos do organismo humano levou à temeridade criminosa de experimentar *in anima nobili* e abrir gente viva. Isso sim, era um atentado nefando contra todas as leis divinas e humanas. Os alexan-



HISTORIA

De la composición del cuerpo humano,
escrita por Ioan de Valverde
de Haruisco

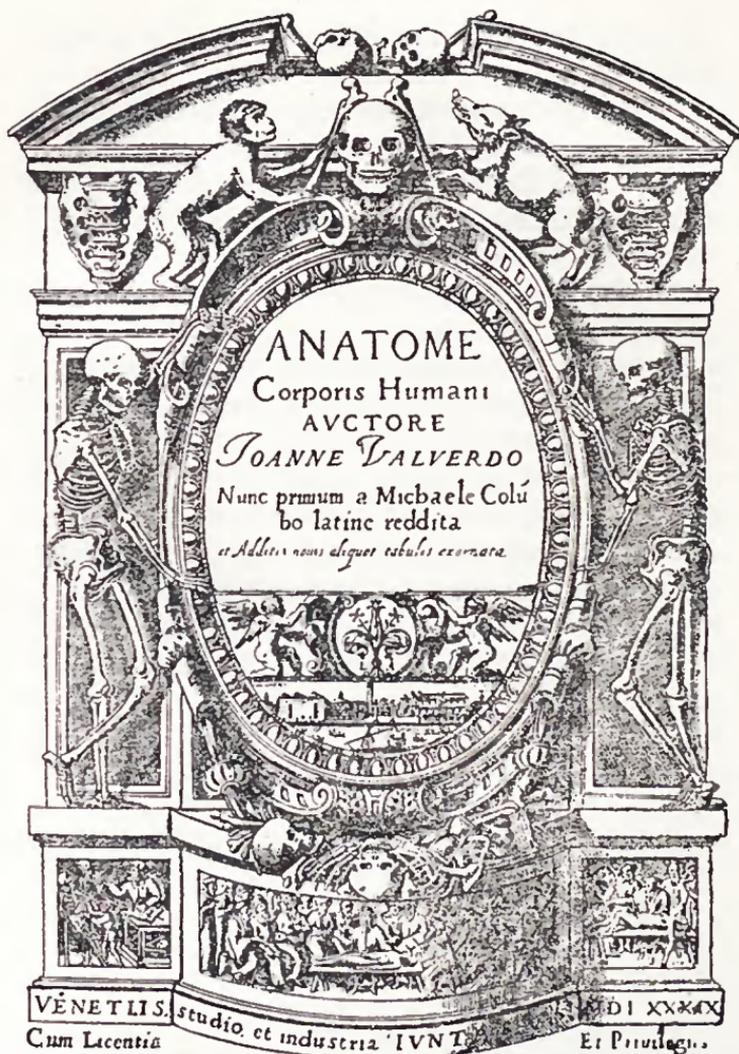
Impressa por Antonio Salamanca y Antonio Lefery
En Roma. Año de M. D. LV. I.

Frontispício reduzido da «Anatomia» de João Valverde,
edição em espanhol de 1556

Itália, que fez do *Cinquecento* o século da Anatomia. Mais de um século antes, Mundini de Luzi, dissecando, escreveu e ilustrou um vade-mécum anatómico. Os cortes cadavéricos vulgarizam-se nos cursos; a descrição do corpo humano preenche-se a pouco e pouco. Sucede-se a fila dos anatomistas criadores, a rematar com grandeza no principal, Vesálio, no Falópio, no Acquapendente e outros que tais do grande século anatómico. Entre eles se perfila o Amato, o comprofessor de Canani na Escola de Ferrara, onde largamente anatomizou e fez a descoberta da válvula da ázigos.

Que se fazia entretanto em Espanha? Registra-se em Aragão um privilégio de D. Fernando em 1488, concedendo aos médicos e cirurgiões de Saragoça licença para abrir ou anatomizar algum corpo morto, tantas quantas vezes em cada ano lhes parecer, sem incorrer em pena alguma (*ap.* Altamira). Desta regalia não constam frutos. Em Castela nem vislumbres de tal tentativa; sempre o *piaculum* do Amato. Nem sequer as Escolas e a Medicina espanhola se converteram à prática da dissecação com a vinda do próprio Vesálio, o grande restaurador da Anatomia, quando Carlos V o trouxe em 1544 para a sua Câmara, fazendo Médico cesáreo o César da medicina. Diz-se que o estrénuo

drinos Herófilo e Erasistrato diz-se que o cometeram. Berengário, no princípio do século XVI, passou pela mesma acusação, certamente infundada. Experiências toxicológicas *in scelerato homine* essas fizeram-se e repetiram-se várias vezes (Brasavola, Pareu, Falópio). Harvey não se livra da fama de ter ensaiado no homem vivo a demonstração do seu famoso descobrimento.



Frontispício reduzido da «Anatomia» de João Valverde,
 edição em latim de 1589

dissecador se viu em Espanha reduzido, por suprema irrisão, a ensinar por manequins.

Do perigo de pôr mãos em corpo morto é testemunho a lenda sobre o fim trágico de Vesálio, segundo a qual foi expiar aos Lugares Santos, morrendo à volta, a impiedade de abrir um corpo em que os assistentes divisaram ainda sinais de vida. O que não padece dúvida, é que a influência depressiva do meio chegou a tanto, que o Mestre dos mestres da Anatomia, ao cabo de anos, revela na sua correspondência com Falópio erros crassos, próprios de uma estupenda ignorância (Laboulbène — *La renaissance anatomique*, 1886).

Não ele por si, mas os seus discípulos espanhóis, formados nos cursos de Itália, quem fez raiar na Península a Renascença Anatómica. Em Valência introduzem as disseções e a anatomia vesálica Pedro Gimeno, seu prosector de Pavia, e Luís Colado, também discípulo do bruxelense. Em Valhadolid é o conhecido Alonso Rodrigues de Guevara que, depois de dois anos de estudo em Itália, proclama a necessidade de uma Cátedra de Anatomia nas Faculdades espanholas. A sua audaz proposta, submetida pelo Regente Maximiliano às Universidades de Alcalá e Salamanca, merece a aprovação dos respectivos Claustros ⁽¹⁾, obtendo enfim Guevara a sua investidura na Cadeira de Valhadolid, onde inau-

(1) Jorge Henriques alude também à mesma consulta, feita em tempo de Carlos V à Universidade de Salamanca, sobre se era lícito anatomizar corpos humanos, citando António Gomes, o conhecido jurista, que conta o caso e defende a afirmativa.

gura um Curso de Anatomia Demonstrativa, cercado duma solenidade e dum êxito que o professor descreve pomposamente, quem sabe se com tanta verdade como vaidade (1). Certo é que de Portugal logo o convidam para ensinar em Coimbra primeiro (1556) e ao depois em Lisboa (1561) no Hospital de Todos os Santos, onde já os alvarás régios haviam encarregado Duarte Lopes e Lopes Cardoso de fazer anatomia em corpos mortos (2).

Salamanca, em atraso, só depois participa deste movimento que havia de ser tão efêmero. O seu primeiro professor anatómico é Cosme de Medina, discípulo de Luís Colado, que diz ter com ele descoberto o osso do estribo (*ap. Chinchilla, t. I*); Jorge Henriques, seu aluno, também lhe exalça os méritos (*loc. cit.*), acrescentando que ao tempo lhe ia no encalço o dr. Augustin Vasquez. Desde 1568 que Salamanca se resolvera enfim a fundar um Teatro Anatómico na Ermida de S. Nicolau.

Mas a arte do Vesálio não prosperou nem sequer vingou. A Universidade ia entrar naquele singular letargo de Epiménides, naquele enquistamento de dois séculos, que fez o espanto da Europa mental. Coimbra,

(1) Este curso devia ter-se realizado entre 1548 e 51 — o triênio de regência exercida por Maximiliano, quando Carlos V chamou à Alemanha o então Príncipe Filipe II.

(2) Ver o magistral trabalho do malogrado prof. J. A. Serrano sobre a série dos anatómicos lisboenses na *Introdução ao Tratado de osteologia humana, t. I, 1895.*

* A Guevara está dedicando um trabalho exaustivo, fundamente documentado, o dr. Martins Teixeira de Carvalho, na *Rev. da Universidade de Coimbra, 1912.*

como as outras Faculdades Espanholas, acamaradou-se a Salamanca na fossilização petrificante de que haviam de exumá-las a custo as enxadadas dos Reformadores do século XVIII e o pulso poderoso dos Ministros de Carlos III e D. José. O Marquês de la Enseñada vinha encontrar Salamanca sem Anatomia nem Botânica, tal qual a deixara o Amato, que se poderia regozijar no outro mundo de que dois ilustres compatriotas seus, um Verney e um Sanches, fossem acordar para a vida científica moderna, de que ele fora um precursor, o seu dormente Ginásio Salmantino.

4

Recordações

Não se dá fé em toda a obra do Amato doutro lugar de Espanha, além de Salamanca, onde parasse, senão da vizinha *Medina del Campo* — *Mitina à Campos* (*Diosc., L. I, en. 25*).

Visitaria de lá a mais nobre cidade de Castela, Toledo, ou os dois centros universitários concorrentes de Salamanca, Valhadolid e Alcalá? Não há meio de sabê-lo; diz ter tido trato com professores complutenses (*Cent. VI, cur. 100*) e nada mais.

Na Feira de Medina encontrou Amato (*L. I, en. 25*) um certo mercador que tinha comprado para levar para Portugal muitos maços de açafão, então como hoje produção abundante do Sul da Espanha. À ceia tanto carregou a mão ao açafroar a olha da carne que, depois

da refeição, desatou a rir, e a rir tanto que por um triz morria às gargalhadas — facto que o Amato aduz em favor das propriedades exilariantes e tóxicas da especiaria (1).

Medina del Campo, a cidade favorita de Isabel a Católica, onde se vê ainda o Castelo de la Mota em que morreu a grande soberana, era então *totius Hispaniæ celeberrimum emporium* — a feira mais famosa, a feira por excelência de toda a Espanha. Acudia ali toda a mercancia nacional ou estrangeira, de aquém ou de além Pirinéus, das Índias Orientais ou Ocidentais; mas o principal característico do mercado medinense era o câmbio monetário e as operações bancárias. Tinha ali a sua sede periódica a bolsa que regulava os preços do ágio para toda a Península, o banco sucursal da finança e negócio de Antuérpia e Lombardia. Cambistas e banqueiros, de banca armada na *Calle*, sacavam e descontavam letras, compravam e vendiam numerário. Era então uso ordinário entre os comerciantes portugueses tomar ou dar dinheiro ao câmbio de Antuérpia para

(1) A anedota clinica não deixou de ser reproduzida. Aludem a ela, entre outros, Zacuto Lusitano no século XVII (*Praxis medica admiranda*) e Fonseca Henriques no século XVIII (*Anchora Medicinal*).

Nos livros modernos de Matéria Médica ainda se registra a opinião do Amato (Dujardin-Beaumetz — *Dict. de Thérapeutique*), mas os farmacologistas convêm em que essa ebriedade risonha não é efeito constante; o açafraão seria um estimulante nêrvico, capaz em dose alta de efeitos depressivos e narcóticos graves.

pagar na feira de Medina ⁽¹⁾, que era também um *débouché* das nossas especiarias da Índia ⁽²⁾.

Amato ainda viu a grande feira no seu auge de esplendor. Declinou rápido; à beira do século XVII estava definhada, até que se sumiu de todo.

Hoje, apesar de *empalme* de vias férreas, Medina não passa de uma pobre vila; nem memória sequer dos bancos na *Calle de Padilla*; e é desolador contemplar o vasto Campo da Feira, frequentado só por aldeões e serranos da província.

Da estada em Salamanca não faltam recordações, tanto de produções da terra como de lugares.

Daquelas, fala das *ginjas* — *acida cerasa* — gostosíssimas, que se comiam em conserva de açúcar ou mel, muito estimada para matar a sede aos febricitantes (*L. I, en. 143*); das *ameixas pretas*, dignas da mesma indicação, que por causa da cor lá se chamavam *andrinhas* (*L. I, en. 156*); das *maçãs camoesas* de óptimo aroma (*Cent. III, cur. 43*); dos *pepinos*, raros ao tempo em Portugal, e muito abundantes em Salamanca — *hirsutos*, verdes, compridos e recurvos (*L. II, en. 129*).

(1) Assim o mostra o «*Tratado da arte da aritmetica*, ordenado por Bento Fernandes, mercador e cidadão do Porto», 1555. (v. Ricardo Jorge — *O primeiro arithmetico do Porto*, in *Almanach Illustrado do «Diário da Tarde»*, 2.º ano — 1902, Porto (1901).

(2) Da concorrência a Medina das especiarias provinidas de Portugal, deparou-se-me a notícia das viagens do famoso André Navagero, o embaixador veneziano, em 1524 (in *Viages por España*, trad. de Fabié, 1879).

De instituições e edifícios aparecem quatro referências, uma a colégio, duas a hospitais e outra a templo.

O Colégio é o *de la Vega*, referência que já acima, tanto quanto possível, ilustramos e comentamos.

Os Hospitais são o de Santa Maria a Branca e o de Santa Cruz — dois dos vinte e tantos sucessivamente criados do século XII ao século XIV.

Não há dúvida sobre a identificação do primeiro, o mais antigo de todos, porque embora o edifício datasse de 1509, a instituição remontava, diz-se, a 1110, do tempo do repovoamento da cidade pelos aragoneses. Pròpriamente, o seu nome era Santa Maria de Roncesvales, vulgarmente chamado *la Blanca*; o que o Amato reproduz fidelissimo, dizendo *Diva Blanca*, Senhora a Branca (*Cent. VI, cur. 100*). Com a epidemização da sífilis, especializou-se em hospital de enfermidades gálicas (1).

Quanto ao de Santa Cruz, pensa Maximiano de Lemos que houve erro do Amato, e pergunta se seria o Hospital da Santíssima Trindade. O erro não ficaria mal ao Amato, que se precavê ao dar os dois títulos sob um *si recte teneo* (*ibid.*); mas levante-se-lhe a

(1) Tornou-se lendária esta feição venérea do velho hospital. Lope de Vega celebra-o neste passo do *Bobo del Colegio*:

Hay um hermoso hospital
De Santa Maria la Blanca,
Donde se curan reliquias
De las flaquezas humanas.

Macias (*loc. cit.*, t. I.)

culpa, pois que de facto havia em Salamanca o Hospital de Santa Cruz ou *de la Cruz*, fundado em 1240 pelos irmãos da penitência (*loc. cit.*), de que ainda hoje subsistem a capela e a confraria.

Tudo isto é *campus ubi Troja fuit*; esta numerosa hospitalaria foi fundida ⁽¹⁾ em três à data de 1581: o *de la Blanca*, que se aguentou até 1788; para estudantes pobres, o *del Estudio* ⁽²⁾; e o da Santíssima Trindade, criado em 1410 pelos vizinhos da cidade. Por fim, só este remanesceu; é o actual Hospital Geral, instalado no antigo Hospital de S. Cosme e S. Damião, cuja fundação remonta ao século XIII, na *Calle del Hospital*.

Temos enfim um templo que, conforme a edição do *Dioscorides*, assim aparece ora com o título *de Santa Maria* ora *de Santa Marinha*. A indicação da capela *ad ripas fluvii Thormidis* (*L. III, en. 42 e IV, en. 178*), em ambas para assinalar uma curiosidade botânica, por sinal rectamente observada, o *epithymo* — [*Cuscuta epithymum* Murr. (*Convolvuláceas, Cuscutáceas apud Sampaio*) parasita] do tomilho, e outras espécies — que ele se lembra de ter visto nascer à beira do rio *si recte*

(1) Esta concentração de hospitais deu-se também em Lisboa e Porto (v. Maximiano de Lemos — *Historia da Medicina em Portugal*).

(2) Este agasalho dos estudantes pobres mostra bem o apuro das instituições escolares de Salamanca; devido à iniciativa de Fr. Lope de Barrientos, teve fundamento em 1413 este pródigo hospital, que ainda hoje ostenta no recanto das *Escuelas Menores* a sua bela fachada da Renascença. Amato já não viu estas instalações, concluídas em 1533.

memini, prope sacellum Sanctæ Mariæ ou Sanctæ Mari-næ dicatum. Maximiano de Lemos, não obtendo notícias da Capela de Santa Marinha, supôs que se trata do Hospital de Santa Marinha. Havia de facto uma Ermida de Santa Marinha com uma confraria que veio a ser encorporada com suas rendas no Hospital (Macias, *t. I*), mas situada em «afueras de Sancti-Espiritu», longe do Tormes. Na edição lionesa lê-se, não Santa Marinha como na veneziana, mas sim Santa Maria — essa sim, identificável com Santa Maria de Roqueamador, sita com sua albergaria precisamente no «arrabal del Puente», desde o século XIII.

5

A Celestina

Viva surpresa me causou a referência à *Celestina*, feita por Amato no *Dioscorides* e destacada por Maximiano de Lemos. Tem as honras do descobrimento o prof. Pedro Dias, que ao trazê-lo a lume (*Arch. de Hist. da Med. Port.*, 1895), como sabedor da velha literatura castelhana, a considerava desconhecida dos historiadores espanhóis.

Assim era com efeito, e assim se manteve o desconhecimento, mesmo para os críticos mais recentes, até que em 1908 a viemos integrar, como tributo precioso que é, na documentação aferente à história extrínseca dessa obra prodigiosa das letras peninsulares. Que o Amato aludisse à *Celestina* que adquiriu de chofre tamanha notoriedade dentro e fora de Espanha — e

muito mais sendo, como presumida produção dum judeu, uma glória puríssima da sua raça — nada tinha que admirar; mas o contexto da passagem do *Dioscorides* é deveras estranho e há que trazê-lo, com toda a consideração que merece, à colação que os críticos das letras, espanhóis e hispanizantes, há tanto entretêm com curiosidade e disputa sobre a autoria e a eclosão de tão prestigioso livro ⁽¹⁾.

A *Tragicomedia de Calisto y Melibea* — baptizada por antonomásia a *Celestina*, do nome da personagem de mais picante papel, uma desbragada alcoveta, medianeira de amor dos dois protagonistas que desfecha para todos três em horrorosa tragédia de sangue — foi e é, na expressividade da linguagem, no retratar dos costumes, no relevo dos caracteres, no movimento da acção ora cómica ora dramática, foi e é uma legítima obra-prima — «uma obra-prima, única e original, na

(1)* Na ideia do préstimo que poderia ter para a questão celestinesca, tão ventilada entre os profissionais da literatura hispânica, destacamos este capítulo que — depois de vertido com a maior exacção pelo nosso velho e dedicado amigo, o ilustre higienista dr. D. Federico Montaldo, que ao nosso País tem dado tantas provas de afecto — foi publicado, graças ao seu desvelado cuidado, na revista espanhola *Nuestro Tiempo* (Novembro de 1908), sob o título *La «Celestina» en Amato Lusitano*. Ressai agora na sua primitiva redacção, apenas ligeiramente retocado e aditado de notas de elucidação ou de complemento.

A separata do artigo foi especialmente endereçada aos profissionais da literatura peninsular, versadores da questão celestinesca — D. Carolina Michaelis, Teófilo Braga, M. Menéndez y Pelayo, J. Fitzmaurice-Kelly, R. Foulché-Delbosc,

qual do antigo meio literário, pejado de entidades impossíveis em situações incríveis, se transita ao tracto directo de paixões profundas e vivas», — como diz Fitzmaurice-Kelly, o ilustre hispanizante, o mais perfeito manualista da literatura espanhola (*History of Spanish Literature*, ed. fr. de 1904).

Menendez y Pelayo di-la, em seu entender, obra das mais geniais e extraordinárias que pode apresentar a literatura dum povo, marcando talvez o segundo lugar depois do *D. Quixote*.

Quão lido foi este livro singular e humano — espécie de novela dialogada e dramática como tantas de hoje, onde perpassam objectivados no realismo pintural da cena os amantes alucinados de prazer ou de angústia, as meretrizes de baixa estofa, os rufiães de ambos os sexos, os malandrins de grilheta, o mundo e a gente onde lavram até à desgraça ou à degradação todas as paixões e misérias — dizem-no as 60 e tantas edições publicadas só no século XVI (ed. de Krapf, Vigo, 1900), afora as versões italianas (13), francesas (10), alemãs

aos quais agradecemos o apreço e a gentileza com que receberam o modesto estudo.

Menendez y Pelayo estava ao tempo na gestação do monumental e exaustivo trabalho que forma o t. III das *Origenes de la Novela* (1910). *La «Cecelina» en Amato Lusitano* aí figura expressamente como tributária, ao inserir e discutir a passagem do *Dioscorides* sobre a alcoviteira salamanquina. As outras espécies acessórias contidas no folheto, e mesmo os juízos e argumentos, foram também aproveitados pelo eminente crítico, o que muito nos regozijou, muito embora venham sem a menção de quem os colheu e os aduziu.

(5), holandesas (4), inglesas (4) e até em latim (1). Na Itália desde 1505, em França desde 1527, a *Celestina* tornou-se a leitura da moda, invadindo a Europa inteira; era «um livro europeu, o mais lido em Espanha até à aparição do *D. Quixote*» (G. Huszar — *Molière et l'Espagne*, 1907).

Não podia deixar de vulgarizar-se desde logo entre nós: «A *Celestina* foi sempre muito conhecida em Portugal; citam-na João de Barros, Ferreira de Vasconcelos, Camões e ainda as locuções proverbiais populares referentes aos pós, artes e encantamentos da madre *Celestina*» (T. Braga — *Gil Vicente*). Gil Vicente na *Farsa das Ciganas* figura-as a ler a *buena-dicha* nas mãos das damas do Paço — diz umas das ciganas:

Dad cá, Mayo florido,
Eza mano melibea (1).

Camões no *Auto do Filodemo* alude à *Celestina*; Jorge Ferreira nomeia-a na *Aulegrafia*. Eram tipos e nomes literariamente consagrados e correntes (2).

(1) T. Braga pergunta se haverá aqui alusão à heroína da Comédia. Não vejo que possa entender-se outra coisa.

(2) Outras citações poderíamos aditar, se não ruminássemos o propósito de ajeitar algum dia a história portuguesa da *Celestina*. No século XVII entram de escassear as referências; a *Celestina* ia passando de moda. Ainda a topo na pena do Rodrigues Lobo (*Côrte na aldeia*), mas já o Francisco Manuel de Melo a esquece no copioso rol da literatura peninsular (*Hosp. das letras*). A Menendez y Pelayo não escapou também este silêncio do nosso crítico seiscentista.

João de Barros, punctilioso em demasia, desdenha das licenças realistas da linguagem desbocada da *Celestina*, a que se não prestaria, segundo ele, o português, de honesto e casto que é (*Grammatica da Lingua port.*, cit. por T. Braga); como se ao tempo os autos de Gil Vicente já não tivessem infligido vitorioso desmentido a tão tacanho conceito. Ora o curioso é que o escoreitor de estilos abona-se precisamente com o Gil Vicente, cómico «que nunca se atreveu a introduzir um *Centurio* português, porque, como o não consente a nação, assim o não sofre a linguagem». João de Barros tinha por certo delido os passos e as dizedelas vicentescas do *Auto das Fadas*, da *Rubena*, da *Barca do Inferno*, e outras, escabrosidades realistas, inspiradas muitas delas na Comédia castelhana.

Como exemplo da vulgarização atingida pela *Celestina* neste canto da Península, trarei este passo extravagante. Francisco de Moraes, o célebre autor do *Palmeirim de Inglaterra* — hoje definitivamente empossado nessa glória depois do exaustivo trabalho de W. H. Purser (*Palmerin of England*, 1904) — conta que em Sexta-feira de Endoenças de 1521 viu «no Mosteiro de Sam Francisco em Bragança um Diogo Lopes, ferreiro vestido em manto bérneo e touca foteada, estar ante o Sacramento em roda de mulheres lendo por Celestina, e parece-me que era no auto que falla do Centurio» (1).

(1) Recorto o trecho, casualmente encontrado, duma citação do grande Camilo nos *Narcoticos* (t. I) que o transcreve, mas a outro propósito, dum manuscrito que pertencem ao Conde de Azevedo e como tal deve de estar na

Esta *Celestina* de sacrário, representada ao mulheroio em Sexta-feira Santa por um ferreiro, embrulhado em capote de Irlanda, e de gorra à laia de turbante na cabeça, passa todas as marcas da farçada; mas depois desta anedota nada mais há que dizer sobre a popularidade da obra.

Foi enorme e duradoira a influência literária, tanto nacional, como estrangeira, deste modelo inesgotável do género. Dali irrompeu tanto o teatro castelhano, como a novela picaresca; o mesmo monta dizer quanto deve a esta ascendência toda a literatura europeia no drama e no romance. Do ventre da *Celestina* braceja uma espécie de árvore de Jessé da genealogia dramática na qual há também rancas portuguesas.

Destas a de mais viveza e pujança é Gil Vicente, que ultrapassa os seus modelos espanhóis em engenho e brilho. Brizida Braz (*Auto da Barca do Inferno*), a alcovêta feiticeira, feitora de «virgos postiços», vendedora «de moças aos molhos» e criadeira «de meninas para os cónegos da Sé», é uma estampa viva da *Celestina*; os versos do grande cómico reproduzem o quadro que Parmeno faz a Calisto das artes da «puta vicja».

Biblioteca Municipal do Porto. O chamado *Auto do Centurio* vai do acto xv ao xix.

* Menendez y Pelayo apropriou esta nossa passagem, também com o fito de testemunhar a popularidade social da *Celestina*. Outro testemunho topou-o D. Carolina Michaelis, no rol do enxoval da Infanta D. Beatriz, quando se casou em 1521 com o Duque da Sabóia, onde se menciona uma taça de prata com a *história da Celestina*; — o ourives lavrara a taça com temas da Tragicomédia. (*Litteraturblatt für germ. und rom. Phil.*, 1901).

Inspiração análoga é a de Branca Gil, a alcoviteira danada e gananciosa, que para apanhar a espórtula de dez cruzados, mostrava ao *Velho da Horta* os sapatos rotos, tal a Celestina a embair a Calisto com os buracos do mantéu e da saia. A bruxa Genebra Pereira do *Auto das Fadas*, tal qual a castelhana, evoca os diabretes e decepa os enforcados para as suas esconjuras e bruxarias. Jorge Ferreira de Vasconcelos sacou da Tragicomédia a *Eufrosina*; essa influência exerceu-se ainda sobre a *Ulyssipo* e a *Aulegraphia* (1).

Quando o teatro espanhol chegou ao seu apogeu com Lope de Vega, ainda a influência da *Celestina* era vivaz. E não há mais que dizer sobre o poder irradiante

(1)* Não pode aqui abranger-se a progénie celestinesca em Portugal, que merece estudo separado. Ao acusar a recepção da separata de Madrid, Fernandes Tomás recordou-me em carta o *Auto da Guiomar do Porto* — uma alcoviteira tripeira da estofa da salamanquina. O grande bibliófilo encontrou-o na livraria do Cons.º Minhava e tirou uma cópia de que se serviu T. Braga para as referências que mais de uma vez lhe faz.

Teve mau fado este tipo tão notável da série da *Celestina*; o exemplar da *Livraria Minhava* não lhe soube mais do paradeiro F. Tomás, e a cópia deste também se sumiu quando por sua morte se dispersaram as riquezas que com tanto amor e saber coligiu.

É singular que dum livro como a *Celestina*, tão editado em Espanha e alhures, tão lido, citado e imitado em Portugal, não subsistisse nenhum resto nas nossas bibliotecas, onde que eu saiba nenhuma velha edição se guarda, a não ser na *Livraria Palha*, que possui uma preciosa tradução em «italião idioma» de 1515 (Veneza), desconhecida de Brunet e de Salvá. Da única impressão portuguesa, a de Lisboa (1540, Luís Roiz), possui um exemplar o *British Museum* (Krapf).

de tão luminosa criação, desde que a própria crítica inglesa (Fitzmaurice) lhe atribue influência perceptível sobre o drama nascente em Inglaterra, entrando até na concepção shakespeariana dos imortais amantes, Romeu e Julieta.

Sobre a demanda de quem seja o seu autor, tão travada e disputada, tem recaído já sentença que pode considerar-se, se não no todo em grande parte, passada em julgado.

Durou demais a opinião clássica, tal qual vem na Biblioteca de Rivadeneyra, que adjudica a paternidade da obra a Rodrigo Cota, um antipático judeu converso que duas vezes renegado açulava as turbas à sangueira dos seus irmãos de raça; esta autoria está hoje irremissivelmente e unânimemente abandonada. Qual a verdadeira? *Philologi certant* (1).

(1)* Num trabalho que, sob o título *A parthenoplastia*, editamos na *Medicina Contemporanea* em 1909, inserimos a nota seguinte: «A proposito da *Celestina* que pelo seu realismo pintural entra na serie dos livros litterarios mais apreciaveis a um medico, um achado de vulto se me depa-rou», já depois da publicação em espanhol de *La «Celestina» en Amato Lusitano*. «No *Espetho de Casados* (1540), obra do dr. João de Barros, cidadão do Porto, lê-se na fol. XII v.º: «llo que fez a Celestina, qualquer que foy, ora fose nosso mestre Loarte ora outro, nam foi outro seu fim senam dezer mal das molheres». Tão cedo como em 1540 já se não sabia ao certo quem compusera a *Celestina*. Barros indigita com duvida o «nosso mestre Loarte». Ele cursara canones em Salamanca onde, por confissão propria, estava nomeadamente em 1522; o «nosso mestre Loarte» devia ser algum dos professores da Universidade. Não posso de nenhum modo identificá-lo; é possível mesmo que o nome es-

As duas edições conhecidas como mais antigas — a de 1499 (Burgos), que se não sabe ao certo se será a *princeps*, e a de 1501 (Sevilha), ambas reimpressas por Foulché-Delbosc — constam de dezasseis actos, que, segundo o prefácio anónimo da segunda e o acróstico do corrector de imprensa Alonso de Proaza, são obra do bacharel Fernando de Rojas, de Puebla de Montalbán, fazedor de todos os actos, tirante o primeiro, atribuído a um «antigo autor» que nas reedições de 1502 e posteriores, constantes já de 21 actos pela interpolação de mais cinco aos 16 primitivos, se diz ser Cota ou Mena. Isto não passaria dum estratagema literário conhecido, pois que a peça é de estilo e composição homogéneos, denotando à evidência a mesma mão de escrita. Assim o reconheceu peremptoriamente a crítica, e à frente os dois mais seguros e abalizados oráculos da literatura histórica na Península — Menendez y Pelayo e D. Carolina Michaelis.

Foulché-Delbosc, o agudo crítico [*Obs. sur la Celest. 1900*], concorda na unicidade do escritor, excluídos porém os 5 actos intercalados na edição definitiva de 1502.

teja deturpado, pois que a impressão está inçada d'errros. Seja como for, ahí fica mais uma especie d'algum valor para a historia litteraria da celebre comedia».

* Mal sabia eu que esta contribuição já a tinha trazido à colação D. Carolina Michaelis, como me comunicou, oferecendo-me a separata do seu artigo crítico, publicado em 1901 no *Litteraturblatt für germanische und romanische Philologie*. Posso agora acrescentar que encontrei depois rasto dum Loarte, professor de cânones em Salamanca em 1508. (*La Fuente, Hist. de las Universidades, t. II, cap. x*).

Esta interpolação, que se ficou chamando o *Tratado do Centurio*, julga-a apenas uma excelente imitação do texto primitivo, e alega entre outras diferenças o impudor da Melibea no acto XIX quando diz ao amante: «Tus deshonestas manos me fatigan quando passan de la razon. Dexe estar mis ropas en su lugar, é si quieres ver si es el hábito de encima de seda ó de paño, para qué me tocas en la camisa? Pues cierto es de lienço». Ora na cena do jardim do acto XIV, texto esse primitivo, exclama Melibea: «Por mi vida que aunque hable tu lengua quanto quisiere, no obren las manos quanto pueden. Está quedo, señor mio». Mas como Calisto lhe retruca que as suas «desvergonçadas manos... agora gozan de llegar á tu gentil cuerpo, é lindas é delicadas carnes», a amante rendida tem por única resposta... mandar embora a criada! Não há dúvida, as duas cenas correm parelhas. E há que proclamar para a série capitular da *Celestina* um autor global unívoco (1).

Foulché-Delbosc, sempre herético, nem sequer o fundo primordial da obra adjudica ao Fernando Rojas.

(1) Da tradução do dr. Federico Montaldo (v. pág. 114) transcreve-se o seguinte parágrafo não publicado nos *Archivos* de M. de Lemos em 1915 [Nota desta edição]:

«Menéndez y Pelayo (Prefacio de la ed. de Krapf, Vigo, 1900) y la crítica española actual dan, sin discrepancia, á Rojas como autor de la Melibea; en las portadas de las dos últimas ediciones, la de Krapf, la más importante de las publicadas en España, y la de Ortega, la más reciente (Madrid, 1907), puede leer-se: *La Celestina, por Fernando de Rojas*. Cayo Ortega reúne en la introduccion los pocos datos averiguados que existen sobre la personalidad de Rojas».

Esta opinião agnóstica não é já facilmente sustentável, perante, entre outros dados apurados, o documento dum processo inquisitorial de Toledo (1525) — publicado por Serrano y Sanz (1902) — em que o réu Álvaro de Montalbán declara ter uma filha, «mujer del bachiller Fernando de Rojas que compuso á Melibea»; o testemunho é peremptório e definitivo.

Testilhas se têm levantado sobre o lugar da acção do drama e sobre a realidade das personagens; ora para elas traz um novo elemento de discussão a notável menção do Amato. No seu *Dioscorides* (L. III, en. 99) ao falar da cola diz que prefere a todas a preparada junto da ponte — *non procul a domo Celestinæ mulieris famosissimæ, et de qua agitur in comœdia Calisti et Melibææ*. Diante desta passagem, duas inferências assaltam o espírito: uma, que o tipo da *Celestina* foi copiado do natural; outra, que a acção do drama se passa em Salamanca. Até que ponto deverão ser acolhidas?

Salamanca encontra-se intimamente ligada à história editorial da *Celestina*; durante muito tempo se julgou que nela vira a luz a edição *princeps*, referida a 1500, como o exara ainda o próprio A. F. Schack na sua clássica *Historia de la Lit. y Art. dram. en España* (trad. cast. de Ed. De Mier, 1886). Hoje, depois da análise do biblista Hæbler, a edição autêntica mais antiga é a de Burgos por Fradique Alemán em 1499, representada pelo famoso e único *exemplar Heber*; nada porém dá segurança de que seja essa a primitiva, sendo possível que tivesse antecessora e quem sabe se salamanquina (v. Ortega *loc. cit.*). Todavia a primeira vez sabida

que a *Celestina* saiu dos prelos de Salamanca foi na impressão de 1502, já então completa em 21 actos (1).

Edição de aqui ou edição de além, o que se lê nos versos acrósticos, insertos a vez primeira pelo menos no exemplar sevillano, postos na boca do autor, é:

Yo vi en Salamanca la obra presente.

Não será isto uma presunção de que a novela foi lá concebida e redigida? A personalidade, hoje aceita, do autor não desdiria. Fernando de Rojas, natural de Puebla de Montalbán, bacharelou-se em Direito, investidura havida certamente na Academia Salmantina. Rojas devia ter escrito o seu livro aos vinte e poucos anos, o que para uma obra prima constitui um caso raro de precocidade (2). Sendo assim, natural parece que decorra

(1) Nas mesmas condições indicadas na pág. 122 transcreve-se o seguinte parágrafo [Nota desta edição]:

«La edición de Valencia de 1514, reproducida por los bibliógrafos más recientes de Vigo y Madrid, figura como copia de una edición de Salamanca de 1500; pero Foulché-Delbosc objeta que ésta contendría también los 21 actos, mientras que en la posterior de 1501 no aparecen más que los 16 primitivos, lo cual inclina á desconfiar de la edición salamanquina. (*Rev. hisp.*, 1900)... Puede ser que en la edición de Valencia de 1514, se imprimiese por erro tipográfico *mill e quinientas bueltas*, en vez de *mill e quinientas dos*; no encuentro otra explicacion plausible».

(2)* Fitzmaurice, na última edição do seu Manual (1913), diz que a presunção que há tempo existia em favor de Rojas, enfraqueceu-se sensivelmente pelo descobrimento de documentos a provarem que Rojas teria escrito esta obra prima quando tinha apenas vinte anos». Não é caso único na história literária.



Tragicomedia

de Calisto y Melibea nueuamēte reu-
sta y emendada cō addicion de los argu-
mētos de cada vn auto en principio. La
qual cōtiene de mas de su agradable z
dulce estilo muchas sentēcias filoso-
ficas: z auisos muy necesarios pa mō-
chos: mostrādo les los engaños q̄ estan
encerrados en siruētes z alcabuētas.

em Salamanca a acção da novela do moço estudante que ali mesmo pintaria do natural as suas personagens.

Concorda o drama com esta localização das suas cenas? Esquadrinhei-o à busca de indícios afirmativos ou negativos de concordância, e no acto XX, cerca já do desfecho, tropecei, como vi depois que a outros já acontecera, com uma discordância flagrante, quando Melibea angustiada diz ao pai: «subamos, señor, al açotea alta porque desde alli goze de la deleytosa vista de los navios»; ora, em terras de Tormes, é sabido que ninguém pode ver navios por alto que suba. Não houve pois o propósito de fixar a acção em Salamanca, mas as reminiscências da terra parecem ter-se feito *quand même* (1).

A cidade devia ser sede de cathedral, academia e conventos, pois que fala de *racioneros, canonigos, estudiantes e frayles*; está no caso a episcopal Salamanca, atestada de colégios e mosteiros. Calisto vai ouvir missa à Madalena donde de casa ouvia tocar o sino (acto VIII); *La Magdalena*, velha igreja deturpada pelo restauro, subsiste ainda na *Calle de Zamora*, artéria da *Plaza* — vizinhança que explicaria como à casa de

(1) Menendez y Pelayo adopta afinal este modo de ver, que em carta me comunicara após a leitura do folheto: «Creo que la *Cetestina* pasa en una ciudad ideal, pero la mayor parte de los rasgos locales estan tomados de Salamanca».

Calisto chegou a notícia do justicamento dos seus es-
cudeiros pelos brados da gente que vinha do mercado
(acto XIII) (1).

Foulché-Delbosc tomou particular querença por To-
ledo; bate fé que a *Celestina* teve por palco a velha

(1) Supus na primeira redação que poderiam tirar-se indicações tópicas do dito da *Celestina* quando, ao falar dos seus mimos e abastanças dos melhores tempos, se dava por saciada do melhor vinho «que se bevia en la ciudad, venido de diversas partes, de Monviedro, de Luque, de Toro de Madrigal, de Sant Martin, é de otros muchos logares» (acto IX). Toro dista poucas léguas de Salamanca, donde parte o velho caminho da amuralhada *Puerta de Toro*. Madrigal fica precisamente no mesmo raio de distância; é a cidadelha natal de Isabel a Católica, onde surdiu um falso D. Sebastião, o pasteleiro de Madrigal, Gabriel Espinosa, facto que determinou agitações em Salamanca. Sant Martin é San Martín de Val de Iglesias, entre Ávila e Madrid. O médico Llobera de Ávila, no seu Tratado de Higiene alimentar (*Vergel de Sanidad ó Banquete de los Caballeros*, Alcalá, 1542, fls. 20 e 21), apregoa este San Martín «de donde son los mejores vinos del mundo», a que Laguna também se refere, comparando-os aos do Reno na Alemanha (*Diosc. L. V, cap. 77*). O interessante Llobera enumera ainda no rol selecto da adega espanhola os vinhos tintos de Toro e os brancos de Madrigal, assim como os de Monviedro que enfeixa com os de Orense e Martos.

* Não atinei com Monviedro nem com Luque; a sua identificação certificou-ma depois Menendez y Pelayo. Monviedro é Murviedro, a antiga e moderna Sagunto, na Provincia de Valência; Luque é a vila da Provincia de Córdova, ainda hoje afamada por seus vinhos. Os tópicos enográficos da *Celestina*, não dão pois prova aduzível para a localização salamanquina nem para nenhuma outra.

cidade tagana (1). Na sua pegada o prof. Cayo Ortega y Mayor planta-a também em Toledo, apegando-se a toda a sorte de argumentos (*loc. cit.*, *Prólogo*). Fia tanto do seu articulado que julga fora de toda a dúvida a sede toledana. Tão singular cuida a prova alegada, que me custa a explicar a pretensa demonstração, a não ser que se tenha quedado o demonstrador a esquadriñar a planta de Toledo, não atentando sequer na de Salamanca. S. Miguel a que se refere o Sempronio da Comédia (acto XII), é uma paróquia de Toledo;... mas Salamanca tinha também o seu S. Miguel, freguesia instituída pelos mosárabes nas hortas de La Vega.

O Convento de Guadalupe, onde o Parmeno da Comédia serviu os frades (acto XII), pertence, é certo, à diocese de Toledo; mas o famoso mosteiro está sito na Província de Cáceres, limítrofe de Toledo e... de Salamanca. Quanto à *Calle del Arcediano* mencionada na *Celestina*, dessa não encontra o crítico vestígios em Toledo, onde há apenas a nota histórica duma *Plaza del Arcediano de Segovia*; em Salamanca também não pude averiguar rua de tal designação (2). À falta de melho-

(1)* «Pourtant je dois vous dire que je ne suis pas convaincu et que je maintiens encore mes préférences pour Tolède; aux arguments que j'ai donné jadis, je me propose d'adjoindre prochainement quelques faits complémentaires qui ont accru ma conviction. Mais cela ne m'empêche pas de rendre hommage à ceux de mes adversaires, qui sont d'un avis opposé et basent leurs raisonnements sur des faits, sérieusement étudiés» (*Carta de 28-10-909*). Não sei que esse novo trabalho tenha vindo à luz.

(2) Menendez y Pelayo utilizou este inventário comparativo.

res dados, recorre Ortega à *Segunda Comédia da Celestina* de Feliciano da Silva, onde se fala da Igreja de San Martin e da *Calle Nueva*; assinala-as logo muito satisfeito da coincidência, mas... em Salamanca lá estão bem ao centro da cidade, sem possibilidade de escapar a quem a visite, o velho San Martin e a mesma *Calle Nueva* que vem desembocar à *Plazuela de San Julián*.

Por *ultima ratio* lê-se o seguinte: «Menos exagerado resulta suponer que se veian navios em Toledo que en Salamanca, porque en tiempo de los Reys Católicos se trató de hacer navegable el Tajo desde Toledo». Conhecia o projecto que os historiadores rememoram justamente como bela ideia de fomento nacional, todavia, sinceramente, não se vê para que sirva trazê-lo à balha no intuito de tornar verosímil que Melibea fosse à açótea alta deleitar-se com a vista dos navios... que haviam de singrar o Tejo toledano.

Confesso que, antes de rebuscar as coincidências ou incoincidências da toponímia da *Celestina*, ao atentar simplesmente no passo de Amato acudiu-me uma hipótese que, embora não ajustasse em rigor com as palavras do Mestre, me parecia verosímil. Como a *Celestina* divulgou e aluminou o tipo realista da alcaiota, não admirava que, em Salamanca ou em outra parte, qualquer proxeneta de mais torpe evidência assim fosse apelidada pelo nome da protagonista agora representativa dum género. Ocioso se torna exemplificar quanto esta transposição da figura de arte à figura real é frequente e vulgar. Ouviria Amato chamar Celestina a uma alcoviteira de ao pé da ponte do Tormes e tomá-la-ia pela própria personagem da novela. Ele, casto

e remisso como o José das Escrituras, não devia ser autoridade em matéria de alcoice salamanquino. Mal porém tive ocasião de cotejar textos da novela com o da citação, fiquei espantado da sua exacta concordância, — surpresa grata só apreciável para os que se gastam nestes prazeres minúsculos. Vamos ao significativo confronto.

Quando Parmeno traça a Calisto o perfil burlesco e realista da Celestina, diz que ela «*tenia seys officios; conviene saber: labranderera, perfumera, maestra de hazer afeytes y de hazer virgos* (1), *alcahueta é un poquito hechizera*». «*Tiene esta buena dueña, al cabo de la ciudad, allá cerca de las tenerías, en la cuesta del río, una casa apartada, medio cayda, poco compuesta é menos abastada*» (acto I). Mais adiante repete a mesma localização (acto IV). Confere exactamente com o dizer do Amato — a casa da Celestina é, no auto e na citação, além no extremo da cidade, beira-río. Mas há mais.

Cerca de las tenerías, repete a novela por quatro vezes; *las tenerías* — as fábricas de cortumes, que de facto estanciavam nas margens do Tormes, onde havia a *Ribera de Curtidores* e oficinas de surradores, mesmo ao pé da ponte (2).

(1)* Desta prenda da revirginização dada pela Celestina me ocupei técnica e literariamente nos artigos publicados na *Med. Conl.* de 1909 sob o título de *A parthenoplastia*. Na remendagem cirúrgica da vulva era também outra Celestina a *Tiu jingida* do conto acrescentado às *Novetas ejemplares* do Cervantes.

(2) Assim o vejo na relação, pela primeira vez publicada por Macias (*op. cit.*), dos danos causados pela cheia do Tormes em 1626.

A que propósito fala Amato da *dueña*? A propósito da *cola animal*, da qual a melhor espécie era em sua opinião a fabricada ao pé da ponte salamanquina, junto da casa da famosíssima mulher da Comédia. Ora a cola animal fazia-se então, como ainda hoje, *ex bubulo corio*, segundo ele diz, do coiro de boi; quer dizer, junto das *tenerias* do Tormes aproveitavam-se os rebutalhos das peles para preparar excelente cola.

As coincidências são de tal modo flagrantes que raiam pela demonstração, induzindo-me a persuasão da existência real e verdadeira duma Celestina que o autor da Melibea trasladou à Tragicomédia. Ao tempo de Amato estava de pé a casa celebrizada por ser a habitação da alcoviteira; estaria esta ainda viva? A novela, escrita certamente mesmo ao findar do século XV, assinala-lhe sessenta anos (acto XII); a ser viva, estaria mais que octogenária quando Amato fazia o seu discipulado que findou em 1529 (1).

(1)* Menendez y Pelayo trouxe à tradição localista do Amato aduções do mesmo teor que não podem deixar de tomar-se por testemunhos corroborantes. Assim o salamanquino Sancho de Muñon na sua *Tragicomedia de Lisandro y Roselia* (1542) «dá a entender que Celestina a barbuda ali viveu e também a sua discipula e herdeira Elicia». No *Petegrino curioso* (1577), Bartolomé de Villalba y Estaña conta que uns estudantes lhe mostraram ao baixar da ponte, junto às *tenerias*, *la casa de nuestra madre Celestina*. Nas *Ninfas y Pastores de Henares* (1587), Gonzalez de Bova-dilla, ao revistar as coisas memoráveis de Salamanca, depois das Escolas e das famosas Covas, aponta a *derribada casa de la vieja Celestina* e até a *Torre da Melibea*.

Outras tantas alegações, rastejadas ao longo da lite-

Não é nada de estranhar a florescência deste tipo incomparável da proxeneta num meio tão fortemente escolar e clerical. Em Salamanca era proverbial o desbragamento dos costumes. *Roma la chica* imitava a grande na devassidão.

A hábil corretagem das *Celestinas* chegou a conseguir o mesmo foro de instituição oficial. Os gloriosos Reis Católicos — ao mesmo tempo que afilligranavam os labores platerescos da fachada das Escolas Maiores e regimentavam os privilégios académicos — mandavam em 1498 arrematar a construção de uma casa-mancebia no arrabalde de além-ponte; uma das receitas públicas era a renda do prostíbulo, e não se enjoe do feito qualquer sociocrata moderno, pois que de semelhante trato se alimentam hoje em dia escuramente os cofres da polícia.

Só no primeiro quartel do século XVII é que a hipocrisia suprimiu a mancebia oficial, que representava na veiga do Tormes aqueles jardins de Valência, a famosa mancebia da *Huerta*, de quem dizia um visitador do tempo, o nosso Sá de Miranda:

Os jardins de Valença d'Aragão
Em que o amor vive e reina, onde florece,
Por onde tantas rebuçadas vão.

ratura seiscentista, a confirmar a tradição guardada pelo Amato. «Una tradición tan vieja y constante algun respeto merece», conclui o erudito crítico; anteriormente em *Carta de 9-10-909* me dísseira «puede muy bien ser historica la protagonista».

A casta das *Celestinas* é que não findava. Cerca de dois séculos depois, outro compatriota, o poeta Francisco Botelho de Vasconcelos, encontra uma viúva «boa mulher, amiga de que as gentes fossem amigas e se dessem gosto umas ás outras. Para roupa de cama grã costureira. Não houve lançol em Salamanca para se encostarem duas pessoas, em que ela não desse suas pontadas» (v. pág. 41).

Agora reparo que perto também do Tormes e da sua ponte, há a *Peña Celestina* onde a tradição supersticiosa localizava uma das covas mágicas de Salamanca, a Cova da *Madre Celestina* (1). Que terá que ver esta

(1)* «A madre Celestina encantadora» proverbializou-se entre o nosso povo. Fialho d'Almeida enviou-me logo esse registo folclórico. «Aqui no Alentejo, pelo menos nesta parte sul, é frequente as mulheres dizerem, vendo acercar-se outra: Aqui vem a madre Celestina encantadora!». Ou «Razões de madre Celestina». Por onde se vê a repercussão que teve o tipo da alcovêta na tradição popular portuguesa» (*Carta de 10-8-909*). T. Braga obsequiou-me com o seu modo de ver sobre a questão relacional da Penha Celestina e da Madre Celestina, buscando-lhes as origens hierográficas e eschatológicas:

A realidade da Celestina, testemunhada pelo Amato, leva-o a «supor que este nome de Celestina fosse uma alcunha dada à velha alcoviteira salmantina, personificada nela a tradição da pedra falica, que, ao decair do culto orgiástico primitivo na superstição popular, conservou o título de *Peña Celestina*, próximo da ponte do Tormes. A velha alcoviteira possuía o poder magico dessa penha falica, segundo a credulidade vulgar que veio identificar nela uma personificação. No nome ainda hoje popular de *Madre Celestina*, o título de Mãe pertence à Bona Dea dos cultos da prostituição sagrada» (*Carta de 9-9-909*). É uma explicação judiciosa e aceitável; pelo menos será difícil aventar outra.

madre Celestina, a encantadora da *lenda*, com a Celestina, alcaiota e bruxa, conservada nas cenas da *novela* e nas páginas do Amato? Como se separam ou como se confundem? As coisas históricas têm destes percalços; não podem esmiuçar-se até onde a curiosidade o desejaria. E às da vida real e corrente não sucederá o mesmo? Consolem-se pois os que rebuscam estas bagatelas sediças.

III

Em Portugal

Regresso à Pátria

Em que era pôs ponto Amato na formatura de Salamanca, regressando de vez a Portugal? Deve fixar-se esta data em 1529; quer dizer, aos 18 anos de idade Amato gozava já a *facultatem faciendi medicinam hic et ubique terrarum*. Inverosímil seria se não conhecêssemos o crédito em que o seu talento era já tido em idade tão precoce. Já vimos como ele conta com justo desvanecimento que, nessa idade, os seus professores Pontano e Olivares em tanto apreço o tinham e à sua diligência que lhe confiaram a clínica de dois hospitais de Salamanca onde havia enfermos de variadas moléstias (*Cent. VI, cur. 100*). Esta citação parece mostrar que estava já investido com o grau profissional.

Outra prova aduzirei deste ano da formatura. Ao elogiar os preceitos terapêuticos do seu mestre Alderete, diz tê-los seguido *variis in locis per viginti annos artem medicam exercentes* (*Cent. I, cur. 8*); se havia vinte anos que exercia a profissão por várias terras, e como

a *Centuria I* é datada em Dezembro de 1549, o início da sua carreira ascende a 1529 (1).

É natural que nesse mesmo ano voltasse à sua terra; Maximiano de Lemos faz coincidir a data da formatura com a do regresso. Julgo-o seguro em face desta concludente referência: Amato saiu de Salamanca em companhia do condiscípulo Luís Nunes — *quum nos duo e Salmanticensi nobili apud Hispanos gymnasio, in Lusitaniam reverteremur* (Diosc. L. I, en. 137). Ora Luís Nunes teve imediata colocação e sabe-se que foi nomeado professor substituto de Filosofia Moral em Lisboa em Dezembro de 1529; logo a chegada a Portugal do novo médico de facto é marcada por esse ano.

Os biógrafos do Amato tácitamente deixam crer que o moço estudante se enclausurou em Salamanca até à formatura, regressando só então a Portugal. Não acho plausibilidade nesta tão aturada ausência. Salamanca é confinante da Beira-Baixa; as longas férias podia vir passá-las à terra. Para aqueles tempos era jornada comestinha descer do Tormes a Castelo Branco. Dois itinerários oferecem os mapas antigos que tenho presentes: um por Cidade-Rodrigo, penetrando por Vilar-Maior — trajecto aproximado da via férrea de hoje, menos de 60 léguas; outro descendo a Cória e cortando depois por Idanha-a-Velha.

(1) A data de 1529 é a adoptada por M. Lemos, ao passo que M. Salomon presume a de 1530; a citação da *Centuria I* de que se aproveita, dá 29 e não 30; só se é por se referir a Dezembro que a passa para o ano seguinte.

Não se trata, porém, de uma simples presunção apenas, pois que dos textos do Amato julgo ser possível arrancar sinal da sua estada entre nós, precisamente no tempo do seu tirocínio universitário. Tanto Max Salomon como Maximiano de Lemos aludem, sem mais, a uma passagem das *Centurias* em que Amato conta ter defendido *conclusões públicas* em Santarém, ao tempo que D. João III estacionava em Almeirim. Transcrevemos o trecho tal qual: *...cum publice Sancterenæ juvenis ego, abhinc viginti et amplius annis magna spectante hominum literatorum concione, apud cœnobiũ D. Dominici ab Alto, conclusiones varias publice sustinerem, eo anno quo rex hic Joannes tertius, elapsis nonnullis annis post terræ motus horribilis eventum Olissiponæ et regioni ei circumvicinæ, apud Almerinum oppidum, agebat et universa ejus curia Sancterenæ erat. (Cent. IV, cur. 70).*

O fecho da *Centuria* traz a data de 17 de Setembro de 1553, aos 42 anos de idade do Autor, donde Max Salomon infere que o acto de Santarém devia ter-se realizado em 1532; quer dizer, os *viginti et amplius annis* vêm a ser 21, prazo que além de ser arbitrário, não se ajusta bem à frase. Maximiano de Lemos marca 1531 sem dizer porquê, tendo por certo na ideia o medonho terramoto de 26-1-531, contado em verso por Garcia de Resende na *Miscellanea*; foi esse que serviu de tema ao científico e humanitário discurso de Gil Vicente em Santarém, dissipando o pânico do povo e livrando os cristãos-novos da perseguição fanática e estúpida da fradaria. Ora D. João III pairava ao tempo em Palmela para onde o grande poeta lhe ende-

reçava a narrativa do feito; e quando rompeu a peste, após o terramoto, estava no Lavradio. Das Cartas régias, guardadas no cartório da Câmara de Lisboa (1), infere-se que o Rei divagou aquele ano por Montemor-o-Novo, Évora e Alvito, onde Gil Vicente lhe representava o *Auto da Lusitania*. Os anos de 1532, 33 e 34 continuam a decorrer para a Corte pelo Alentejo, pois que a chusma das Cartas régias é datada de Évora.

O cataclismo geológico e epidémico de 1531 era exacta repetição de outro sucedido em 1526, castigando Lisboa e suas cercanias e acendendo a deflagração da peste. A Corte fugia a unhas de cavalo para Coimbra, onde se entretinha com as graças aguçadas da *Farsa dos Almoceves*. Como se aborrecesse com a insipidez coimbrã, passou-se para a alegre Almeirim, onde era brindada pela inesgotável veia do grande cómico com nova «farsa de folgar» o *Clerigo da Beira*. Ali demorou até ao fim do ano.

Em 1527 rebenta de novo a praga na Capital, recolhe o Rei em Abril para o Lavradio, cercando-se de cordão sanitário, e como a peste se assanhasse, acoita-se outra vez em Almeirim; com o novo êxodo, novo auto de Gil Vicente, o da *História de Deos*. Sempre com a epidemia na peugada, a Corte afasta-se para a terra do Mondego, que Gil Vicente celebra na *Come-*

(1) Segundo as informações que nos foram ministradas com a mais inteligente e grata obsequiosidade pelo falecido Eduardo Freire de Oliveira, o zeloso autor dos *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*.

dia sobre a divisa da cidade de Coimbra, a que sucede a da Serra da Estrela. Ainda por lá parava em Outubro, regressando só no fim do ano.

De 1528 alcanço pelas Cartas régias que D. João III esteve em Almeirim pelo menos em Fevereiro e Março, sempre na fuga tragicómica da peste.

Agora sim, é que temos matéria exactamente conteste com os dizeres do Amato — terramoto, peste, rei em Almeirim, e conta de vinte e tantos anos mais — *viginti et amplius*. Das três datas, 26, 27 e 28, a primeira deve excluir-se, visto Amato dizer que tinha decorrido mais de ano; ficam as de 27 e 28 à escolha.

Era ao tempo um rapaz, *juvenis ego*, com toda a frescura do talento precoce e da cultura escolar, a experimentar as forças juvenis em torneio de palavras perante uma assembleia letrada. Não penso que o fogooso rapaz viesse no rabo-leva do séquito régio; em Santarém tinha família sua, pois que o sobrinho Brandão era dali natural, e tinha amigos — o seu condiscípulo Luís Nunes. Provavelmente de visita aos seus, aproveitou a presença da Corte para luzir habilidades.

Se restasse ainda alguma dúvida, depois do que fica averiguado, chamaria o próprio Amato a afugentá-la. Ao falar já na última *Centuria* da peste de Escópio em 1559, acha-a semelhante àquela que *ab hinc multis annos, Olissiponem, et Sancterenam, suis fertilissimis agris apud Lusitanos, ingenti terræmotu, et ruina sæviit... anno 1527, 1528 et 1529* ⁽¹⁾ (*Cent. VII, cur. 27*).

(1) Ainda haveria a hipótese de ser o ano da justa de Santarém o de 1529, imediatamente à volta de Sala-

Era essa a crise epidémica que ele ainda no último quartel da vida tinha na mente (1).

Volvido à terra em 1529, Amato não deixou crescer raízes; na estada curta de anos não aqueceu os lugares pátrios. A breve trecho trocava Portugal pelos Países-Baixos, embarcando para Antuérpia. Em que data se realizou este êxodo que fecha o período da sua vida dentro do País Natal?

Maximiano de Lemos assinala 1534 como o ano da retirada do Amato, sem abonar o processo com que obteve esse marco cronológico (2). Desfiemos pois o quesito, agrupando e cotejando todas as citações aproveitáveis; Max Salomon, preocupado também com a mesma averiguação, tinha lançado mão de algumas

manca, se se encontrassem nos arquivos provas da sua possibilidade tópica.

Ora, graças à obsequiosa e paciente busca do snr. Pedro de Azevedo, a quem muito agradecemos tanta bondade e devoção, no *Corpo Cronológico* só há indício do Rei ter estado em Almeirim apenas alguns dias de Março de 1529 em diversão de Lisboa, o que exclui esta data, pois a narração do Amato só se ajusta com uma estada prolongada da Corte.

(1) Esta fiada pestilencial dá a Vieira de Meireles (*Epidem. port.*) como de tabardilho, sem fundamento, aliás. Ao tempo a peste endemizara-se entre nós, repontando mais ou menos anualmente. Os fastos epidemiológicos portugueses não estão suficientemente coligidos e esmerilhados.

(2)* Abonou-o agora nas suas *Novas investigações sobre Amato Lusitano*. A nossa dedução das citações e datas tal qual a tínhamos exarado no texto, difere das de Max Salomon e Maximiano de Lemos, embora adoptemos o prazo deste último.

das passagens que nos serviram, interpretando-as porém menos exactamente e marcando a era de 1533.

Um ponto há indubitável: é que Amato habitava já Antuérpia em 1536, pois que nesse ano deu ali à estampa os seus primeiros *Comentarios ao Dioscorides*; mas quanto tempo antes tocara ele no porto de refúgio?

Um caso inserto nas *Centurias (Cent. V, cur. 78)* alude a pessoa desconhecida, *qui mecum olim ab hinc vigesimum quintum annum Oceanum navigavit*. Esta viagem antiga pelo Oceano, havia 25 anos, devia ser a da ida para os Países-Baixos. Não está datada a *Centuria V*; fecha por um sincronismo histórico — processo de que mais vezes lança mão e que era muito usado: *sub id tempus, quo Ferdinandus Albæ regulus, Teatino Pontifici Romano infensus, Philippi Regis auspiciis, bellum Romanis inferre parabat*. Salomon dá a passagem como escrita em 1558, o que não é verdade; certamente se equivocou com a *Centuria VI*, que essa sim foi concluída em 1558 (1). O Duque de

(1)* A terminação da *Centuria VI* é datada em Ragusa, 1558, no ano em que Henrique II tomava Calais, e a prontificação para a publicidade em Salónica, 1559. É o que expressamente se lê no cabo do diálogo que constitui a *cura 100*. M. de Lemos nas *Novas investigações* também parece aceitar a data de 1558, atribuída para a *Centuria V* por M. Salomon. O sincronismo do fecho marca a data de 1556, que encerra a *Centuria* em Pesaro — *quam Pisauri absolvimus*. Por outro modo ainda se pode corroborar este termo como prazo máximo para o desconto dos 25 anos, pois que a *cura 98* está referida ao fim de Maio de 1556, a *cura 84* a Fevereiro, e o tópico da viagem oceânica vem numa *cura* anterior, a *cura 78*.

Alba preparava-se para fazer a guerra ao desinquieta e bélico Papa, o teatino Paulo IV, anunciada em Agosto de 1556, data em que o ilustre caudilho, ao tempo Vice-rei de Nápoles, escrevia uma duríssima carta ao Padre-Santo, anunciando-lhe a invasão dos Estados Pontifícios, desde logo realizada, guerra que terminou em Setembro do mesmo ano pelo triunfo das tropas espanholas e o armistício impetrado pelo Papa. Quem de 1556 tira 25, fica com 1531, ano em que Amato faria a tal viagem marítima.

No já citado diálogo com o amigo Luís Nunes, diz claramente ter deixado Portugal havia 18 anos — *ego relicta Lusitania... ab hinc decem et octo annis (L. I, en. 137)*, e mais adiante se me depara a confirmação deste decurso — *ab hinc decem et octo annis, sponte ab Hispania discessimus (L. III, en. 87)*. A dedicatória do *Dioscorides* tem a data de 1551, o que levou Max Salomon a descontar daí os 18 anos. Não pode, porém, fazer-se assim; a referência tem de ser tomada para época anterior em que ele realmente escrevia o *Dioscorides*; ora em página ulterior encontro esta decisiva e nítida passagem: *quum hæc scriberemus... trigessimum octavum ætatis meæ annum perago (L. V, en. 44)*. Se tinha 38 anos feitos, escrevia, portanto, não em 1551, mas sim em 1549; subtraindo 18, cá temos outra vez o ano de 1531.

Vai colidir com esta era, abonada por três referências concordantes, uma passagem conhecida. Ao dar conta do encontro em Lisboa com o cirurgião Filipe, o tal que lhe tomou a invenção do tratamento dos apertos de uretra pelas velinhas, Amato serve-se mais

uma vez dum acontecimento que reboou por todo o mundo, dizendo: *...eo fere anno quo Tunetum, urbs clarissima, Cæsaris auspiciis subjecta est (Cent. IV, cur. 19)*, quase no ano da tomada de Tunis pelo Imperador Carlos V, isto é, 1535. A expressão é vaga; parece indicar que pouco antes de 1535 ainda estava em Lisboa; 1534 estaria efectivamente em boa altura para a saída.

Não podemos chamar a contas quem seguramente em alguns destes pontos as deitou mal; não admira em quem passou por vida tão cambiada. A escuridade da sua residência em Portugal, onde nem sequer pretendeu situação condigna dos seus raros méritos, inclinar-me-ia a optar por data inferior a 1534, se o Mestre não deixasse Antuérpia em 1541, depois duma estada de sete anos. A saída de Portugal deve corresponder aproximadamente a 1534, data que melhor se conforma ao cômputo cronológico da restante vida do Amato.

2

As digressões no País

Em que lhe decorreram os poucos anos da estada na Pátria?

De exercício mental apanham-se dos livros indícios dum acto de conclusões públicas — da colheita de espécies histórico-naturais — e de prática clínica.

Foi em Santarém «a cortesã» (Alexandre Herculano) que Amato, como já vimos, se entregou ao desporto académico do tempo — uma defesa de teses:

era um passe de armas em que o escolar de Salamanca florearia a destreza dos seus talentos. Não se tira a limpo qual o tema das teses; nelas entraria em todo o caso a medicina, pois alude a acções medicamentosas e princípios galénicos. O Paço em Almeirim e a Corte em Santarém deram-lhe assembleia numerosa e ilustrada — *magna spectante hominum litteratorum concione* (Cent. IV, cur. 70). É natural que entre os ouvintes ilustres se contasse o grande Gil Vicente (1).

A Matéria Médica era decididamente para Amato desde Salamanca uma preocupação contínua. Mostra-o a grande cópia de referências onomásticas e topográficas às espécies lusitânicas naturais, e particularmente às plantas de Espanha e Portugal. Maior diligência nessa pesquisa quisera ele ter empregado no tempo dos seus estudos na Península, e dessa falta relativa se lastima: *doleo quidem non mediocriter, quod non maiorem noscendis simplicibus, in Lusitania juxta atque Hispania, operam navaverim* (Diosc. L. I, en. 3). A sua avidez e exacção do saber não se contentaram com o abundante material colhido por aquele que foi o primeiro observador e registrator da Botânica Peninsular — honra incontestada mas nem por isso mencionada com o devido registro de louvor.

Nem sempre mesmo confia na sua memória das palavras indígenas, e receoso de que reminiscência o

(1) E talvez Sá de Miranda, regressado de Itália em 1526, ao tempo freguês da Corte em Coimbra e em outras paragens. Outros letrados, espectadores das teses de Amato, se podiam aduzir com presunção.

atraição, apela por vezes para o testemunho e rectificação dos seus confrades da Península. A essas referências e dados histórico-naturais franquearemos lugar, no tocante a usos e costumes do País Natal por ele observados e anotados, assim como aos *simplices exóticos*, de que teve a glória de ser o primeiro descritor, envolvendo-se com as glórias dos portugueses e o comércio internacional de Lisboa.

Na dianteira, na valia e na vastidão, é preciosíssima a sua na maior parte desconhecida contribuição à Geografia Botânica, à Fitografia indígena, à História enfim da Merceologia portuguesa.

A prática clínica essa era a sua devoção profissional. Habitado bem cedo a fixar na memória, como observador atento, os casos da sua clínica, a miúdo se refere ao que viu no seu curto tirocínio de enfermos no País.

Não pára, porém, em parte alguma; digressa de uma terra para outra, ou porque em nenhuma se ajeita, ou porque o humor erradio o propelle a divagar.

Quem olhar para o mapa onde se marquem os lugares do Reino em que o Amato estanciou e passou, poderá notar que constituem e se dispõem em torno de cinco pontos de atracção — um, a sua terra Castelo Branco — os outros, quatro cidades de importância, como centros que eram da vida nacional, Coimbra, Santarém, Évora e Lisboa.

A Castelo Branco, além de citar a *noz de galha* (*L. I, en. 133*) que lá viu «sucosa» e estíptica como a de Ancona, aproveitável para tinta, refere casos clínicos ali observados. Um, extravagante e anedótico,

é a morte dum moço chamado Silva (*Cent. V, cur. 86*), escoado de sangue — sabem pelo quê? — porque a mulher, moçoila encorpada e gorda, muitas vezes fizera de incuba, deitando-se por cima dele no acto conjugal, até que um dia lhe estoirou... a veia cava.

Noutro trata-se dum caso, clinicamente interessante e correctamente observado, de noma com sequestro do maxilar numa criança de 7 anos, ida de S. Vicente a Castelo Branco (*Cent. I, cur. 17*); era da Vila de S. Vicente da Beira, distante 7 léguas de Castelo Branco, nas faldas da Serra da Gardunha (1).

Recorda-se das fortes muralhas da cidade — *in muris patriæ meæ Castellī albi... vastissimis lapidibus constructis (L. II, en. 157)* (2). Nas juntas destas moles brotava uma planta esquisita que só ali e em Niza viu nascer, a que chamavam *erva dos passari-*

(1) Ao ocupar-se de aftas, que passam à gangrena e até à mortificação óssea, é que Amato traz à colação a criança vista na sua terra. Ao pequeno foi extraída uma esquirola da mandíbula (*frustulum mandibulæ extractum fuit*), o que não obstou a que morresse, como lhe contaram, dois meses depois. Está conforme à patologia da gangrena bucal que, sabidamente, nem sempre respeita o esqueleto da face, atingindo os ossos vizinhos, maxilar e abóbada palatina (*ap. G. Dieulafoy — Man. de path. int., t. II*).

(2) Eram uma veneranda reliquia dos Templários as muralhas e o castelo de Castelo Branco. Danificado já pelas Guerras da Restauração, começaram a arrancar-lhe pedras em 1821, até que o derrubaram em 1835, empregando-se «a pedra em obras de manifesta utilidade pública» (A. Roxo — *Monogr. de Castelo Branco*, 1891). Grandes governos!

nhos — herbam... passerculorum — pelo seu feitio avicular (1).

Ainda no raio da sua terra menciona Niza — *et Nisiæ, oppidi circumvicini* — (*ibid.*), já fora da Beira ao sul do Tejo. Nas muralhas de Niza, como nas de Castelo Branco, hoje destruídas (2) por entre as juntas das grandes pedras, encontrou também a tal erva passarinheira.

Outra localidade de vizinhança: Ferreira, banhada pelo Tejo a quatro léguas de Castelo Branco — *Ferrariam oppidum, quod Tagus præterlabitur, quatuor leu-*

(1) Esta passagem vem na *Enarratio De Struthio*, rubrica sob a qual descreve, por supô-las afins, duas espécies de saponária: a erva saboeira — *Saponaria officinalis* L. [*Cariofiláceas, Silenáceas apud* Sampaio] e outra [— erva lanária, com raiz de propriedades esternutatórias e folhas a imitar as asas duma ave. E como *struthion* corresponde ao nome da saponária e *struthio* significa pássaro, pequena ave, veio-lhe à lembrança a planta de Castelo Branco e Niza] que deve ser um *felo* das *Polipodiáceas*.

Amato descreve, na planta portuguesa, o que ele chama a flor, semelhante a um pássaro forrado de uma lanugem alvissima. A força de magicar sobre este híbrido produto da Natureza, imagina que a passarada que por ali aninha, deixa cair o sêmen ejaculado na raiz das ervas gerando-se depois na planta a figura de uma avezinha; o Amato não escapou impune à leitura de Plínio. Haller (*Bibliotheca Botanica*) prega-lhe a sua ferroada à conta desta crendice.

(2) Estes muros formidáveis eram os do velhíssimo castelo dos Templários que veio a ser incendiado em 1704 na Guerra de Espanha, e em fim arrasado vandâlicamente pelo torpe regime de 34 que vendeu a vil preço os materiais. (Mota e Moura — *Memor. histor. da uotav. vila de Niza, t. I*).

cis a Castello albo propria mea patria distans (L. V, en. 70). Esta Ferreira conseguiu identificá-la; é já além da raia na margem esquerda do Tejo, Herrera d'Alcântara, povoação espanhola da Província de Cáceres. Assinala-a por ali ter visto o Tejo aurífero rolar *palhetas de oiro* nas suas areias, declarando, porém, que na verdade poucos são os rios portugueses que nas areias não arrastam oiro (1).

Ainda em terras beiroas, rodando para o Norte, vem a menção de: Sabugal, vila produtora de nabos enormes como os da Sabóia (L. II, en. 105) (2); Guarda, gélida cidade vizinha da temperada Castelo Branco, onde os habitantes tremem de frio no estio, arrefecida pela alta serra hoje chamada Estrela, em que todo o ano a neve alveja e brilha (Cent. III, cur. 13); Almeida, enfim, notada como ponto de encontro com *præceptore Reinosio viro gravissimo, ac doctissimo*

(1) O melhor oiro de Espanha, defecadíssimo e puríssimo, era o chamado «tibar» por ser lavrado na região desse nome, diz Amato; tinha fama o oiro de Tibar, já falado na *Celestina*. Do colhido do leito dos nossos rios diz que não é tão puro como o tal de Tibar, nem tão baixo como o que vem do Peru, terra há poucos anos descoberta (*ibid.*). As aluviões auríferas existem de facto em Portugal, e se não são exploradas tanto como em tempo, é porque a mão de obra encareceu. No próprio distrito de Castelo Branco são para citar as aluviões de Rosmanihal e Monforte, ribeiras do Tejo.

(2) Estes nabos atingiriam o peso fantástico de 50 ou 60 libras. Seriam beterrabas?! Destes nabos enormes também fala o Laguna quando refere que em algumas partes da Alemanha se faziam deles «poyos para asentarse» (L. II, cap. 102).

(L. IV, en. 157), Rodrigo Reinoso (1494-1557), médico espanhol ilustre, educado na Itália onde exercera com glória e proveito o magistério universitário. É o irmão Pedro Brandão, que intervém na apresentação, «conciliando-lhe a amizade de tamanho homem», que, depois de ocupar Cadeira em Salamanca, veio de lá, a convite de D. João III, em 1544 logo para a Cadeira de Prima de Coimbra que regeu até à morte; a essa regência se refere Amato, louvando a sua competência e diligência em dar a conhecer os simples aos escolares da Academia Conimbricense, e confirmando assim a assiduidade e zelo com que Reinoso diz consagrar-se ao ensino, numa carta a D. João III.

O encontro dos dois fez-se quando Reinoso *primum ex Italia in Hispaniam revocatus esset*. Supõe o prof. Pedro Dias que ele se dirigia para Salamanca onde professou; nessa hipótese teria vindo por mar para Portugal, atravessando-o para chegar a Salamanca; se desembarcou em Lisboa, Almeida ficava em caminho para Cidade Rodrigo, não sei se mais curto ou mais cómodo. Seja como for, deve atentar-se no *primum* do Amato, que não pode senão significar que o regresso de Reinoso não foi definitivo; teria tornado ainda à Itália, à volta da qual enfim se estabeleceu professoralmente primeiro em Salamanca e depois em Coimbra (1).

(1) Foi Pedro Dias quem mais fundo e mais exacto cavou a parca biografia de Reinoso (*Os primeiros mestres da faculdade médica, in loc. cit.*), cotejando os textos conhecidos e valendo-se de uma carta escrita a D. João III em 19-5-48. O que não julgo provado pelas razões ditas no

De Évora dá conta ao lembrar-se de ter visto *in agro eborensi* uma menina que por amor endoidecera (*Cent. III, cur. 56*); e da sua vizinha Estremoz — *oppido Stremotio quod non longe ab Ebora distat* — recorda os *vasa pulcherrima* de barro que se cola aos beiços (*L. V, en. 71*) ⁽¹⁾ e a estupidez ridícula dos seus patrícios a acudir em caterva à consulta de uma mulher que honravam com o título de mestra e até de santa quando por ventura recuperavam a saúde — mesinheira que dava a eito para todas as doenças nada mais do que água de medronho *per campanam expressam* (*L. I, en. 158*).

Amato, se ressuscitasse, voltaria a ridicularizar a *stupiditatem quorundam Lusitanorum*, lusitanos desta própria Capital, onde gente ilustrada faz de clientela e reclamo a charlatães da envergadura da curandeira estremocense.

Évora era uma cidade culta, uma segunda capital. Estacionava por lá com frequência a Família Real com o seu séquito; ao tempo da estada do Amato em Portugal, quase sempre demorava ali a Corte. Tinha foros mesmo de ilustração que veio depois a incarnar em

texto, é que Reinoso enfiasse logo, depois do encontro com o Amato, para a Cadeira Salamanquina. Este ponto só pode ser dirimido, consultando-se aquele arquivo de Salamanca que tem guardado feroz a sua virgindade.

(1) Brantôme (cit. por Alf. Franklin—*Les Repas*, 1889) fala dos vasos portugueses que mantinham a água fresca. A olaria de Estremoz derramava os seus produtos lá fora no século XVI.

Universidade. «Em 1532 (1) vem para Portugal André de Resende e passados dois anos por sua intervenção vem o célebre humanista Nicolau Clenardo (Claynaerts) para mestre de D. Henrique... Évora era a capital do humanismo» (T. Braga — *Gil Vicente*).

Até na medicina o foi, pois que em Évora saiu um dos libelos mais famosos da reacção hipocrática, a forma médica do humanismo. Veio ali parar por incerto fado aí por 1518 um médico de Paris, Pedro Brissot, helenista consumado, que na sua Faculdade acendera polémica sobre a sede e modo da sangria na pleuresia. A prática seguida era a dos árabes que mandava abrir veia remota, ao contrário de Hipocrates que sangrava junto e do lado da pontada; Brissot atacou braviamente a rotina de sangrar no braço oposto à sede, restaurando a prática hipocrática da sangria do braço do mesmo lado, mas por fim desandou de Paris, ou porque escandalizasse a classe, ou porque se tomasse de peregrinação botânica. Amato é quem dá este tópico para a biografia de Brissot quando diz: *quum apud Lusitanos ageret, ut inde ad Indos cupidus cognoscendi rerum novarum navigaret* (L. I, en. 23); ele viera a Portugal com o fito de embarcar para a Índia para conhecer as novas coisas naturais (2).

Não prosseguiu o intento, pois deu fundo em Évora,

(1)* Aliás em 1533. (v. Braamcamp Freire — *André de Rezende*, 1914.)

(2) T. Braga diz sem nenhum fundamento (*Hist. da Universidade*) que o Brissot viera chamado pelos poderes públicos, dando às palavras do Amato um alcance que elas não comportam. Os poderes públicos de Portugal no pri-

onde uma diarreia o limpou em 1522 aos 44 anos de idade (Moreau), não sem dar de si mais um golpe certo nos arabistas. Foi o caso que grassando ali ao tempo uma epidemia de pleurises ⁽¹⁾, Brissot desatou

meiro quartel dos Quinhentos a chamarem sábios para estudar a História Natural indiana!

* Este tópico serviu expressamente para a confecção da *Vita Petri Brissoti*, publicada em Paris, em 1630, por René Moreau, que transcreve três passagens das *Centurias* e do *Dioscorides* referentes ao *Brissotus Gallus* (despercebeu a passagem do *L. I, en. 23*); por sinal que quem indicara ao biógrafo tal lugar, fora o seu velho mestre Riolano.

A Moreau figura-se que o fito de Brissot, ao demandar a Lusitânia, era transportar-se ao Novo Mundo, às Índias Ocidentais do Colombo. Não se me antolha pertinente esta inteligência do passo do nosso Amato. À data de 1518 não avultavam assim as drogas americanas em número e fama que servissem de atracção ao farmacologista de Paris; e se o seu objectivo se fixara nas terras e nas espécies americanas, teria ido parar naturalmente aos portos castelhanos, centro da navegação e comércio da Nova Espanha. Não, a sua rota devia de ser a da costa áfrico-asiática, a da Índia verdadeira, a rota do Gama. Das escalas africanas vinha o *ânime* que Amato soube ter sido identificado por Brissot ao *câncamo* de Dioscórides. Donde o saberia? ou pela frequentação da Casa da Índia onde algum dos *septisarii* com quem Amato não dedignava instruir-se sobre a história dos simplices, lhe contaria a opinião do Brissot expressa a quando da sua estada em Lisboa — ou então o Mestre teve à mão algum dos escritos farmacológicos de Brissot, ao depois perdidos, e nomeadamente os *Comentários ao Mesué*, de que Moreau guardou a memória.

(1) Pleurites e pneumonias entravam ao tempo na mesma rubrica de pleuresia. Epidemia de pleurises, não me consta; as antigas epidemias pleuríticas resolvem-se em pneumonias pneumocócicas, gripais ou pestilenciais.

a sangrar do lado affecto, assanhando com esta prática o físico do Paço, Dionísio, que lhe assentou um furioso libelo na sua qualidade de arabista acérrimo — *Arabum maximus erat assecla* (L. II, en. 101). Desforçou-se o parisiense com uma apologia — *doctissimam apologiam* — publicada postumamente em Paris em 1525 pelo seu amigo Antonius Luceus de Évora, obra que o vinculou aos anais históricos da Medicina (1).

(1) Todo este episódio do trânsito do vigoroso controversista por Portugal e suas consequências precisa de ser criticamente contrastado e esclarecido. No que anda pesgado nos praxistas da Historiografia Médica, formigam erros, inverosimilhanças e lacunas. O alicerce biográfico de Brissot está na *Vita* dada à luz por R. Moreau em 1630, mais dum século depois da morte dele, e reproduzida em anexo do *Compendium* de Schultz em 1742 onde a li; o biógrafo abordoa-se à escrita referente dos autores temporâneos que expressamente cita, e à outiva dum mestre octogenário da Escola parisiense. O que não encontraria em parte nenhuma, mas sim lavrou por sua conta, foram estes achados: que a cidade de Évora demora no Promontório Artabro ou Olissiponense; que a Academia de Salamanca pertencera em tempo aos portugueses e agora aos castelhanos; que quase Portugal inteiro estava infestado duma gravíssima epidemia de pleuresia quando Brissot se despachava em Évora a sangrar à moda dos gregos; que o pleito fora entregue em Salamanca ao juízo da Ordem dos Médicos, e como o Dionísio arrancasse ao julgado sentença condenatória da sangria do mesmo lado, os brissotistas obtiveram da Universidade a afirmação de que a sua doutrina era a vera e genuina de Hipócrates e Galeno; que os dionisianos, comparando o brissotismo à heresia luterana, estiveram prestes a arrancar a Carlos V um decreto condenatório, o que teriam conseguido, se ao tempo não morre de pleuris Carlos III de Sabóia, sangrado à moda dos árabes. O cauto critério de Sprengel já fez justiça a esta parte da

Testilhar sobre sangria perto ou longe da lesão era uma futilidade, mas no pleito ia o cheque no arabismo absorvente das Escolas, o levantamento do naturismo hipocrático e mais ainda um esfarrapar de textos que havia de conduzir o espírito emancipado dos médicos à observação livre e franca. O que o opúsculo de Brissot fez verter de tinta! Sprengel conta por miúdo, sem esgotar o rol, as testilhas que em pró e contra por toda a parte surdiram. Diga-se em boa verdade, que na Península lhe não escassearam os sequazes.

anedota, mostrando que o Duque de Sabóia morreu velho e alquebrado em 1553, mas o caso da demanda, posta perante o júri de Salamanca e a justiça de Carlos V, esse tem passado de pena em pena como susceptível de crédito.

Ora se se tivesse atentado nos médicos espanhóis temporâneos, ou mesmo no seu historiador Morejon, há muito que tal espécie estaria desbalizada. Dos que na Península se ocuparam desta questão magna *de venæ sectione in pleuritis*, tais como Jorge Gomes (1539), Nicolau Monardes (1539), Llobera de Ávila (1542), Miguel Ledesma (1546) e outros, nenhum fala da intervenção da Universidade nem do Imperador; na controvérsia um ou outro haviam de referir-se à causa, se ela de facto tivesse sido pleiteada. Mas se o conflito não foi travado perante a Cúria Régia, não há dúvida que o foi perante a Cúria Pontifical — o que aliás ignorava Moreau, ele e quantos após ele se têm ocupado de Brissot. É Llobera de Ávila quem conta que, como médico, tomou parte numa consulta celebrada em Bolonha e presidida pelo Papa Clemente VII (1523-34), para decidir qual o sítio da sangria no pleuris.

Ao contar do conto, outros vieram acrescentando um ponto; assim, o *Dict. historique* de Dezeimeris faz entrar em cena a Faculdade de Évora, e um erudito como Chéreau, no *Dict. encyclopédique* de Dechambre, põe Brissot a sangrar D. Manuel atacado de pleuris — sangria que teria ataçado a referta dionisiana. Esta historieta não tem por

Amato, ao passar por Évora, só lá podia encontrar memória do ousado lutador; o arquiatra Dionísio veio a topá-lo ao depois em Antuérpia à cabeceira duma doente de polpa (*Cent. I, cur. 2*). Quando mais tarde entrou na contenda, como parcial decidido de Brissot (*Cent. I, cur. 52*), por sinal que para a dirimir pelo método anátomo-fisiológico, chegou ao descobrimento da válvula da ázigos — a primeira válvula venosa indicada, descobrimento de que mofaram Eustáquio, Faló-

onde se lhe pegue, e muito avisadamente andou Maximiano de Lemos refugando-a (*Novas investigações*).

O libelo contra o médico francês por parte do médico português ninguém sabe o que seja nem onde esteja; todos se lhe referem sem jamais o terem visto. Que circulou, testifica-o o dizer do Amato: *de qua re extant utriusque Apologiae*. O arquiatra Dionísio identifica-se (Maximiano de Lemos) com o doutor Dionísio, físico do Cardeal-Infante D. Afonso e da Rainha D. Catarina, topado nos diplomas da Torre do Tombo por Sousa Viterbo (*Not. sobre alg. med. port.*, 1893), que aliás desconhecia as referências do Amato, pelo qual sabemos mais que o célebre físico tinha chegado havia pouco a Antuérpia. Esta migração cheira a sangue de marrano, denunciado ainda naquele *ul Hæbreorum sapienti placuit*, fecho expressivo do seu diálogo com o filho, o médico Manuel Brudo na obra deste último (*De ratione victus*, 1544) que também rastejou lá por fora, onde se encontrou e questionou com o Amato.

A apologia de Brissot, essa sim — a *Apologetica disceptatio* publicou-se em 1525 em Paris, em 29 em Basileia, e reeditou-a Moreau em 1742. Foi dada à estampa por um eborense *Antonius Luceus*, ofertando-a ao Cardeal D. Afonso, irmão de D. João III. Quem seria este António Lúcio ou da Luz, ignora-se. Noto que o sujeito era familiar do Cardeal-Infante de quem precisamente o Dionísio fora servidor grato e herdeiro de tença (*apud* Sousa Viterbo).

pio, e outros, ridiculizando nesciamente o precursor de Fabrício d'Acquapendente.

No centro estremenho, Santarém, estanciou ele por ocasião do tal acto de conclusões públicas; e de lá recorda uma fidalga que, apesar de roçar pelos 60 anos, tinha ainda apojadura de leite, capaz de amamentar como se tivesse parido (*Cent. I, cur. 47*). Além de ponto selecto da Corte, Santarém era, como faz notar Maximiano de Lemos, terra de família sua, como se depreende da naturalidade do seu sobrinho Brandão.

As teses diz ele que as defendeu no Mosteiro de S. Domingos *ab alto*. Era o Convento de S. Domingos de Cima, assim chamado por contraposição ao de S. Domingos de Baixo, primeira sede dos Dominicanos em Monte-irás no Vale da Ribeira de Santarém. O estabelecimento definitivo dos frades fez-se no alto da vila em 1225, onde perdurou o convento até que o bruto camartelo o derribou, desfazendo-o até aos alicerces; no sítio onde foi o claustro, a civilização erigiu... uma praça de toiros! (1).

Topografa de passagem lugares, dizendo que Almeirim, sede de Paço Real, dista quatro milhas — *quarto*

(1) Intrigado pela designação de S. Domingos de Cima que não conseguia tirar bem a limpo no P.^e Inácio de Vasconcelos (*Santarem edificada*), e deseioso de saber o que fora feito do cenóbio dominico, alcancei por intermédio do meu colega e amigo Joaquim Luís, hoje falecido, uma nota elucidativa do Cônego Duarte Dias, elaborada com os dados colhidos no Fr. Luís de Sousa, no Jorge Cardoso e no Vasconcelos. O erudito ancião compunhe-se com a destruição deste e doutros monumentos santarenos.

lapide — de Santarém, interposto o aurífero Tejo, que banha a cidade e rega os seus férteis campos, dos quais Plínio gaba a amenidade, a temperança e clemência do ar; e a propósito extrai do noveleiro naturalista a conhecida passagem das éguas ribatejanas de garupa ao vento a emprenharem com o sopro padreador do favónio (*Cent. IV, cur. 70*). Os ares, o vale do Tejo são ainda fagueiros, mas Santarém decaiu e em Almeirim divisam-se apenas restos dos muros dos Paços Reais.

Nesta região fala ainda de Abrantes — *quod Tagus aurifer præterlabitur* — onde havia melões — *moschattelli dicti* — excelentes de sabor e de aroma (*L. II, en. 129*), semelhantes aos napolitanos ⁽¹⁾; e de Alcobaça, da qual gaba as *maçãs camoesas* (*Cent. III, cur. 43*), e onde lhe aconteceu ver uma vez o verdadeiro *escorpião marinho* trazido do porto da Pederneira — *pisciculus terrestris scorpioni admodum similis* (*L. II, en. 12*), reconhecendo o erro daqueles que confundiam o *alacrau do mar* com a *escorpena* ⁽²⁾.

(1) Nem o cheiro já há em Abrantes de tais melões; sumiu-se a casta.

(2)* Lembrei-me que se trataria dalgum Crustáceo, merecedor por semelhança do título de alacrau do mar ou *escorpião marinho*, e para desvenencilhar este passo zoológico do Amato, tanto mais que se referia a espécie da nossa costa, recorri às luzes científicas do prof. Baltasar Osório. Em nota minudente e pronta que muito agradecemos, diz o ilustre zoologista que se inclina a que se trate efectivamente dum verdadeiro «peixinho» — *peixe-aranha*, *Trachinus vipera* Cuv., armado na primeira barbatana dorsal de 6 a 7 espinhos acerados, cuja picada causa dores vivísimas pela instilação da peçonha excretada por glândulas venenosas — e como tal temido e odiado pelos nossos pes-

O centro da Beira Litoral, Coimbra, despida então da escolararia que D. João III lhe restituiu em 1537, era ao tempo uma insípida cidade onde a Corte se enfiava em 1526 a ponto tal que não descansou enquanto não fez que o Rei viesse para Almeirim. Amato intitula-a *nobili apud Lusitanos civitate* e marca-lhe diversos lugares onde fez reconhecimentos botânicos, o que parece indicar mais que uma simples visita.

Ao referir-se ao *dauco* diz que ele não vem só de Creta, mas também nasce na Itália e Espanha, abundando nomeadamente em Coimbra junto da Igreja de Santa Maria da Esperança — *prope fanum divæ Mariæ ab Spe dictæ (L. III, en. 81)* ⁽¹⁾. Existe ainda a Capela da Senhora da Esperança no alto do monte que na margem esquerda do Mondego se defronta com Coimbra,

cadores [bem distinto das *Scorpxna porcus* L. e *Sc. scrofa* L.].

Fui encontrar agora mesmo no Amato menção expressa deste nocivo animalejo (*Cent. V, cur. 90*), quando fala duma tal Ana Pinto que em Pesaro, ao escamar uns peixes, deu com um pequenino e esbranquiçado, a que o vulgo chama *aranha*, picando dolorosissimamente o polegar nos espinhos da barbatana que tem no dorso; a dor era tão insofrida que exigiu operação cirúrgica [incisão por um cirurgião].

⁽¹⁾ A este *dauco legitimo* — *daucus verus* — diz Amato que os espanhóis chamam *dauco crético*. Em Portugal denomina-se *dauco crético*, *bisnaga crética* ou *cenoura de Creta*, segundo Brotero (*Flora Lusitanica*), a *Athamanta cretensis* L.; todavia não a assinala em Coimbra, mas sim na Serra da Arrábida. A *Athamanta cretensis* Brot. [non. L.], integrada no Género *Daucus* L., é o *D. setifolius* Desf. [J. de Mariz — *Umbelíferas in Bot. Soc. Brot. XII*], a que o prof. A. Pereira Coutinho (*Flora de Portugal*) dá como

perto da mole do Mosteiro Novo de Santa Clara. Não é a mesma, nem o mesmo sítio por onde herborizou o Amato. A ermida de então jazia mais abaixo, precisamente onde estanca o grande convento; a edificação deste é que obrigou à deslocação da capela, em tempos de D. Pedro II, que por sinal correu com as despesas (A. Simões de Castro — *Guia histor. do viajante em Coimbra*, 1867).

A *tápsia*, aliás vulgar na Península, também se lhe deparou em Coimbra, *prope fanum divi Antonii* (L. IV, en. 157) — Santo António dos Olivais, sobranceiro a Coimbra, a que não resta hoje do tempo do Amato senão a bela portada gótica do século XIII (*Roteiro do viajante em Coimbra*, 1894). As mulheres designavam a erva pela corruptela de *tom*, e dela se serviam

habitat a Beira meridional, a Extremadura e o Alentejo. Das espécies do Género *Daucus* L., o *D. carota* L. (*cenoira brava*) e o *D. muricatus* L., mais ou menos comuns em Portugal e apontados já por Brotero, são ambos vulgares nas vizinhanças de Coimbra. Amato diz que os boticários de Coimbra não diferenciavam bem o *dauco*; ele tem o cuidado de apartá-lo da planta que os espanhóis apelidam *visnaga*, em Portugal a *bisnaga das searas* ou *patiteira* — *Anni visnaga* Lam. e da *pastinaga silvestre* — *Pastinaca sativa* L. [*Umbelíferas* ou *Apiáceas*] [cuja raiz os portugueses chamam *chirivia* (L. II, en. 108)].

Quis saber se estas e outras ervas coimbrãs apontadas por Amato por lá brotavam ainda pelos mesmos sítios. A esta minha simpleza respondeu, gentilmente como sempre, o prof. Júlio Henriques: «Dizer se estas espécies se encontram nos lugares marcados pelo Amato, não é possível, pois de ano para ano as plantas mudam de casa; quantas vezes se vai ao sítio onde se encontram algumas espécies para colher novos exemplares e nada se encontra!»

para afugentar os demónios, propriedade demonífuga consagrada no ditado: *eu som o lom que o diabo fuge donde eu som* (1).

Enfim a *delfina* também ali nascia abundantemente, em particular junto da Ponte da Rainha, perto do Convento de Santa Clara — *prope fontem Reginæ dictum, non procul a cœnobio Sanctæ Claræ dicato* (L. III, en. 82) (2).

Fonte da Rainha?! Aqui está mais um passo das recordações do Amato de superior interesse na dilucidação de problemas postos pelos minuciadores da crítica histórico-literária; é uma espécie nova a depor na questão da *Fonte dos Amores*, lendarizada pela morte de Inês de Castro. Quem não sabe da fonte da Quinta das Lágrimas, permanentemente tinta do sangue espadanado da barregã de Pedro o Cru?... mas os menos versados na recta história sabem que a lenda inventada à nascente não passa duma invencionice inspirada pela abusão poética do Camões; era preciso colar algures a bela oitava do poema, e ali se depôs como tradição.

(1) É a única frase em português do tempo que se encontra na obra do Amato que a traduz em latim; o *lom* viria *corrupta voce* de *tápsia*, etimologia de fantasia. Essa apelação popular certamente se perdeu, pois não a vejo hoje em nenhum dos praxistas da Botânica. É a *Thapsia villosa* L. [*Umbelíferas*] que não é rara nos arredores de Coimbra (Brotero, J. Henriques).

(2) Não se trata, como facilmente se poderia pensar, do *Delphinium staphysagria* L. À *estafiságria* dedica Amato um parágrafo especial; é o nosso *paparraz* ou *erva pio-lheira*. Que *Delphinium* seria? O prof. Júlio Henriques diz-nos que «poderá ser o *D. ajacis* L. ou o *D. pentagynum* Desf. mais vulgar que o primeiro» [*Ranunculáceas*].

O prof. Garcia de Vasconcelos demonstrou à sociedade, na sua excelente monografia sobre a Rainha Santa (*D. Isabel de Aragão, t. I, 1893*), que o título de «Fonte dos Amores» não tem outra origem senão a materialização dos versos camonianos, muito posterior portanto à tragédia coimbrã que a poesia lírica e dramática desproporcionadamente engrandeceram.

A verdadeira *Fonte dos Amores*, bem afastada da Quinta das Lágrimas, corria próximo do Mosteiro de Santa Clara, alimentada por duas nascentes encanadas da Quinta do Pombal, que D. Isabel de Aragão adquirira para abastecimento do convento de sua fundação, retiro e sepultura. Assim o dizem os documentos invocados e comentados pelo esclarecido monografista. Será essa a fonte que Amato chama da Rainha? Não pode ser outra; o nome e a topografia assim o garantem. Não há senão que concluir, embora de outro assento não conste, que a *Fonte dos Amores*, era também chamada *Fonte da Rainha* — onomástica representativa da doação da fundadora.

De Coimbra conheceu Esgueira, próximo de Aveiro — *novem leucis a Conimbrica* — donde era uma menina de boa família chamada Maria Pacheca, a qual, chegada à puberdade, em vez de lhe rebentarem os menstruos, deitou fora um priapo até então recolhido — *vice mensium priapum usque ad id tempus intus latitantem extra ejecit (Cent. II, cur. 39)*. Tornada em varão, trocou as saias em calções e rebaptizou-se em Manuel. Este singular hermafrodita ganhou fazendas e fama na Índia, casando-se à volta. Amato não sabe

ao certo se teve filhos, mas sim que ficou sempre efeminadamente imberbe.

Do Sul do País conhece no aro de Lisboa a Vila de Oeiras — *oppido Hueiras* — donde vinha para a corte um mel branco como manteiga — *mel tanquam butyrum albissimum* (L. II, en. 37); e indica Setúbal — *Salatium oppidum Setubalium hodie dictum* (L. II, en. 100). Equivoca-se Amato na topografia da velha Lusitânia; a povoação romana próxima da sede setubalense é *Cætobriga*; *Salatium* corresponde não a Setúbal mas a Alcácer do Sal.

Em alguns paus convizinhos da cidade do Sado crescia belamente — *in lacubus nonnullis perbelle crescit* — a *colocasia dos antigos*, tão predilecta dos povos africanos da Etiópia, Nigricia e Egipto que lhe comiam «a raiz tuberculosa» em lugar de pão, com o nome de *inhame*. É a *colocásia* ou *inhame do Egipto* — *Colocasia antiquorum* Schott (*Arum colocasia* L.) [Aráceas] — que de facto brota subespontânea no Sul de Portugal; todavia Brotero, Pereira Coutinho [e Gonçalo Sampaio] apontam-na no Algarve ⁽¹⁾, mas não a assinalam em região tão alta. Alphonse Luisier também a não menciona na região de Setúbal [*Catal. Pl. Vasc. arred. Setúbal e Serra da Arrábida*] (*in Bol. Soc. Brot. XIX*).

O illustre botânico inglês John Falconer mostrou-lha mais tarde em Ferrara como coisa rara; ora ele a falar verdade milhares de vezes tinha comido o inhame cozido ao borralho, por sinal que lhe sabia a castanhas (*ibid.*).

(1) [Este último sob a designação específica de *Colocasia esculenta* Schott (*Arum esculentum* L.)].

Encontrava-se também junto a Setúbal (1) uma espécie de jaspe muito lindo, ora azul ora verde, que os portugueses chamam «azuleios», empregando-o como excelente adorno dos edificios (*L. V, en. 119*). Não me consta que a Serra da Arrábida ou outra possua semelhantes mármore; deve andar aqui confusão grossa do Amato com os ladrilhos cerâmicos chamados azulejos.

Aos Algarves aparecem referências várias e até minuciosas; não se pode assegurar que lá tivesse ido, pois que, como veremos, dá conta apenas dos seus produtos de exportação. Vamos lá que em tão curto lapso de anos, de Esgueira e Almeida ao Norte, a Setúbal e Évora ao Sul, não pouco calcurriou terras da Pátria.

3

Em Lisboa (2)

Atraiu-o naturalmente a Capital, mais que nenhuma outra terra; ali parece ter-se estabelecido no mister clínico, pois que a cita entre as cidades onde profissional-

(1) *Oppidum Salatium*, diz ele, que Maximiano de Lemos traduziu como de rigor por Alcácer do Sal. Mas *Salatium* para o Amato é Setúbal, como ficou dito.

(2) Esta é a segunda parte da obra que abrange o *ciclo peninsular* da vida e acção científica do Amato; a primeira parte saiu em 1916 como separata dos *Arquivos da História da Medicina Portuguesa* de Maximiano de Lemos, de que os 50 exemplares só me chegaram às mãos em 1924. Maus fados de berço perseguiram o aparecimento

mente praticou (*Cent. II, cur. 31*). Compraz-se no enaltecimento de Lisboa, a soberba rainha dos mares, a preexcelente cidade das Espanhas — *urbs est occidentalis omnium hispanorum consensu totius occidentalis plagæ clarissima* (*Cent. III, cur. 13*) *omnium civitatum occidentalium facile regina* (*Diosc. L. I, en. 11*). Primeiro empório aberto em costas do Atlântico, a tão alto e tão largo a tinha remontado a impulsão ultramarina que Nicolau de Oliveira havia de dizer mais

deste trabalho, a testemunharem a adversão da publicidade que o meio reserva para certas obras e certos homens como que a condenar-lhes a pena à inércia e ao silêncio. Começado em Maio de 1907, foi tal a azáfama febril com que o acometi que, dentro de dois meses, tinha levado a carreira do Amato até à sua partida de Portugal. Continuado no ano seguinte, ficava o texto integralmente pronfificado em meados de 1909.

Reconhecida a impossibilidade de lhe fazer ver a luz do prelo, acamei na secretária os quartos de papel, rabiscados numa consoladora paixão de investigação e de crítica — até que em 1914, a rogos de Maximiano de Lemos, foi saindo aos pedaços no seu periódico, donde se coligiu a separata. Faltava, como complemento desse periodo da digressão do grande médico por Espanha e Portugal, o capítulo relativo a *Lisboa* e principalmente o estudo largamente comentado das preciosas referências colhidas nos seus livros, *às conquistas dos Portugueses e às drogas das Indias*.

Há três anos, prestava-se bizarramente o dr. Joaquim de Carvalho à feitura duma edição total na Imprensa da Universidade que, para cúmulo de má sorte, foi *incontinenti* fechada. A instância do redactor desta revista [*Clinica, Higiene e Hidrologia*] — o dr. Armando Narciso, será agora arrancada ao esquecimento esta segunda parte, depois de 26 anos de sono pesado nas gavetas.

Campo de Santana — Setembro de 1936.

tarde que valia por três Sevilhas — Sevilha, de que Castela fizera a praça das suas Índias Ocidentais. Era a nova Veneza, muito menos sumptuosa por certo, mas rica, povoada e frequentada.

Amato, como bom seguidor do praxista «dos ares, das águas e dos lugares», traça-lhe a topografia e apanha-lhe os radicais climáticos, delineando as suas virtudes e salubridades naturais. Estadeia-se em terreno chão — *in plano sedet* — a Baixa de hoje, da qual já havia aliás trasbordado para as colinas, e banha-se nas águas do Tejo e Oceano — *ejus plateas oceanum mare præterlabitur in quod aurifer Tagus paucis antea stadiis ingreditur* (*Cent. III, cur. 13*) ⁽¹⁾. Não a prejudicam nem a inficionam cimos nevados de montanha, selvas daninhas, estagnos de água, hórridos pauis, lagoas ou cavernas de que se exalem emanações pestilentes, como acontece a várias cidades da Itália e da Grécia. Bem pelo contrário, no seu dilatado aro, circulam-na campos produtivos, hortas amenas, fontes límpidas, vinhas jucundas, pomares férteis; e Amato vai superlativando

(1) A magnificência da cidade, do porto e do sítio era o enlevo de estranhos. Os viajantes do tempo cantam-na em todos os tons. O insigne Sassetti, ao passar por Lisboa para a Índia, pasma da «città grandissima», do «porto grandissimo dove stanno le migliara de legni», e exclama «questo é il piú bel sito, a giudizio mio, che sia in Europa, e se è si dicesse nel mondo, non crederei gran fatto lontanarmi dal vero». (*Lettere*, de 10-10-578 e 19-2-579, ed. Marcucci).

todos estes qualificativos ⁽¹⁾. De tão bons coeficientes hidrotelúricos emerge um ar sadio — *saluberrimus aer consurgit* — mantendo a melhor temperatura nas quatro estações do ano — *summum temperiens in quatuor anni temporibus servans*. No rigor do Estio nunca o calor é tanto que atormente nem no rigor do Inverno se treme com frio que obrigue ao refúgio do fogão. Raríssimo se divisa em Lisboa gelo ou neve — *vix enim Ulyssipo glaciem aut nivem vidit* — de sorte que a gente anda vestida à ligeira — *simplicissimis vestibus* — sem necessidade de no pino do Inverno revestir peliças — *fulcitis pellibus*. — Estas amenidades devem-se à vizinhança flúvio-marítima; a maior parte da cidade é bafejada por uma brisa suavíssima suspirada do oceano — *omnium verum parente*. Era já o pregão, autorizado por quem tantos lugares conhecera, desta doçura paradisíaca de Lisboa, deste clima sem segundo, que os seus naturais, ignaros e descuidados então como hoje, mal sabem gozar e aproveitar.

O reverso da medalha esconde-se um pouco por detrás deste anverso de virtudes. Ao tempo os terramotos castigavam duro; em 1531 o abalo era tal que só

(1) Amato exagera a nota laudatória, a menos que ao tempo os arredores de Lisboa vegetassem mais do que hoje. Não é de presumir, em face das relações escritas em tempos próximos; Sassetti, por ex., (*ibid.*) queixa-se de que a cultura seja tratada como coisa inimiga e estigmatiza esta esterilidade, por culpa dos lavradores, cheios de soberba, preguiça e ignorância.



Pianta de Lisboa no século XVI, por Hogenberg (Braunius «Civitates orbis» 1572)

na cidade arrazava mil e quinhentas casas, e o de 27 recordava-o Amato com terror — *ingenti terræmotu et ruina* (*Cent. VII, cur. 27*). Pior do que os tremores de terra com os quais se aliava na obra da ruína humana, era a peste — a praga nefanda por excelência, tornada endémica em Lisboa, amiúde abrasada em medonhos incêndios epidémicos. Amato lembrava-se também de quanto ferira a *lues pestica* de 1527, 28, e 29 (*ibid.*). A montureira da cidade, a inhigiene dos habitantes, davam cevo que farte às infecções. As ruas afogavam-se em estrumeiras; quem podia, só as transitava a cavalo. Canos, apenas mencionados no regimento municipal de 1502, só ao findar do século XVI é que tinham traçado figurável — tudo parcelar e desconexo, contando-se tão somente dois canos reais. Na praia vasavam-se todos os despejos e despojos; e a barbárie era tal que os próprios cadáveres dos escravos eram deitados ao monturo, entregues ao dente do cão, do rato e à podridão livre (v. E. Freire de Oliveira *loc. cit.*).

Os dons naturais salubérrimos desfaziam-se nesta malária urbana, ambiência deletéria propícia às pestilências e às moléstias a que serviam ainda de coeficiente os maus hábitos da vida individual e colectiva herdados da Meia-Idade. Daí a mortandade, a curteza da vida. Amato viu superiormente, e é o primeiro a dizê-lo, quanto Lisboa reduzia a vida dos seus habitantes, assinalando o seu regime de baixa longevidade; e, antecipando-se à observação mais moderna, afirma de ciência certa que a maior parte dos lisboetas sucumbem

nas primeiras idades — *maiori ex parte juvenes e vita decedunt.*

Marca já a longevidade das gentes setentrionais: *Angli et Dani ac apud Belgas Ollandi, frigidam regionem habitantes, cæteris diutius vivunt.* Os hispanos, gauleses, italianos e turcos tinham vidas mais curtas.

Todo este escólio do Amato enche páginas das mais allevantadas do grande médico. Sobre uma Climatologia comparada de cidades e regiões da Europa, Ásia e África, assenta o paralelo da duração da vida, graduada pelas relações mesológicas e geográficas. Por natural intuição chega a conclusões sobre as variantes da vida média, desde as zonas setentrionais às meridionais, que os dados precisos da Demografia, ao findar do século XIX, haviam de validar. A presciência do seu génio lançava há quatro séculos as bases da Demologia, estatuaía o conceito da vida média, fixava os dados gerais da Biometria e da Bionomia.

Entrava Amato na Corte numa quadra pujante de glórias intellectuais — idade de oiro celebrizada de Letras e Ciências. Tínhamos ilustrações no Humanismo clássico, na Poesia lírica e dramática, na Historiografia, na Matemática, e na Medicina — renomeados e rememorados para todo o sempre. Amato vinha gozar desse delicado comércio mental de homens superiores; mas, ao defrontar-se com a pseudo-Universidade de Lisboa, o discípulo de Salamanca havia de arripiar-se. A pobre Escola era uma irrisão, um ridículo vivo a emparelhar senão a ficar por baixo das Universidades espanholas chamadas *silvestres*, como a de Oñate ou Ossuna —

tema fecundo de zombaria para os satiristas castelhanos. Que diferença entre a sua Salamanca, rica de fama e de mestres, rica até nos primores architecturais, e o antro das *Escolas Gerais* de Alfama. Neste arremedo universitário, a Medicina estava representada por duas Cadeiras apenas, uma de Véspera, outra de Prima, e providas sabe Deus como. «A Universidade atravessava um período de decadência científica e mesmo moral» (Conde de Ficalho — *Garcia da Orta e o seu Tempo*, 1886); havia nos provimentos catedráticos processos de suborno, mandados devassar em 1532 por D. João III que desfez por fim o mostrengo escolar, quando cinco anos depois instituía a Universidade de Coimbra com uma largueza tal de propósitos que dela teria feito uma das primeiras do mundo, se a não minara a susceptibilidade católica, a suspeição da sombra impura do judeu e do protestante, e se isto não fora em todos os tempos país avesso ao amor da illustração.

Os lentaços e os mestres que andavam na berra e na posse das tenças do Paço, deviam ser da mais empolada chochice, se a veia cómica da *Farsa dos Físicos* os retratou ao vivo. Gil Vicente com admirável senso crítico lanha de sátiras pungentes os medicastras de D. João III, como Molière um século depois os arquiattras de Luís XIV. Apanha em flagrante o dictério pedante, a farfalhice, os estribilhos e as cincadi-lhas dos galenos empavezados: do mestre Filipe, físico d'El-Rei nosso senhor, Regente de Astronomia nos Estudos de Lisboa, todo uroscopista e dietético; do mestre Anrique, outro físico régio, piretologista e purgativo; do licenciado Tomás de Torres, mestre do Príncipe

D. João ⁽¹⁾ e ao depois lente, todo astrólogo, sanguinário e pragmático ⁽²⁾.

Estas figuras balofas e caricatas não abilotavam felizmente a classe inteira da medicina lisbota; havia nela capacidades. Uns, tinham lá por fora recebido o baptismo da profissão; outros, os hebreus, transmitem-se a técnica profissional em que eram mestres. E, a contrapor à miséria docente, erguia-se o magnífico Hospital de Todos-os-Santos, o maior e o melhor de toda a Península, mais gabado do que o Hospital de *Afuera* de Toledo e o Hospital *de la Sangre* de Sevilha. Ali germinou o ensino prático que pelos tempos afora

(1) Este Torres foi um dos que se despediram de mestres do Príncipe, rude para letras ou preguiçoso no estudo. A história inferiu daqui a inépcia de João III; mas Camilo desconta na incapacidade do rapaz o perdimento com as moças (*Narcóticos*).

O *Compêndio Histórico*, guia muito inseguro, louva o mestre Filipe e o bacharel Tomás de Torres, como mestres da Universidade, pela cultura das Ciências que vieram dar nova face à Medicina.

(2) Em nota do *Brasil! Brasil!* (1929) referi-me às tentativas de fixação da data da *Farsa dos Físicos* — entre elas a minha de 1902 (*Gil Vicente e a Medicina, in Med. Contemp.*) — todas falhas; esta incerteza continua e continuará. A elas foi comum um mesmo erro: o de tomar a sério o passo em que o físico Torres diz: «*Bissexto é o ano agora*». Denunciou-o Óscar de Pratt (*G. Vicente*, 1931), mostrando que se não trata «da época da composição do auto», mas «apenas duma alusão burlesca» às combinações astrológicas ridicularizadas; que diria o cómico, se as visse hoje tais quais, praticadas e anunciadas por augures médicos do século XX?! Outro erro a rectificar, e nele incidi eu quando me lembrei de aproveitar para a datação a referência à «arte do leste e oeste» com que o aventureiro

viria a dar uma medicina e uma cirurgia nacionais a la par das estranhas.

Desses médicos de real suficiência e consideração, ao tempo em Lisboa, rememora Amato alguns com quem teve trato e a quem tece frases laudatórias; tais *Leonardo Nunes, António Luís, Luís Nunes* e outros.

Leonardo Nunes era personagem grada; casado com uma filha de Nicolau Coronel, médico que de Castela acompanhou a Princesa D. Maria, segunda mulher de D. Manuel (F. Bastos — *Nobiliarquia Médica*, 1858), obteve a nomeação de físico do Paço. Os seus méritos davam-lhe jus aos mais altos cargos da Corte; Amato que o conhecera em Lisboa e que lá por fora parece

Filipe Guilhem quis explorar a boa fé da Corte, o que lhe rendeu afinal aferrolharem-no na cadeia, e daí o endereçar-lhe Gil Vicente uns versos de chacota desapiedada. Na notícia com que antecede as trovas, diz o cômico que o tal matemático viera a Portugal em 1519 — milésimo que deixa dúvidas, em face dos documentos oficiais encontrados por Sousa Viterbo relativos ao tal Guilhem, datados em 1527 e 28. Observou-me agora a erudita professora de Coimbra, D. Augusta Gersão Ventura, que se encontra também a alusão do «leste-oeste» na *Farsa dos Almocreves*, essa representada em 1527 (Braamcamp Freire — *Gil Vicente*, 1919). Este ano, todavia, concordante aliás com as datas supra, não pode ser o da *Farsa dos Físicos*, ao tempo da qual devia estar vivo o mestre Nicolau Coronel, falado na peça jocosamente. A representação fez-se pois antes de 1525. Óscar de Pratt, interpretando judiciosamente a promessa que faz Gil Vicente, num passo da farsa, de trazer para a Páscoa uma «ensalada», colhida em «la huerta de amores», supõe que a peça prometida seria o *Jubileu de Amor*, composto na opinião de D. Carolina Michaelis em 1525 — e nesse caso a *Farsa dos Físicos* teria visto a luz no principio de 1525 ou fins de 1524. Uma hipótese a mais.

manteve essas relações, ao figurar no *Dioscorides* (*L. I, en. 148*) um diálogo travado com o seu grande amigo Brasavola, em que se trata das virtudes analépticas do pêssego, cita entre os médicos peninsulares agora apreciadores da saborosa fruta na alimentação dos enfermos — *Leonardus Nunius, medicus apud Lusitanos dignus ut primas apud regem dignitates obtineat*. — Aferiu com tanto acerto o justo futuro do colega que as altas dignidades de que o julgava merecedor, não tardaram a encabeçá-lo ⁽¹⁾. Logo em 1554 obtinha a fisicatura-mor do Reino, à qual com pouco tempo de permeio ajujjava a de cirurgião-mor (Sousa Viterbo *loc. cit.*) pela vaga do velho mestre Gil da Costa, já do tempo de Afonso V, o mestre Gil citado no Gil Vicente.

De envolta com o honrado Nunes aduz também: *Hyeronymus à Pedarneria, vir mea sententia doctissimus*. Deliu-se a memória deste Jerónimo da Pederneira,

(1) A propósito da aplicação da genciana a D. João III, como houvesse dúvidas entre este Leonardo Nunes e Gil da Costa, mandou o Rei chamar para discernir a questão ao dr. Francisco Franco, o ilustre médico espanhol a quem dera Cátedra em Coimbra. Franco, na presença do Monarca, pompeando a sua ciência, «dizela toda em latin porque com esto lenguaje Su Alteza se holgaba» (*L. de enferm. contag.*, II. 13). Tem-se testilliado se D. João III sabia ou não latim. Camilo com a sua grande intuição histórica afirma que sim; mas aqui está a prova provada de que o sabia, entendia e estimava, por amor às letras de que deu, como nenhum outro rei, vivas provas. Censurem-lhe o repelente fanatismo, mas façam-lhe justiça no que o merece.

presumidamente médico lisbonense de nome ao tempo de Amato.

Arrepelava-se Amato (v. pág. 97) quando desmemoriado deixava sem nome ervas conhecidíssimas e vulgares, e apelava da sua amnésia para os colegas doutíssimos da Península como Cristóvão Orosco salmanticense e *Antonius Ludovicus olyssiponensis* (*L. IV, en. 97*). Ao tempo do seu trânsito em Lisboa, Amato certamente conhecera este; talvez mesmo que as suas relações datassem já de Salamanca, onde *António Luís* gravidara de erudição clássica e cursaria a Faculdade Médica — *utriusque linguæ doctissimus*, chama-o Amato e sem favor.

Ele era o repositório vivo da mais estreme e profunda greco- latinidade — o médico humanista por excelência, manuseando textos com a perícia linguística do Pedro Margalho e do Aires Barbosa. Encatedrado em Coimbra em 1547, de Galeno, Hipócrates e Aristóteles em punho, introduz e representa a Renascença na Universidade Joanina.

Ao tempo o humanismo, ressequido já na exegese textuária, ia a fenecer. Coimbra ressuscitava-o e à dialéctica, dando novo alento ao perípato. António Luís, comentador escolástico, exornava os grandes oráculos antigos com tiradas puristas e dialécticas. O Galeno exsurgia nos *Erothemata*; de Hipócrates explanava os aforismos na *De Re medica*; o Aristóteles esse invadia a sua obra inteira e nomeadamente a *De occultis proprietatibus* — imbróglio escolástico, de procedência antiga, onde o orgulho patriota unhou um trecho que serviu para alçar António Luís a precursor de Newton no

descobrimto da atracção universal (1). O aristotelismo coimbrão de que António Luís fora corifeu, remoído pelos jesuítas, deu de si meio século depois «os famosos *Comentários do Colégio Conimbricense* — o canto de cisne do peripato» (R. J. *loc. cit.*) Amato, refugido nos meios intellectuais onde a emancipação da Filosofia e da Ciência dia a dia se pronunciava, escapou à gafeira do dialectismo peripatético que durante dois séculos grassou e subverteu a mentalidade peninsular.

Luís Nunes de Santarém — *Ludovicus Nunius santarenensis* — era amigo e companheiro dos bancos de Salamanca; irmanavam-se de raça e de espírito, ambos de sangue hebreu, ambos de temperamento intellectivo; a ambos o destino tornaria illustres e errabundos. Ao terminar do tirocínio universitário, juntos fizeram o regresso à Pátria (*L. I, en. 137*) [v. pág. 138].

Aqui, enquanto Amato desconfiado do meio evitava apegar raízes, Luís Nunes enceta a carreira professoral do ensino público onde alcança incontestadas primazias — *te publice nam apud Conimbrienses, regis mandato legisse, imo ibidem tibi in eo munere primas delatas recorder*. Com efeito, o illustre médico entrava em

(1) Já em 1882 repudiei esta falsa glória — «Antonio Luís, o purista aristotelico, a quem o orgulho nacional, em face dum obscuro trecho de escola, pretendeu conferir as honras de precursor de Newton» (R. Jorge — *Luís de Verney e a Reforma pombalina, in Revista Scientifica*, 1882). Tive de repeli-la ainda em discussão no *Diário de Noticias* de 29-12-29, a que se seguiram artigos demonstrativos do asserto, firmados sobre os textos de Antonio Luís, que não fez mais que parafrasear doutrinas da Filosofia grega, sem nexu algum directo ou indirecto com a Física newtoniana.

1529 por concurso na Faculdade das Artes, onde no ano seguinte tomava conta da Cadeira de Súmulas; depois de nova estada em Salamanca, assumia em 1541 o lugar de lente da Cátedra de Avicena na nova Universidade de Coimbra. No diálogo figurado por Amato, põe ele na boca de Nunes a referência às lições deste sobre Matéria Médica — *scholasticis meis, quum publice Conimbriae interpretarer (L. I. en. 137)*. Mas o estigma judaico não o deixava parar em paz naquele estólido meio inquisitorial de Coimbra. Abandona por fim a Cadeira ao cabo do triénio, desandando para Antuérpia, que já fora e havia de ser o abrigo de tantos companheiros na profissão e na sorte. Ali trabalhou e medrou fama de clínico e letrado, relacionado com as sumidades do tempo. Laguna, seu condiscípulo, também se refere (*Dioscorides*) ao «doctor Luis Nunes, excelente médico de la serenissima reina de Francia, varon raro de nuestros tiempos», e diz dever-lhe o conhecimento de muitos nomes portuguezes de simples de que não tinha inteira notícia ⁽¹⁾. Amato mandava-lhe para Antuérpia ⁽²⁾ o *rapôntico* para que ele o repartisse com os amigos de Espanha — *ad Antuerpienses*

(1) Outro farmacologista nacional indica Laguna que lhe prestou idêntica ajuda. É Simão de Sousa «espejo de boticarios y diligentissimo escrutinador de los simples medicinales».

(2) Em Antuérpia viu também um outro Luis Nunes, médico e letrado de pujança no século XVII. Não deve confundir-se com este, engano cometido já entre outros pelo próprio Nicolau António.

ut inde singularis doctrinae vir, Ludovicus Nunius santarenensis Lusitanum, in Hispaniam ad amicos transmittat (L. III, en. 2) .

Amato, ao lembrar a situação elevada a que o seu amigo ascendera em Portugal, observa que, ao deixar o seu País para acolher-se a Antuérpia, havia 18 anos, presagiara o que veio a acontecer — a perseguição fera contra os homens da sua religião. De não ter pensado como ele, se lastimava o Nunes, porque não se demoraria tanto tempo na Pátria descaroadada e mais cedo conheceria as delícias da vida germânica que em extremo o felicitara: *nec in illo regno tam longam traxissent moram ut germanorum mores citius dignoscere potuissent quibuscum hodie Anthuerpiæ felicissime diversor (L. I, en. 138)*. A residência na Bélgica não foi ininterrupta; estanciou também por Paris onde os altos créditos o acompanharam, chegando a médico de Maria de Médicis.

Para contrastar a sua intervenção num caso clínico de monta invoca a autoridade e testemunho presencial do Luís Nunes, assim como de *Georgius Henricus olisiponensis, medici et philosophi nobilissimi* e de *Manuel Lindus, astrorum cognitione, florentissimus (Cent. IV, cur. 19)*. São totalmente ignorados hoje este Jorge Henriques e este Manuel Lindo, astrónomo. Maximiano de Lemos supõe que Jorge Henriques seria o pai de Henrique Jorge Henriques; simples indução homonímica, pois este é natural, não de Lisboa, mas da Guarda. É uma das passagens do Amato de maior interesse para a história médica, pois encerra os pri-

meiros ensaios da nova cirurgia das estrituras uretrais. Estava em Lisboa — à beira do ano, diz ele, da tomada de Tunes por Carlos V, quer dizer, 1535 — quando lhe apareceu um tal Filipe, cirurgião com alguma prática de experiência, mas pouco ilustrado na lição dos autores, pedindo com toda a instância a sua visita médica a um doente rico dos arredores da cidade, que na opinião dele assistente sofria de purgação urinária e de cálculo vesical. Este convite tão obrigante mostra que Amato gozava já de reputação condigna dos seus méritos. Denota ainda relações de certa intimidade com o Filipe, prático presumidamente judeu, a cujas preces — *amici precibus* — se rendeu. O adolescente era um moço de 25 anos, que exercitara já cargos na África e na Índia onde sofrera de gálico com gonorreia durante dois anos. Convencido logo que se tratava, não de cálculo, mas de calosidades da uretra, tratou-as com a introdução das velinhas. Filipe aprendeu o método, de que mais tarde se deu em Roma como inventor, logrando a própria boa fé de Laguna. Amato restabelece com firmeza e vigor os seus direitos e deplora a impudência ingrata do pretenso inventor, que ao tempo tinha ido parar a Damasco — o que me faz avultar a presunção judaica. O depoimento de Amato, minudente e sincero, é convincente; e tanto mais que o não anima a cobiça da vanglória pessoal, pois confessa, para não incidir, diz ele, no mesmo vício do tal Filipe, que este sistema de cura o recebeu, quando estava em Salamanca, do ensino do seu preclaro mestre Alderete. Estas páginas do Amato integram-se na história da cirurgia das vias urinárias, e demandaria longo

espaço a sua acareação com os textos autoriais contemporâneos ou consecutivos sobre a matéria.

Doutros doentes da sua clientela em Lisboa não reza nas suas memórias clínicas, senão dum caso de infestamento parasitário, típico e tópico da cidade e do tempo, em que o requinte da imundície imperava no povoado e na gente. Era a *phthiriasis* [φθιριάζεισις], isto é, *morbus pedicularis* (*Cent. III, cur. 58*), português-mente a piolhagem, que ao tempo, e ainda hoje na credence do povo, se tomava por uma infecção entretida por disposição humoral do sangue. Amato critica os autores que, falando aliás do piolho da cabeça, das pestanas e da barba — não sei porquê esquece os do púbis — não curam nem descrevem o de todo o corpo. Conheceu ele em Lisboa um pediculoso desta espécie, pessoa não de baixa estofa — *non ignobilem*, de nome *si recte teneo Tabora*, que morreu miseravelmente. O formigueiro dos bichos era tanto que dois servos pretos não cuidavam de outra coisa senão de colher do corpo e levar ao mar cestos cheios de piolhos — *pediculorum cophinos plenos ad mare*. Lá parecerá bicharada de mais. O caso deste fidalgo hiper-piolhoso não se perdeu da memória; ainda agora Cabanès o conta por miúdo nos seus *Mœurs intimes du passé* (1909). Amato cita entre as vítimas *ex hac foeda lue* personagens clássicos, como Cila, Ênio e até Platão (1).

(1) Traz Amato este traço étnico: *apud Hiberniam* i. e. na Irlanda e na Islândia, a gente semi-selvagem vestia camisas embebidas de açafão para afugentar os piolhos — um problemático insectífugo.

É sabido que, em pleno século XVI, um Papa célebre, Xisto V, morria inçado de piolhos ladros, hóspedes de que a sua pessoa Augusta se não livrara mais desde o tempo em que fora guardador de porcos. Este agasalho dos epizoários lembra ainda outro facto histórico: o grande Filipe II morria no Escorial com o corpo chagado e materiado, devorado de larvas — uma horrosa miíase.

No final do século XVIII o piolho era ainda cá tão costumeiro que Bocage, num conhecido soneto de porco realismo, se é que é dele, diz:

Piolhos cria o cabelo mais doirado...

Fr. António das Chagas nas suas *Cartas*, castiças de vernáculo e elegância de estilo, respondendo a uma das suas confessadas que provavelmente lhe perguntava se o incomodava menos o fervilhar dos bichos, dá os piolhos por seus amigos a servirem-lhe de suave cilício natural de penitência. Ainda no meu tempo Fr. João de Neiva, o Fradinho de Braga, hoje adorado na sua campá, ao pregar deixava cair piolhos da manga do hábito para cima da cabeça dos ouvintes.

Quantas notas se poderiam juntar para uma futura história da porcaria indígena ainda reinante actualmente nas baixas classes, sobretudo no Norte do País. Quem digressar pelos povoados do Minho encontra ao domingo a cada canto uma cena de catagem de piolho; ao polegar que lhes estoira a carcaça, chama-se-lhe o trinca-piolhos. Se a infecção se desmarca e resiste às unhas, vai a *pomada de pós de Joanne*. Link, quando estancou no Gerês, no final do século XVIII, espantava-se

que as ternas e idílicas fidalguinhas se catassem umas às outras piolhos e lêndecas. A residência e as manhas do piolho do corpo deram à linguagem popular figuras porcas mas expressivas: — estar como piolho em camisa lavada — meter-se como piolho por costura — não tira da cabeça senão piolhos, se diz dos pobres de espírito.

O piolho era o distintivo do Homem como dizia o Rei Luís XI, sócio da sua miséria como da sua grandeza, até que o aceio e a higiene em nossos tempos o desterraram da hospedagem humana. Mas nos tempos do Amato dispunha da pele do homem até ao homicídio; que o diga o tal Távora.

A cena veio a repetir-se — quem o prediria — em pleno século XX, quando nos corpos da Grande Guerra se cevou, com fúria nunca vista, a pediculose. Tal como o Távora, cada regimento tornou-se um manancial de piolhos, de que podiam também encher-se cestos. Todo o mortal que lidasse nas frentes de batalha trazia de lá como selo de origem o sujo epizoário. Despiolhava-se à grande nos despiolhadoiros — pois nem assim; enquanto durou a campanha, apesar das hecatombes parasitícidas, o piolho não arredou pé — foi o único general nunca vencido.

4

Recordações da Vida Portuguesa

Se algum dia por vir alguém se abalançar a tentar a história social deste País, não são poucas as espécies

que o Amato ministrará — dados curiosos sobre usos e costumes, produções do solo, comércio, indústria, alimentação, etc. A História Natural em terra portuguesa teve nele o seu primeiro registrador; quando também à nossa Botânica e Matéria Médica se deparar historiadore, o Autor do *Dioscorides* trará a capítulo a sua sistemática dos símplices, a sua exegese fitológica e filológica, e terá enfim a ventura de se ver acareado e contrastado com os modernos praxistas da Flora e da Fauna indígenas.

Até lá valham estas nótuas, arrancadas aqui e além do acervo com a possível identificação histórico-natural ⁽¹⁾, como tributo ao pecúlio erudito da ciência das coisas hispano-lusas.

Um punhado de *produtos industriais*:

Da *palma agreste* a que os espanhóis e portugueses chamam *palmito* (*Diosc. L. I, en. 137*) — *Chamærops humilis* L. [*Palmeiras* ou *Palmáceas*], *palmeira anã* ou *das vassoiras* — além de se aproveitar a parte comestível, faziam-se do córtex fibroso pequenas bolsas de dinheiro muito usadas em Portugal. Se não fora a abundância de linho e lã, dali se podiam tirar fibras têxteis para vestuário.

(1) A individuação das espécies dos velhos praxistas perante a Sistemática científica moderna constitui um problema por vezes espinhosíssimo e até insolúvel. Raros são os naturalistas que hoje se dedicam a esta tarefa beneditina que tanto preocupou os humanistas e os cientistas dos Quinhentos e Seiscentos. Os comentadores do *Dioscorides*

O esparto — *Stipa tenacissima* L. [Gramíneas ou Poáceas] — nasce na Andaluzia, principalmente no Reino de Múrcia, e na Província do Algarve — *Aphricæ contermina*. Das suas fibras sólidas e tenazes fabri-

travaram pugnans acirradas, entre as quais sobressaiu pela sanha a do Matiole e Amato [v. Petri Andreae Matthioli — *Commentarii in Libros Sex Diosc. De Medica Materiae... His acc. Apologia adversus Amat. Lusit. ...*, ed. lat., Venetiis, 1560].

A sobreposição do nome clássico greco-latino, a do nome vulgar e a do nome taxonómico, pode conduzir a erros graves. Fixado o nome da espécie pelos recursos da nomenclatura científica, a correspondência do nome vulgar que abrange por vezes espécies afins e até diversas, variável aliás regionalmente, já demanda atenção e pesquisas; muito mais a correspondência com o vocábulo erudito do *Dioscorides* e seus tradutores e comentadores. A confusão cresceu com o processo arbitrário dos criadores da Sistemática que se aproveitaram dos termos antigos, dilatando ou encurtando o seu significado, e até deslocando-o. Há casos em que a maranha dos textos helénicos, latinos e árabes se torna um labirinto indestrinçável.

Desde que os tratadistas começaram de recorrer à imagem gravada, deram objectividade comparável e contrastável à sua nomenclatura; mas como os textos primordiais carecem de figuração, as estampas não são mais do que um documento de interpretação a ilustrar o comentário. Neste campo era preciso associar de par, além do dado bionómico, o dado histórico, o linguístico e filológico — a conjugação da ciência positiva e da ciência erudita.

Amanhado o texto supra por um esforço superior à nossa pouca capacidade, recorreremos à revisão dos professores nossos amigos, D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, Baltasar Osório e Gonçalo Sampaio, que gentil e proficientemente nos enviaram rápido as suas anotações, reflexões e correcções, que não sabemos agradecer bastante. Delas nos aproveitamos, conforme consta das notas.

cam-se cordas, velas, cabos — *cameli et navium ornamenta* — assim como infinito número de cestas, condessas e ceiras — *sportularum, et corbinum, calasthiorum* — para levar figos, passas, e outras mercadorias para a França, Alemanha, Prússia, Boémia e Rússia (*Scythia*) (*L. IV, en. 158*). Aqui temos em pleno desenvolvimento no século XVI a indústria do esparto e o comércio de exportação de frutas secas para a Europa Central e Setentrional. Hoje no Algarve, diz o prof. J. Henriques que o emprego da *Stipa tenacissima* indígena está quase abandonado (*Gramineas, in Bol. Soc. Brot. XX*).

A baga do lentisco, aroeira ou mata — *Pistacia lentiscus* L. [*Anacardiáceas*] — servia para tingir luvas, — *pro inficiendis chirothecis* (*L. I, en. 80*). — Outra espécie tinturial, o lírio dos tintureiros (*L. IV, en. 3*) — *Lusitani liriium infectorium sua voce dicunt* — *Reseda luteola* L. [*Resedáceas*]. — Nascia também *apud Lusitanos*, como já contara Plínio (*L. IV, en. 51*), a grã dos tinturceiros, o kermes vegetal dos árabes, insecto desenvolvido sobre carvalho anão — *ex ilice quadam parva* — *Coccus ilicis* L. [*Kermococcus ilicis* (L.) (*Hemíptero Homóptero*), parasita do azinho — *Quercus ilex* L.], do carrasco — *Q. coccifera* L., etc. [*Cupulíferas* ou *Fagáceas*]; à parte corticosa chamavam os portugueses *cascolho*. Era tida pela melhor a nossa grã de Sesimbra (Laguna). — Os tintureiros empregavam muito, e sem ele não podiam tingir pano (*L. II, en. 182*), o pastel — *Isatis tinctoria*. L. [*Crucíferas* ou *Brassicáceas*]. O prof. Pereira Coutinho não insere esta *Isatis* na sua *Flora de Portugal*, embora Willkomm [Willkomm e

Lange — Prodrômus Floræ Hispanicæ] lhe dê ainda como *habitat* a Lusitânia; Brotero diz que já pouco se cultivava (1). Amato nota o cuidado com que olhavam pela sua cultura os franceses, que na máxima importância tinham o *guede* — *veluti insulares, regi Lusitaniæ parentes*. O *pastel do reino* fora-se substituindo já no século XVI pelo *pastel das ilhas* — o *anil* fornecido pelas *Indigofera tinctoria* L., *I. anil* L. [*I. suffruticosa* Mill.], etc. [*Leguminosas ou Papilionáceas, Faseoláceas apud Sampaio*], um produto colonial dos insulares vasallos da Coroa portuguesa, acabando com a cultura europeia do *pastel* que de facto em França era muito intensa nas províncias meridionais.

Faziam-se escovas de fato — *pro abstergendis vestibus* (L. I, en. 116) — do *cisto* que os lusitanos apelidam *sargaço (cerguaco)* — o *Cistus monspelliensis* L. [*Cistáceas*].

As ervas que pela lixiviação da cinza dão o *alkali*, empregado na confeição do sabão, e vidro, cresciam óptimamente em Espanha no Reino de Valença, especialmente nos lugares marinhos (L. III, en. 150). A uma, apropriada ao preparo do sabão, os valencianos na sua língua *bordam vocant*; outra, *barrillam appellant*; uma terceira, enfim, também das areias marinhas e mais rara, usada para fazer o vidro, *salicorniam*

(1)* Assevera-me o prof. Gonçalo Sampaio que não deve eliminar-se a *Isatis tinctoria* L. da flora portuguesa, pois que colheu, mencionando-os nas suas publicações [*Herbário Português e Flora Portuguesa*], exemplares de produção espontânea por toda a margem do Douro.

nominant. Este álcali é a soda, que então e por muito tempo se extraía das cinzas da *Salsola kali*, L., *S. tragus* L., *S. soda* L., etc. [*Quenopodiáceas*], que se encontram de facto, entre outros lugares da Península, no litoral valenciano (Willkomm), apelidadas em Espanha, entre outros nomes, *borde* (*S. kali*), *barrilha* (*S. tragus*), *salicor* ou *salicon* (*S. soda*) (1). Entre nós nas areias e salgadiços do litoral encontram-se a *barrilha espinhosa* (*S. kali*, e *S. tragus* [simples variedade da anterior]) e a *soda maior* (*S. soda*) (P. Coutinho).

Ao falar do *azeviche* — *quem Hispani azavache appellitant* — conta que os mendigos e pobres que pediam esmola para Santiago, traziam presas dos barretes

(1) Tudo confere na menção do Amato, menos a taxonomia, pois que chama às plantas da soda *anthyllis*. Laguna diz, citando por esta única vez o «doctor Amado», que não sabe em que ele se funda, e refuta-o, [como Matiolo, com razões que Amato contesta (*L. IV, en. 54*)].

* Lembrei-me que, brotando também uma *Anthyllis* L. sob o nome de *albayda*, em [lugares arenosos de] Valência (Willkomm), daí viria a confusão do Amato; mas o prof. G. Sampaio pondera-me que o Género *Anthyllis* foi criado muito posteriormente por Lobélio, para abranger plantas que nada tinham com as que eram designadas pelo nome clássico de *anthyllis*. Aqui está um exemplo de como os arbitrios dos cientistas vieram mais turvar o problema da identificação do vocabulário greco-latino.

Caso análogo me parece dar-se com a *salicornia* dos antigos; o *salicor* ou *salicon* dos espanhóis é do Género *Salsola* e não do Género *Salicornia* [como foram compreendidos e adoptados por Lineu]. Afinal estas confusões são bem explicáveis, pois que *salicórnias*, *anthyllis* e *sálsolas* designavam plantas do álcali, as chamadas *plantas barrilheiras*, utilizáveis para a extracção da *barrilha*, a antiga *kali hispanica* (*Gr. Encycl.*).

e casquetes imagens de santos feitas de azeviche (*L. V, en. 105*). — Notícia que o *óleo de nafta* ou *petróleo* também brota em Espanha (*L. I, en. 91*). — O melhor *carvão de choça* fazia-se da raiz das urzes, a que os espanhóis chamam *carvão de brejo*; as *urzes* [várias espécies do Género *Erica* L. e a *Calluna vulgaris* Hull (*Ericáceas*)] denominam-nas os portugueses *urgueira* — *urgueiram*, e *queiró* — *queirum* (*L. I. en. 107*).

Em géneros alimentícios vem um registro largo de espécies bromatológicas nacionais, a começar pelos cereais alimentares.

O *pão de trigo* era o mais estimado, sobretudo o do trigo que os espanhóis chamavam *de Cândia* e os portugueses *canoro (sic)* (*L. II, en. 90*); entre os trigos portugueses [cultivados, pertencentes ao *Triticum aestivum* L. (*Tr. sativum* Lam.)] ainda se contam hoje o *aestivum turgidum* (L.) variedade *canoco*, e o *Tr. aestivum durum* (L.) variedade *candial* ⁽¹⁾. Outra casta inferior de trigo, a *zea* que se passara a chamar *espelta* (*L. II en. 83*) — é o *Tr. aestivum spelta* (L.) Havia o pão trigueiro de toda a farinha, e o alvo da farinha peneirada, fina, granulosa e branca, de que a melhor vinha da Grécia e da Turquia, chamada *sêmola* (*L. II, en. 80*). Laguna alude aos moletes de Portugal — pão brando, esponjoso e agradável, a que se chamava também *pão de vento* (*L. II, cap. 77*). A panificação já

(1) Ferreira Lapa e Andrade Corvo — *Rel. do estudo dos trigos port.*, 1862 (cit. por J. Henriques).

se fazia entre nós com a massa bem levedada, ao passo que então, como hoje, era mais comum o pão maciço e compacto. Diga-se de passagem — por ser espécie que supponho menos conhecida — que o termo de *mollete*, hoje só usado no Porto e Norte do País, é a transplantação do francês *mollet*, o que mostra que a nossa indústria panificia imitava a de França.

Os rústicos acomodavam-se com pão de *centeio* (*L. II, en. 85*) e pão de *milho* (*L. II, en. 95*). Do *centeio* — *Secale cereale* L. — assim chamado pelos espanhóis, porque dum grão nasce um cento, fazem-se pães que a gente do campo come com manteiga. Do *milho* cultivavam-se duas espécies, o *milho painço* (*L. II, en. 92*) — *Setaria italica* Beauv, e o *milho miúdo* (*L. II, en. 91*) — *Panicum miliaceum* L. Os aldeões panificavam ainda outro mais grosso, do feitio e da cor da malagueta, consumido também pela ínfima plebe da Itália; lá chamavam-lhe *sorgo* e cá *milho zaburro* (*ibid.*). É realmente afim dos *sorgos de África* o nosso *milho zaburro vermelho* [*Sorgum bicolor* Moench var. *arduini* (Gm.)] — *Andropogon sorghum* Brot. var. *vulgaris* Hack. (J. Henriq., P. Cout.). Os bolos da sua farinha amassada com leite sabiam-lhes que nem a ambrosia dos deuses; deliciavam-nos também os pães com mel — *quibus rustici præcipue Portugalix maxime oblectantur, et eos sua voce boroas appellitant* (*ibid.*). Desta secular e rústica guloseima ainda temos hoje a remanência nas *boroas* que se vendem em Lisboa e no Sul do País por tempos do Natal; aqui está onde a sua ascendência. As papas de farinha de milho ou de trigo preparadas com leite ou mel eram prato muito useiro entre portugueses

e alemães, tanto para crianças como para os adultos (*L. II, en. 86*).

Estas castas de milho vieram a ser banidas ou quase da alimentação nacional, sendo apenas cultivadas em algumas localidades, especialmente no Norte (S. Monte Pereira, in *Port. Agrícola*, cit. por J. Henriques). Tomou vantajosamente seu lugar o *milho americano* — *Zea mays* L., hoje principalmente cultivado no Centro e Norte, onde é a base da manutenção popular. Chamava-se-lhe primeiro *milho grosso* (Fonseca Henriques — *Anchora Medicinal*, 1721), mas usurpou de tal modo o nome antigo, que hoje quando se fala de milho, não se entende outro ⁽¹⁾. Brotero diz que a sua cultura entre nós datava de havia três séculos. Certo é que no tempo de Amato a lavra do novo cereal estava introduzida, sendo para admirar o seu silêncio. Laguna já o descreve, e até o figura como milho turco de cana grande e maçarocas de grãos do tamanho de gravanços, de que a gente baixa faz pão (*L. II, cap. 88*).

O peninsular Amato não podia deixar de abrir menção honrosa ao *vinho ibérico*. Os vinhos de Espanha e Portugal tinham tal valentia e dura que se conservavam com todo o seu vigor durante trinta ou quarenta anos. Havia-os também mais delgados e fracos, os vi-

(1)* Conta-nos o prof. G. Sampaio que o *milho miúdo* ainda hoje se panifica nos arredores de Braga sob o nome de *milho alvo*, e muita gente o saboreia. O *milho grosso* também se chamou em tempo *milho mães*, de *mais*, que ainda hoje subsiste em *palha mães*, termo porque designam a sua palha.

nhos do alto — *suspensa sic dicta quia in alto enascuntur* (L. V, en. 7); estes duravam quando muito dois anos. Tinha como vinhos mais próprios para uso terapêutico os brancos e leves, que facilmente se encontravam em França, na Alemanha e na Itália, mas não na Espanha, onde quase todos os vinhos são possantes e fortes, mesmo os brancos (Cent. I, cur. 28).

O vinho velho, só diluído se deve tomar; o vinho novo, o chamado *mosto*, é um veneno para o corpo; encontrou lá fora, nos Países-Baixos, a nociva costumbre de beberem assim o vinho do Reno que ajuda a dar cabo da saúde. Na Península usavam-se muito os odres embreados de pez (*ibid.*).

Espanhóis e portugueses entregavam-se pouco ao vinho; todos os viajantes subscrevem este diploma de sobriedade que o nosso médico lhes confere. Ainda o pastor sueco Ruders, nosso visitante ao romper do século XIX (trad. in *Diário de Notícias*, 1908), gaba a abstenção do vinho dos portugueses. Imitava-se o D. João II e outros reis, apenas fregueses de água; as classes superiores e média eram abstêmias por exemplo e educação.

Amato diz que os peninsulares se podiam intitular *aquæ potatores*, amantes da água, como os franceses do vinho, os alemães do vinho e da cerveja ⁽¹⁾, e do

(1) Dos sucedâneos do vinho fala da cerveja e seu preparo, bebida predilecta dos povos setentrionais (L. II, en. 82). Na Península só havia que especializar a Cantábria que *ex pomis in hunc usque diem suam cæream parat* — a Biscaia, onde então como hoje se fabrica e consome a cidra, extraída da polpa das maçãs fermentada. A fidalguia

leite os *scythas* — búlgaros e tártaros, ainda hoje gulosos dos leites fermentados, tão em moda na moderna dietética ocidental; não se via por cá, como em França, na Itália, na Alemanha, beber vinho desde o berço, pois o vazavam até na boca das crianças de mama (*ibid.*).

As mulheres portuguesas, conta ele com admiração, abstinham-se em absoluto, como se guardassem um preceito religioso — *ac si illis per religionem vetitum esset* (*Cent. I, cur. 92*); muito poucas apenas provam vinho a quando do parto. O que não significa que não houvesse bocas mulheris desaforadas pelo ramo do loiro; que o digam os *Prantos da Maria Parda* do Gil Vicente. Em 1694 um viajante — o Barão de Lahontan, escreve que El-Rei não bebe nunca, as pessoas de qualidade quase não bebem, e do mesmo modo as mulheres (1). Certo é que a nódoa da bebedice não manchava a gente da nossa terra.

espanhola gostava muito de cidra açucarada com almíscar e âmbar (*L. V, en. 24*).

Amato conhecia o *Wermut*, vinho de absinto, preparado [*in universa Germania*] sobretudo em Malines perto de Lovaina — *praecipue Mechliniae prope Lovanium* — onde muitas vezes o beberricou (*L. V, en. 37*).

(1) *In Bot. Bibl., t. I*, de A. Fernandes Tomás. O maligno digressionista acrescenta: «La raison de ceci est que Vénus a tant de pouvoir en Portugal qu'elle a toujours empêché, par la force de ses charmes, que Bacchus prit terre en ce pays-là». Para se renderem a Vénus desprezavam a Baco; Portugal contradizia o adágio latino «*Sine Cerere et Baccho friget Venus*». Ela aqui aguentava-se bem sem auxilio do deus das parras.

Um rol de *verduras* hortenses de consumo registrado:

Os *espargos* — *Asparagus officinalis* L. — aqui pela Espanha nem sequer se cultivavam, contentando-se com a nascença espontânea dos bravios (*L. II, en. 118*) — *A. acutifolius* L. e *A. aphyllus* L. [*Liliáceas*].

As *espinacas* ou *espinafres* — *Spinacia oleracea* L. [*Quenopodiáceas*] — crê Amato que da Península é que foram levadas para outras regiões (*L. II, en. 109*). Imagina que se trate de um *rumex*, como as *labaças* [*Rumex conglomeratus* Murr.] e as *azedas* [*R. acetosa* L.] [*Poligonáceas*]. O comentador Constantino acerta neste passo quando exclama: *Hallucinatur Amatus*.

As vítimas da mísera pobreza conheciam óptimamente e bem contra vontade, de tanto que o viam na mesa (*L. II, en. 110*), o *saramago* [identificado pelo Amato com a *lampsana* (*sic*)] — *Raphanus raphanistrum* L. (1) [*Crucíferas* ou *Brassicáceas*]; ainda hoje

(1)* Observa o prof. G. Sampaio que no Minho também se come como hortaliça e com o nome de *saramago* a *Brassica sabularia* Brot.; em algumas regiões ao *Raphanus* chamam *labresto*, e em outras empregam indiferentemente para as duas plantas, ora *saramago*, ora *labresto*. Duvida qual seja das duas, tanto mais que nunca viu comer senão a *Brassica*. [*Labresto* se chama ainda a *Lapsana communis* L. — *Compostas* ou *Asteráceas*]. Vejo que já o comentador Constantino se ocupou de apurar se a *lapsana* do *Dioscorides* é ou não uma *brássica*.

* Lembra-me a prof.^a D. Carolina Michaelis o trecho das cartas do Nicolau Clenardo em que o cáustico humanista chama aos fidalgos pobretainas de Portugal *raphanophagos*.

por essas aldeias o caldo de saramagos marca os dias mais negros.

As rabaças — *Apium nodiflorum* Rchb. [*Umbeliferas*] — comem-nas cruas com vinagre as mulheres e os rapazes; conta o prejuízo das mulheres da Península que, depois da chegada do cuco, não mais as servem porque as julgam «afectadas pelo pássaro» (*L. II, en. 120*).

Da chicória ou endívia conhece-lhe as espécies e castas (*L. II, en. 126*). Separa a silvestre, a *intyba*, o almeirão, a chicória do café — *Cichorium intybus* L., da doméstica — *C. endivia sativum* (L.) [*Compostas*], de que distingue a *latifolia* e *angustifolia*, e registra o termo vulgar *escarola*. Conta que nos meses de Inverno a cobrem de terra para torná-la branca e tenra, comendo-a ao depois crua ou cozida com azeite e sal, processo hortícola que ele declara nunca ter visto na Península.

As salgadeiras — *Atriplex halimus* L. [*Quenopodiáceas*] — chamavam-nas assim os portugueses por causa do seu sabor; consumidas pelos árabes, não se usam entre nós para prato por termos variadas e melhores verduras (*L. I, en. 110*). Não assim a erva que os portugueses denominam *leituga* ⁽¹⁾, usando dela os rústicos em vez de vinagre (*L. II, en. 127*).

(1)* *Leituga* é apud Brotero a *Tolpis barbata* Gärtn., e como tal a identificara no texto, mas o prof. G. Sampaio me fez notar quão pouco crível era que a *Tolpis* pudesse ser comestível, devendo tratar-se antes de qualquer *alface* [*Lactuca* L.] ou talvez algum *Sonchus* L., a que já ouviu chamar *leituga*. E é o que é, visto que Amato lhe dá o nome francês *lettron*, hoje *taileron* ou *taitron*, botâni-

Os *cardos* [*de comer*, como lhes chamavam os espanhóis — *Cynara cardunculus* (L.) e *C. scolymus* (L.) (*Compostas*), *alcachofras*] — abundavam por toda a Espanha; de Inverno soterravam-nos, ficando brancos e delicadíssimos (*L. III, en. 14*). Eram raros na Flandres, para onde os levaram, especialmente para Bruges e Antuérpia, os espanhóis, muito gulosos deste prato.

Dá notícia de uma iguaria apreciadíssima, hoje enfeitada, a ponto de se ter perdido da memória. Debaixo das túnicas fibrosas do *palmito*, as tais de que entre nós se faziam bolsas de dinheiro [v. pág. 184], encontra-se a polpa bolbosa da «raiz», óptimo bocado, tão apetitoso que constituía uma riqueza para os nossos Algarves e para a Andaluzia, que o exportavam à farta para Antuérpia, onde era servido na mesa dos príncipes e nobres, os quais se deliciavam com o manjar, tanto por ser delicado, suave e grato ao estômago, como pelas suas presumidas qualidades afrodisíacas (*L. I, en. 137*).

Apagou-se completamente o rasto de semelhante gulseima; nem se exporta, nem se consome, nem se conhece, que eu saiba (1). Entretanto é verdade que o gomo terminal, tomado por Amato como raiz bulbosa,

camente *Souchus* L. O *Souchus oleraceus* L. [*Compostas*] *serratha branca* ou *nacia* — também se come em França cozido ou em salada. [É de resto evidente o equívoco do Amato, ao separar o *lettiron* e a *leituga*, identificados sob a designação comum de *chondrilla* (L. II, en. 125), do *letteron* (*sic*) e da *serratha*, unificados como *souchus* (L. II, en. 127)].

(1)* Noticia-me a prof.^a D. Carolina Michaelis que na Andaluzia se comem e se vendem os *palmitos*.

constitui em várias *Palmeiras*, e entre elas a *anã*, uma espécie de legume saborosíssimo, denominado em França *chou palmiste* (*Gr. Encycl.*) e na Itália *cefaglione*, como já Amato apontava.

De *frutas* [v. pág. 110] gaba as *cerejas* da Lusitânia, que já agradavam a Plínio, mas tem por melhores as de Leão (*L. I, en. 143*). Não faltam os *pêssegos*, com que as pessoas principais se deliciavam aos postres, abeberados com calda de vinho (*L. I, en. 148*). Nomeia os *damascos*, assim denominados da cidade da procedência (*L. I, en. 156*), e parece separá-los dos *albricoques* (*armeniaca*) (*L. I, en. 149*).

Os *morangos* — *murangãos vel muranganos vocant* (*L. IV, en. 40*) — eram muito bons com vinho e açúcar.

Entre as *cidras*, *laranjas* e *limões* não esquece a *azamboia* (*toranja*) de casca rugosa e sabor agradável, assim chamada pelos portugueses e restantes espanhóis (*L. I, en. 150*).

A propósito de *cucumber* ou *cucumis* e *pepo* (*L. II, en. 129*), disserta sobre os frutos das *Cucurbitáceas* com uma certa confusão de termos e significados, tais o *Matiolo* e o *Laguna*, que também se não entendem; não havia meio de fazer conferir a linguagem vulgar com a dos letrados nestas coisas de abóboras e congêneres. Segundo Amato, o *cogombro*, que separa do *pepino*, raro se via na Lusitânia; não assim na Espanha, onde se viam em Salamanca em grande cópia, da casta longa e retorcida [v. pág. 110]. Aqui na Península só se comia o *pepino* em verde, depois de descascado; ao passo que

nos Países-Baixos preferem-no maduro, ingerindo as cascas e deixando a polpa. De Abrantes celebra os *mêlões moscatéis* [v. pág. 159].

No Algarve produziam-se frutas secas — *figos e passas*, exportadas [v. pág. 186] por essa Europa — para a França, Alemanha, Prússia, Boémia e Rússia (*L. IV, en. 158*) — um comércio já então florescente.

Debicavam muito as mulheres e os rapazes lambareiros — *mulieres et effrenati pueri in cibo frequenter utuntur* — do fruto branco, redondo e perolado que os nossos portugueses *camarinham appellitant* (*L. I, en. 108*). São as *camarinhas* do arenoso *Corema album* D. Don. [*Empetráceas*]. Amato estava na crença de que a *camarinheira* na Europa não crescia senão junto de Lisboa. Este tópico de geografia botânica não está muito longe da verdade. Brotero assinala-a nas areias da costa, desde Aveiro até Almada e Caparica. Willkomm cita-a na costa galega, foz do Guadiana e costa andaluza. Hoje tem-se encontrado pelo litoral, do Minho ao Algarve (Pereira Coutinho). Ainda se vendem e se comem no Porto, colhidas principalmente próximo de Espinho, donde os *romeiros do Senhor da Pedra* as trazem a enramar os chapéus no dia da festa.

A rapaziada lambia-se também — *a pueris avidissime comeditur* — com o fruto vermelho do *pilriteiro* — *Crataegus oxyacantha* L. [*Rosáceas*] (1). Em Portu-

(1)* *Oxyacantha* diz o Amato, e a descrição confere. O prof. G. Sampaio reflexiona que entre nós se chama também *pilriteiro* a *Pirus piraster* L. que dá pilritos mais comestíveis que a *oxyacantha*.

gal, como em algumas outras regiões, ficava a «baga» [pomo], sempre agarrada à árvore, *ut in Lusitania plerumque observavi*. Diziam os judeus que o pilriteiro era a sarça ardente de Moisés, donde Deus falou, e que por virtude do feito divino tinha a faculdade de não despegar o fruto (*L. I, en. 112*).

Devoravam também desaforadamente as mulheres e crianças as *jujubas* (*L. I, en. 157*) que os lusitanos nomeiam *açufeifas* e *maçãs de anáfega* — *Zizyphus jujuba* Mill. e *Z. lotus* Lam. [*Ramnáceas*]. — Outro acepipe feminino e infantil era o «fruto» vermelho [receptáculo frutífero], contendo «sementes» peludas (aquénios), da *silva macha* (*L. I, en. 113*), a *rosa de cão* — *Rosa canina* L. [*Rosáceas*].

A rapaziada peninsular saboreava ainda a raiz comestível da *barba de bode* — raízes do tamanho de pequenas nozes, e por isso chamadas *nozellas* (*L. II, en. 137*) ⁽¹⁾. — Mais um debique dos rapazes, a *erva tlaspi* que diz Amato chamar-se em Portugal e Espanha *pão e queijo* (*L. II, en. 150*) ⁽²⁾.

(1)* A *barba de bode* (*barbula hirci* dos clássicos) é segundo P. Coutinho o *Tragopogon porriifolius* L. G. Sampaio nega tal identificação, que já Mاتيolo assacava contra Amato. Entra mesmo em dúvida se *barba de bode* será nome vulgar, ou apenas reminiscência erudita; vejo todavia que em Espanha ao *Tragopogon* chamam *barba cabruna*, e em França *barbe de bouc*. Pelos tubérculos radicais supõe que se tratará no Amato da *Crepis bulbosa* Tausch [*Compostas*], ignorando aliás que eles sejam comestíveis.

(2) Amato distingue, pelas folhas, flores e frutos, a *bolsa de pastor*, que alguns herboristas confundiam com

As crianças gostavam muito de sugar o néctar da flor [do *echium sylvestre* (L. IV, en. 29) que por isso se chama *chupa-mel* — *Cerinthe major* L. [Borragináceas].

Uma curiosa fabulice se topa no Amato, a respeito de doçuras indígenas. O seu cliente ⁽¹⁾ Manuel Cirne, nosso feitor em Antuérpia, um negociante rico, filho do Porto — *Manuel Cirnius vir nobilis et magnificus... ex Portu civitate oriundus* — contara-lhe por muitas vezes, que os camponeses dos arredores da sua terra natal, *Portugalenses rusticos*, colhiam das folhas das árvores um mel, orvalho caído do céu e condensado em açúcar (L. I, en. 76); esta orvalhada de mel — *ros melleus* —

o *Thlaspi*. Hoje os botânicos consideram *Thlaspi bursa-pastoris* L. dum Género à parte sob a designação de *Capsella bursa-pastoris* Moench. Até aqui está bem, mas o *pão e queijo*, nem como espécie de *Thlaspi* L., nem como qualquer outra, se me depara nos praxistas da Botânica ibérica. Não encontro senão o *pão de leite* ou *queijadilho* (Brotero, P. Coutinho) — *Primula acaulis* Hill. [Primuláceas], que nem sequer é uma *Crucifera*; Willkomm não traz a designação paralela espanhola, mas sim a de *primavera*.

* Tanto a prof.^a D. Carolina Michaelis como o prof. G. Sampaio, dizem-me que no Norte se chama *pão e queijo* à *Primula vulgaris* Huds. [designação sinónima de *Pr. acaulis* Hill.]. Este último pende por isso a crer que o *pão e queijo* do Amato seja, como já suposera Matiolo [e mais positivamente Clúcio] um *lotus* (*Nymphæa alba* L. ou *Castalia alba* W. et W. — *Ninféáceas*), de que os nossos garotos comem o receptáculo floral [*Rar. pl. hist.* 1601].

⁽¹⁾ Curou-o duma febre que diagnosticou de dobre-terçã, por sinal que os 21 dias de tratamento lhe renderam de honorários, graças à munificência do magnífico e liberal varão, trezentos ducados de oiro (*Cent. I, cur. 3*). Fa-

nem todos os anos caía, mas, quando apparecesse, era presságio de ano fértil.

O illustre Cirne levava ao douto patricio algumas daquellas crendices aldeãs que estariam talvez por aqui em voga (1). Mel ao derredor do Porto só o de abelha, a não ser por metáfora o *mel* que os lavradores dali colhem não do céu, mas das cloacas da cidade, onde então como ainda hoje se bacterioliza, glutinoso e adubante, para fortuna dos campos circunvizinhos.

Um cardume de *pescado*:

O *atum* — [*Thunnus thynnus* (L.)] (*Thynnus vulgaris* Cuv. et Val.) — pescava-se principalmente no

zendo as contas ao valor actual do ducado de oiro, calculei a dádiva na quantia aproximada de 600 mil réis (*Orig. e desenvolv. da pop. do Porto*, 1897). Vi depois que o prof. Pedro Dias já tinha feito o mesmo cômputo (*Rodrigo de Castro in Arch. Hist. Med. Port., t. II*), também adoptado ao depois por Maximiano de Lemos. Uma coisa é porém o valor intrínseco da moeda, como metal, outro o seu valor extrínseco, como instrumento de aquisição. O oiro do ducado pouco mais valerá hoje que dois mil réis, mas no século XVI o que se comprava com ele, valia quatro ou cinco vezes mais. É o conhecido fenómeno da depreciação monetária. Portanto os 600 mil réis têm de ser quadru- ou quintuplicados. Uma espórtula principesca, própria do nababo pródigo que em Antuérpia nos dias de festa não queimava nos fogões senão canela.

(1) Os velhos praxistas enchem muito a boca com o *ros melteus* que o Amato define como um «maná doce» que cai em certos lugares sobre as folhas das árvores onde se concreta e se colhe; este fenómeno dava-se no Libano, em Veneza, na Calábria, em Ragusa e em mais partes, sendo uma delas pelos modos o Porto!

Algarve, donde, desmanchado e salgado em barris, se exportava, como grande artigo de consumo, para toda a Europa — *Thynnorum præcipua hodie est captura in Algarbiis Lusitaniæ, unde in universam Europam eos cadis membratim dissectos salitosque tanquam celebre mercimonium deferunt (L. II, en. 30)*. Estava pois em plena exploração essa riqueza piscatória da costa algarvia. O melhor bocado do atum era o que os nossos denominavam *ventrisca* — *nostri vero a ventre ventriscam appellitant*; creio que a velha designação se perdeu ⁽¹⁾. O atum ao sair do ovo chama-se *cordylla*, depois *limaria*; e quando novo *pelamis* ou *pelamia* ⁽²⁾.

Da *pescada* [*Merluccius merluccius* (L.)] (*M. vulgaris* Flem.) diz que a apelidamos assim, tal os latinos *piscata* para os quais *absoluta voce, piscis dicebatur*, como se entre os restantes peixes tanta excelência tenha que só ele seja digno do nome (*L. II. en. 21*) ⁽³⁾.

O *lúcio*, o *brochet* dos «galos» — *Esox lucius* L. — não existe na Península, o que é exacto. Os ingleses chamam-lhe *pike*, servindo-se, diz ele, da denominação portuguesa (*ibid.*; *Cent. I, cur. 31*), que aliás não

(1) Nos dicionaristas [v. *Dicc. ting. port.*, 1823, de A. de Moraes e Silva] vem *ventrisca*, como nome das primeiras postas do peixe depois da cabeça.

(2) *Pelaniys* Cuv. et Val. [como termo Genérico, foi atribuído a uma espécie], que se distingue do atum vulgar pela ausência de dentes vomerianos [— a *sarda*, ou *bonito*, modernamente *Sarda sarda* (Bloch.)].

(3) A semelhança dos latinos, notarei que os nossos antigos também lhe chamavam *peixota*, nome que com muita frequência se encontra nos diplomas municipais do Porto.

encontro; efectivamente os ingleses dizem *pike* (ou *jack*), mas não há que pensar na derivação lusitana.

Indicia o nosso tradicional bacalhau — *Gadus morrhua* L. — que identifica, e bem, com o latino *asellus*, fiado no testemunho autorizado do Erasmo que de viva voz lho disse (*L. II, en. 21*).

Nomeia o *robalo*, como na Península se chama ao *peixe lupus*, marcado em zoonomia *Labrax lupus* Cuv. et Val. [*Morone labrax* (L.)]; e com o mesmo acerto taxonómico chama *salmonete* ao *mullus barbatus*, cuja inscrição científica se manteve tal qual (*ibid.*) (1).

Menciona, sob a designação de *silurus*—*piscis ingentis magnitudinis* (*L. II, en. 26*), o *solho* e o *esturção* — *Acipenser sturio* L.; a sua ova salgada, o estimadíssimo *caviar*, vinha comprimido em grandes massas do Ponto (2) (*ibid.*).

Ao *torpedo*, que entorpece o braço que lhe toca —

(1)* Mas o salmonete comum de Portugal é o *Mullus surmuletus* (L.) (B. Osório) [e não o *Mullus barbatus* (L.)].

(2) *In Ponto conficitur et ad nos salitum in massas ingentes coactum affertur, quod primatum inter salsamenta hodie habet (ibid.)*. A moda do caviar espalhara-se da Rússia, donde era exportado, pelos portos do Mar Negro. Não sei se o *ad nos affertur* se refere só à Itália ou também à Península, onde o caviar não tem consumidores hoje em dia.

* Em Portugal, observa-nos o prof. Baltasar Osório, não há peixes do Género *Silurus* L. nem mesmo *Silurideos*. Não cre que o nome de *esturção*, seja português lídimo, mas sim afrancesado. Os pescadores chamam *solho-rei* ao *Acipenser sturio* L. Afiança-nos também que quanto ao caviar, há ou houve em Lisboa, há poucos anos, tendas que o vendiam.

[*Torpedo torpedo* (L.)] (*T. marmorata* Risso) e [*T. narke* Risso] (*T. oculata* Duméril), dá-lhe como baptismo lusitano o nome de *úgia* (*L. II, en. 15*), que suponho obliterado, embora remanesça no velho *Diccionario* de Morais, mas sem a determinação de que peixe seja ⁽¹⁾; hoje a etiqueta portuguesa é *tremelga*.

De peixe miúdo, além do tal *escorpião marinho* falado acima [v. pág. 159], enumera as *pardelhas* ⁽²⁾ (*Leuciscus aula* (Bp.) e *L. arcasii* Steind.) e os *cadozes* [*Gobio gobio* (L.)] (*G. fluviatilis* Flem.) (*L. II, en. 28 e 29*).

A *salmoira* — *salmuria* dos latinos — era uma espécie de molho de conserva, *liquamen* resultante da salga do *peixe garus* (anchovas?) a que depois se substituíram a sarda, o atum e outros peixes; a salmoira temperada de vinagre chamava-se *oxalme* e com o alho *scordalme* ⁽³⁾ (*L. II, en. 31*). Louva como grato ao estômago o uso dos caracóis do mar que os portugueses chamam *caramujos* — *Lusitani voce sua caramuyos appellitant* (*L. II, en. 9*) — *Nassa incrassata* (Müll.) [*apud* A. Nobre — *Mollusques et Brachiop. du Portugal in Annaes de Sc. Naturaes*].

(1) Diz-nos a prof.^a D. Carolina Michaelis que *uge*, *ngem* ou *úgia* é o nome vulgar duma espécie de raia, que o prof. B. Osório nos identifica com o *Trygon pastinaca* (L.) [*Dasyatis pastinaca* (L.)].

(2)* Amato confundia, ao que vejo pela informação do prof. B. Osório, as pardelhas com a *Mæna vulgaris* Cuv. [*Mæna mæna* (L.)].

(3)* «*Ox-atme* é greco-latino; *skorod-atme*, salmoira com alhos, é puro helenismo» (D. Carolina Michaelis).

Estadeia quanto pode os seus *lusitanismos* de vocabulário, mas desespera-se por se lhe terem apagado da memória os nomes vulgares de tantas ervas. Apelava para a segunda edição, à espera do concurso dos *virii doctissimi Hispani, quibus herbarum nomina vulgaria in promptu sunt* (L. IV, en. 8) ⁽¹⁾. Rala-se — *crucior* — por deixar inominadas ervas vulgares, conhecidíssimas dele [v. pág. 97], e lembra-se, como autoridades para a terminologia idiomática, do Cristóvão de Orosco e do António Luís ⁽²⁾. Havia dezoito anos que se retirara de Portugal e não podia reter o nome de todas as ervas; mais uma vez para saber o do *sphondylion* ⁽³⁾, se fiava da inquirição do seu condiscípulo Arosco (L. III, en. 87).

(1)* A propósito da *clematis* — *Clematis flammula* L. [*Ranunculáceas*], de que, apesar de conhecê-la bem, lhe não acode o nome. Em Portugal, *erva das chagas*, em Espanha *nuclmera*, *herba de llagas*, *de pordioseros* (Willkomm). [Em Portugal, ao contrário da *Cl. flammula* L. localizada no Sul, outras ocupam maior área, como a *Cl. vitalba* L. — *cipó-do-reino*, que se encontra no Norte e Centro]. Conta-nos D. Carolina Michaelis que ouviu chamar-lhe no Buçaco *erva bicha*.

(2) A respeito do *gallio* — *Galium verum* L. [*Rubiáceas*] — a *erva coalheira*, em espanhol *coaja-leche*, designação esta que aliás cita exactamente (L. IV, em 97).

(3)* Deve ser o *Heracleum sphondylium* L., em português *canabraz*, *esfondílio*, *branca ursina de Alemanha* (Brotero, Pereira Coutinho); Willkomm não lhe assinala vocábulo castelhano. D. Carolina Michaelis ouviu chamar-lhe no Norte *erva gigante* ou *gigantes*. Amato identifica-a com o *panais* dos franceses — outra *Umbelifera*, a *Pastinaca sativa* L.; mais um dos seus equívocos botânicos.

A verdade é que nem por isso deixa de ser abundante e interessante o seu glossário histórico-natural indígena que por estricte consciência científica ele desejava aumentar em cópia e justeza.

O seu portuguesismo atalha-se, porém, com frequência de deturpações, umas plausivelmente autoriais, outras certamente editoriais. Fazem sorrir algumas: *paravelhos* (percevejos), *caraquoles*, *minholquas*, *mixillus*, *agoá ruca* (água ruça dos lagares), *entramocos* (tremoços), *antramocos de quan* (tremoços de cão), etc.

Há nomes de que já se não encontra rasto, pelo menos nos colhedores da terminologia popular, desde o clássico Brotero a Willkomm, Júlio Henriques, Pereira Coutinho, Gonçalo Sampaio e outros. Termos sumidos, uns; viciados, outros. Marquei por exemplo: *guafete* (L. IV, en. 44) com que os espanhóis e lusitanos designam o *eupatório de Avicena*, *trevo cervino* — *Eupatorium cannabinum* L. [Compostas]; *sfolinhadeiro* (sic) (L. IV, en. 147) aplicado à *gilbarbeira* — *Ruscus aculeatus* L. [Liliáceas]; — *atastinha* (L. IV, en. 98), a apelar possivelmente o *Senecio vulgaris* L. — *tasneirinha* (Pereira Coutinho), que ele separa duma espécie próxima, a qual os *Lusitani sua voce, tasneriam, vel talasneriam vocant* — esta sim a *tasna* ou *tasneira* — *S. jacobæa* L. ⁽¹⁾ [Compostas]; — *tremoços de cão*, fava venenosa para os cães e para o homem, que não consigo identificar (L. IV, en 84) ⁽²⁾; — *tom*, como as

(1)* É o *S. jacobæa* L., rectifica o prof. G. Sampaio, e não o *S. præaltus* Bert. *apud* Pereira Coutinho.

(2) Talvez seja, segundo G. Sampaio, o *tremoção* — *Astragalus lusitanicus* Lam. [opinião concordante com a

mulheres chamavam à *tápsia* ao esconjurar o demónio [v. pág. 161], título que Amato corrobora com o ditado: «eu sou o tom, que o diabo foge donde eu som» (1); — *biguorda*, correspondente à *Smilax aspera* L. [Liliáceas] (L. IV, en. 145), de que não vejo registrado nas *Floras* senão o de *legaço* ou *alegra-campo*; — *semente de papagaios*, como sinónimo de *alaço* (L. IV, en. 188), à *açaíroa* — *Carthamus tinctorius* L. [Compostas]; etc. *Azamboa*, como sinónimo de *toranja*, também a não mencionam os modernos (2), Brotero insere *zamboa*, dizendo que já pouco se cultivava; *azamboa* era ainda versão genuína no tempo de Fonseca Henriques. *Ūgia* à *tremelga* é também obsoleto.

Registra locuções pitorescas indígenas hoje desconhecidas, como a de *rapacova* e *rapacona* à *blatta pistoriaria* (L. II, en. 35) — *barata* dos moinhos, certamente a *barata* das cozinhas [*Blatta orientalis* L. — *Ortópteros*]; e a obscena alusão vulgar de *capacha de velha* a algum pólipó ou molusco, tal como a italiana, *potta marina* (L. II, en. 36).

de Clúsio que supõe tratar-se do *astragalus bœticus*, a *alfavaca* (*Rar. aliq. stirp. hisp. obs. hist.* 1576 e *loc. cit.*).

(1) Um outro ditado em castelhano traz o Amato sobre a *herba belida* — *Ranunculus repens* L. [*Ranunculáceas*] — «de la herba belida, preseve lleno, barrigua vazia»; e explica que se a deitam na cavalaria ao gado, a mangedeira fica sempre cheia, mas vazia a barriga dos animais, que a enjeitam (L. II, en. 171).

(2)* Diz-nos D. Carolina Michaelis que *toranja* com *o* é a verdadeira forma da palavra na linguagem dos berberes que a trouxeram à Península; *toranja* poderia ser deturpação causada por *laranja*.

Tem Amato a obsessão de luzir vocábulos portugueses como exemplos expressos de conservação de termos gregos e latinos.

Assim, a propósito de ervilhas, intitula os portugueses grandes guardadores das vozes do grego — *maximi græcanicarum vocum servatores* (L. II, en. 102). Falando de chirívias insiste na derivação grega, *græca voce depravata* (L. II, en. 108). Sobre uma erva que chamam *saxífraga* diz-nos que as mulheres portuguesas melhor do que em outras nações conservavam as vozes romanas — *apud quas, præ cæteris nationibus, Romanorum voces servatas invenio* (L. IV, en. 14).

Outros tantos foros de nobreza filológica que ele clássico e patriota investia com admiração na língua materna; nem sempre, porém, com acerto, e às vezes com a maior extravagância.

A etimologia, no tempo de Amato e até largo período que chegou até perto de nós, desmandava-se em derivações arbitrárias; a genealogia dos léxicos muito tarde assentou em princípios filológicos. Não admira pois que Amato, como tantos outros, desvairasse. Max Salomon a propósito da primeira passagem citada escreve: «Von grossem Interesse ist eine Bemerkung über die Vorliebe der Portugiesen für die griechische Sprache, sie seien — *maximi græcanicarum vocum servatores*»; e daí deriva para a cultura do grego na Corte Portuguesa, citando de Fortunato de S. Boaventura a Princesa D. Maria e a Luísa Sigeia. Ora o que Amato queria expressar era não o filelenismo dos portugueses, mas a conservação

originária das vozes gregas no seu idioma comum; não era o grego dos eruditos, mas o grego do falar do povo. O próprio significado de *græcanicus* o está a dizer: *græcanica nomina*, Varr., palavras derivadas do grego (*Dict.* de Quicherat e Daveluy).

Como prova dessa remanência dos termos gregos, cita Amato a expressão «ervilha fava» de que os portugueses se serviam, diz ele, para designar uma certa ervilha, o que no tempo de Galeno se chamava *phaseolus* (*L. II, en. 102*). Ora que tem que ver o grego [φασιόλος] *phasiólos* com a tal fava-ervilha ou ervilha-fava? O vocábulo transparece, sim, mas é através do latim *phaseolus* e *phaseolanus* que deu o português, *feijão* ⁽¹⁾.

A *chirívia* (*L. II, en. 108*), raiz da *Pastinaca sativa* L. [v. pág. 161], também não sei como Amato a entronca no grego [σιςαρων] *síсарon*. Os dicionaristas abonam-na com o árabe *karawiya* ⁽²⁾.

(1) O *phaseolus* dá o título dum Género que também o vulgar conhece por feijoeiro. Amato destrinça o *phaseolus* de quatro sílabas do *phaselus* de três. Este incluiria os *feijões turcos* dos italianos que não seriam mais que variedades da *smilax hortensis* (*L. II, en. 140*) — um disparate proferido também pelo Laguna. Em matéria de feijoada, tresvariavam, tanto em terminologia, como em botânica.

(2)* «*Chirivia* é deturpação de *caravia* ou *alcaravia* ou *alcorouvia* (Gil Vicente), variantes que como *alcaravea* e *alcarabea* (cast.) são pronúncias e nacionalizações árabes do grego *carvi*. Até certo ponto o Amato (aqui e em geral) tem razão com as origens helênicas de muitos nomes de plantas que nós recebemos dos árabes e que esses tinham recebido dos gregos. Sirvam de exemplo a *alcaparra*, forma arabizada do grego *kapparis*; e as *alcamonias* que são os *cominhos*». (Informação de D. Carolina Michaelis).

Ao falar da *norça preta*, a *uva de cão* — *Tamus communis* L. [*Dioscoriáceas*] — que tem por fruto a *uva taminia* (L. IV, en. 183), diz que nós e os espanhóis, chamando *norça* à *norça branca* — *Bryonia dioica* L. [*Cucurbitáceas*], denominávamos a *preta conorça* e por corrupção *congorça*, conforme ao nome dado por Galeno — admirando-se mais uma vez de que os portugueses conservem tão inteiramente os nomes das coisas, dadas pelos gregos e romanos. Errou aqui até botanicamente; a *congorça* ou *congossa* é a *pervinca* — *Vinca difformis* Pourr. [*Apocináceas*].

O mais cerebrino destes étimos é o da *pimpinela* [*teucrium pimpinella*], assim chamada... de pepino, porque cheira a ele (L. III, en. 109); Amato cuida que o nome dado à erva *ab aliquo Hispano vel Græco homine impositum fuerit*. Esta mistela picaresca de *pimpinela*, *pepino* e *grego irrita* o comentador Constantino — *ridiculam suo more, etymologiam profert Amatus*.

Ao *cisto* [v. pág. 187], cujo nome vulgar é *sargaço*, impinge-lhe também uma derivação da mesma força — *eum Lusitani ad imitationem antiqui nominis illi dicati, cistharos, aut cissaros corrupte, cerquacos appellant* (L. I, en. 116).

Traz também à balha etimológica o tradicional *bachalhau* (L. II, en. 21). Identifica-o com o *asellus piscis*, a que por nome antiquíssimo se chama *Bacchus*, donde vem a voz corrupta de *bacchalhao*, usada pelos hispânicos e pelos *Germani inferiores*. Em alemão empregase com efeito o termo aproximativo de *Kabeljau*. Segundo o ditame autorizado de D. Carolina Michaelis, a procedência seria de *bacalaurio* (bacharel), fundan-

do-se nos sinónimos de *abadejo* e *curadillo*, tirados de abade e de cura (1).

Aos *cadozes* chamamos-lhe assim da denominação hebraica, que quer dizer *santos* (*L. II, en. 29*).

Lembra-se de dizer que o nosso *salmonete* — *salmonetus* — é quase *salmoretus*, porque em tempo se preparava principalmente em salmoira (*L. II, en. 21*); e ao *solho*, que identifica com o esturjão, arranja-lhe a derivação do latim *silurus* (*L. II, en. 26*).

A *hortelã* — *Mentha viridis* L. [*M. spicata* L. (*Labiadas* ou *Lamiáceas*)] — diz-se assim, porque em todas as hortas se encontra — *ortelana*, *Hortulana ab Hispanis nonnullis appellatur* (*L. III, en. 39*); são os portugueses, pois que os castelhanos mantêm o nome latino de *menta* — *yerba buena*.

Fecharei esta excursão pelas curiosidades fonogenéticas do Amato com a derivação de *cotovia*, à qual assim chamam os portugueses *a cantu suo* (*L. II, en. 48*). Os lexicistas de hoje (v. *Dicc. etym.* de Adolfo Coelho) não se pronunciam pela voz imitativa, mas sim pela fonte comum de formas análogas de outras línguas.

(1)* Comunica-nos a prof.^a D. Carolina Michaelis que a etimologia de bacalhau é discutidíssima, procurando hoje os eruditos as suas origens na Rússia.

IV

As Conquistas e as Drogas
das Indias

Lisboa alcançara o auge da sua grandeza como empório colonial e mercantil.

Entreposto vasto e variado de todos os géneros que de África e Ásia afluíam, era então campo privativo para o estudo das drogas e especiarias. Acogulavam-se à beira-mar na *Casa da Índia*, o armazém alfandegário, onde as despejavam as frotas de Goa de Mina e retalhavam-se nos balcões dos droguistas, boticários e perfumistas da Rua Nova. Mostruário completo de tudo quanto as navegações e o comércio dos portugueses introduziram na Europa, tinha ali à farta onde saciar-se a curiosidade de quem quisesse conhecer de perto os artigos exóticos destinados ao consumo alimentar e medicinal. Os praxistas da Farmacologia apregoaram esta fonte de investigação. Laguna recomendava aos que não podiam ir à Índia que ao menos fossem à *Casa da Índia*, em Lisboa, e *lá veriam todas as espécies de canela*. Matiolo exortava os médicos de El-Rci de Portugal a que tirassem bem a limpo a diferença do *cinnamomum*

e da *cassia lignea* (Ficalho — *Garcia da Orta*). Amato foi dos primeiros a olhar com vista de botânico e de médico os sîmplices e as drogas luso-índias; precedeu Garcia d'Orta, que lhe levou apenas a vantagem, nem sempre devidamente aproveitada, de devassar de mais perto no próprio centro de produção e remessa. Importa reconhecê-lo e afirmá-lo, já que por uma injustiça histórica deplorável nem ao tempo, nem ao depois foi compreendido à devida altura esse papel de pioneiro que o primeiro editor do *Dioscorides* justamente relevava, apontando honradamente ao leitor que ali se lhe deparraria acuradamente expendido tudo o que respeitava às espécies das novas possessões lusitanas, diligência que escapara a todos quantos tinham até então abastecido de comentários o grande farmacologista grego.

O estendal que oferecia a praça lisboeta de tanta especiaria, de tanta droga, e de tanto perfume, carreados de tão diversas e remotas partes, era o pregão material da grandeza dos descobrimentos portugueses. A cada passo o entoava Amato, associando à Farmacografia exótica as glórias da sua Pátria. Deslumbra-o a glória conquistadora de Portugal — *qui magna cum gloria universam Indiam suo imperio subjugarunt* (*Diosc. L. I, en. 19*). Muito deve, cré ele, a nossa idade aos portugueses que por sua obra e indústria, não só nos abriram novos reinos, mas também pelas coisas atinentes à medicina que, esquecidas ou ignoradas, vieram trazendo a lume (*L. I, en. 15*). Quem conhecer as navegações dos portugueses, fâcilmente se persuade (*L. I, en. 6*) da abundância, excelência e genuinidade dos sîmplices, drogas, especiarias, aromas por eles trazidos a Lisboa

particularmente da Índia com a qual mantêm grande tráfico (*L. I, en. 5*). Cada ano chega uma grande frota a trasbordar — *quotannis ingentem classem omnium genere aromatum ornatam* — donde depois se reparte e expede para muitos portos do mundo — *unde postea*



A «Casa da Índia» (Pintura do século XVII)

in multas orbis regiones distrahitur (*L. I, en. 6*). Eram as armadas nunca vistas de enormes galeões a abarrotar de pimenta a granel e de toda a casta de espécies, que se trasbordavam logo para os navios castelhanos, flamengos, holandeses, ingleses, genoveses e venezianos, que então com os nossos portugueses juncavam o «amplo ádito do Tejo». Entre essa frota de alto bordo des-

taca Amato as naus da República de Ragusa de tamanha arqueação que eram admiradas no próprio porto de Lisboa, avezado já às grandes naves da Índia (*Pre-fácio do Dioscorides*).

A Idade-Média criara essa singular costumeira do uso e abuso dos aromatos e condimentos. Esta aberração estética do olfato e do paladar dera em moda e paixão universal; dessa necessidade factícia vinha o estímulo e a renda do nosso comércio colonial, que, barateando o género pela abundância, tornava a sua satisfação acessível a todo o mundo. Não havia cozinha nem mesa apresentáveis sem a pimenta, o gengibre, a canela, o cravo; a sua falta passava por descortesia ou miséria ⁽¹⁾. E o delírio da condimentação perfumada ia a ponto de esgotar na receita de cozinha a gama da araruta até ao almíscar e ao âmbar gris. Por toda a parte rescendia a perfumaria exótica na culinária e na

(1) Quando o Conde D. Gonçalo, irmão de D. Leonor Teles, estava no Porto, a convite dos burgueses que o instigavam com subsídios para que tomasse a vez do Mestre de Avis, fingiu um dia para apanhar mais dinheiro aos patriotas, que se queria ir embora, a título de «que lhe não davão poos pera a cosinha» (R. Jorge — *Origem e desenvolvimento da população do Porto*, 1897).

Já quando a fúria das espécies tinha abrandado, a perfumaria culinária estava ainda em moda. Ainda no tempo de Luís XIV se almiscaravam e ambreavam tortas, pastéis, e sobretudo licores, confeitos, amêndoas e maçapães. Chegava-se ao cúmulo de cevar os capões com almíscar. De âmbar, que passava por afrodisíaco, usava-se e abusava-se. Surpreende o ver que um homem de gosto como o Brillat-Savarin, nem por isso condenasse esta ingestão condimentar do almíscar (Alf. Franklin — *La cuisine*, 1888).

indumentária, nos pratos, nas alcovas, nos vestidos. Eram os «fumos da Índia» do Albuquerque e do Sá de Miranda; por eles se atiravam armas e caravelas aos confins dos mares; por eles enxameava Lisboa, tornada o celeiro mundial dessas falsas preciosidades. Uma fase apenas, colossal e movimentada do gosto humano em delírio, que ao depois se havia de voltar para o café, para o chá e para o tabaco, repudiando a pouco e pouco a orgia de tanta espécie mordente e capítosa. De envolta vinham drogas dos Três Reinos utilizados na botica, preconizadas pela medicina. Havia de tudo nesta farragem farmacêutica; substâncias de valor terapêutico real, mais ou menos conservadas na matéria médica de hoje, e coisas inúteis, em número superior àquelas, desprovidas de qualidade apreciável ou objecto de credices da laia do famoso *bezoardo*. Sobre a pureza e genuidade de tais mercancias vigiava o Estado, mandando a Saúde intender nas «coisas danadas» da Casa da Índia.

Amato é um índice, tanto enumerativo como descritivo, de todo esse circuito de costas, regiões e empórios donde se colhia e carreava a leva das especiarias e drogas. Compendia a geografia das possessões, feitorias e tratos dos portugueses; e especifica os géneros nos seus caracteres diferenciais, de natureza e procedência. É mais uma página antiga da História da Navegação e do Comércio Ultramarino — uma contribuição à Geografia Económica e à Merciologia Nacional e Colonial.

Dos arquipélagos do Atlântico, primeiro estadio das rotas descobridoras, sobressai a Madeira, levada rá-

pido à prosperidade pela colonização henriquina — A *cana sacarina* [*Saccharum officinarum* L. (*Gramineas*)], importada pelo grande Infante logo em 1425, desenvolveu a pouco e pouco a sua cultura de tal arte, que a tornou a mais rica e abundante das suas produções. A Madeira com S. Tomé e depois o Brasil eram agora os fornecedores do açúcar, outrora escasso e caro — *in perexigua copia* — ao presente de abundante e barato consumo, graças aos portugueses (*L. II, en. 77*). Em 1557 esta exportação da Madeira atingia 880 mil quilos, e a qualidade do açúcar *madeirense* era tal que se vendia em Lisboa pelo dobro do brasileiro (Landy e Linden — *Hist. de l'expansion coloniale, 1907*). Os árabes no Egipto tinham-se tornado mestres da refinação; faziam os cristais de açúcar, o *sal indicus* ou *açucar candi* — *succharo cando dicto, hodie arte parato* — e os pães de açúcar. Diz Amato que esse novo processo se empregava nas nossas colónias — *modus conficiendi ac in turbinatas massas reddendi novus est*; estas massas turbinadas, quer dizer em forma de cones, são precisamente os pães. Os próprios resíduos de fabrico se vendiam: o mel líquido e crasso que remanesce da confeição do açúcar, chamado *remel* — *insucchari confectura, mel liquidum et crassum quoddam remanet, quod remel dicitur* — o melaço numa palavra, ia muito para Antuérpia — *ex eo non nisi placentulæ popularibus hominibus dicatæ conficiuntur (ibid.)* e dele se faziam bolinhos para a gente do povo. Fartos em açúcar e toda a qualidade de frutas — *zuccaro et omni genere fructuum abundantes* — preparavam os insulanos, muito melhor

que em Ferrara, conservas de pêsegos e outras frutas — *condita succarina* (L. I, en. 148).

Os rizomas tuberculosos, succulentos, açucarados e nutritivos, menciona-os distintamente.

Em primeiro lugar, a «raiz tuberculosa», tão apetecida pelos habitantes da África, o *inhame do Egipto* — *quam sua voce inhame vocant* (L. II, en. 100) — é a *Colocasia esculenta* Schott (*C. antiquorum* Schott) [v. pág. 164]. Ajunta a menção da *batata doce* de Cabo Verde — *quæ ex insulis Capiviridis afferuntur batatæ dictæ* — que lá comem como pão e que os lisboetas também importam para seu regalo. Põe de lado a menção doutras raízes da Ilha da Madeira — *apud insulam Maderiam nascentes* — espécies recentes que só elas davam matéria, diz, para encher um volume — *de quibus voluminem amplum confici possit* (*ibid.*) (1).

Na Madeira, e nas Canárias, crescia o *dragoeiro* — *Dracæna draco* L. [Liliáceas] ou *dragoeiro das Canárias* — *quam illi præcipue Lusitani draconem, sive, draconarium vocant* (L. V, en. 69) — donde manava por incisão uma lágrima luzidia e encarnada, que dava o

(1) Com efeito, na Madeira desenvolve-se a *colocasia* de que se exporta a cultura para a América, visto que nas Antilhas Francesas se chama a este inhame *madère*, segundo vemos em H. Jumelle — *Les Plantes à tubercules alimentaires*, 1910). A batata doce — [*Ipomæa batatas* Poir.] (*Batatas edulis* Choisy) [Convolvuláceas] — é objecto duma cultura intensa na Ilha de S. Miguel. A *Dioscorea alata* L. [Dioscoreáceas] tem nas Antilhas Francesas o nome de *inhame português* (*ibid.*). Como se vê, o senso naturalista de Amato não fallou ao proclamar a variedade insular das batatas doces.

sangue de drago ⁽¹⁾. Amato emenda e ridiculiza a tolice de Dioscórides, Serapião e Plínio que imaginavam ser a droga verdadeiramente o sangue de dragão (*L. IV, en. 38*). Nem mesmo assim a lenda acabou de todo, pois que João Fragoso [*Discursos de las cosas aromáticas... y de otras muchas medicinas, 1572*], ao contar que tinham trazido das Canárias para os jardins reais «unos arbolicos que llamavam Dragonales» e com eles os frutos à maneira duma síliqua, «el qual abierto aparece luego, un Dragon con cuello largo, la boca abierta, el cerro erizado y la cola larga», é de estarrecer de asneira.

Das essências florestais da Madeira não lhe escapa o *cedro*, de lenho duro e sólido, que ali sobe a tão alto porte — *tanta proceritate, ut cæteras illic superare dixeris arbores* — que não fica abaixo dos da Ilha de Chipre e da Síria (*L. I, en. 95*).

O continente negro ora Amato o designa pela antiga denominação de *Æthiopia* ou pela prevalecente de

(1) Foi das primeiras produções valorizadas da Madeira e Porto Santo; como tal falaram logo da droga o célebre Cadamosto em 1454 e o médico alemão Jerónimo Münzer que visitou Lisboa em 1494 (Flückiger e Hanbury — *Pharmacographia, 1874*) [e trad. de Lanessan — *Hist. des drogues d'orig. végét., 1878*].

Hoje o *sangue de drago* do comércio, que deixou de ser artigo medicinal para se tornar apenas corante de vernizes, provém do *Calamus draco* Willd. [*Patmeiras*] que cresce em Sumatra e Bornéu. Em Socotora colhe-se também; esta procedência foi assinalada já pelos nossos Duarte Barbosa e João de Barros.

África. Rodando ao longo da sua costa no rumo da Índia, vêm as Canárias, de que Amato menciona, como já vimos o dragoeiro. Não esquece o seu nome antigo de *Ilhas Fortunadas* — *in insulis Fortunatis, quas Canarias dictitant* — (L. II, en. 77) e especifica uma delas a grã Canária — *insulam Canariam* ⁽¹⁾, *alteram Fortunatarum* (L. II, en. 57). — A *férula* aliás existente também em Portugal e Espanha onde lhe chamaram *caña\beja* e *cana\frecha* — *cannam, et loco ferulæ, corrupte frescham dicunt* ⁽²⁾ —, prospera nas Canárias (L. III, en. 88); é a *Ferula communis* L. [*Umbelíferas*] que brota efectivamente na Península e tem o seu *habitat* na Europa Mediterrânea, África Setentrional e Canárias (Willkomm).

Nas Ilhas de Cabo Verde — *in insulis Capivi-ridis* — há as batatas doces e as palmeiras (L. I, en 31 e 137) das quais não só se extrai óleo para luzes e para comida, mas também vinho, mel, fruta, linho para sacos e lenha de queimar, sendo para admirar tantos préstimos de que dotou estas árvores a Natureza. Visa de certo Amato muito especialmente o *coqueiro* — *Cocos nucifera* L. [*Palmeiras*] — a árvore preciosa e pródiga que dá como fruto o saboroso coco, flores de que se prepara o vinho de palma, amêndoa de que se extrai um óleo excelente para luzes e pasto, a manteiga de

(1) No texto lê-se certamente por erro *Caprariam*.

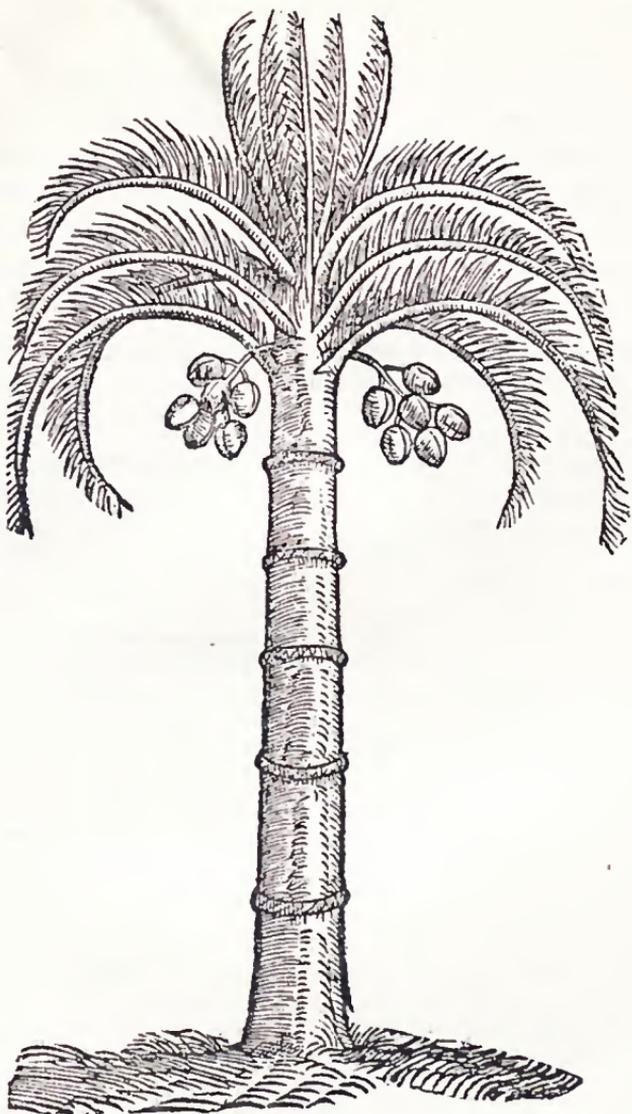
(2) Brotero dá-lhe de facto como nome vulgar *cana-frecha*. Amato supõe que *frecha* é aqui corruptela de *férula*.

coco, folhas cujas fibras servem para tanto uso, tronco enfim que dá madeira e excelente lenha.

Enfiam agora a Guiné, a sua Costa da Malagueta, ao presente da Libéria, e Mina, S. Jorge de Mina, a famosa Feitoria-fortaleza da Costa de Oiro — o empório da nossa navegação africana, hoje padrão extinto e abandonado transmudado na Elmina dos mapas.

Ao desfiar a meada botânica da individuação diferencial do *ácoro*, do *cálamo aromático* e da *galanga*, como nas oficinas europeias não tinham à mão senão as suas raízes, invoca sobre os caracteres das folhas o testemunho dos que foram à Guiné — *ab iis accepimus, qui in guineam navigarunt* ⁽¹⁾ (*L. I, en. 2 e 17*).

(1) Hoje que tais «raízes» pouco ou nada vogam pelo mercado europeu, a famosa questão do *ácoro* não vale uma casca de alho. A atitude porém do Amato nesta identificação taxonómica, essa, vale como exemplo dos seus hábitos de espírito e como indicio das prioridades a que de direito lhe cabem em matéria médica exótica. Ao publicar a edição anversa do *Dioscorides*, Amato sujeita-se à opinião clássica que considerava o *cálamo aromático* como o *ácoro* dos gregos. Desiste livremente agora de tal opinião — *ab hac libere desistimus opinione* — e não se envergonha de abandonar um erro antigo e inveterado — *nec me pudet hodie ab antiquo et inveterato isto desistere errore*. Nesta conversão andou a influência opiniativa do amigo Brasavola. O *cálamo aromático* corresponde fielmente ao *Acorus catamus* L. [*Aráceas*], descrito e identificado pela praxe moderna que aliás não pôde deslindar o que seja o *ácoro clássico* nem justamente se tem matado com isso (Ficalho) muito embora alguns como Flückiger e



Palmeira das nozes Indicas (cocos)

(Clúcio «Aliquot Notæ in Garcie Aromatum» 1582;
e «Exoticorum» 1605)

A Costa da Malagueta, estendida desde aquém do Cabo Mesurado até ao Cabo das Palmas, era a faixa por excelência de produção duma droga de grande notoriedade e tão subido apreço, que a honravam como *semente do paraíso* ⁽¹⁾ — *granum paradisi* — a famosa *malagueta*, *quod maliguetam a terra unde eum de-*

Hanbury se inclinam a crer que as descrições do ácoro dadas por Dioscórides e Plínio se referem à *raiz do cálamo*. Citam expressamente o testemunho do Amato que noticia a importação do cálamo em Veneza por via de Alexandria, ao passo que os portugueses o traziam anualmente da Índia. Amato identifica o ácoro com o rizoma da galanga, e é aqui que a sua identificação, toma, a meu ver, interesse.

Há da *raiz da galanga*, duas espécies, uma menor, o rizoma da *Alpinia officinarum* Hance, cultivada na China, outra maior, o rizoma da *Alpinia galanga* Willd., planta de Java [*Zingiberáceas*]. Farmacologistas modernos como Hanbury, e com eles Ficalho, atribuem ao nosso Orta a primazia desta distinção — o que não é exacto. A haver honras em tal distinção pertencem elas ao Amato que separa nitidamente as duas espécies — uma *galanga crassa*, a tal de que recebeu notícias da Guiné, existente também na Síria e na Babilónia, identificável a seu ver com o ácoro antigo, outra a *galanga indica* — *quam seplasiarii subtilem appellant*.

O conhecimento das duas castas estava pois feito, muito embora a Garcia d'Orta se deva reconhecer o mérito de precisar-lhes caracteres descritivos e de procedência. Amato refuta a ideia de que a *galanga* seja o *esquinanto* [(*schænanthus*) ou *junco odorífero*] (*junco odoratus*) (L. 1, en. 16) — o *Andropogon taniger* Desf. [*Cymbopogon schænanthus* (L.) Sprengel] [*Gramíneas*]. O Matiolo caíra também neste engodo que o Cristóvão da Costa [*Tratado de las drogas y medicinas de las Indias Orientales*, 1578; ed. lat., 1582; ed. ital., 1585] duramente lhe exproba.

(1) Amato afirma que tal especiaria foi desconhecida dos antigos — *quod Græcis ignotum fuisse certus sum* —

ferunt cognominant... ex Guinea regione Malagueta dicta... quanquam aliis granum paradisi magis appellari placeat (L. I, en. 5) ⁽¹⁾, é a semente, descrita por Amato, do *Amomum melegueta* Rosc. [*Aframomum melegueta* K. Schum.] [*Zingiberáceas*], segundo a identificação e designação modernas.

Da Costa da Mina, da Guiné, e doutras terras firmes ou insulares da África, traziam os nossos navegantes uma goma-resina, o *ânime branco*, hoje conhecido por *copal duro* ⁽²⁾ (L. I, en. 23 e 71).

É hoje despicienda a discussão; não assim a contribuição trazida pelo Amato à história natural da droga, em que mais uma vez antecede os modernos.

e é verdade. Orta, pelo contrário admite que Dioscórides a conheceu, embrulhando-se com o Laguna que, a respeito de *grana de paraíso*, atola-se em confusões deploráveis e revela a mais palmar ignorância (L. I, cap. 5). O mal vinha principalmente de encabeçarem a malagueta no *cardamomo* de que já falaremos. Prova-se mais uma vez o que já aventei e é que fez muita falta ao Orta a leitura do Amato [v. *Coloquios dos Simples e Drogas da India*, ed. do Conde de Ficalho, 1891-95].

(1) Pomet diz na sua *Histoire générale des drogues* que se chamava assim «tant à cause de la beauté de son fruit qu'à cause de sa bonne odeur» (Franklin *loc. cit.*).

(2) Na sua exegese dos textos antigos, Amato procurou identificar o *câncamo* do Dioscórides com o *ânime branco*, opinião que também devia ser a de Garcia d'Orta que aliás conhecia mal a questão e a droga. Cristóvão da Costa reconhece esta prioridade do Amato sobre o seu Garcia d'Orta.

Conta Amato que já «Brissot considerava — não diz onde nem como — esta goma como *câncamo*», quando estava em Portugal, com o sentido de navegar para a Índia.

O *ânime branco*, apelidado *ânime duro*, é uma goma-resina exsudada, segundo lhe contaram os que a colhem, «de árvores altas com folhas semelhantes às da murta»; são a *Guibourtia copallifera* Benn. [*Copallifera copallifera* Milne-Redh. (*Copaiba copallifera* O. Kuntze)] na África Ocidental e o *Trachylobium verrucosum* Oliv. na Oriental [*Leguminosas*]. Amato conhecia especialmente o *ânime da Costa Ocidental*, trazido todos os anos de Mina, de excelente qualidade, muito empregado pelas mulheres em fumigações, como o é ainda hoje em todos os países onde se colhe copal (*Dict. de Thérapeutique* de Dujardin-Beaumetz).

Além deste não se conhece hoje outro senão o mole — o *ânime americano*, o verdadeiro *copal*, nome que prevaleceu mesmo para os *ânimes africanos* — produto resinoso de diversas espécies do Género *Hymenæa* L. [*H. curbaril* L. entre outras] [*Leguminosas*]. Este copal como produto da Nova Espanha é já descrito por João Manardes [*Epistol. medicinalium Lib. XX, 1540*] e por Fragoso (*loc. cit.*).

Ao tempo distinguiu-se um *ânime negro*, que Amato solta doutamente do grupo, considerando-o uma mirra. A mirra manada de diversas *Burseráceas* do Género *Balsamea* Gleditsch [*Commiphora* Jacq.], apresenta-se em massas cêreas duma cor de castanho-escuro. Seria uma qualidade especial, a *minea myrrha* do Dioscórides. Amato não vai longe de crer que o nome peninsular de *ânime* é uma corruptela de *minea*. *Minea*, diz Amato que vem do nome da região produtora; lembra-se da Mina da costa de África mas deixa o caso aos geógrafos — *an vero Minea hæc regio, Mina hodie dicta*

regi Lusitaniæ parens, sit, cosmographis inquirendum relinquo. Não tem nenhuma plausibilidade a lembrança porque a mirra vem da costa da Somália, Mar Roxo e Índia.

A Ilha de S. Tomé — *insula sancti Thomæ, æquinoctiali subjacenti* — (L. I, en. 4) está debaixo do equador que passa efectivamente pela sua ponta meridional. Ali brota e se colhe a *junça avelanada*, que também pulula em Espanha e em todo o Portugal, à qual Amato registra o nome ainda em uso de *junça de cheiro e albafor* (*ibid.*), o *Cyperus longus* L. (Willkomm). — S. Tomé também era centro dos mais importantes de produção e exportação de açúcar; em 1522 produzia dois milhões de quilos (Launay e Linden); estimadíssimo, de lá provinha uma qualidade especial que nas oficinas chamavam *roxo* ⁽¹⁾ — *officinæ (saccharum) rubrum appellant* — do qual principalmente se preparava em Veneza, o açúcar branco, chamado refinado — *ex quo Venetiis albissimum, refinatum dictum, præcipue paratur* — o açúcar mascavado de S. Tomé que alimentava as refinações venezianas (L. II, en. 77). A passagem do Amato prova a existência dessa indústria na Itália no meiado do século XVI que se espalhou pela Europa Central.

(1) Verto *rubrum* em *roxo* porque tal era ao tempo a designação vulgar, pelo menos em Itália, por exquisito que pareça. Assim o acho em Laguna que fala do *assucar roxo* como açúcar impuro (L. II, cap. 74) e nos conta do Sasseti muito expressamente: «di santommé vengono quelli zuccheri che si raffinano, chiamati da noi zuccheri rossi». — Açúcar mascavado como hoje se lhe chama.

Dá S. Tomé por *habitat* de temeroso *crocodilo* — *hominibus infestissimum* — tamanho que chega a medir 15 e 18 côvados; para matá-lo é preciso recorrer às armas de fogo — *bombarda, vel schopettis aliisque bellis tormentis opus est* (L. II, en. 57 e 59).

Não aponta nenhuma paragem da Costa Oriental; fala porém das terras de Zingo — *in terris Zingi in occidente, quas ego Africæ esse crediderim* (L. I, en. 20). Intrigou-me este Zingo que o Amato julga ser a África, e acertadamente. Aos negros chamavam outrora *zingis* ou *zingues* ou *zangues*; daí a onomástica de *Zanguebar* ou *Zangebar*, hoje *Zanzibar*, que nesse tempo abrangia uma grande parte da Costa Oriental. No que Amato se engana é em supô-la, se não é erro tipográfico, no litoral de Ocidente, a não ser que este ocidente seja tomado em relação ao das Índias. A essa costa arrojava o mar o perfume caro do *âmbar pardo* ou *gris* desconhecido aos antigos — *ambarium grisium dictum, quod prisci quoque ignorarunt*; de lá o traziam os mercadores a Portugal ⁽¹⁾. Ainda hoje este âmbar é pescado

(1) Cristóvão da Costa particulariza Sofala, Angoche e Moçambique. Conta que o âmbar não era produto exclusivo do Oriente, pois que em Setúbal, Peniche e outras partes se encontrava também, bem que em pequena quantidade. Não o transportavam os portugueses só para o Ocidente, mas também para a China, onde o âmbar era estimadíssimo como perfume e condimento corroborante do estômago, nervos e genitais. Chegava ao preço de 1500 ducados por 20 onças, preço que baixara depois que os nossos abasteceram os mercados.

Cá na Europa, como já notámos, a culinária também

na costa africana do Levante e nas ilhas circunjacentes, aquelas

Outras ilhas, no mar também sujeito
 A vós, na costa de África arenosa
 Onde sai do cheiro mais perfeito
 A massa, ao mundo oculta e preciosa.

Ao mundo oculta, dizia o Êpico, e oculta também para o nosso Naturalista que repete, como Orta mais tarde, as invenções dos árabes: — O âmbar nasceria como tortulho, no fundo do mar, donde as tempestades o arrancavam para o arrojarem à praia ou servir de pasto a um peixe chamado *azel*, do ventre do qual também o extraíam os indígenas. Só depois se soube que o âmbar gris consiste numa concreção intestinal, um coprolito abrigado no ceco ou rejeitado nos excrementos do *cachalote* (*Catodon macrocephalus* L.) [*Physeter catodon* L.] [*Cetáceos*].

Defronta-se-nos agora a Índia dos conquistadores — toda essa plaga imensa varrida pelas nossas frotas desde a boca do Mar Roxo até além do Estreito de Malaca. Pontua Amato com amor geográfico e patriótico no mapa asiático os berços da produção das drogas e as vias do seu trato mercantil.

pôs em moda esta porcaria que hoje é ainda uma das drogas fundamentais da perfumaria, alcançando cada quilo deste fedor preços superiores a conto de reis. As manias humanas são incorrigíveis.

Ao largar de África, à entrada do Golfo de Adem, depara-se a Ilha de Socotora (Sokotra); dali e da terra firme, vem o melhor *azevre*, a espécie ainda chamada *álves socotrino* — *bona aloe, ex India quadam insula, Socotora dicta, unde Succotrina Aloe appellatur, et cæteris antefertur* (L. III, en. 23).

Na chave do Golfo Pérsico, da famosa Ilha de Ormuz traziam os mercadores portugueses grandes pérolas dum belo oriente — *albissimos uniones* (L. II, en. 4); lavrava-se aí o sal de mina, o sal gema — *Ormusium, insulam apud Persas, regi nostro Lusitanorum hodie subditam, salis fodinis uberrimis scatere* (L. V, en. 86).

Próximo de Ormuz no fundo do golfo Pérsico ficava Baçora, o empório do comércio asiático dos árabes, a cidade ilustre onde Avicena publicou as suas obras — *Avicenna omnia sua opera litteris mandavit* — Baçora, que medeia entre Alepo — *Halepum inclitam civitatem* — então a importante cidade da Síria e Ormuz — *Oromusium, insulam dictam in qua Lusitani nostri merces frequentissime exercent* (Cent. III, cur. 18). Sempre a nota da sujeição portuguesa e da actividade mercantil do seu país.

Ormuz, sobre colinas de sal oferecia o mais variado e rico bazar do Oriente; este luxuoso e rico empório do genial Afonso de Albuquerque, além de escala marítima para o comércio do Mar Roxo, era o entreposto do tráfico da Pérsia e Síria, a baliza final das caravanas do Corassão (Khorasan) e das que subiam até Alepo por

Baçora (H. Scherer — *Hist. du Commerce de toutes les nations*, trad. fr., 1857).

Topografa a Costa do Malabar (1) e os seus portos exportadores por excelência de especiarias — *maritimæ civitates quas Lusitani nostri, non tam habitant, quam frequentant* — *Batequala, Cananor, Calicut, Chalequa, Tanor, Cochym, Charamandel, et aliæ plures* (L. I, en. 11). As costas da Península Indiana, arestas do seu ângulo terminal, são a poente a do Malabar, de Goa ao Cabo Comorim, a levante a de Caramandel; Caramandel não é pois nenhuma cidade marítima do Malabar, como Amato diz por lapso. Está certa no mais a topografia; descendo ao longo do litoral encontram-se Batecala (Batukala), Cananor (Kananur), Calecut (Kallcotttai), Tanor, Cochim (Katschhi), tão nomeadas como tantas outras (Cranganor, Mangalor, Couião, etc.) nos nossos anais de além-mar (2).

Portos de frequência marítima, de tráfico comercial, não eram pròpriamente possessões como Amato faz notar, com excepção todavia de Cochim.

Ali viçava a trepadeira que dá a folha aromática, então e hoje de tanto apreço e delícia para os indígenas — *pretiosissima res, ac deliciosissima* (L. I, en. 11). Era o *betle, betre* ou *bétele «betium»* — *Piper betle* L. [*Pi-*

(1) Não se topa nenhuma indicação nem da Costa do Guserate, nem de Baçaim, nem de Chaul, nem mesmo da assombrosa capital, erguida de súbito do Império Luso-oriental — a faustuosa Goa.

(2) Não pude identificar *Chalequa*; será Chale?

peráceas] de contínuo mastigado e ruminado pelos orientais — *illo enim continuo vescuntur* — que lhe atribuem todas as virtudes estimulantes e afrodisíacas, e até a de suprir o próprio nutrimento — *cerebrum confortat, stomachum roborat, et cor exhilarat, ac Venerem incitat... ut postposito omni genere cibariorum, hoc tantum contenti evadant*. Amato descreve a preceito o menticatério do *bette*, confeccionado ainda com a cal obtida pela calcinação das ostras ou das conchas — *chalci ex ostreis, aut buccinis confecto* — e com os pós da noz de areca — *pulveri nucis cujusdam Areque dictæ* — a semente da *Areca catechu* L. [*Palmeiras*]. O mascar desta mistela aromatiza o hálito e tinge toda a boca de vermelho intenso — *totum os croceum redditur* (1).

Da Índia, mas nomeadamente de Cananor — *Canaris insula* — provinha um arómato célebre, o *car-*

(1) Toda esta destriça do *bette* é perfeita, completa; nada acrescentou de novo o praxista imediato Garcia d'Orta. Tudo expressivamente dito, o tipo da planta, os caracteres botânicos da folha, o adjutório da cal e de areca, a costumeira e os efeitos deste vício nascente; até o nome arábico de *tembul* é exacto embora Amato o não dê por absolutamente certo — *profirimo ut crediderim nondum statui*.

Onde porêem se debate penosamente em erro, é quando procede à identificação do *malabathrum* antigo; supõe que este *batro* é o *betre* e que o *mala* é um prefixo a indicar a procedência do Malabar. Laguna também cai na mesma.

Estes *etymons* não passam de fantasia mas Amato ressalva-se quando diz estar certo de que a folha chamada nas oficinas *malabathri folium* ou *folium indicum* não é o *bette* tal qual o descreve, mas sim folha dum cinamomo — *quim*



Trepadeira do betle ou betre

(Clústo «Alquot Notæ in Gareæ Aromatum» 1582;
e «Exoticorum» 1605)

damomo (L. I, en. 5), hoje dum uso quase de todo obliterado (1).

Procedia ainda de lá o conhecido *gengibre* — *advehitur porro zingiber ex insula Cananoris*; mandavam-no também em conserva de açúcar, boa para o estômago a qual se imitava inferiormente em Veneza e outros

potius illud cinnamomi folium sit, ut officinarum seplasiarii quoque fatentur, et ipsius attestatur sapor. Esta a verdade; atinou, pois, correctamente com uma distinção, que Orta não sabia, enquanto o Nizamaluco lhe não explicou que *folium indicum* e *belle* eram coisas muito diferentes. Dai o atribuírem-se-lhe as honras de ter desfeito uma confusão, (*Coloquios*, ed. Ficalho) já substancial e perceptivamente esclarecida por Amato. O *fólio indo* ou *folha da Índia* é a folha seca dum cinamomo, especialmente do *Cinnamomum tamala* Nees et Eberm. [*Lauráceas*]; o nome indígena é *tamalapatra*, donde vem a designação do Dioscórides e do Plínio. Na sua derivação filológica tão sómente é que o Amato cincou, mas não na diagnose botânica e farmacológica.

(1) Amato, como de costume, caracteriza de conhecimento próprio o *cardamomo indico*, e menciona ao mesmo tempo a *malagueta*, já atrás referida, por também a apelidarem, *cardamomum minus*.

Duarte Barbosa já tinha dado conta da procedência do cardomomo na sua *Relação inédita*; mas Amato é o primeiro que publica uma descrição do *cardamomo*, apontando-lhe a origem malabárica. Ao entrar em contas com o Dioscórides e o Plínio... *hoc opus*; foi o que sucedeu a todos os comentadores, Orta inclusive, e os modernos não foram mais felizes, confessando-se incapazes de identificar ao certo o *cardamomo* dos velhos textos. (Flück. e Hanb.). Amato vai em todo o caso asseverando que o *cardamomo da Índia*, tal qual o descreve, difere tanto do *cardamomo* dos gregos *quantum cancer abxit ab anguilla*. Como porém dum modo positivo não vê que outro se nomeie ou se encontre, não acredita em tal cardamomo, e empe-

lugares (*L. II, en. 154*) ⁽¹⁾. É o rizoma do *Zingiber officinale* Rosc. [*Zingiberáceas*], cultivado nas regiões tropicais, ainda hoje condimento em voga sobretudo na Inglaterra.

Ao largo do Malabar as Ilhas Maldivas — *insulis Malviæ dictis* — a chusma das Maledivas ou Malajas onde se pesca, como defronte de África, *âmbar gris* que passava por ser de melhor qualidade — *præstantissimi et suavissimi odoris* (*L. I, en. 20*).

Conta Amato que este âmbar das Maldivas misturado com almíscar o metiam em estojo de oiro — *pira*

nha-se por explicar as diferenças descritivas pelas diferenças entre a semente intacta e a descascada. Depois embrulha-se com os árabes e seus comentadores sem conseguir apurar noção precisa em tal exegética onde todos sosso-braram.

Hoje conhece-se o cardamomo do Malabar, mais pequeno, e o de Ceilão, maior — ambos variedades da mesma espécie — *Elettaria cardamomum* White et Maton (Flückiger e Hanbury registram ainda vários *cardamomos*, frutos de outras *Zingiberáceas*).

⁽¹⁾ Amato dá o seu nome árabe mais correctamente do que Orta: *zingibel*. Distingue perfeitamente as duas variedades comerciais, o branco e o vermelho. O primeiro é o rizoma com a sua cor natural, o segundo tingido com barro desfeito em água — *terra quadam rubra aqua dissoluta* — no intuito de melhor o conservar e poupá-lo do bicho — *ne evanescat, ac vermibus corrodatur* — daí o chamar-se vermelho — *rubrum zingiber appellant*. Orta é muito menos explícito a propósito desta operação, que Gaspar Correa [*Lendas*] nos descreve nos mesmos termos tal qual se praticava num grande terreiro da Fortaleza de Cananor, tudo em plena conformidade com a notícia do Amato, que Cristóvão da Costa a seu turno repetiu.

sive poma dicta — *pivetes* que as mulheres, principalmente em Espanha traziam pendentes do pescoço, não só para dissipar o flato nervoso, mas sobretudo como chamariz e talismã de amor — *ut aliorum amorem suavissimo illo odore, portantes sibi concilient.*

A jóia mais alto nomeada da Índia, em perfumes, em riqueza, em lendas, era Ceilão (*Sinhala*) — *Zeilam insula, non parvi apud Indos nominis* (L. I, ev. 13). Não passa por ela sem apontar o famoso *Pico de Adão* —

Olha, em Ceilão, que o monte se alevanta
tanto, que as nuvens passa ou a vista engana;
Os naturais o têm por cousa santa

— *Est mons, quem Adam dum pœnitentiam ageret, tenuisse ab incolis creditur, cujusce rei penes ipsos fide esto.*

Orta imaginava erradamente que a fabulosa lenda localizara ali o paraíso terreal (Ficalho); não, a tradição maometana, conhecida do Amato, dizia que no pico estivera Adão cumprindo penitência depois da expulsão do Paraíso (1).

(1) Amador Arrais dá conta igual da lenda. «No meio da ilha ha hum monte muy alto, cercado de muytas lagoas & no cume delle está hum pico que tem no meio hum lago de que manão agoas doces & perennes. Junto a este lago está hũa pederneira ou arricife que tem entalhada hũa pegada de homẽ que os moradores crêm ser de nosso primeyro padre Adam, & dizem que daly foi levado pera o Ceo (*Dialogos: Dial. 4.º, Cap. XXXI, nov. ed., 1846*).

Ceilão era jazigo de pedras preciosas, diamantes, rubins estimadíssimos, e tantas outras de que não vale a pena falar — *in qua multa præterea preciosorum lapidum copia habetur, nempe adamantum, carbunculorum et aliorum plurimum quæ referre non vacat, nec si vacaret, puto fuisse operæpretium*. Vãs preciosidades para olhos de médico que não vê na afortunada ilha senão...

..... canela
Com que Ceilão é rica, illustre e bela.

Tal o requintado valor da especiaria, talvez a primeira em data trazida do Oriente e a primeira em estimação desde os tempos mais remotos. Do seu espantoso consumo ainda hoje se vê o sinal na locução: «e vende-se como canela».

Amato conhece as variadas cascas officinaes do *cinamomo* — *cujus non pauca reperiuntur genera (ibid.)*; e por informação obtida de quem se demorara vinte anos em Ceilão descreve a árvore produtora do conhecido arómato — o *Cinnamomum zeylanicum* Breyn. [*Lauráceas*]. Os seis ou sete ramos que do tronco bracejam, cada ano se podam; estonadas estas rancas, obtém-se a casca, dum cheiro aromático tão grato e peculiar. Outra canela — a *cassia lignea* — vinha doutras partes da Índia, inferior ao cinamomo ceilanês no perfume e no sabor (*L. I, en. 12*) (1).

(1) A questão do cinamomo foi uma das mais graves em que se envencilharam estes velhos casuístas da matéria médica. Era por causa da destrinça do verdadeiro cinamomo [v. pág. 215] que Matiolo exortava os médicos por-

Da costa dalém conhece as terras de Bengala — *apud gentes Bengallos Indiae* — onde os ovos se não comem frescos, mas só sedijos e chocos (*L. II, en.*

tugueses e o Laguna recomendava a visita da *Casa da India* em Lisboa.

O Amato deve reconhecer-se que saiu o mais escorreitamente possível, com vantagem bem sensível sobre o próprio Orta, que por sinal a propósito da canela cita o Amato dum modo que dá bem a perceber o desconhece; com certeza que é uma citação de segunda mão. Amato asseverava que possuímos o verdadeiro cinamomo — *cinamomum verum habemus* — ao passo que a opinião dos comentadores clássicos era que o cinamomo, raro no tempo já do Império Romano, tinha desaparecido dos modernos. Laguna (*L. I, cap. 12 e 13*) tropeça nesse mesmo erro, declarando — ele que diz ter revolvido sacas de canela em Lisboa e Veneza — que só viu o legítimo cinamomo nas reliquias encontradas no túmulo romano duma irmã de Arcádio. O boticário Perez exproba com dureza a Laguna esta fábula. O Matiolo esse, despeitado contra o Amato, descompõe-no por ele dizer que havia, e à farta, o verdadeiro cinamomo; digno de repreensão era o Matiolo, comenta o Cristóvão da Costa, por não o acreditar. Amato tinha razão; o cinamomo tem por tipo o da espécie fina de Ceilão, mas há diversas qualidades, reconhecíveis nos entrepostos onde a especiaria abunda. Tal é a conclusão atingida também — *apud recentiores*. Outras espécies de *Cinnamomum* Bl., que não o *C. zeilanicum* Breyn., dão cascas análogas mas de menos fineza e estimação. A chamada *cassia lignea* buscou Amato diferenciá-la do cinamomo. Orta pelo contrário entendeu que canela, cinamomo e *cassia lignea* era tudo um. Os modernos vieram dar mais razão a Amato, distinguindo a canela de Ceilão — a do *Cinnamomum zeilanicum* Breyn., da canela da China — a do *Cinnamomum cassia* Bl.

Orta peca, e muito mais, quando imagina que a casca se reproduzia nos ramos estonados, tal qual a «cortiça dos

44) (1); o Pegu, na Indochina ao fundo da Birmânia — *in regno Pegu dicto apud Indos* colhia-se a laca, lacar ou lacre, usada na tinturaria e nas oficinas (*L. I, en. 23*). Embora a laca apareça em paus no comércio, donde quase todos criam haver uma árvore que a produzia, Amato sabia ao certo que se não tratava de nenhuma goma exsudada de qualquer planta.

sovereiros»; Amato está na verdade, dizendo que os ramos são amputados e descorticados. O Matiolo, mais uma vez dementado pela ira contra o Amato, vai até ao despau-tério de afirmar que o cinamomo é tanto a casca como o lenho; o Perez, comentando diz: «Empero facilmente cono-ceremos el odio, y vana reprehension de Mathiolo» — jus-tiça que outros, e bem mais tarde, não souberam fazer com o rasgo e verdade do boticário toledano (v. *Libro de The-riaca*, pág. 120).

Sassetti, o italiano letrado e mercador que de Lisboa [v. pág. 167] em 1581 passou à Índia, estanciando por lá até à morte em 1588 e escrevendo a parentes, amigos e pes-soas poderosas do seu país, uma série de cartas preciosas pela luz que derramam sobre a nossa história ultramarina, elaborou uma interessante memória sobre o cinamomo, onde faz referências ao Amato (que também não leu) assim, como ao Orta e ao Cristóvão da Costa (*Lettere di Filippo Sassetti*, ed. Marcucci). A canela por excelência de Ceilão opõe a da terra firme — a da Costa do Malabar, do Canará e do Concan — mais espessa e grosseira, a que os portugueses chamaram *do mato* — «di mattos e vuol dire salvatica». É a casca doutra espécie, principalmente do *Cinnamomum iners* Reinw. Sassetti confirma assim o que já dissera o Cristóvão da Costa: os marinheiros levaram dos bosques do Malabar e de Java uma canela selvagem e grosseira.

(1) Entre os povos chineses é hoje manjar supremo o ovo em que com o tempo toda a massa se dissolve num líquido que eles ingerem com prazer (Matignon — *De la superstition et de la misère en Chine*).

Era sim a excreção de formiga de asas, comparável à cera das abelhas — *fornicarum alatarum stercus, javagove, velut cera apum*. Os insectos produzem-na, depositam-na nas árvores dos terrenos pantanosos ou irrigados do Pegu. Acertou Amato na curiosa génese da laca, massa corada devida à *cochonilha da laca* — o *Coccus lacca* L. [*Laccifer lacca* (L.)] (1).

Aos mercados de Pegu, certamente à nossa Feitoria de Pacém (*Persaim*) vinha o *moschus pulvis pretiosissimus odoratissimusque* (L. I, en. 20) — o almíscar como nós lhe chamamos, vocábulo que Amato foi derivar limpamente do artigo *al* ao *misch* dos árabes. Vinha dalém de Malaca — *Indiæ ultima quadam provincia* (Cent. VII, cur. 77), a derradeira vedeta armada da Índia lusa como Ormuz era a dianteira; produzia-se no vasto Reino de Sião — *regnum amplum, Siam dictum et ut melius diagnoscas, ultra Malacham situm*; dali se distribuía para várias regiões do globo — *in*

(1) Enganou-se, o que não admira, na entomologia; não é uma formiga, mas um *Hemiptero* [*Homóptero*]. Quanto a asas, é o macho que as tem; mas só a fêmea, áptera, se agarra ao ramos e só ela produz a *laca ou goma laca* — mistura do látex sangrado pela picada do insecto e da matéria corante dos cadáveres das cochonilhas. Cuidou que eram formigas, mas parece enjeitar qualquer forma de cultura; Amato foi explicito e exacto, contando que nas terras inundadas pela chuva, ou artificialmente, os indígenas põem árvores, nos ramos das quais trepam os insectos, revestindo-os de laca.

Cristóvão da Costa transcreve por inteiro a tirada do Amato sobre a laca, gabando-lhe a descrição.

varias orbis regiones — a leste para a China — *in regnum Sinarum*, a oeste para o Reino do Corasceno — *in regnum Corasceni* (L. I, en. 20).

A estes corascenos, homens brancos e belicosos, sujeitos ao Sofi da Pérsia — *Persarum regi Sophi dicto subjectum* — chamavam por corrupção *corasões* os nossos portugueses da Índia que com eles mercadejavam — *cum illis mercium distractionem exercent*. Corasceno ou *corasone*, onomástica usada também por Orta e Pedro Teixeira, era corruptela de *Khorasan*, província do interior da Pérsia, ao tempo tomada como designação duma vasta região abrangendo por um lado, até ao Indus, o Afghanistan e Belutchistan e pelo outro o Norte da Pérsia até ao Oscan e Buckara (Scherer).

Sofi era o título do monarca persa, desde o advento ao trono, no princípio do século XVI, duma família de derviches, denominados *sophis* (*Çafaris*). Viveram sempre muito a mano com os portugueses que deles rezam nas crónicas; ao criador da dinastia Chah-Ismael prestou auxílio contra o Grão Turco o nosso Afonso de Albuquerque (Gaspar de S. Bernardino — *Itinerário*).

Além da dupla via marítima, a oriental e a ocidental, que trazia o *almíscar* a Lisboa, havia a via terrestre. Os mercadores do Cairo — *Chairi civitatis, Mauri mercatores* — para venderem o almíscar em Alexandria com destino a Veneza, iam buscá-lo em caravanas que gastavam oito meses na jornada — *pedestri itinere octo mensium, cum suis caravanis* — a uma região remota — *regnum hodie Tumbequitum dictum*. Dei-me a pratos para saber onde pararia este Tumbequito; não vejo outra identificação que não seja a dos planaltos do

Tibete, *habitat* do *cabrito almiscarado* donde vem hoje ainda o almíscar de mais fina qualidade, quase todo consumido no Oriente (1). O mercado por excelência do almíscar tibetano achava-se na célebre cidade búdica, Khotan, atingida pela rota das caravanas árabes que passavam o Khorasan por Balkh (Scherer), que aí chegariam desde o Cairo através da Síria e Bagdade.

O almíscar chegava à Europa em bexigas do feitiço de bolas — *vesiculis pilæ modo rotundis a pelle paratis* — ou em caixas de chumbo. Ao primeiro chamavam-lhe os nossos *almíscar em papos*, ao segundo *almíscar em pó*; assim aparece também nos mercados actuais onde se distingue o que vem na *bexiga*, no saco natural que o contém, ou *fora da bexiga*, de menos preço. A droga que chegava a Lisboa, como demorava seis meses sobre águas do mar, deteriorava-se com a humidade; estimava-se em menos do que o almíscar de caravana, trazido a Veneza, que se cotava no dobro daquele — *duplo venditur pretio carior occidentali*.

Amato sabia que o almíscar se extraía dum animal da Indochina (2), e a propósito cita como muito seme-

(1) O cabrito almiscarigero, habitante dos planaltos mais subidos da Ásia Central e Oriental, encontra-se também no Tonquim e na Cochinchina; é verídico pois Amato quando o dá como do Reino do Sião, tomado como expressão geográfica da Indochina além de Malaca. Acerta também o *habitat* do Tibete onde se caça a melhor casta. Hoje a fonte comercial já não é o Pegu mas os portos da China, onde chegam as bolsas naturais do almíscar chamado do Tonquim, a melhor qualidade da praça.

(2) Amato ao pretender emendar a falsidade de Sera-pião erra também deploravelmente. Imagina que o almíscar

lhante o produzido pelos *gatos* chamados *de algália* ou *zibeta*, que viu tanto em Portugal como na Flandres e Veneza, que não tinham outra procedência que não fosse o comércio oriental da Lusitânia — *qui non aliunde quam ex Lusitanorum commercio habentur*.

consiste na carne pisada do animal, amassada à mão em bolas, e embrulhada na pele; esta almôndega não passa duma invencionice; em verdade consiste sim num produto segregado por uma glândula em forma de saco, existente no abdômen do macho por diante do vergalho. Este saco arrancado e posto a secar pelos caçadores dá as tais *bexigas do almiscar*.

Conhece também mal o animalejo a que dá o tamanho da lebre, e que como ela é caçado. O cabrito do almiscar é um pequeno *Cervideo* mocho — *Moschus moschiferus* L. — um pouco menor do que o cabrito montês.

Muito mais exacta é a passagem sobre o *gato de algália*, que teve entre mãos. Diz expressamente que a substância almiscarada se lhe encontra *inter inguina testiculosque*; segregam-na de facto duas glândulas para uma bolsa ante-anal. Muito afins dos *Felideos*, as *civetas* [*Viverrideos*], pertencem a diversas espécies; as mais apreciadas pelo produto almiscarado são a da África — *Viverra civetta* Schreb. [*Civettictis civetta* (Schreb.)], e a da Ásia — *Viverra zibetha* L.; esta última é a falada pelo Amato.

Do apreço em que eram tidos entre nós encontro a prova numa passagem da viagem do Rosmithal, que, em 1466, diz ter visto no Palácio Real «uns animais de cheiro muito mau chamados *gatos d'algatia*» (*Viages en España*, trad. de Fabié).

O Fr. Estevão de Burgos descreve-a como «substancia grossa como manteiga que a certa especie de gatos se lhe faz junto dos testiculos em huma bolsinha á maneira de tripa, a qual virão como borzequim de dentro para fora, tirando-a, raspando-a e alimentando-a com uma colher de marfim e então a tornão a pôr no seu lugar, não de outra maneira que á madre de mulher quando lhe sahe do lugar» (*Exame de boticario*).

O almíscar, hoje como então regalo dos orientais, para os europeus tem só o caro préstimo de excipiente de perfumaria. Não assim outrora quando sobre cheiro da moda era condimento de iguarias ricas, e medicamento de virtudes requintadas. Ao tempo de Amato, dizia Albertus, que sem ele não havia medicina possível. Era o específico da *passio hysterica*. O seu eflúvio sossegava o útero soerguido, causador das crises nervosas das mulheres. Amato com outros grandes médicos do seu tempo recomendava-o na estrangulação da madre — *ad matris strangulationem* — aplicado em pessários; o nome de Amato é lembrado como tal na história da terapêutica da histeria (*Dict. de Thérap.*). Entretanto esta droga repugnante e inútil, mercê da rotina officinal ainda peja as *Farmacopeias*.

Três vezes individua Sumatra, a ilha grande da Sonda, acolcheando-lhe sempre o título de *Taprobana* — *insula Sumatra, Taprobane a Latinis dicta (L. I, en. 21)*. Ora Sumatra nunca foi a Taprobana; Ceilão é que é a Taprobana dos antigos. Amato teve companheiros neste pecado geográfico, cometido por cartógrafos e viajantes de cunho (Ficalho) ⁽¹⁾. O próprio

⁽¹⁾ O erro vinha de Ptolomeu; pelo menos assim esta paternidade encontro no Amador Arrais: «Do cabo Oriental que os nossos chamão Comorim está hũa Ilha nam longe que algũs cuidão ser a Taprobana; mas Ptolomeo quer que seja Samatra fronteira de Malacha que he a aurea Chersoneso & a Ceilão chama Corim, do nome do cabo fronteiro. Agora se chama esta Ilha Ceilão ou Zeilão» (*loc. cit.: Dial. 4.º, Cop. XXXI*).

Camões, que já nos *Lusiadas* se emendou, ainda na *Ode ao Conde do Redondo* diz:

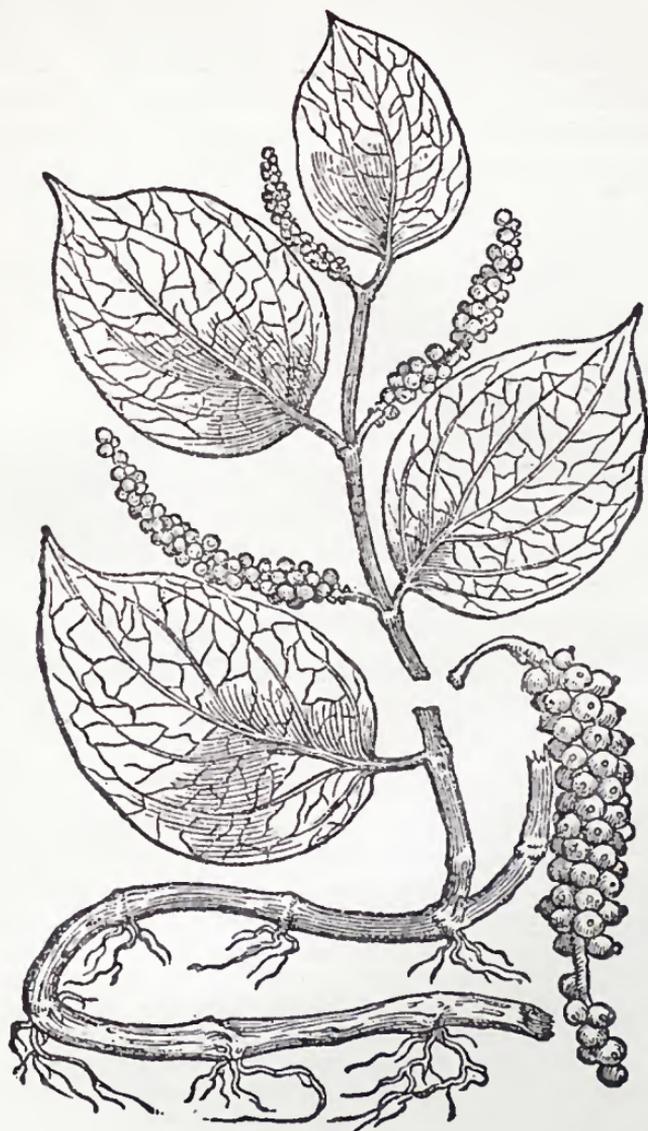
Taprobanico Achem, que o mar molesta

chamando taprobânico ao porto de Sumatra (*Achin*). Garcia d'Orta também se equivoca a propósito de Ceilão «que alguns dizem ser Taprobana ou Çamatra», e o mesmo Cristóvão da Costa. Principalmente de lá pensava Amato que os seus lusitanos traziam uma madeira odorífera — o *lináloes* ou *lignum aloes*, o *agaloco*; e Orta cometeu o mesmo erro (Ficalho). Sumatra não dava este lenho, proveniente duma árvore da Península de Malaca e da Indochina Ocidental — *Aquilaria agallocha* Roxb. [*Timeleáceas*]. Ria-se do delírio daqueles que o imaginavam carregado pelos rios do paraíso, fábula devida ao facto do tronco e ramos da árvore serem arrastados pelas cheias dos rios, de que ficam furados e corroídos. Todas estas falsidades as dissiparam os nossos portugueses que trazem da Índia o mais suave e odorífero, com que se preparavam excelentes fumigações. Nas melhores oficinas de Portugal se vendia a quem o pedisse sob o nome de *pau de águila* — *sub ligni aquilæ nomine* — ao geral a portugueses; na Índia os nossos chamavam-lhe *calambuco* (1). Hoje este incenso já por cá não pára.

(1) Amato dá a entender que o *lináloes* era madeira, não como se corta da árvore, mas como fica depois do arraste da água. Orta entendia que isto não tinha importância, no que se enganou. O genuíno *lináloes* não odora a madeira sã, mas sim alterada, depois de macerada na

A *pimenta* era o tipo dos condimentos, o símbolo de toda a especiaria da Índia, a melhor renda do tráfico indiano, e como tal monopólio da Coroa. Amato pinta do natural a pimenteira, a trepadeira com as suas folhas e frutos — as bagas em espigas; a 21-1 em 1522 chegava o primeiro navio português com especiarias da Índia a Antuérpia onde foi mal recebido (Flück. e Hunb.) — ele vira-lhe as espigas verdes, conservadas em vinagre, que da Índia amigos lhe trouxeram, donde ficou sabendo ao certo como ela nasce e cresce — *virides namque piperis racemos, aceto servatos, ex India, ad nos Amici transvexerunt, ex quibus exacte consci sumus quod piper... crescat, nascaturve (L. II, en. 153)*. Distinguia-se então como hoje a pimenta longa, a branca e a preta. A primeira, mais cara, Amato, combatendo os antigos, considera-a como fruto duma espécie à parte — *alterius arboris fructus sit* — e assim é; era esta a que ele diz de Sumatra. A pimenta longa de feito provém do *Piper longum* L. e do *P. officinarum* C. DC. [*Piperáceas*] que brotam em Sumatra, Java, Celebes e Timor (Flück. e Hunb.). Ao passo que Orta veio a cair no erro deplorável de considerar a pimenta branca e preta, como oriundas de espécies diversas, Amato terminantemente as dá por frutos idênticos, diversos só pelo grau de maturação — *piper nigrum, et album ejusdem sit arboris fructus, nec in alio differant,*

água ou na terra húmida; assim o afirmam os modernos (Ficalho). O nome de *águila* e de *calambuco* vem de vozes das línguas indígenas; Amato diz que *calambuco* é de voz persa, mas vem sim do malaio *kalambaq* (*ibidem*).



Trepadeira da pimenta preta

(Clúcio «Exoticorum» 1605)

quam majori vel minori maturatione. Acertou; ambas provêm do *Piper nigrum* L.; a preta é o fruto menos maduro, a branca o mais maduro, descortçado de parte do pericarpo pela lavagem e fricção.

Também das plagas indianas carreavam os portugueses, principalmente de Sumatra, o *benjoim* — *affer-tur belzuinum ex India vastissima regione, præcipue Sumatra insula*; manava a resina duma árvore chamada *lasaro* pelos indígenas — *arborem benzuinum ferentem, incolæ lasarum appellant* (L. III, en. 92) — o *Styrax benzoin* Dryand. [*Estiracáceas*]. A designação local que Amato lhe inculca, não se me depara nos praxistas consultados; a descrição da droga e suas variedades comerciais aponta-as magistralmente Amato (L. I, en. 71), não sendo portanto exacta a asserção de Flückiger e Hanbury que ao Orta atribuem a honra de primeiro a dar conta clara e inteligente do benjoim (1).

Em Java, a ilha parilha de Sumatra, colhia-se uma espécie de *estoraque* de remontada excelência e

(1) Duas são as qualidades mencionadas por Amato: uma o *benjoim amigdalino* ou *amendoadado*, um pouco escuro, que ao quebrar mostra massas brancas semelhantes a unhas humanas ou amêndoas peladas — *ungues humanos, vel amygdalas dealbatas*; outra o *benjoim de boninas*, massa dum escuro avermelhado, mais estimado e caro. Esta classificação e nomenclatura do nosso mercado luso-indiano são exactamente as do Orta, e conferem precisamente com as dos drogaristas modernos. Hoje como então há o *benjoim amigdalóide* e o *benjoim em lágrimas*. Este, melhor e mais caro, é raro no comércio, como já o era o *benjoim de boninas* que Orta diz custar muito mais e não

fragância — *ex Zava* (1) *apud Indos insula, styrax portatur, qui inter suavissima ac pretiosissima odora-
menta habetur (L. I, en. 72) (2).*

Bornéu fornecia a *cânfora*, a que na Península, diz Amato, por adição do artigo *al*, chamavam *alcanfor*, goma manada de árvore — *est camphora arboris gummi, quod præcipue Lusitani nostri ex insula Burneo apud Indos adferunt, quanquam tamen e regno Fansur advehatur (L. I, en. 81)*. *Fansur*, assim apelidavam os Árabes um porto da costa ocidental de Sumatra, *Barús* que os nossos baptizaram em *Bairros*, ao tempo de grande importância comercial (Yule, Ficalho). Esta

se gastar em Portugal; Amato porém afirma que um e outro se encontravam nas oficinas de Portugal e do resto de Espanha. Sumatra e Sião eram e são os centros produtores; Sumatra dava e dá tanto o benjoim de baixa qualidade como o mais estimado, o então chamado de *boninas*, que procede das incisões feitas nas árvores novas.

(1) O texto diz *Zana* o que não faz nenhum sentido; deve ser uma gralha como outras que maculam a edição [Lugduni 1558, *apud* Viduam Balthazaris Arnoleti]. A princípio incerto do que seria, fixei-me na interpretação — *Java* — visto tratar-se duma ilha e duma espécie de *estoraque*. A grafia original seria *Zaua* (galha frequente de n por u). A reforçar a interpretação, depara-se-me em Fernão Mendes Pinto (*Perigrinação*) «a ilha de laoa» (cf. *Jau*); o Cristóvão da Costa escreve também laoa.

(2) O *estoraque*, quer o sólido produzido pelo *Styrax officinalis* L. nativo na Ásia Menor, Síria e Grécia, quer o líquido devido ao *Liquidambar orientalis* Mill. da Ásia Menor, o que Amato conhecia e indica, não é produto da Índia, que o importava do Ocidente. Nem por isso é menos exacta a passagem do Amato que certamente se refere à resina da *Attingia excelsa* Noronha [*Hamamelidáceas*],

cânfora de Bornéu, destaca-se dos interstícios do tronco duma árvore magnificante — *Dryobalanops aromatica* Gärttn. [*Dipterocarpaceas*] — espontânea a noroeste de Sumatra e sobretudo ao norte de Bornéu:

Olha também Bornéu, onde não faltam
Lágrimas no licor coalhado e enxuto
Das árvores que cânfora é chamado,
Com que da ilha o nome é celebrado.

Ao tempo já a principal cânfora do comércio português, a mais trivial era a da China, substância análoga mas quimicamente diversa obtida pela sublimação a quente do *Cinnamomum camphora* Nees et Eberm. [*Lauráceas*] da China e do Japão, hoje o grande país produtor do género; hoje como então a cânfora malaia é cem vezes mais cara (Flückiger, Ficalho); consome-se toda no Oriente. Amato diz, e bem, que a droga vinha

magnífica árvore de Java. Esse estoraque especial pelo seu flavor e preço, produzido e importado de Java, não pode ter outra identificação. Nos nossos cronistas como no Orta, dissemo-lo já, fala-se muito da *roçamalha*; e ainda nos mercados do Oriente, conta Hanbury, que se apreça à venda o que chamam *rose malloes*. É o estoraque ocidental ou um estoraque indígena, oriental? Os autores da *Pharmacographia* inclinam-se a esta última opinião, ao passo que Dymock inculca a primeira, considerando o nome oriental como corruptela do *ros melleus* dos autores europeus — sobre cuja significação e método atrás nos explicamos, servindo-nos até do próprio Amato, que aliás não confunde o estoraque de Java com nenhuma espécie de *ros melleus*. O seu depoimento, junto à notícia do Hanbury e à existência da *Allingia excelsa* em Java, onde tem o nome de *rasamala*, decidiriam a questão em favor duni estoraque liquido oriental.

ou já preparada e alva, ou em bruto ainda escura que se refina até à maior brancura, tal qual o açúcar.

Vale a pena, diz ele, contar o modo inocente por que os homens do Bornéu permutam a cânfora com os mercadores portugueses. Arribado o navio à costa, os mercadores depõem no chão, a pequena distância da praia porque não se atrevem a internar-se, as fazendas que querem trocar pela cânfora, e feito isto recolhem à embarcação. Chega o bornéu, avalia os géneros deixados e põe-lhe ao lado o seu preço em cânfora, desandando imediatamente; volta então o português que, se está contente com a oferta, larga o que trouxe e leva a oferta; ao contrário repete-se o vaivém até satisfação mútua das partes. Este sistema silente de regatear atribui-o Amato à ignorância em que estavam os nossos homens sobre a espécie de árvore que dá a cânfora.

Sem marca determinada de procedência, apenas com a vaga de expedição da Índia, arrola Amato numerosos símplies e drogas comentando sempre com notícias interessantes e com a sua crítica esclarecida.

Cá temos o afamado *espiquenardo* — *spica nardi* — rizoma da *Nardostachys jatamansi* DC. [Valerianáceas], na opinião de Amato o arómato mais célebre e de mais suave fragância de toda a Índia (*L. I, en. 6*) (1). Os

(1) Amato dá quinau, e com razão, em vários praxistas da época, afirmando que o *espiquenardo* das oficinas não era nenhuma espiga nem nenhuma outra parte da planta que não fosse a «raiz». Orta não se pronuncia a respeito deste erro. Consigna-lhe o nome árabe de *seubel* (*sumbul apud Flück. e Hunb.*). O nome espanhol que vem no Amato — *azumbar* — é decerto corruptela do arábigo.

venezianos traziam-no também nos seus triremes de Trípoli e da Síria pelo Mar Jónio, mas, segundo Amato, de qualidade geralmente inferior à vendida pelos portugueses.

O *cálamo aromático* [v. pág. 224] que cada ano os portugueses traziam da Índia, levavam-no também os mercadores árabes pelo Mar Vermelho ao Cairo e a Alexandria, chegando a Veneza (*L. I, en. 17*); era a antiga via comercial do Mar Roxo que a nossa guerra mercantil e vigilância marítima nunca conseguiram tapar.

O *costo*, tão apreciado dos mestres clássicos, procedia das regiões centrais da Índia; os investigadores modernos mostraram que era a raiz da *Saussurea lappa* Clarke [*Compostas*]. Geralmente mesmo depois do trato dos portugueses as oficinas europeias o que vendiam era um pseudo-costo de plantas indígenas. O legítimo costo índico obteve-o Amato das mãos dum tal Francisco seu patrício residente em Ancona; tinham-no trazido da Índia os mercadores lusitanos. Certo de que era o genuíno, para que não parecesse avaro do tesouro — *ne thesauri hujus parcissimus esse viderer* — repartiu-o com o seu amigo Brasavola de Ferrara e outros de Veneza, os quais todos agradeceram o mimo que tomaram também pela verdadeira raiz do costo. Gloriosa-se Amato de ter divulgado assim a droga autêntica, não vista havia muitos anos na Europa, e feito com que os droguistas de Lisboa por ele instruídos a importassem da Índia a bem dos enfermos (*L. I, en. 15*) ⁽¹⁾, bem

(1) Amato descreve o *costo*, como de costume limpamente. Apesar de tudo, ainda neste lance foi esquecido

em que hoje ninguém acredita. O custo na Europa passou à história.

Menciona os três *sândalos* da Índia, o vermelho inodoro, o citrino e o branco, aromáticos ⁽¹⁾ (*L. I, en. 19*).

Compraz-se na descrição ao vivo da *noz índica* (*coco*), assim chamada por ser da Índia que primeiro veio — *quia primo ex India vecta fuerit* (*L. I, en. 137*). A sua primitiva origem indiana parece estar hoje assente (A. de Candolle — *Orig. des pl. cult.*, 1883). Ao tempo já ele a assinala nas Ilhas de Cabo-Verde [v. pág. 223]. Dependuravam-na os farmacêuticos nas boticas para espectáculo dos transeuntes — *eam in officinis pharmacopœ tanquam spectaculum prætereuntium suspensam habent*. [v. pág. 225].

A pintura do coco e do coqueiro, suas partes e usos, é tão completa e clara, que não pode mais dar-se a Orta a primazia plena conferida pelo holandês Rd. van Drakenstein (cit. por Ficalho). Nada lhe escapa na singular textura do coco: o córtex duro e caloso, cobrindo um tecido fibroso — *capillato involucro textur*; o caroço redondo maior que um ovo de ganso,

pelo Orta a quem os modernos droguistas concedem todas as honras da elucidação da droga.

No tempo do Cristóvão da Costa em Lisboa encontrava-se bom custo não falsificado.

(1) Fiado nas informações dos compatriotas que a viram, diz que *sândalo* é uma árvore alta — *procere arborescit* — o que não pode ser tomado à letra pois todos os *sândalos* provêm de árvores relativamente pequenas; o rubro, do *Pterocarpus santalinus* L. fil. [*Leguminosas*]; o citrino e o alvo, simples variedades de cerne, do *Santalum album* L. [*Santálúceas*].

lenhoso, duro, avermelhado; o miolo enfim, também avermelhado à tona, de polpa branca, manjar delicioso — *cibo gratissima* —, escavada, contendo uma água muito apreciada — *aquam in pretio habitam continens*. A palmeira do coco — *palma fructum istum ferens* — abunda em tantos e variados dons que a chamam o *refúgio dos pobres* — *dicitur pauperis refugium*: o coco verde e fresco, conhecido por *lanha* (assim de facto lhe chamavam em Goa) é tão agradável pela água que contém que muitos o consideram a ambrosia dos deuses; das fibras corticais, do cairo, tecem-se bolsas que as pessoas ricas usam bordadas de preto e oiro, e cordame de não menor preço e excelência do que o fabricado com o cânhamo; da árvore, pela perfuração do tronco, escorre um suco, o qual por fermentação dá uma espécie de vinho (era a chamada *sura*), por acidificação depois um vinagre, e por cocção ao lume, no estado de mosto, um mel ou vinho cozido — *mel vel sapa*; extrai-se dele também um óleo que tem a serventia do azeite. Em suma a próspera árvore faculta ao homem dez ou doze coisas, bem merecendo o título de *refúgio dos pobres* pois que o pobre que possua coqueiros encontrará valimento à sua miséria (*ibid.*). Ao ler no Amato que os três buracos do carço — correspondentes aos lóculos primitivos do ovário — representavam a figura do macaco — *simiae figuram representantia* — e que por isso à noz da Índia os portugueses chamavam *quoquo*, exclamação de que as mulheres se serviam para meter medo às crianças — *ob quae nux hæc a Lusitanis, quoquo appellatur, voce qua mulieres pueris metum inducere solent* — imaginci que o nosso

Autor incidia em qualquer direcção fantasista. Não há tal; Orta posteriormente diz o mesmo, e com eles outros portugueses, assim como espanhóis, adoptando à uma a etimologia que o Amato foi um dos primeiros a editar. Lembro-me que no Norte há ainda o costume de meter medo, a brincar às escondidas, dizendo *ququ*. Desta articulação viria *coco*? Tem-se contestado esta singular derivação, mas parece certo que os nomes de coco e coqueiro foram criação de portugueses (1).

O *açúcar de cana* era artigo clássico da Índia, comércio lucrativo como o confessaram os portugueses (*L. II, en. 77*), que como tal [v. pág. 220] o produziram em todas as suas colónias.

Não esquece a especiaria indiana, parelha da pimenta, o *cravo*, sem todavia indicar a procedência das Molucas. Capazmente define o cravo, de tamanha serventia culinária — *quum culinæ multum deserviat* — como a flor pedunculada duma árvore semelhante ao buxo — *festucarius flos cujusdam arboris... buxo figura, trunco et folio persimilis*, (*L. II, en. 153*); é efectivamente a flor inteira [mais rigorosamente o botão floral] do *Caryophyllus aromaticus* L. [*Syzygium aromaticum* Merr. et Perry] [*Mirtáceas*], árvore que Flückiger e Hanbury figuram como Amato «resembling a gigantic myrtle».

Os nossos portugueses tinham em grande preço os búzios da Índia, da cor da pérola, de que faziam ricas taças — *buccinis hodie vice cadorum Lusitani nostri ntuntur, ex India delatis* (*L. II, en. 4*). Devia ser o

(1) Pode ver-se esta discussão nas notas do Ficalho aos *Coloquios*.

chanco — a concha da *Turbinella pyrum* (L.) [*Xancus pyrum* (L.)], estimada pelos indús que a utilizam como buzina nas igrejas e como taça para beber.

Cá veio o lendário antitóxico *lapis belzaharticus* — *lapillus quidem, ex India ad Lusitanos primo advectus* (L. II, en. 39). Era a *pedra bezar*, *bezoar* ou *bezoardo*, do arábico *bazahr*, que quer dizer contraveneno — *id est lapidem antidotum*, diz muito bem Amato; ao passo que Orta imagina que o vocábulo vem do nome do bode que a produz ⁽¹⁾ ou de *bazar*, mercado ou feira onde se vende. As fábulas referentes à génese da célebre pedra haviam sido os portugueses que as destruíram, atestando que se extraía do estômago duma certa cabra da Índia (*ibid.* e *Cent. I, cur. 64*). Consiste de facto numa concreção intestinal, um coprolito da cabra selvagem e até da doméstica, de antílopes, outros ruminantes e diversos animais; daí a sua textura em camadas concêntricas — *multis compositus laminis* ⁽²⁾. Espanta-nos

(1) O nome do bode — que hoje os zoologistas chamam *Capra aegagrus* Erxl. — era em persa *pazani*, segundo Orta, mais correctamente *pazén*; daí por natural corrupção o nome que puseram à pedra que se lhe tirava do ventre. Encontro no *Itinerario da India por terra* de Fr. Gaspar de S. Bernardino, nos primeiros anos do século XVII, os mesmos dizeres, quando o curioso viajante examinava em Xircis uma boceta de pedras de *basar* posta à venda por um mercador persa. É o arábico *bazahr* o étimon do vocábulo e a sua significação é antidoto (Ficalho) contra peçonha, como diziam os nossos antigos. Frei Gaspar observa que *pasan* na língua dos persas significa *rainha contra veneno*.

(2) «Todo o corpo desta pedra é coberta de camisas distintas umas das outras como cascas de cebola». No



Arvore do cravo

(Cristóvão da Costa «Aromatum» trad. lat. illustr.
de Clúcio 1582; e Clúcio «Exoticorum» 1605)

hoje a crença de Amato, como de todos os médicos do seu e seguinte tempo, que à uma apregoavam a mirífica propriedade antidótica do *bezoardo*, crença que entre nós perdurou até ao século XVIII em que a Alexi-farmácia do Curvo Semedo preconizava tanto o bezoardo natural como o artificial ⁽¹⁾. Daí o cotar-se na praça de Lisboa por alto preço o específico que atingia às vezes somas despropositadas. Dum bezoardo do tamanho dum ovo conta o Amato que D. Beatriz Luna, judia riquíssima, comprou por cento e trinta ducados de oiro e que outrora pertencera a um Vizo-rei da Índia.

Vinham elefantes muitas vezes da Índia [*Elephas maximus* L.] (*E. indicus* L.) e os dentes de marfim admiráveis pela grandeza, de que se faziam pentes,

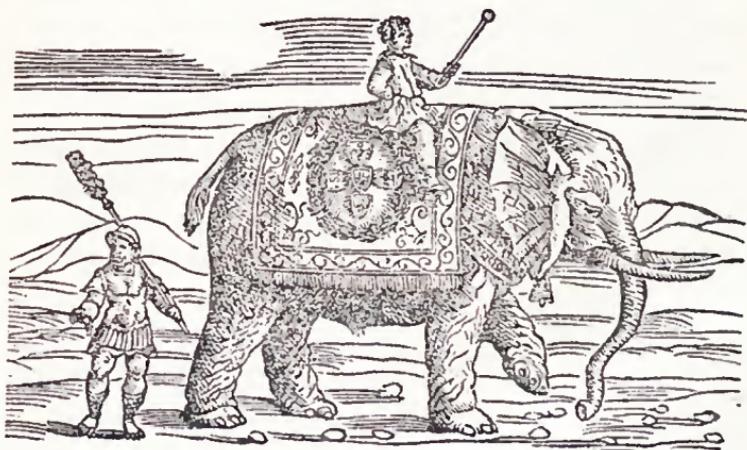
íntimo são as mais delas vãs, e neste vão se acham umas palhinhas (Fr. Gaspar).

(1) Ambrósio Pareu foi um dos primeiros a duvidar do antidoto universal; nem por isso se desfalcaram os seus créditos. Mantinha nos mercados um preço fabuloso, e ainda por cima era imitado e falsificado à grande. Em meiado do século XVIII no mercado de Amsterdão valia correntemente cada pedra de bezoardo 300 a 400 libras. Os jesuitas de Goa, explorando o segredo dum tal Fr. Gaspar António, fabricavam umas *pedras cordeais compostas*, espécie de bezoardo artificial, muito acreditadas tanto no Reino como por esse mundo fóra (Curvo Semedo — *Memo-rial de simplices*, etc.); a Princesa palatina fala de caixas cheias mandadas pelos nossos frades da Companhia de presente à Corte de Versalhes. Os jesuitas como queriam o monopólio da sua imitação, queixavam-se de que mesmo em Goa lhos falsificavam quanto mais em Lisboa.

O dr. Fuhner dedicou ao bezoardo um copioso trabalho sob o título *Bezoarsteine*, muito documentado (*in Janus* 1901, cit. por Cabanès).

escudelas, vasos e aros de espelhos [— *ex illis pectines, scutulæ, vascula, ac speculorum circuli parantur* (L. II, en. 50)] (1).

Outro antidoto infalível e reagente denunciador de venenos em que tocasse — o *cornu do monocerote* ou



Elefante trazido para a Europa pelos portugueses no século XVI
(Laguna, «Dioscorides»)

unicórnio (L. II, en. 52), vulgarmente *alicórnio*. Descreveram os antigos uma fera estranha com um corno de dois côvados na testa, que nunca ninguém teve a

(1) Aos portugueses se devia a sua reintrodução na Europa. «Han trahido, diz Laguna, algunos Elephantes los Portugueses á nuestra Europa» (L. II, cap. 50). Na figura que acompanha o texto o xairol do elefante ostenta os escudetes das quinas em cruz.

dita de ver, mas em que a Idade Média acreditou piamente, dando-lhe até as honras de animal heráldico ainda hoje conservado nas armas da Inglaterra. Não era certamente o *rinoceronte* [*Rhinoceros unicornis* L. (*R. indicus* Cuv.)].

E, a propósito, fala da famosa besta que Lisboa inteira admirara em 1515, trazido da Índia a D. Manuel — *regem invictissimum Lusitanorum*. Esta *bada* ou *abada*, nome posto por nós ao rinoceronte, presente do Rei de Cambaia, chegou para espanto dos lisboetas não em 1515, mas sim dois anos antes. Era, diz Amato, do tamanho e semelhanças dum boi, mas mais sobre o largo, completamente manso, coberto de conchas variadas (alude certamente às placas do coirame) e ostentando sobre as ventas um *cornu subcubitale*. Conta que o nosso potentíssimo Rei o mandou depois de presente com alguns elefantes ao Sumo Pontífice; naufragado o navio defronte de Marselha, afogou-se a fera, que veio dar à costa sendo a sua pele mostrada como coisa digna de ver-se ao Francisco I Rei de França. O caso não se passou bem assim. Embora alguns escritores digam que D. Manuel mandou uma bada e um elefante ao mesmo tempo a Leão X, certo é que o elefante foi primeiro, maravilhando Roma em peso pela sua figura e habilidades. O rinoceronte mandou depois em 1517; tocando em Marselha, onde então se encontrava o Francisco I, teve as honras da vista régia; desastrosamente a nau foi a fundo na costa da Itália, afogando-se a besta; varado na praia, empalharam-lhe a pele e foi nesse pre-

paro que sempre chegou aos olhos de Roma e do Papa (1).

Se não era o rinoceronte, onde pararia o *alicorne*?! Na Índia nenhum português dos que penetraram no interior o divisara (*ibid.*); o corno é que lá como cá se reverenciava na sua qualidade de contra-veneno e alexifármaco específico das febres pestilenciais. Assim o diziam os médicos portugueses que por lá estanciavam no exercício da arte médica e depois tornaram viagem. Amato crê a pés juntos — *cum pluribus celeberrimis medicis, tam Hispaniæ quam Italiæ* — na validade deste poder antitóxico. Abona-se com a acção do alicorne por ele próprio contrastada ou observada no homem, em casos de envenenamento, ou experimentado com arsê-

(1) Espanto de nacionais e estrangeiros, o rinoceronte passou a exemplar zoológico de exposição em Lisboa; assim o infiro da *Ambassade en Espagne et en Portugal (en 1582) de Dom Jean Sarrazim...* par Ph. de Caverel (*in Bot. de Bibl. Portugueza*), t. I, 1879, de A. Fernandes Tomás).

O embaixador foi ver de propósito o *Paquiderme* «admirável entre as obras da natureza como o mosteiro de Belém o é entre as obras da arte». O rinoceronte apareceu-lhe com o corno serrado, senão a que o teria comparado o curioso diplomata?! «Les Portugais l'appellent la *bade* ou la *baste*, comme pent-estre qui diroit *bestia* par excellence, ou pour n'en sçavoir autre nom» — diz ele, fazendo mais da besta que dos portugueses.

Era o mesmo mostrengo que em 1578 Sasseti por duas vezes celebra nas suas cartas como a maravilha de Lisboa «tan nuova e fuori della immaginazione di chi non l'ha veduta» que lhe aplica o verso de Petrarca:

«Che sol se stessa e null'altra simiglia».

Estava domesticado e entendia o negro que o servia à maravilha.

nico em gatos pequenos ou frangos, experiências que Amato mesmo pauta com todo o rigor moderno de método. Ele vai até propor ao magnífico Bartolomeu Panciati de Florença, que trouxera ao Duque um alicorne preciosíssimo, o experimente *in anima nobili*, em dois condenados à morte. No tesoiro de S. Marcos de Veneza há, noticia Amato, dois cornos da grossura de um braço e do comprimento de dois côvados, dum valor incalculável, que todos os anos se mostram em público entre outras muitas preciosidades. Esta mania seria inocente, como toda a fé simples, se não custasse caro. Mal se crê o preço desmedido que atingiam as famigeradas pontas; Amato viu um mercador de Veneza pedir por uma, do peso de duas libras, dois mil ducados; a peso o alicorne valia geralmente dez vezes mais que o oiro, e ofereciam-se fortunas pelos talismãs autênticos. Era da praxe na mesa régia e nas mesas de etiqueta passar a ponta do alicorne pelas iguarias, pela água e pelo vinho, porque o corno denunciaria logo o veneno de que era infalível preservativo (Franklin, Levirepon). A costumeira em França durou até à Revolução.

Se a gente ilustrada e sábia, incluindo grandes médicos, comungava nesta fé, ia havendo quem incredulamente duvidasse. Conta Brantôme que dum personagem, que ao pagar-se dumas terras por ele vendidas, recebera parte do preço em alicorne, muitos se riram, dizendo que cornos à farta tinha ele em casa sem precisar de mais aquele (*Dames Galantes*). Ambrósio Pareu foi o primeiro espírito que se emancipou da credence. Não admira que droga tão cara passasse por falsificada, ela que afinal de contas era sempre falsa, pois que o

alicorne não existia senão na imaginação dos supersticiosos. Diz Amato que com cal e outros ingredientes se obtinha a forma do corno, e que outras vezes impingiam por alicorne *balenæ* os e aqui toca sem querer na verdade; afinal os mais famigerados alicornes não eram outra coisa senão o *dente do narval* — *Monodon monoceros* L., *Cetáceo* que ostenta no focinho uma presa de marfim, devida ao dente incisivo do lado esquerdo, que cresce desmesuradamente. Outras vezes consistiam em *ponta de abada*, corno nasal e até dente do rinoceronte (¹).

Advinha da Índia um mineral útil em vários misteres, a *chrysocolle* — *id est auricolla* — quer dizer fundente do oiro que passara a chamar-se nas oficinas *bórax*; os portugueses e os espanhóis conheciam-no pelo nome árabe *attincar* (L. V, en. 64). Ficou a denominação de *tincal*, do árabe *tinkar*, a este borato de sódio natural, empregado pelas mulheres como arrebuque de rosto — *pro decoranda facie*, pelos ourives e pelos tintureiros. Mal se sabe onde se lavrava na Índia; hoje o borax vem todo dos *soffioni* da Toscana.

A *raiz da China* — *radix sinarum* — era um requintado alexifármaco e anti-sifilítico; as penas mais sábias

(¹) Quando era pequeno havia no Porto, próximo da minha casa, um tendeiro que possuía um pretenso alicorne. A vizinhança levava lá canecas de água em que o dono da ponta a mergulhava para comunicar ao liquido as suas prestantes virtudes. Muitas vezes me banharam com esta mêninha um cobrão rebelde da orelha.

do século se entretiveram a monografar-lhe as virtudes. É a raiz da *Smilax china* L. [*Liliáceas*]; outras *Smilax*, da Índia e da América, forneceram e fornecem raízes tomadas por e como a da China (Flück. e Hanb.). Amato dedica-lhe substanciosos trechos (*Cent. I, cur. 90; Cent. II, cur. 31; Cent. VI, cur. 17; L. I. en. 104, 119, etc.*) praxeando minutamente a sua ministração e indicantes em face das informações originárias da prática oriental e da sua longa clínica, suprindo as deficiências dos que se tinham metido ao de leve a legislar sobre a droga, e especialmente o Vesálio a quem atira gebada crua.

Tenta a propósito Amato geografar a China — *Cyna vel Sina ut cosmographis placet* — região contermina da Índia Transgangética, onde os nossos lusitanos de continuo exercem mercancia. A Índia Transgangética — hoje a Indochina — tinha por limites: a poente, o Ganges, ao meio-dia os Mares Índicos, ao setentrião a Cítia e a Sérica, ao levante a Região dos *Sinai*. Com «os nossos lusitanos — testemunhas oculares de que vale mais uma segundo Plauto que dez de ouvido» — afirma que esta, a China, é fronteira da Cítia, onde os indígenas são alvos, altos, avermelhados (*subrufi*), semelhantes aos germanos (1).

(1) Segundo a geografia ptolomaica, o Extremo Oriente era habitado pela Nação dos *Sinai* (*China*) e a dos *Serai*, setentrional; esta Sérica estaria a leste da Cítia e ao norte da China. Amato adopta esta geografia clássica, pretendendo corrigi-la com o testemunho ocular dos portugueses; na correcção porém não assume talvez suficiente clareza. A *Sérica*, Terra dos *Serai*, e a Terra dos *Sinai*

Era ali presentâneo remédio de muitos males a excelsa raiz que de lá pelo contacto marítimo e mercantil traspassou a fama das suas virtudes à Índia Portuguesa. Orta dá pormenores deste descobrimento, marcando-o no ano de 1535, em que, com a raiz dos chins, se curou Martim Afonso de Sousa e outros portugueses que tinham ido apossar-se da Fortaleza de Dio; o entusiasmo foi tal que o guaiaco importado a alto preço da América ficou de rastos como lenha. Da Índia propagou-se logo na Europa voando nas asas da fama desde que teve a honra magestática de curar a podagra de Carlos V.

Do introdutor europeu é que só Amato dá notícia, aliás desaproveitada por todos os mencionadores antigos e modernos da droga. Foi Vicente Gil da Tristão — *Vicentius Gilis à Tristanis*, grande explorador marítimo e negociante da Índia de quem aliás não pude haver outro conhecimento — o primeiro que a trouxe à Lusitânia donde se universalizou por todo o mundo civilizado (*Cent. I, cur. 90*). Não fomos nós porém os únicos abastecedores do mercado europeu; os mercados orientais e turcos levaram-na à Alexandria e Mênfis (*Cent. VI, cur. 17*), donde os venezianos a traziam à

representam a *China Setentrional e a Meridional*; a Cítia abrangia vasta região da Rússia Meridional e Asiática. Tem deste modo razão Amato em afirmar que a China entestava a sul com a Cítia. O tipo germânico dos habitantes devia aplicar-se aos citas e não aos chins. Pode ver-se no *Atlas Antiquus* de Justus Perthes esta geografia ptolomaica da Asia.

Itália. Melhor conservada ou mais conceituada, a droga desta procedência vendia-se três vezes mais cara (*Cent. I, cur. 90*).

Das Índias Ocidentais, da América como ao depois se chamaram intermentes, há no Amato rasto luminoso.

Das terras americanas uma das indigitadas é o Brasil — *nova terra Brasilio dicta*. O *pau brasil*, lenho tintorial da *Cæsalpinia sappan* L. [*Leguminosas*], proveniente a princípio da Ásia, encontrou-se em tal quantidade nas Terras de Santa Cruz que, tornado um dos seus grandes ramos de exportação, acabou por transferir-lhes o nome. Amato fala desta droga de tingir pano — *ex fece brasili virzinii dicti* (*L. I, en. 23*). Este *virzinii*, para mim a princípio um irritante enigma, é o *verzino*, como os italianos designavam o pau e a terra do Brasil (Sassetti e outros).

No Brasil fabricava-se o açúcar de cana que veio a ser artigo de tamanho comércio para a Metrópole [*fertilis est proventus*] (*L. II, en. 77*).

Cresciam no Brasil as árvores de que se moía farinha, capaz de servir de pão — *quibus Brasili homines ali solent, non nisi ex pulvere cujusdam arboris apparatus, ac pistis* (*L. IV, en. 34*). Era o que nós portuaguêsmente chamamos *farinha de pau*, a *mandioca*, fécula extraída das raízes tuberculosas de *Euforbiáceas* do Género *Manihot* Adans. [*M. esculenta* Crantz (*M. utilissima* Pohl., *M. edulis* Rich.) — *mandioca amarga*;

M. dulcis Pax (*M. palmata* Müll.-Arg., *M. aipi* Pohl.) — *mandioca doce, aipi*; e outras].

Uma vez, conta Amato, que os nossos navegadores portugueses, depois de longa viagem, arribaram a terra desconhecida; faltando-lhes pão e toda a espécie de man-timento, viram-se obrigados a comer a farinha de pau à moda dos indígenas, mas não sem perda de vidas porque, de muitos, poucos escaparam e voltaram à Pátria. Este facto é verídico, se os pobres marinheiros não tiveram o cuidado em eliminar o suco leitoso das raízes — [em certas espécies] extremamente venenoso, por efeito do ácido prússico, aliás facilmente eliminável (*Dict. de Thérap.*) [por cozedura ou maceração em água (Jumelle)].

Fala das Antilhas o primeiro estadió das rotas da América, sem porém as nomear assim; esse título só mais tarde prevaleceu na Europa com as célebres *Cartas* de Ortelius. Vêm como ilhas dum novo mundo talvez conhecido dos antigos e agora novamente descoberto — *novæ quædam terræ, antiquis forsân cognitæ, et temporum injuria factæ incognitæ, nunc vero noviter repertæ* (*L. I, en. 119*) — era ao tempo opinião muito acreditada entre os sábios que os fenícios nas suas ousadas viagens tinham arribado às costas do Novo Mundo. Assinala três ilhas: *insula sancti Dominici*; *insula Sanctæ Crucis*; *insula Sancti Joannis*. A Ilha de S. Domingos, uma das grandes Antilhas, conserva ainda esse nome em concorrência com o de Haiti; S. João é S. João Baptista hoje Porto Rico e St.^a Cruz é uma pequena

ilha das numerosas e miúdas Ilhas Virgens em torno de Porto Rico (1).

Ali cresciam as famosas árvores do *guaiaco*, do porte do nosso freixo (*ibid.*) — *Guaiacum officinale* L. e *G. sanctum* L. [Zigofiláceas], cujo lenho atingiu a mais alta reputação como específico da sífilis e doutros males. Corria a lenda do seu descobrimento que Amato conta assim: — O *gálico* grassava nos indígenas como entre os europeus a varíola — expressão da crença geral na endemia sífilítica da América. Como fossem contagiados os espanhóis e gravemente padecessem do flagelo, recorreram aos indígenas, pedindo-lhes o remédio com que se curassem. Os ilhéus rapidamente os livraram do mal, ministrando-lhes o pau que eles chamavam *huiaco* de que os espanhóis fizeram *guaiaco*, espalhando-o imediatamente por todo o mundo conhecido com um pre-

(1) Erra ao referir-se à sua situação recíproca, quando diz que a Ilha de S. João está duas vezes mais distante da zona tórrida do que as outras ao que se atribuiu ser mais prestante o seu *guaiaco*, por menos adusto.

Amato encabeça o trecho com a autoridade de Afonso Férrio, autor de *De morbo gallico*. O erro veio da fonte; Madeira Arrais diz que, segundo Férrio «a ilha de S. João de Porto Rico dista da linha oito graus mais que as outras» o que não é verdade pois as três ilhas estão quase no mesmo paralelo [*Methodo de conhec. e cur. o morbo gallico*, 1642].

Consultando o próprio Férrio na conhecida Colecção de Luisino (*De lue venerea*, 1728) vejo que ele assigna à ilha de S. João uma latitude de 21° ½ e à de S. Domingos de 12°; ora as três ilhas demoram entre os paralelos de 20° e 17° ½.



Ramo de árvore de guaiaco

(Clúsis «Exoticorum» 1605)

gão tão retumbante que o apelidaram *lignum sanctum* (1).

A sua realza farmacológica, entoada pelos melhores praxistas do tempo, se não foi breve, pois perdurava ainda no século XVIII, não tardou a ter um émulo feliz — a raiz da *China* à qual Amato ligou de perto o seu nome.

Outro sucedâneo triunfante, como anti-sifilítico, advinha logo também das Índias de Castela. Não escapa ao registro de Amato a *sarça parrilla*, trazida pelos espanhóis duma província anos antes descoberta — o Peru (*L. I, eu. 119*) (2). A passagem constitui uma

(1) Mais tarde na *Centuria VI* (*cur. 80*) Amato ao chegar-lhe às mãos o «tomo terceiro das Navegações em italiano, editado em Veneza» — livro que deve ser a conhecida publicação do Ramúsio — topa ali uma história semelhante passada com navegantes franceses na Florida que, atacados de mal estranho, foram curados pelos indígenas com o remédio extraído duma árvore, que a alguns sarou de gálico velho pelo que Amato supõe tratar-se do guaiaco.

Aproveita a ocasião para emendar um erro por ele cometido. Fiado nos autores espanhóis afirmara e repetira que o buxo europeu — *Buxus sempervirens* L. [*Buxáceas*] era o guaiaco adquirindo na América outra corpulência por mercê do clima. Deste delito (*Cent. III, Cur. 4*) cuja autoria se deve encabeçar nos espanhóis — *non mihi, sed autoribus Hispanis assignandus erat* — se resgata asseverando ter investigado que as duas plantas são absolutamente diversas na árvore, na flor, no fruto e em tudo mais; queixa-se de que os castelhanos a quem expôs as suas objecções, confessaram que dizia a verdade, mas nem por isso desistiam da sua opinião (*Cent. VI, cur. 80*).

(2) A conquista do Peru pelos aventureiros Pizarro e Almagro data de 1532.

das primeiras citações medicinais de autor médico sobre a *salsaparrilha*, de que ao depois deu conta a obra clássica do sevilhano Nicolau Monardes sobre as coisas medicinais das Índias do Ocidente (1). Descreve-a directamente como uma raiz fina, de muitos flagelos sarmen-tosos, e diz que a locução castelhana *sarça parrilla* se traduziria por *rubus viticosus* (*ibid.* e *Cent. IV, cur. 45; Cent. V, cur. 10; etc.*) (2). Louva singularmente as suas virtudes de que se utilizou expressamente na prática; as passagens clínicas das *Centurias* registram quanto ele estimava as indicações terapêuticas da *salsaparrilha* e a ponto tal que, tendo dito no *Dioscorides* que não faltaria quem viesse a fazer o elogio da pres-tante raiz, mais tarde promete dizer em breve muita coisa sobre tão boa medicina, conveniente para variadas moléstias — *Deo duce, multa dicturus sum... medicina hæc optima, variis morbis conveniens*. O triste destino não o deixou cumprir a grata promessa.

Morejon cai na patetice de escrever: «la zarzaparrilla fué llamada por los españoles zarzas por los agujijones

(1) [*Hist. medicin. de las cosas... de nuestras Indias occid. etc.*, 1569; e *Quarta ed.* (lat.) in *C. Clusii Exoticorum Libri Decem*, 1605].

(2) O nome castelhana *zarza* ou *sarça parrilla* exprime a impressão botânica vulgar da planta semelhante à silva e à parreira; por isso Amato a vertia em latim *rubus viticosus*. Degenerou por homofonia de *sarsa* em *salsaparrilla* o vocábulo que em bom português, deveria ser *sarçaparrilha*; já Madeira Arrais em meados do século XVII encontrara consumada a corruptela (*morbo gallico*). Os franceses dizem como nós; só os ingleses e alemães man-têm o fonema castelhana — *sarsaparilla*, *Sarsaparillwurz*.

que tienen en sus ramos, y parrilla del español Parrillo que fué el primero que la trajo y nos la hizo conocer». Estupendo! Garcia Lopes (*Comment. de varia rei med. lect.*, 1558) diz como Amato que se chamava «ob spinas sarçam et ob folia et racema qua habebat parrillam».

A *salsaparrilha* é a raiz de diversas espécies do Género *Smilax* L. [nomeadamente a *S. officinalis* Humb., Bonpl. et Kunth (*Liliáceas*)] nativas da metade Norte da América Meridional, da América Central e das Costas do México. São muitas essas espécies; peculiar ao Peru, de existência todavia contestada, haveria a *S. purham-pui* Ruiz [*S. febrifuga* Kunth]. Certo é que a *salsaparrilha*, introduzida em Sevilha em 1545 (Monardes), se exportava de excelente qualidade pelo porto de Quito, produzida na região próxima de Guaiaquil (Monardes, Pedro de Leon) então pertencente ao Peru. As honras das referências feitas por Amato à *salsaparrilha* (1) são

(1) Amato comenta em todo o caso com erro aliás explicável. Toma a vulgar *Smilax aspera* L. por idêntica à *salsaparrilha*; as suas raízes redondas, oblongas e sarmentosas são em tudo semelhantes às que vêm do Peru. Diz que se vendiam publicamente em Roma e Veneza não sendo pois preciso mais pedi-las à Índia, quando as havia em casa e baratas — notícia com que muito deviam folgar os galecos (*Cent. V, Cur. 10*). A planta europeia, do mesmo Género que a *salsaparrilha*, iludiu o Amato, ilusão em que caíram a par Matiolo, Laguna, Falópio e outros. A *Smilax aspera* L. ainda hoje se chama entre os nossos vizinhos *zarzaparrilla de España* (Willkomm). Aqui também lhe chamaram *salsaparrilha do reino* (Brotero); o seu nome vulgar é *legação* (Arrais, Brotero, P. Coutinho).

Garcia Lopes já terminantemente exara que nada tem a *salsaparrilha* com a «*smilax aspera*» e Madeira Arrais

devidamente reconhecidas pelos ilustres farmacologistas Flückiger e Hanbury (1).

Deste Peru — *noviter inventa regione* — enumera ainda outros símplices de valia. Como soubera pelos que de lá voltaram, ali se produzia um *opobálsamo*, o mais puro, suave e fragrante que dar-se pode (*L. I, en. 18*). Conhece-o por experiência: tem sabor oleoso

no seu livro dá por desfeito o engano dos praxistas do século precedente. Flückiger e Hanbury ainda o previnem hoje nos seguintes termos: «It must not be supposed that all species of *Smilax* are capable of furnishing the drug. There are many, even South American, which like the *S. aspera* of Europe have thin, wiry roots, which would never pass for medicinal sarsaparilla».

A salsaparrilha mais afortunada do que os paus da China e das Antilhas prolongou os seus créditos terapêuticos até nossos dias. O seu poder anti-sifilítico e *depurativo* anda no rótulo de várias tisanas de formulários e de anúncios. A sua infusão chegou a entrar no uso alimentar comum tal como o chá ou café; no meu tempo era artigo corrente de botequim e de uso muito preconizado nas famílias como bebida de almoço para limpar o sangue e refrescar as entranhas.

(1) «João Rodriguez de Castello Branco, commonly known as Amatus Lusitanus, a Portuguese physician of Jewish origin, who practised chiefly in Italy, has left a work recording his medical experiences and narrating cases of successful treatment. One of the latter concerns a patient suffering from acute rheumatism for whom he finally prescribed *Sarsaparilla*. This drug, he explains has of late years been brought from the newly found country of Peru, that it is in long whip-like roots, growing from the stock of a sort of bramble resembling a vine, that the Spaniards call it *Zarza parrilla*, and that it is an excellent medicine». [Referencia á *Cent. IV*, ed. de Basileia (*Cent. I-IV*), de 1556].

e forte, deixando na boca uma impressão viva, cheiro suavíssimo a pender ao do benjoim, cor e consistência como a do melaço; com estes caracteres considera-o como um bálsamo à parte, diferente do bálsamo dos antigos. Mana, segundo lhe disseram os que a viram, duma árvore semelhante ao pinheiro mas não tão alta.

É o *balsamum peruvianum*, o bálsamo do Peru, escorrido do *Myroxylon pereiræ* Klotzsch [Leguminosas], indígena no Salvador, em tempo dependência da Guatemala, ao longo da chamada *Costa do Bálsamo*. O nome vem-lhe não do ponto de produção mas sim do ponto de exportação; os artigos da Guatemala desciam a Calao de Lima no Peru, donde se expediam para Espanha (1).

É preciosa a referência do Amato à droga que rápido adquiriu nos mercados europeus grande estimação, assim como a sua individuação descritiva que corresponde ponto por ponto à dos droguistas de hoje, e nomeadamente à de Flückiger e Hanbury. É para lamentar que aos dois farmacologistas tivesse escapado a passagem do Amato. Não diriam, se tal se não desse, que ao Monardes de Sevilha «we are indebted for the earliest description of the drug under notice», pois que as honras

(1) O salúfero e mirífico bálsamo dos gregos era o *opobalsamum*, manado, diziam, duma árvore rara da Judeia; legítimo custava como oiro, e nas oficinas não se vendia senão o seu símile. É hoje inidentificável esta droga, mas os farmacologistas do século XVI com o que se preocupavam era com a substituição da droga perdida, nas fórmulas e receitas dos antigos.

Amato propõe terminantemente o novo bálsamo ame-

pelo menos da prioridade cabem de direito ao Amato mais uma vez, diligente sabedor das novidades medicinais.

Traz ainda o Peru à colação, ao falar dos crocodilos, que não se encontravam só no Nilo, mas também em S. Tomé [v. pág. 230] e em outros lugares *ut nostri novere castellani qui in Peru terram novam adnavigarunt* (L. II, en. 59). É um caimão — *Alligator sclerops* (Schneid.) [*Caiman sclerops* (Schneid.)] — que habita o Brasil, o Peru e a Guadalupe.

Ex insulis noviter repertis, trouxeram os espanhóis, havia seis anos apenas — *ab hinc sex tantum annos* — primeiro para Espanha e depois para Itália uma matéria corante vermelha — *carbinisium*, vocábulo que não sei se pudera verter por carmesim (L. IV, en. 51). Este

ricano, tendo aliás o cuidado de não o confundir com o bálsamo-padrão do Dioscórides e de o considerar um *simplice natural sui generis*. Laguna conhecia também o bálsamo da Nova Espanha que um mercador milanês trouxera dois anos antes (1553) de Roma, onde por sinal se vendeu a princípio a 7 e 8 ducados por onça; mas, em vez de o tomar por verdadeiro, julga-o erradamente azeite de estoraque finíssimo (L. I, cap. 18).

Este capítulo de crítica farmacodiagnóstica do Amato fez justamente autoridade no seu tempo. O Lourenço Perez da teriaga arrima-se nele, e o nosso Amador Arrais dizia: «Deste bálsamo ocidētal disputou Amato Lusitano nas anotações sobre Dioscorides, e não mal (Dial. 4.º cap. 26).

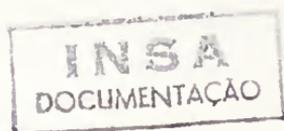
Logo após vem também da Venezuela e Nova Granada o bálsamo de Talu, escorrido da *Myroxylon toluifera* Humb., Bonpl. et Kunth. Teve mais fortuna terapêutica que o seu antecessor, a que hoje se pretende dar reviviscência como superior tópico de feridas.

carmesim tinha tanta força corante que com uma onça se tingia mais obra do que com uma libra do vulgar, de tal arte que em Veneza tinha embaratecido — *vilissimo pretio* — a seda escarlata. É a *cochonilha tinturial* — do *Coccus cacti* L. [*Dactylopius cacti* (L.)], que vive no México sobre as opúncias, e nomeadamente sobre o *noçal* — (*Opuntia coccinellifera* Mill.) [*Nopalea coccinellifera* S.-Dyck] [*Cactáceas*]. Este o primeiro registro científico da prestante matéria tinturial; só em 1553, e portanto dois anos depois de Amato, é que aparece a primeira menção espanhola em Lopes de Gonçara (*Hist. gen. de las Indias*). Laguna também menciona a *grã do Peru* que «se llama cochinnilla en aquellas partes» (*L. IV, cap. 49*).

Usada já pelos mexicanos, os espanhóis apropriaram-na e trouxeram-na à indústria europeia. Leio que a data desta introdução se fixa em 1563; não é exacto pois que Amato, cuja obra data de 1551, diz que se começara a empregar seis anos antes. É uma contribuição interessante para a história da *cochonilha do carmin*, cujo império em tinturaria só havia de ser abatido pelo advento das cores de anilina, tal como ela tinha feito desmerecer a *grã dos tintureiros*. Esta conhecia-a Amato muito bem de Portugal, devida também a uma *cochonilha*, desenvolvida sobre os carvalhos e que tratada pelo vinagre se tornava vermelha, como ele tantas vezes experimentara.

ÍNDICE

Nota editorial	v
Carta ao prof. Maximiano de Lemos	xI
INTRODUÇÃO	3
I - PROCEDÊNCIA E INFANCIA	23
II - A FORMATURA EM SALAMANCA	
1 - A Escolaridade	37
2 - O Magistério	63
3 - A Renascença Médica	98
4 - Recordações	108
5 - A Celestina	113
III - EM PORTUGAL	
1 - Regresso à Pátria	137
2 - As Digressões no País	145
3 - Em Lisboa	165
4 - Recordações da Vida Portuguesa	183
IV - AS CONQUISTAS E AS DROGAS DAS INDIAS	215



ILUSTRAÇÕES

Amatus Lusitanus [extra-texto]	III
Medalhão da portada da «Historia Plantarum Universalis» de Bauhin	29
A caça das viboras	31
Escudo da Universidade de Salamanca	39
Hortas do Colégio de St. ^a Maria de la Vega [extra-texto]	57
Claustrião do Mosteiro de St. ^a Maria de la Vega [extra-texto]	59
Imagem bizantina de St. ^a Maria de la Vega [extra-texto]	61
Capela de Santa Bárbara [extra-texto]	63
Fachada da Universidade de Salamanca	65
Brasão da Universidade de Salamanca	79
Frontispício da «Anatomia» de Valverde (1556)	103
Frontispício da «Anatomia» de Valverde (1589)	105
Fac-símile da portada da «Tragicomedia de Calisto y Melibea» (1514)	125
Planta de Lisboa por Hogenberg (Braunius «Civitates orbis» 1572)	169
A casa da Índia (séc. XVII)	217
Palmeira das nozes indicas (cocos)	225
Trepadeira do betle ou betre	235
Trepadeira da pimenta preta	249
Árvore do cravo	259
Elefante	261
Ramo de árvore de guaiaco	271

Composto e impresso nas oficinas
gráficas da Editorial Minerva
Rua da Alegria, 30 — LISBOA

